Daniele de Oliveira
Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva
(Organizadoras)

DISCURSO, RELAÇÕES RACIAIS, MUDANÇA SOCIAL



Pontes

A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação
e revisados por pares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

O48d Oliveira, Daniele de; Faria e Silva, Adriana Pucci Penteado de (org.).
Discurso, relações raciais, mudança social /
Organizadoras: Daniele de Oliveira e Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2025; fotografias.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-217-0947-3

1. Análise do Discurso. 2. Linguística. 3. Racismo.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

Índices para catálogo sistemático:
1. Racismo. 320.56
2. Análise do discurso. 401.41
3. Linguística. 410

Daniele de Oliveira
Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva
(Organizadoras)

DISCURSO, RELAÇÕES RACIAIS, MUDANÇA SOCIAL

Copyright © 2025 - Das organizadoras representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Revisão: Luisana Gontijo
Capa: Gatil Comunicação e Marketing

Conselho Editorial:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)
Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)
Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)
Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)
Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)
Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)
José Carlos Paes de Almeida Filho
(UnB – Brasília)
Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)
Suzete Silva
(UEL – Londrina)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES
Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

AS DIFERENTES REAÇÕES DOS BRANCOS DIANTE DAS CONQUISTAS NEGRAS.....13
Lia Vainer Schucman

BRANQUITUDE E EDUCAÇÃO: COMO DISCURSOS, TEMPOS E ESPAÇOS REPRODUZEM AS DESIGUALDADES RACIAIS DESDE A PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA.....31
Cintia Cardoso

UMA ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA DA CIRCULAÇÃO DO CONCEITO RACISMO ESTRUTURAL EM TEXTOS MIDIÁTICOS RELATIVOS AO "CASO MIGUEL SANTANA", EM RECIFE (PE).....51
Marco Antonio Lima do Bonfim

RACISMO, PRÉ-CONSTRUÍDO E NOMES PRÓPRIOS: UMA INTERVENÇÃO DISCURSIVA ACERCA DO "RACISMO VELADO".....73
Rogério Modesto

REFLEXÕES SOBRE A CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS RACISTAS NAS MÍDIAS 97
Glenda Cristina Valim de Melo

EM QUE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A LEI 10.639/ 11.645 SE TOCAM? 115
Fernanda Cerqueira

ANÁLISE CRÍTICA DE SIGNIFICADOS INTER-ACIONAIS E RELACIONAIS EM GÊNEROS DISCURSIVOS: DISPOSITIVO DISCURSIVO DA AIDS E ATIVISMOS EM REDES SOCIAIS NA WEB 147
Viviane Cristina Vieira
Fábio de Sousa Fernandes

ROMPENDO O *FIREWALL* DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES DOCENTES EM UNIVERSIDADES: RECONHECER PARA RESISTIR 187
Micheline Mattedi Tomazi
Viviane de Melo Resende

UMA CARTA E UM POEMA: OS ANOS DE CHUMBO FLAGRADOS POR LENTES FEMININAS INDÍGENAS 221
Beth Brait
Paulo Rogério Stella

MULHERES NEGRAS ONTEM E HOJE: EXISTIR, RESISTIR, PERSISTIR....253
Tânia Barreira Rodrigues

NARRATIVAS MENSTRUAIS EMANCIPATÓRIAS NO ESPAÇO TECNODISCURSIVO DIGITAL DESDE UMA ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA INTERSECCIONAL 291
Maria Carmen Aires Gomes
Alexandra Bittencourt de Carvalho

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GERATIVA E PROCESSOS COMUNICATIVOS MULTIMODAIS: ANÁLISE DO DISCURSO PUBLICITÁRIO DA IAG KHANMIGO 333
Záira Bomfante dos Santos

CONSTRUCCIÓN ESPACIOTEMPORAL DE NARRATIVAS PARA LA PAZ: CONTEXTUALIZANDO LAS VIOLENCIAS DE LA MOVILIDAD FORZADA INTERNA 355
Neyla Graciela Pardo Abril

A SITUAÇÃO DE RUA TEMATIZADA NO JORNALISMO *PROFISSIONAL ON-LINE*: ENCERRANDO DEZ ANOS DE PESQUISAS 399
Daniela Gruppi Mendonça
Viviane de Melo Resende

SOBRE AS ORGANIZADORAS 433

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES 435

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado de trabalhos apresentados em conferências, mesas-redondas e minicursos, durante o *XI Colóquio* e *V Instituto Aled Brasil,* que aconteceu em dezembro de 2024, nas dependências do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador. O evento contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Vinculado à Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (Aled), o Colóquio abordou, nessa edição, a temática "Discurso, Relações Raciais, Mudança Social", já que a cidade-sede do evento é considerada a mais negra do Brasil, em função dos seus cerca de 80% de população negra. Além disso, a discussão sobre questões raciais é uma demanda da contemporaneidade, uma vez que ainda não superamos o racismo que estrutura e organiza nossa sociedade.

O objetivo mais amplo do evento foi construir espaços acadêmicos interdisciplinares que contribuam para o estudo e a explanação de processos discursivos ligados a problemas sociais, fortalecendo a rede de pesquisadoras/es latino-americanas/os já constituída no âmbito da Aled, e, especialmente, sua atuação no Brasil. E não foi diferente dessa vez, já que a localização geográfica dessa edição do Colóquio nos conduziu à temática das relações raciais, como elas se constituem e como são representadas na linguagem, tendo em vista a natureza discursiva de muitos problemas sociais, como o racismo. Dessa forma, discutimos, de diferentes perspectivas, uma das chagas da sociedade brasileira, sem excluir

outras temáticas sociais relevantes, tais como pobreza e gênero, a partir das falas das/os convidadas/os e das/os participantes do Colóquio.

Os colóquios da Aled Brasil têm contribuído para envolver pesquisadores de diferentes áreas num espaço de trocas em que a elevação da consciência crítica é destaque. Esse espaço, sedimentado pela diversidade, abriga diferentes vozes da ciência que enunciam sobre o desafio de superar as desigualdades em seus mais diversos contextos. Também dissemina, entre a comunidade científica e a comunidade, em geral, perspectivas e propostas para a transformação social por meio dos estudos críticos dos discursos e seus necessários diálogos interdisciplinares.

Com efeito, os discursos e suas práticas sociais não são neutros, ao contrário, são formas de ação social que trabalham no sentido de modificar e, às vezes, ferir, apagar ou eliminar o outro, além de reproduzir ideologias dominantes até o ponto de naturalizá-las. O que explicita a importância de eventos como esse, que problematizam questões sociais com o intuito de provocar, para além da consciência emancipadora, uma verdadeira mudança social.

Abrimos o livro com o capítulo *As diferentes reações dos brancos diante das conquistas negras*, no qual Lia Vainer Schucman propõe uma importante reflexão sobre as ideologias que produzem e sustentam a materialidade das desigualdades sociais, tendo como foco a branquitude, discussão que se insere no campo dos Estudos Críticos da Branquitude. Dando sequência à discussão sobre a branquitude e seus modos de estar no mundo, no capítulo *Branquitude e educação: como discursos, tempos e espaços reproduzem as desigualdades raciais desde a primeiríssima infância*, Cintia Cardoso discute como a desigualdade racial que estrutura nossa sociedade concede privilégios até mesmo às crianças consideradas brancas, em detrimento dos grupos não brancos. A reflexão se fundamenta nos Estudos Críticos da Bran-

quitude em diálogo com a Sociologia da Infância e a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Aprofundando esse debate, no capítulo *Uma análise crítico-discursiva da circulação do conceito racismo estrutural em textos midiáticos relativos ao "caso Miguel Santana", em Recife (PE)*, Marco Antonio Lima do Bonfim (UFPE) discute o conceito de racismo estrutural a partir de seu uso no discurso midiático, ancorado nos Estudos Críticos do Discurso e na Antropologia Linguística. Já em *Racismo, pré-construído e nomes próprios: uma intervenção discursiva acerca do "racismo velado"*, Rogério Modesto (Uesc) discute sobre contribuições que analistas de discursos podem oferecer para uma compreensão discursiva sobre o racismo contemporâneo, a partir da perspectiva da Análise de Discurso materialista. Na sequência, em *Reflexões sobre a circulação de discursos racistas nas mídias*, Glenda Cristina Valim de Melo (UFRJ) faz uma reflexão sobre a presença de discursos racistas na mídia brasileira e internacional, acionando perspectivas teóricas que se mesclam entre o Sul e o Norte. No capítulo *Em que o ensino de língua portuguesa e a Lei 10.639/11.645 se tocam?*, Fernanda Cerqueira (UFBA) defende que uma compreensão sócio-histórica da língua portuguesa pode ser um caminho profícuo para o cumprimento da Lei 10.639/11.645. A autora fundamenta sua reflexão na Linguística Histórica, na Antropologia e no enfoque historiográfico.

Em *Análise crítica de significados inter-acionais e relacionais em gêneros discursivos: dispositivo discursivo da Aids e ativismos em redes sociais na web*, Viviane Cristina Vieira (UnB) e Fábio de Sousa Fernandes (Ufob) discutem a genealogia do dispositivo da Aids e seus efeitos constitutivos em discursos contemporâneos presentes no *Instagram*, no escopo dos Estudos Críticos do Discurso.

Voltando nosso olhar para uma discussão mais centrada em questões de gênero, no capítulo *Rompendo o firewall da violência contra mulheres docentes em universidades: reconhecer para resistir*, Micheline Mattedi Tomazi (Ufes) e Viviane de Melo Resende

(UnB) partem de uma perspectiva feminista, crítica, discursiva e sociocognitiva, para discutir o tema da violência contra mulheres docentes nas universidades. Na sequência, e em uma perspectiva que interseciona raça e gênero, em *Uma carta e um poema: os anos de chumbo flagrados por lentes femininas indígenas*, Beth Brait (PUC-SP/CNPq) e Paulo Rogério Stella (Ufal) analisam textos de autoria feminina indígena que denunciam o regime ditatorial brasileiro, a partir da perspectiva de Mikhail Bakhtin e do Círculo. No capítulo *Mulheres negras ontem e hoje: existir, resistir, persistir*, Tânia Barreira Rodrigues (Fatec-SP) evidencia vozes falantes e faladas de mulheres negras em diferentes períodos da história. Partindo do Brasil Colônia, passando pelo Império e chegando à contemporaneidade, a autora investiga discursos dessas/sobre essas mulheres à luz da Análise Dialógica do Discurso. Já em *Narrativas Menstruais Emancipatórias no espaço tecnodiscursivo digital desde uma análise discursivo-crítica interseccional,* Maria Carmen Aires Gomes (UnB) e Alexandra Bittencourt de Carvalho (IFNMG-Campus Almenara) propõem uma análise discursiva de narrativas menstruais emancipatórias produzidas nos comentários do *Instagram*, a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial, tendo como escopo teórico a Análise do Discurso Crítica Interseccional.

A reflexão sobre a inteligência artificial também esteve presente em nosso evento. Em *Inteligência Artificial Gerativa e processos comunicativos multimodais: análise do discurso publicitário da IAG Khanmigo*, Záira Bomfante dos Santos (Ufes) discute, a partir de um exemplo prático, como as IAG têm sido projetadas e publicizadas para as salas de aula no contexto do ensino de línguas. A discussão está fundamentada na Análise de Discurso Crítica e na Semiótica Social Multimodal.

No capítulo *Construcción espaciotemporal de narrativas para la paz: contextualizando las violencias de la movilidad forzada interna*, Neyla Graciela Pardo Abril (Universidad Nacional de

Colombia) discute as formas de coexistência de representações da paz e da violência em narrativas institucionais, a partir dos Estudos Críticos do Discurso Multimodal e Multimidiático.

No capítulo final, *A situação de rua tematizada no jornalismo profissional on-line: encerrando dez anos de pesquisas*, Viviane de Melo Resende (UnB) e Daniela Gruppi de Mendonça (UnB) nos apresentam um relato de 10 anos de pesquisas, ancoradas nos Estudos Críticos do Discurso, sobre como a população de rua é representada no jornalismo profissional *on-line*.

Com esta breve apresentação, evidenciamos a prática científica, explicitamente não positivista, realmente preocupada com problemas sociais, com o caráter interdisciplinar que sustenta essas reflexões e, principalmente, em contribuir para verdadeiras mudanças sociais que partem, sobretudo, da consciência emancipadora.

Boa leitura!

Daniele de Oliveira
Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva

AS DIFERENTES REAÇÕES DOS BRANCOS DIANTE DAS CONQUISTAS NEGRAS[1]

Lia Vainer Schucman[2]

Gostaria de agradecer à Daniele pelo convite e pela recepção, assim como à Aled. É uma satisfação ouvir novamente a pesquisa da Cíntia[3], que considero fundamental e sempre recomendo às escolas, pois contribui para refletirmos sobre o antirracismo na infância. Ao pensar sobre qual tema abordaria nesse amplo campo dos estudos da branquitude, cheguei a questionar a própria pertinência de minha presença em um congresso voltado à análise do discurso, já que sou psicóloga. Daniele, contudo, reforçou a importância de pensarmos o discurso e a branquitude, e me encorajou a trazer minha contribuição. Assim, optei por tratar das ideologias que sustentam e produzem a materialidade das desigualdades sociais. Nenhuma estrutura tão arraigada se mantém sem fortes ideologias que a legitimem.

Considero fundamental compreender a branquitude como campo de estudo crítico. Não faz sentido colocar o branco no cen-

1 Este capítulo é oriundo da palestra de abertura do XI Colóquio e V Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (Aled) Brasil 2024, ministrada pela professora Lia Vainer Schucman. O capítulo apresenta algumas notas de transcrição que visam a situar o leitor no contexto da palestra, sobretudo, nas dinâmicas visuais comuns em apresentações orais com uso de recursos imagéticos.

2 A transcrição do texto foi feita pela doutoranda Tatielle Gomes Rodrigues e pelo doutorando Eric Silva dos Santos, com revisão da autora.

3 Marcas de oralidade podem ter sido suprimidas durante a transcrição, porém, algumas características dos gêneros orais são constitutivas do texto. Nesse caso, a palestrante referiu-se à pesquisa de Cíntia Cardoso, a outra componente da mesa de abertura da Aled 2024 e ao convite feito pela organizadora do evento, a professora Daniele de Oliveira.

tro do debate, senão por uma agenda antirracista. Faço questão de afirmar isso desde o início, pois, como professora, recebo teses e dissertações que se referem à subjetividade branca sem tensionar o racismo. Muitas vezes, essas pesquisas acabam por reforçar um lugar de privilégio já amplamente visível nas novelas, nos espaços elitizados, na própria naturalização da branquitude. O propósito dos estudos críticos da branquitude é compreender como o racismo e a categoria de raça constituem também os sujeitos brancos, historicamente colocados na posição de normalidade. Nesse sentido, a branquitude se apresenta como conceito, como campo ideológico de dominação racial e como experiência vivida da raça. Trata-se de indagar: Qual é a experiência subjetiva de ser branco em sociedades racializadas? Muitos autores traduzem isso como identidade racial branca.

Assim, podemos pensar a branquitude em três dimensões: como campo de estudo, como conceito ideológico e como experiência subjetiva de sujeitos brancos. Poucas pesquisas investigaram essa experiência não como mera descrição de privilégios cotidianos, mas como apropriação efetiva de benefícios estruturais. A questão não é apenas reconhecer que todos os brancos se beneficiam de um sistema racista, mas entender como tais benefícios são distribuídos internamente ao próprio grupo. Pesquisas mostram, desde a infância[4], uma desigual distribuição de afetos e oportunidades também entre sujeitos brancos.

No campo dos estudos precursores, destaco o trabalho de W.E.B Du Bois (1935) em Black Reconstruction in America (1935). Ele analisa o contexto das fábricas norte-americanas, questionando por que trabalhadores imigrantes pobres, vindos da Irlanda, Polônia ou do Leste Europeu, aderiram à categoria raça como marcador identitário em vez de construírem solidariedade de classe com os ex-escravizados que trabalhavam ao seu lado.

4 Trata-se da palestra intitulada "Branquitude e Educação: discursos, tempos e espaço", de autoria de Cíntia Cardoso, proferida antes da fala da professora Lia Schucman, na mesma mesa.

O cinema norte-americano ilustra bem esse processo, ao retratar sindicatos de irlandeses ou italianos organizados não em torno da classe, mas da raça. Du Bois (1935) interpreta esse movimento a partir do conceito de "salário público e psicológico da brancura", entendendo a brancura como uma propriedade social, tal como se possui uma casa ou um carro. A brancura, nesse sentido, torna-se um ativo simbólico e material em sociedades que constroem a raça cotidianamente. Esse conceito marca profundamente os estudos posteriores sobre branquitude.

Outro autor fundamental é Frantz Fanon (2008), em **Pele Negra, Máscaras Brancas** (2008). Fanon argumenta que, na condição colonial, o sujeito negro é alienado de sua própria história, sendo impelido a desejar a brancura como ideal de humanidade. Surge, assim, a necessidade de "máscaras brancas". Ao mesmo tempo, Fanon identifica no branco um "complexo de superioridade", que sustenta a hierarquia racial.

No Brasil, o baiano Guerreiro Ramos também refletiu criticamente sobre a branquitude. Para ele, o branco brasileiro padece de uma patologia social: exalta seus antecedentes europeus enquanto nega ou invisibiliza seus ancestrais africanos e indígenas. Em seus textos, ele chega a colocar a palavra "branco" entre aspas, o que gerou críticas posteriores. A questão, contudo, é que não existe um "branco verdadeiro", já que a raça, como categoria biológica, não existe, embora produza efeitos materiais e simbólicos concretos. Gosto de lembrar a explicação de um professor que dizia: "Raça não existe, mas produz muitos efeitos". Ele comparava à ideia de "pôr do sol": o sol não se põe, é a terra que gira. Mas, apesar disso, vemos o pôr do sol, produzimos poesia sobre ele e até aplaudimos sua beleza. Assim também ocorre com a categoria raça: sua inexistência biológica não impede que produza efeitos sociais violentos. Ao colocar "branco" entre aspas, Guerreiro Ramos ainda supunha a existência de um branco verdadeiro, o que sabemos não se sustenta. Por isso, considero que os Estudos Críticos da Branquitude cum-

prem um papel político fundamental. Nesse sentido, gosto muito da formulação de Richard Dyer (1997) que sintetiza a necessidade de deslocar o olhar e compreender a branquitude não como naturalidade, mas como construção histórica, ideológica e relacional.

> Olhar com tamanha paixão e unicidade de propósito para os grupos não dominantes teve o efeito de reproduzir o sentimento de estranheza, diferença e excepcionalidade desses grupos, o sentimento de que eles constituem desvios da norma. Entrementes, a norma seguiu adiante, como se fosse a maneira natural, inevitável e comum de sermos humanos (Dyer, 1997, p. 44).

Assim, estudar a branquitude é recolocar a categoria raça naquele grupo que, inclusive, foi o responsável por sua invenção, e buscar compreender o que resulta desse deslocamento. Isso só faz sentido quando consideramos o racismo estrutural, uma vez que a branquitude constitui um lugar de vantagem de que todos os brancos usufruem. Não se trata de uma questão de adesão ou escolha, mas de uma posição social. Em seguida, podemos discutir como se dão os processos de identificação.

Essa foto[5] é do TJ do Estado de São Paulo, e conseguimos ver, explicitamente, o sexismo e o racismo em uma capital que tem 40% de população negra. Se perguntarmos hoje, no campo progressista, por que só há pessoas brancas nessa foto, a resposta recorrente será: "Por causa do racismo estrutural". Esse conceito se disseminou a ponto de se tornar uma resposta imediata. Contudo, é necessário tensionar esse diagnóstico. Tomemos outro exemplo: na Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizada em uma cidade com mais de 80% de população negra, a maioria

5 A palestrante se refere a uma foto exposta durante sua fala que mostra dezenas de juízes sentados no interior do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O grupo é formado apenas por pessoas brancas e é majoritariamente masculino. Todas/os usam a toga, vestimenta típica nesse contexto.

dos professores é branca. Perguntamos: Por que há tão poucos docentes negros na UFBA? A resposta progressista será, novamente: Racismo estrutural. Mas se a pergunta for invertida, "O que você fez para chegar até aqui?" a resposta será: "Me esforcei, estudei muito, produzi uma boa tese". Ou seja, quando o sujeito branco justifica sua presença, ele atribui ao mérito pessoal.

Esse contraste evidencia a necessidade de compreender como os brancos ocupam os cargos mais altos do Estado e da sociedade brasileira sem que isso seja nomeado como *apartheid*. O país vive um *apartheid* racial, embora seja mais fácil denunciá-lo em outras partes do mundo do que reconhecer sua existência aqui. Para que tal situação se mantenha, é preciso haver uma produção de subjetividade que acomode essa realidade de forma confortável, sem que ela seja enunciada como tal. Essa acomodação depende de ideologias, pois, sem elas, a revolta seria inevitável.

Quem estuda relações raciais sabe que, a partir da década de 1930, o Brasil produziu um projeto de identidade nacional que buscava superar a imagem de um país de escravos e senhores. Era necessário construir um Estado-nação coeso, e, nesse processo, difundiu-se a ideia de harmonia racial. Gilberto Freyre, em **Casa Grande e Senzala**, associado ao projeto político de Getulio Vargas, ajudou a consolidar o mito da democracia racial. O que significa democracia racial? Que haveria oportunidades iguais para brancos, negros e indígenas. O próprio uso do termo "racial" já indica a necessidade de reafirmar essa igualdade suposta.

Outra ideologia que sustenta a desigualdade é a da meritocracia. Ao dizer "cheguei onde cheguei pelo meu esforço individual", o sujeito legitima um sistema em que apenas brancos alcançam os lugares de prestígio. Assim, sem precisar reivindicar explicitamente a supremacia branca, mantém-se a mesma lógica: se todos têm oportunidades iguais e apenas os brancos ocupam os cargos de poder, só restam duas explicações ou os brancos são superiores ou os negros não se esforçaram. Ambas são explicações racistas.

Portanto, ao observarmos essa foto[6], restam apenas duas possibilidades de leitura: ou o país é racista ou a explicação será racista. Não há outra saída. Não está escrito em nenhum edital "somente pessoas brancas", mas, de fato, apenas elas ocupam tais cargos. Compreender a branquitude é justamente pensar como se naturalizou esse processo de exclusão sem que seja necessário anunciá-lo. O fato de a UFBA, mesmo em uma cidade de maioria negra, ter predominantemente professores brancos, aceitos como se fosse normal, demonstra que vivemos em um regime de *apartheid*.

Nesse ponto, considero necessário diferenciar racismo estrutural de racismo institucional. Muitas vezes, a noção de racismo estrutural, ao ser naturalizada, gera uma sensação de impotência: "se é estrutural, nada posso fazer". Contudo, não existe estrutura sem agentes; são os sujeitos que a fazem funcionar. É por isso que a categoria de racismo institucional é central para o antirracismo.

Segundo Jurema Werneck (2013), racismo institucional é o fracasso de uma instituição em promover equidade racial, ou seja, quando ela não representa a sociedade em que está inserida. O diagnóstico do racismo institucional se faz comparando a composição de uma instituição com a do município onde se situa. Se, em uma cidade com 20% de população negra, uma universidade apresentar 20% de negros em todos os cargos, estaria em conformidade. Mas, em Salvador, com 86% de população negra, se a maioria dos cargos de prestígio for ocupada por brancos, a instituição reproduz o racismo institucional. E mesmo que haja 86% de pessoas negras, se essas estiverem concentradas em funções subalternas, como limpeza ou segurança, o racismo institucional permanece.

Combater o racismo institucional exige mapear não apenas a composição de cargos, mas também os serviços prestados pela instituição. No caso de uma universidade, trata-se de ensino, pesquisa e extensão. É preciso verificar se bolsas são distribuídas

6 A mesma foto do TJ da cidade de São Paulo, descrita na nota 5.

equitativamente, se o currículo contempla igualmente histórias africanas, indígenas e europeias, se os conteúdos expressam a diversidade da sociedade. Se não for assim, a própria educação ofertada será racista.

Na UFSC, após três anos de trabalho, elaboramos um diagnóstico de racismo institucional, disponível na página da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade. Esse diagnóstico levou, inclusive, à mudança da minuta de concursos públicos da instituição. É importante destacar que racismo estrutural, racismo institucional e racismo interpessoal são dimensões diferentes, conforme sistematizadas por Silvio Almeida (2019) em **Racismo Estrutural**. O racismo interpessoal, associado à ideia de preconceito, é aquele que aprendemos a reconhecer, quando ocorre em interações diretas entre sujeitos e pode ser judicializado. Contudo, ele não é o maior problema. Acreditar que racismo se combate apenas com educação reduz sua complexidade à luta contra preconceitos individuais. Racismo, porém, só se combate com inclusão e com distribuição equitativa de recursos. Dou um exemplo relacionado à pesquisa da Cíntia: quando meu filho era pequeno, ele não usava as categorias "branco" e "negro", mas descrevia as pessoas por cores como rosa, bege ou marrom. De fato, cor de pele é apenas uma variação entre tantas possíveis no corpo humano, arbitrária como altura ou cor de cabelo. Não existem pretos ou brancos "puros", mas uma infinidade de tonalidades. Para transformar a cor em raça é preciso do racismo. A raça é filha do racismo, não sua mãe. Surge, historicamente, para justificar a dominação colonial.

Já nos primeiros contatos coloniais, os europeus questionavam se os indígenas tinham alma, se eram humanos. A resposta prática foi negativa: precisavam adotar a religião, os hábitos e os costumes europeus. A raça, como categoria, surge nesse contexto para legitimar uma dominação já em curso. Assim, compreender a branquitude como experiência do sujeito branco é também

compreender a gênese da categoria raça e seu desenvolvimento dialético: embora tenha surgido da dominação colonial, ela se transformou, mantendo, contudo, seus efeitos materiais e simbólicos.

Assim, a branquitude deve ser compreendida como uma identidade racial construída a partir da dominação colonial, que se consolidou como a maior ideologia de dominação moderna, atuando discursivamente sobre os corpos. O que diferencia os seres humanos, afinal, são corpos distintos, e os corpos de pessoas brancas são tão diversos entre si quanto os corpos daqueles que são classificados como não brancos. A categoria raça, portanto, funciona como uma folha em branco: para que ela tenha sentido, é necessário inscrevê-la em uma cadeia de enunciados discursivos. Foi isso que ocorreu no século XIX, quando emergiu a questão: Por que existe desigualdade entre os seres humanos? Se, hipoteticamente, um observador externo chegasse à Terra e se deparasse com contrastes radicais de um lado, pessoas catando restos de peixe no chão, de outro, indivíduos viajando em foguetes espaciais, seria inevitável perguntar: Por que tamanha desigualdade? Alguns responderiam em termos de exploração econômica, capitalismo e estruturas de dominação; outros, em termos de mérito individual. No século XIX, entretanto, a resposta predominante foi: "Somos desiguais porque somos biologicamente desiguais". Essa explicação racializada transformou desigualdades históricas e sociais em desigualdades naturais e hereditárias. Ainda que a ciência tenha demonstrado repetidamente a inexistência biológica da raça, a categoria continua produzindo efeitos, como o pôr do sol, que sabemos não existir como tal, mas cuja experiência seguimos produzindo diariamente.

É nesse sentido que Howard Winant propõe o conceito de "formações raciais": a raça nunca existiu, *a priori*, mas foi criada por meio de nomeações. Não havia negros, indígenas, asiáticos e brancos à espera de serem identificados; foi a própria nomeação

que constituiu essas categorias. O maior poder da branquitude, portanto, é o poder de nomear e decidir quem é negro, quem é indígena, quem pertence ao grupo dominante e quem será classificado como "outro".

Ruth Frankenberg aprofunda essa reflexão ao afirmar que a branquitude é um lugar de conforto a partir do qual se olha para os outros por meio da lente da raça, sem olhar para si mesmo. Em outras palavras, a raça é sempre atribuída ao outro. Essa invisibilidade se expressa em minha própria experiência de pesquisa: após longas entrevistas e discussões sobre raça com sujeitos brancos, não raro sou questionada se trabalho "com pesquisa sobre negros", quando, de fato, sempre estive pesquisando a branquitude. Isso revela que o maior privilégio da branquitude é justamente apresentar-se como uma particularidade que se pretende universal. Essa universalidade, como já demonstrado, é incorporada nas práticas cotidianas, inclusive, desde a infância, como mostrou a pesquisa de Cíntia. Convém destacar um dado central: os brancos representam hoje cerca de 11% da população mundial, ou seja, pouco mais de um décimo da humanidade. A maior parte do planeta é composta por populações não brancas: China, Índia, Nigéria, Paquistão, países árabes e povos originários das Américas. No entanto, esse pequeno contingente concentra cerca de 80% a 85% do PIB mundial, dependendo do critério de cálculo (PIB nominal ou ajustado por paridade de poder de compra). Assim, falar de branquitude é falar de supremacia: supremacia econômica, política, jurídica e cultural, bem como o poder de produzir subjetividades e inventar "quem é o outro". Raça, nesse sentido, é um dispositivo de invenção de pessoas.

No século XIX, a raça foi formulada biologicamente como explicação de superioridade moral, intelectual e estética dos brancos. Quando a biologia foi desacreditada, a hierarquia racial se reconfigurou no campo cultural. Passou-se a falar em "culturas superiores" e "culturas inferiores". No discurso, isso se manifesta

na naturalização das diferenças: brancos têm "sociedade"; negros e indígenas têm "tribo". Brancos têm "línguas oficiais"; povos indígenas têm "dialetos". Essa é a força de uma particularidade que, travestida de universalidade, sustenta desigualdades globais.

A hierarquização entre arte e artesanato, bem como a hierarquia entre produções culturais, decorre da mesma lógica que estruturou a própria ideia de raça. Se a raça não se sustenta biologicamente nem culturalmente, resta reconhecê-la como construção social: formas de identidade erigidas sobre um equívoco biologizante, porém, eficaz para instituir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Considerando os privilégios materiais acesso facilitado à habitação, crédito, educação, empregos, e, sobretudo, à transferência intergeracional de riqueza, é preciso admitir que, em uma sociedade capitalista com Estado mínimo e serviços públicos sucateados, o dinheiro determina o acesso à educação e saúde de qualidade e cria oportunidades.

A transferência intergeracional de riqueza costuma ser reduzida a "questão de classe". Entretanto, análises marxistas que a tratam apenas como classe incorrem em erro metodológico sócio-histórico quando desconsideram as categorias constitutivas da formação social brasileira. No pós-abolição, a categoria raça organiza a sociedade de classes. O racismo científico, ao postular superioridades morais, intelectuais e estéticas, produz igualmente a ideia de "trabalhadores brancos" e "trabalhadores negros" destinados a lugares distintos.

Em uma sociedade fundada na escravidão, na qual a própria categoria "trabalho" organiza a vida social, os lugares de trabalho no pós-abolição não podem ser compreendidos sem a mediação racial. Tomando o caso dos imigrantes do Sul (sem confundi-los com a elite escravocrata do Recôncavo), observa-se que o trabalho desses imigrantes enriqueceu a si mesmos, enquanto o trabalho da população negra continuou a enriquecer brancos. O discurso familiar recorrente "o bisavô chegou pobre, trabalhou desde os 8

anos, arrendou terra e acumulou patrimônio" descreve trajetórias em que, ao fim da vida, havia casa, terra, alguma poupança; o filho já começou a trabalhar mais tarde e não precisou sustentar os pais; o neto iniciou a vida profissional após a faculdade. Em três gerações, a pobreza é mitigada. Carlos Hasenbalg, em **Desigualdades Raciais no Brasil**, explicitou como a brancura operou como ativo no mercado de trabalho do pós-abolição: "trabalho de branco" foi valorizado como intelectual/técnico, ao passo que "trabalho de negro" foi empurrado para o braçal e desvalorizado.

Isso ocorreu apesar de termos recebido milhões de africanos escravizados, especialistas em diversas artes e ofícios (construção, metal, agricultura, cultura), abruptamente relegados à própria sorte após a abolição. Consolidou-se, assim, uma reposição do trabalho que naturalizou o "técnico" como atributo branco e o "braçal" como atributo negro, com menor remuneração. O privilégio da branquitude, portanto, é material e historicamente ancorado: apropriação de terra (inclusive, por esbulho), acumulação por expropriação de territórios indígenas e por mercantilização de pessoas africanas e seus descendentes, acompanhada da desumanização que cria a aparência de superioridade branca, desigualdades de exploração e violência recodificadas como "essência" hereditária pela categoria raça. Em síntese, raça é um dispositivo de significação das relações de poder forjado pela violência colonial.

No plano simbólico, a normalidade branca é o eixo. Se perguntarmos, ao olharmos esta foto, quem veste roupa étnica aqui?[7], a resposta mais provável recairá sobre o sujeito negro, quando, em rigor, ambos podem estar vestidos de signos étnicos. "Étnico" designa aquilo que comunica valores culturais. O salto alto, por exemplo, é um ornamento investido de significados (distinção, corporatividade, sexualidade). Contudo, no imaginário,

7 A palestrante faz referência a uma foto apresentada durante sua exposição que mostra dois homens usando roupas típicas de seus contextos sociais: o branco usa um terno, roupa típica da cultura ocidental; e o negro usa uma roupa típica africana.

alargadores indígenas são "étnicos", enquanto a indumentária corporativa branca é tomada como neutra. A branquitude naturaliza sua particularidade como universal: eurocentrismo encarnado no corpo branco, apresentado como padrão.

Pergunta-se "Onde nasceu a filosofia?" e responde-se "Na Grécia", convertendo a filosofia grega em "A Filosofia", enquanto filosofias chinesas, africanas ou ameríndias tornam-se adjetivadas. O mesmo vale para a beleza renascentista transformada em "A Beleza", o "teatro" *versus* o "teatro negro", o "cinema" *versus* o "cinema negro", um permanece universal, o outro, é particular.

Testes psicológicos historicamente também reproduziram esse universalismo racializado: itens como "Onde fica a Torre Eiffel?" favoreciam sujeitos europeus, deslocando outros ao lugar da falta. Hoje, uma ciência vulgarizada, muitas vezes, ocupa esse papel de nova biologização sem base genética conclusiva, mas com fortes efeitos simbólicos. Os efeitos são palpáveis: chegou a se consagrar na cirurgia plástica o termo "rinosseptoplastia étnica", cujo objetivo é transformar um "nariz étnico" em um "nariz não étnico", metáfora contundente de cinco séculos de colonialidade, em que o outro precisa de intervenção para ser reconhecido como humano (ontem, batismo e vestimenta; hoje, traços físicos e performances normativas).

Na esfera corporativa, exigências como intercâmbio e fluência em inglês tornam-se filtros que, sob aparência meritocrática, operam como mecanismos de exclusão. O que Cida Bento chamou de "pacto narcísico da branquitude" aparece como demanda de espelhamento: o outro deve conformar-se ao meu padrão: cabelo, voz, vestimenta, modos, corpo; a cirurgia é apenas o extremo de uma ecologia cotidiana de intervenções. Minha proposta, entretanto, é deslocar o foco do "legado" para a manutenção. Como se sustenta, por exemplo, uma universidade com 80% de professores brancos numa cidade de maioria negra? A questão não é apenas como brancos foram beneficiados pelo

colonialismo, mas como distribuem e retêm, diariamente, recursos econômicos e simbólicos dentro do próprio grupo, isto é, como o racismo institucional opera na contratação, promoção, avaliação, financiamento e na tessitura discursiva.

Nesse debate, tem se difundido, no Brasil, a acusação de "identitarismo", muitas vezes, importada sem mediações do contexto norte-americano. Importa perguntar: Quem acusa? A branquitude, frequentemente, ocupa o centro do discurso anti-identitário, enquanto as pautas dos movimentos negros, feministas e LGBTQIAPN+ seguem orientadas à sobrevivência, dignidade e acesso a direitos (vida, educação, saúde, emprego, salários, creches, autonomia reprodutiva, proteção contra o feminicídio, liberdade de existir). O que é "identitarismo", senão a manutenção de recursos simbólicos, políticos, econômicos e jurídicos dentro do próprio grupo? Essa é precisamente a definição funcional da branquitude. Classificar lutas por direitos como "identitárias" é estratégia de má-fé que reinstala a branquitude como norma não marcada.

A reação branca às conquistas negras também se manifesta como "medo branco" diante da autodeterminação negra: multiplicam-se desqualificações ("mimimi", "políticas identitárias"), recrudescimento punitivo e tentativas de tutelar o movimento ("defendo a luta negra, mas deveria ser assim"). O incômodo emerge quando a branquitude é racializada, quando se torna visível o privilégio branco, isto é, quando se revela que "você ganhou a corrida porque não correu sozinho". Ao evidenciar a desigualdade de condições, a retórica meritocrática se desfaz.

Não se trata, portanto, de adicionar "o lugar branco" a um panteão de lugares raciais, mas de partir dele. Não é mais possível atribuir a ocupação branca de postos na UFBA ou em qualquer instituição a mérito individual. Persistir nessa narrativa é endossar o *apartheid* brasileiro. Como sustenta Charles Mills, todo branco é beneficiário do "contrato racial", pacto invisível que estrutura o Ocidente, ainda que nem todos precisem ser signatários.

Instituições são feitas de pessoas; e nessa estrutura de instituições, só é possível pensar o antirracismo como a ação de sujeitos nas instituições. Não há racismo *on* ou *off*, há práticas. Pergunta-se: Que recursos cada um controla? Por exemplo, frente à concentração de bolsas de iniciação científica em pesquisadores brancos, criamos um edital específico para ações afirmativas ao qual muitos docentes, no entanto, não submeteram projetos. Políticas antirracistas exigem corresponsabilidade de gestores e pares.

Retomando o exemplo de como meu filho aprendeu a noção de raça aos 4 anos: ele foi selecionado por sorteio para uma escola de desenvolvimento infantil vinculada à UFSC, instituição onde leciono. Na chegada, fomos apresentados à equipe docente e técnica da seguinte forma: Esta é a diretora; em caso de necessidade de decisão, procure por ela. Esta é a responsável pela nutrição; se houver alergias, contate-a. Esta é a enfermeira da instituição; em caso de cuidados, dirija-se a ela. As apresentações seguiram esse padrão. Quando passamos pelas equipes de merenda, limpeza e vigilância, essas pessoas não foram apresentadas à criança. Registre-se: ao solicitar a apresentação dessas profissionais, obtive a resposta de que eram terceirizadas e que os nomes haviam mudado recentemente, informação factual.

Cabe aqui um contexto: o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a terceirização do chamado trabalho-meio, em distinção ao trabalho-fim, há cerca de 15 anos, sem ampla contestação pública. Nas universidades, essa diferenciação raramente foi problematizada. Persistem questões: Por que nutricionista seria trabalho-fim e merendeira trabalho-meio? Em termos de impacto direto no estudante, a comida preparada se aproxima do fim tanto quanto a supervisão nutricional. Do mesmo modo, segurança é necessidade essencial da escola. Em prática corrente no Brasil, funções socialmente associadas a pessoas negras são classificadas como meio e aquelas associadas a pessoas brancas, como fim. Nes-

se cenário, as equipes citadas permanecem terceirizadas. Assim, meu filho não foi oficialmente apresentado a essas trabalhadoras.

Naquele dia, ele apreendeu que há pessoas com nome associadas a funções valorizadas, cuidado, conhecimento, afeto e decisão, em geral, concursadas e, naquele contexto, brancas; e há pessoas sem nome, cuja função não é explicitada à comunidade escolar e cuja humanidade tende a não ser reconhecida com a mesma evidência, uniformizadas sob a designação de terceirizadas. No dia seguinte, ao ver uma pessoa branca usando o uniforme terceirizado, perguntou: Essa pessoa não deveria ser marrom? Até então, ele nomeava apenas cores. Naquele momento, apreendeu a categoria social de raça. O exemplo ilustra que ele aprendeu a existência de lugares de dominação: o racismo cria a ideia de raça, definindo espaços para brancos e para negros.

Daí decorre um ponto: não é possível parar de falar de raça sem redistribuir recursos. Silenciar a discussão apenas silencia a discussão. Se o ambiente escolar apresentasse, de forma cotidiana, professoras negras e brancas, lideranças indígenas e brancas, a indagação da criança não se sustentaria. É a hierarquização do humano que produz a raça; é isso que se entende por formação racial.

O antirracismo diz respeito à ação do sujeito no interior das instituições. Importa identificar quais recursos cada pessoa detém na sua instituição e lembrar que cada concurso realizado por um departamento decide uma vida a mais. Pesquisas e a experiência acumulada no campo das relações raciais indicam que, no contexto da violência policial, um dos fatores que podem reduzir em até 98% a probabilidade de assassinato é a comprovação imediata de vínculo formal de trabalho ou de pertença universitária, como apresentar carteira de trabalho ou identificação institucional. A distribuição de recursos modifica de modo decisivo a forma da estrutura racial e, a partir daí, o discurso sobre raça pode se transformar. No Brasil, não é necessário um significante explícito associado ao lado negro para

que o racismo seja aprendido; não é preciso dizer negro ladrão para que práticas racistas se reproduzam. Basta a observação cotidiana de contextos institucionais desiguais, como no exemplo da escola citado anteriormente ou como no aprendizado analisado por Cíntia. O significante é dispensável quando a organização material da vida social ensina a hierarquia. Uma via decisiva do antirracismo, portanto, é intervir nas instituições.

Em certa ocasião, ao ouvir de uma mãe que nada poderia fazer, propôs-se imaginar o efeito de uma postura coletiva: mães brancas, cujos filhos frequentam escolas majoritariamente brancas, poderiam interpelar as direções sobre estratégias para contratar docentes negros e condicionar a matrícula a medidas efetivas. Trata-se de uma pergunta concreta, não de exigir redistribuição de terra ou reforma agrária. Se sequer essa pergunta é formulada, é porque subsiste adesão ao pacto de manutenção de recursos simbólicos e materiais dentro do grupo branco. Para concluir, vale a lembrança de Ailton Krenak: Pessoas brancas de hoje não são culpadas pelo que fizeram seus ancestrais, mas, se filhos, netos e bisnetos encontrarem o mundo tal como está, os ancestrais seremos nós. Assumir essa responsabilidade presente é condição para transformar o mundo. Obrigada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DU BOIS, W. E. B. **Black Reconstruction in America**. 1860-1880. New York: Harcourt, Brace and Company, 1935.

DYER, Richard. **White**. London; New York: Routledge, 1997.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008 [1952].

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. *In*: WARE, Vron (Org.). **Branquidade:** identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond. 2004. p. 307-338.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do 'branco' brasileiro. *In*: GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MILLS, Charles W. O contrato racial. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional:** uma abordagem conceitual. Geledés, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRANQUITUDE E EDUCAÇÃO: COMO DISCURSOS, TEMPOS E ESPAÇOS REPRODUZEM AS DESIGUALDADES RACIAIS DESDE A PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA

Cintia Cardoso

INTRODUÇÃO

Este capítulo propõe uma reflexão sobre os impactos da branquitude como estrutura social no cotidiano escolar e sobre como as crianças, considerando-as como sujeitos ativos na construção do tecido social, são atravessadas por essa estrutura de poder que vai conceder vantagens raciais ao grupo classificado como branco, desde a infância, construídos a partir da opressão de outros grupos não brancos. Se expressa de diversas maneiras, marcada por diferentes intersecções que o influenciam, como: gênero, classe, etnia, localidade, entre outros. Estruturalmente, os mecanismos sociais asseguram que a supremacia branca seja reproduzida e perpetuada.

Este texto é uma síntese da palestra proferida no âmbito da Aled. Partindo da experiência como docente e investigadora das relações étnico-raciais, tenho buscando compreender o racismo de modo alargado no espaço educacional, colocando na centralidade a branquitude, desnaturalizar as vantagens e privilégios raciais.

A discussão se estrutura em torno dos Estudos Críticos da Branquitude, articulando a Sociologia da Infância, que nas últimas décadas tem contribuído para ampliar e complexificar a compreensão da criança como sujeito social e das infâncias como

construções históricas, culturais e políticas (Cardoso, 2018) e a Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer), com destaque para o impacto simbólico e material dessas relações no quotidiano escolar. Para tal, toma como base dois estudos, um desenvolvido em uma creche pública em Florianópolis (SC) com crianças de 4-6 anos[1], Branquitude na educação infantil (Cardoso, 2018), a segunda, Proposições para uma pedagogia antirracista para bebês: uma perspectiva teórico-crítica sobre racismo e branquitude nos estudos da infância em países europeus em língua inglesa, (Cardoso, 2023), buscou apreender como está colocado o debate sobre infância, raça e bebês, uma análise teórica e crítica da literatura internacional no campo dos Estudos Sociais da Infância com foco na infância, branquitude e antirracismo, de países europeus com publicações de língua inglesa.

A infância, como categoria social, reflete e reproduz as estruturas de poder da sociedade. Pensar a sociedade desde a infância significa considerar que as crianças não apenas absorvem o mundo ao seu redor, mas são atores sociais, também atuam como participantes e construtoras deste mundo.

> A decidida entrada das crianças e da infância na agenda da opinião pública e dos sistemas periciais produtores de conhecimento sobre a sociedade não pode deixar de ser senão a expressão da relevância social da infância neste final do século (Sarmento, 1997, p. 7).

Essa relevância também está relacionada após a inclusão da educação infantil na Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que a reconheceu como a primeira etapa da Educação Básica, que ocorre em creches e pré-escolas instituições públicas ou privadas, responsáveis pela educação e cuidado das crianças,

1 Para um estudo mais profundo das discussões apresentadas, recomendo a leitura da dissertação.

e lhe conferiu um capítulo específico com diretrizes próprias (Abramowicz, 2003).

Embora regulamentadas e supervisionadas por órgãos competentes do sistema de ensino e submetidas ao controle social, essas instituições não estão isentas das desigualdades históricas e estruturais que atravessam a sociedade brasileira.

Ao contrário, funcionam, muitas vezes, como espaços de reprodução das hierarquias raciais, nos quais o cuidado, os afetos, os tempos e os saberes são organizados sob a lógica da branquitude, comprometendo o direito das crianças negras à equidade e ao reconhecimento desde os primeiros anos de vida.

O Movimento Negro Educador (Gomes, 2019), como um ator político, pressionando e tensionando o Estado brasileiro sobre as desigualdades e a superação do racismo, tem um importante papel na sociedade e, principalmente, no campo educacional.

> A educação é o campo escolhido para reflexões aqui realizadas devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiros. Na luta pela superação desse quadro de negação de direitos e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e das ações dos seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista (Gomes, 2019, p. 24-25).

No campo dos estudos das relações étnico-raciais na educação, os avanços foram significativos no reconhecimento das

infâncias negras e na denúncia das desigualdades vividas por crianças negras nos espaços educativos (Godoy, 1996; Cavalleiro, 1998; Dias, 1997; Abramowicz, 2003; Trinidad, 2011; Oliveira, 2019; 2003; Dias, 2003; Santiago, 2021). Entretanto, como apontei (Cardoso, 2018), persiste um silêncio teórico e político em torno da branquitude.

Intelectuais negros, ao entrarem na universidade, muitos desses e dessas oriundos dos movimentos sociais, ao se debruçarem no campo de estudos sobre raça, ampliam as discussões e a denúncia das relações de poder e o impacto do racismo no sistema educacional brasileiro. O que resultou numa série de políticas de promoção da igualdade racial, na obrigatoriedade da história e cultura africana e afro-brasileira na educação, Lei 10.639/03, depois alterada para Lei 11.645/08, que inclui a história indígena.

Ainda assim, passados 22 anos da promulgação da lei, a branquitude segue no próprio âmago da política e da prática educacionais, de forma especialmente perversa na educação infantil. O silêncio em torno das vantagens raciais vivenciadas nesses espaços não é acidental: ele atua como um operador da ordem racista, sustentando aquilo que discuti na pesquisa de mestrado, a presença da Pedagogia da branquitude: "essa pedagogia consolida-se nesses espaços, reforçando a violação dos direitos das crianças negras e a institucionalização hegemônica do branco como padrão de civilidade e de beleza" (Cardoso, 2018, p. 55).

É impossível desconsiderar a história e os sinais contundentes do mundo contemporâneo: o racismo não é um desvio ou um resquício do passado, mas um elemento estruturante de todos os processos societários. Ele opera como fundamento da organização social, moldando instituições, relações e subjetividades.

Essas e outras questões permearão o corpo deste capítulo, e, como horizonte, a construção de uma pedagogia antirracista para os/as bebês, fundamentada na semiótica antirracista e em

uma ontologia relacional, questão à qual me debrucei na continuidade da pesquisa de mestrado.

METODOLOGIA E PERCURSOS INVESTIGATIVOS

A análise apresentada se fundamenta em um duplo percurso investigativo, que articula duas pesquisas desenvolvidas de forma interligada, conforme citado anteriormente. Ambas as investigações adotam uma abordagem qualitativa de natureza teórico-crítica, sustentadas pelo campo interdisciplinar dos estudos da infância, das relações étnico-raciais e dos Estudos Críticos da Branquitude.

A pesquisa etnográfica foi realizada em uma creche pública em Florianópolis (SC), com crianças de 4-6 anos[2], com múltiplas ferramentas de coleta de dados: observação participante, registros fotográficos, diário de campo, gravação de áudio, conversas com professoras brancas e diálogos com crianças brancas.

Esses instrumentos permitiram acessar tanto as narrativas explícitas quanto os silenciamentos e naturalizações que estruturam a branquitude no campo da infância. A escuta atenta das crianças e os diálogos informais com as professoras, além do registro sensível das interações cotidianas, permitiram evidenciar práticas e silêncios que sustentam a vantagem racial branca como norma institucional desde a infância.

Ao longo do percurso, buscou-se manter um olhar reflexivo sobre a posição da pesquisadora, reconhecendo que a produção de conhecimento é situada e atravessada por marcadores sociais, como raça, gênero, classe, território.

O recorte incidiu especialmente sobre os modos como a branquitude é naturalizada como norma e sobre como o racismo estrutural se manifesta nas práticas e nos afetos cotidianos.

2 Para um estudo mais profundo das discussões apresentadas, recomendo a leitura da dissertação.

Na segunda pesquisa, de caráter mais teórico e internacional, foi realizada uma ***revisão sistemática da literatura acadêmica*** publicada em inglês, a partir da produção de quatro revistas associadas ao campo dos Estudos Sociais da Infância/Sociologia da Infância em países europeus, de língua inglesa, ligadas à Infância e à Educação

A análise concentrou-se na produção de conhecimento, me aproximando da produção de outras sociedades e dos modos como procuram discutir a problemática, com especial atenção aos aportes conceituais sobre a construção social da branquitude desde os primeiros anos de vida. Não fui em busca de respostas, o dito complexo de vira-lata, nem legitimando essa produção como única, mas também não nego o que foi produzido pelo colonizador.

A justaposição dessas duas pesquisas permite uma compreensão ampliada e relacional: de um lado, o contexto brasileiro, de outro, os debates internacionais e modos como procuram discutir a problemática, apresentando outras possibilidades para pensar as questões raciais desde os bebês, estabelecendo interlocuções para construção de novos paradigmas, articulando as contribuições críticas à construção de uma pedagogia antirracista desde os primeiros anos de vida. Metodologicamente, a construção do *corpus* se deu por meio de revisão bibliográfica sistemática e análise documental, com estratégias específicas para cada investigação, mas que se retroalimentaram ao longo do processo.

A BRANQUITUDE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SILÊNCIOS, AFETOS E RELAÇÕES

Na pesquisa etnográfica foi possível apreender que as formas de tratamento direcionadas às crianças brancas revelam uma linguagem afetuosa, personalizada e carinhosa: "meu amor", "meu herói", "coisa mais querida". Essas expressões afetuosas não se estendem às crianças negras, revelando uma hierarquização

afetiva racializada (Cardoso, 2018). A branquitude, assim, molda os afetos e valida a hegemonia branca.

A organização dos tempos e espaços também reflete a lógica da branquitude. As crianças brancas recebem mais paciência, escuta e atenção. As crianças negras vivenciam tempos de espera, de repreensão e de silenciamento.

Nesse cenário, a branquitude não se apresenta apenas como uma posição racial, mas como um ***modo de organização que define quem pode ser acolhido, cuidado, valorizado ou rejeitado.*** A racialização das crianças negras, indígenas, amarelas é profundamente afetiva, pois opera nos gestos, olhares, silêncios, toques e expectativas projetadas sobre cada corpo.

As investigações que abordam as relações raciais no contexto da educação infantil, com foco na vivência de crianças negras, evidenciam que a racialização opera como elemento estruturante das interações sociais, tanto entre as próprias crianças quanto entre elas e os/as docentes.

Os dados obtidos na pesquisa de Oliveira (2004) mostram que há um tratamento diferenciado em relação às crianças negras e brancas, baseado em uma linguagem não verbal, por meio de atitudes, gestos e tons de voz que reforçam o racismo e a rejeição por parte das crianças negras em relação ao seu pertencimento racial. Essas vivem diversas experiências que as levam a constituir uma autoimagem negativa.

A autora ainda denominou de "paparicação" a distribuição desigual de afetos destinados às crianças negras, elas permaneciam, na maior parte do tempo, à margem do circuito de "paparicação", experimentando uma forma de exclusão que não era identificada como segregação, mas legitimada como um "carinho diferenciado", marcado por menor intensidade de cuidados e atenção. Dinâmica semelhante se estendia a algumas crianças brancas que tampouco integravam o grupo dos preferidos, evidenciando

como a distribuição de afeto nas interações pedagógicas é seletiva e hierarquizada.

Conforme Santiago (2015), o processo de hierarquização das diferenças, operado por estruturas coloniais e racistas, promove a exclusão sistemática de crianças negras das atividades cotidianas em creches e pré-escolas. Essa dinâmica reforça a noção de que a legitimidade para estar e pertencer a esses espaços está vinculada à branquitude e à adoção de códigos culturais validados pelo projeto colonial. Trata-se de um mecanismo que atravessa e sustenta construções hierárquicas no interior das instituições educativas, produzindo apagamentos e desautorizando existências que desafiam os padrões racializados de normalidade e valor social.

Santiago (2015), em sua pesquisa com crianças de 3 anos, analisa os impactos da racialização nas culturas infantis, analisa como são operacionalizadas as distinções raciais desde os primeiros anos de vida, reproduzindo práticas que inferiorizam corpos e saberes negros. A pesquisa revela que as crianças negras são frequentemente associadas a comportamentos indisciplinados ou menos valorizados pelas educadoras, em comparação às crianças brancas, revelando mecanismos estruturais de exclusão.

Outra questão importante é a ornamentação dos espaços com imagens que reforçam a hegemonia branca, enquanto materiais didáticos ignoram a diversidade racial.

Isso adentra o imaginário infantil quando exerce influência direta sobre a construção desse imaginário. As crianças são interpeladas por representações simbólicas que centralizam a branquitude como sinônimo de beleza, inteligência, afeto e valor moral; a subjetividade das crianças negras é construída sob a sombra da negação, enquanto as crianças brancas aprendem a reconhecer-se como padrão legítimo da humanidade.

A exemplo, os livros à disposição das crianças reforçam a supervalorização do branco, quando apresentam narrativas com

representatividade em que só as crianças brancas se veem representadas, "essas histórias infantis invadem o universo mental das crianças não brancas e também das brancas" (Cardoso, 2014, p. 162).

Além disso, esse processo reforça, desde muito cedo, para as crianças brancas, a ideia de que suas características físicas e culturais são a norma e, portanto, não há razão para medo ou vergonha. Uma segurança simbólica que contrasta com a vivência de crianças racializadas, frequentemente marcadas pela exclusão e pela desvalorização. Molda esse imaginário, a partir da exclusão, a retirada das crianças negras do direito à identificação positiva. Essa lógica se materializa no currículo, práticas afetivas seletivas e ausência de referências negras no espaço e materialidades, como bonecas. Assim, a infância é racializada de modo desigual.

A lógica de hierarquização das diferenças, ancorada em um sistema colonial-racista, opera nos cotidianos das instituições de educação infantil, resultando na exclusão sutil, mas contínua das crianças negras. Essa exclusão produz a noção de que a presença legítima nesses espaços exige a adesão à branquitude e à normatividade cultural que ela impõe. Tal mecanismo reverbera nas formas de controle e silenciamento das existências que se desviam dos padrões racialmente hegemônicos, reafirmando um projeto de infância que exclui, apaga e subalterniza o que não é branco (Santiago, 2015).

As conversas com professoras brancas permitiram acessar os sentidos que atribuem à sua prática pedagógica, revelando tanto silenciamentos quanto racionalizações sobre raça e infância: "Na minha turma, não percebo cor/raça", "Existe sim uma relação de exclusão com relação à higiene".

Cida Bento (2002) denomina de pacto narcísico, no qual pessoas brancas, mesmo inconscientemente, firmam acordos implícitos para manter seus privilégios raciais, evitando se reconhecer como parte ativa na reprodução das desigualdades. No campo

da educação, esse pacto se traduz na ausência de questionamento sobre o lugar racial de professoras/es brancas/os e de crianças brancas, que continuam a ser representadas como universais.

Nos diálogos com as crianças brancas, foi possível compreender como o imaginário racial é constituído desde os primeiros anos de vida, muitas vezes, por meio de repertórios afetivos e simbólicos que reforçam a normatividade branca: "Prefiro brancos da minha cor", "Eu não queria ser escura" (Cardoso, 2018).

Ambas as frases, ditas por crianças brancas, evidenciam de forma contundente como a normatividade branca é internalizada e reforçada desde a primeira infância: "Eu não queria ser escura". Essa declaração não deve ser interpretada como uma simples preferência pessoal, mas sim como o resultado de um processo mais amplo de socialização racial, no qual a branquitude é apresentada como referência, em contraste com aquilo que é negro, constantemente associado à marginalidade, feiura ou inferioridade. Ao preferirem pares brancos, essas crianças não apenas reafirmam a centralidade de sua posição social e racial, mas também reforçam a exclusão daqueles que não se encaixam nesse padrão.

De acordo com Gomes (2003, p. 170), "A escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade".

É fundamental que os espaços educativos se assumam como territórios de disputa simbólica, onde a valorização da diversidade e a desconstrução da branquitude como norma possam, de fato, ocorrer.

O uso do diário de campo e das gravações ampliou a capacidade de captar nuances das relações raciais no cotidiano escolar, gestos, tons de voz, distribuições afetivas e corporais que escapam aos registros oficiais. A fotografia, por sua vez, contribuiu

para documentar o ambiente físico da instituição, evidenciando a ausência de representações negras nos espaços e materiais, bem como a centralidade da estética branca como referência.

Na educação infantil, as crianças estão em pleno processo de construção de identidade e absorvem, muitas vezes, de maneira não verbalizada, os signos sociais que estruturam o mundo ao seu redor. Quando a mídia, os materiais pedagógicos, os livros, os brinquedos e até mesmo as interações escolares cotidianas privilegiam personagens, imagens e afetos brancos, isso comunica que o branco é o "normal", o "universal", o "desejável". Assim, crianças brancas, ao dizerem que preferem outras "da sua cor", estão apenas verbalizando aquilo que aprenderam como sendo legítimo.

Ao articular essas diferentes ferramentas de escuta e observação, a pesquisa buscou construir uma narrativa comprometida com o desvelamento das camadas estruturantes, da pedagogia da branquitude, que atravessam a educação infantil.

BRANQUITUDE E BEBÊS: DIÁLOGO COM ESTUDOS INTERNACIONAIS

A ideia de que a Europa não debate questões raciais não se sustenta, diante da produção acadêmica existente no campo da Sociologia da Infância. Embora o número de estudos encontrado no levantamento bibliográfico ainda seja relativamente reduzido, sua densidade teórica é expressiva. Já em 2001, o campo dos Estudos Sociais da Infância na Europa vinha incorporando discussões sobre branquitude e infância. É especialmente relevante observar que esse debate se estrutura a partir de termos e significados bastante próximos aos utilizados no contexto brasileiro, evidenciando uma convergência crítica que transcende fronteiras geográficas.

Considerando o recorte temporal adotado, 2000-2020, desde 2001, a vantagem racial branca está posicionada a partir da

infância, indicando que nascer branco, pertencer a determinada localização geográfica, o mais próximo à inglesidade, significa vantagem racial.

Nos estudos selecionados, nas quatro revistas[3], essas discussões fornecem relatos dos discursos das crianças no espaço da Educação Infantil e Ensino Fundamental, diante de suas experiências de diferença racial, étnica, religiosa, cultural, linguística, entre outras. Além de como os discursos da branquitude influenciam a prestação de serviço às famílias e crianças pertencentes às minorias étnicas representadas.

No levantamento, me deparei com poucas produções sobre raça e ausência delas em relação a bebês, no entanto, não significa que não haja discussões sobre isso, mas o discurso hegemônico não abre espaço, fruto das relações de poder.

As experiências das crianças, por meio da estrutura social, de discursos mais amplos situados dentro de contextos específicos, que têm significados para as crianças, são baseadas em conceitos profundamente enraizados nas matrizes de poder do mundo adulto, com reproduções demarcadas e outras estruturações criadas dentro das relações de pares das culturas infantis.

Após realizar todo o mapeamento, identifiquei as temáticas mais debatidas: amizade; no contexto da Irlanda, os outros três estudos provenientes de Londres, Irlanda e Dinamarca; identidade social, um estudo no contexto da Escócia; branquitude, três estudos: Noruega, Alemanha e Londres; multiculturalismo, nos contextos: Noruega, Islândia, Londres; racismo, contexto: Espanha, Chipre, Escócia e Inglaterra; alteridade, um estudo no contexto de Chipre; eventos sociais e políticos, dois estudos, um no contexto da Inglaterra e o outro no do País de Gales.

3 *Children & Society; Childhood; Global Studies of Childhood e Contemporary Issues in Early Childhood.*

Identificar as categorias centrais que mobilizam os discursos possibilitou fazer a análise do *corpus* de maneira articulada, com atravessamentos dos processos imigratórios, nas relações de gênero, deficiência, diferença linguística e tantas outras. Os discursos se misturam, os debates invocam as categorias de diferentes formas, a cor de pele tem centralidade na discussão. As categorias de análise às quais chegamos, acreditamos que agregam às discussões brasileiras, porque focalizam uma dimensão mais profunda: Alteridade Colonial, Pertencimento Cultural e Agência Racializada e de Resistência.

A categoria alteridade é presente nos estudos sociais da infância no Brasil. Nos estudos levantados, a alteridade, o processo de alterização, passa pela racialização e etnicidade do outro de maneira hierarquizada. O que se evidencia é que a lógica colonial continua estruturando as relações sociais, desde a infância, moldando a forma como a alteridade é percebida e sustentando a cumplicidade cultural com o racismo e o colonialismo, que nos levou à Alteridade Colonial. A segunda categoria, Pertencimento Cultural.

> (...) refere-se à conexão que os indivíduos têm com uma cultura específica, incluindo costumes, identidade linguística e histórias compartilhadas. Em muitos aspectos, é algo inerente à condição humana, pois todos os seres humanos têm algum tipo de vínculo ou identificação com uma cultura, seja ela nacional, étnica, religiosa ou regional (Cardoso, 2023, p. 183).

Em função das injustiças históricas, as experiências de pertencimento cultural dos grupos racializados estão frequentemente entrelaçadas com as questões raciais, sobretudo, em contextos marcados pela discriminação sistêmica. Dessa forma, a identificação cultural de muitas pessoas pode ser profundamente impactada por percepções sociais e estereótipos racializados, que

forjam sentidos negativos sobre si mesmas e sobre o grupo ao qual pertencem. No funcionamento do racismo, a cultura passa a associar determinados traços corporais a significados desvalorizados, produzindo rejeição, exclusão e tratamento discriminatório.

Dessa forma, ao refletirmos sobre o pertencimento cultural, voltamo-nos à Educação Infantil como um espaço fundamental para considerar a presença corporificada dos bebês, em especial, dos bebês negros, e a forma como são acolhidos nesse contexto. Trata-se de compreender como se constrói, desde os primeiros anos, um senso de pertencimento, sobretudo, em ambientes marcados por diferenças étnicas, raciais, de classe e culturais, que demandam sensibilidade, escuta e processos contínuos de negociação e reconhecimento (Cardoso, 2023).

A terceira categoria, Agência Racializada e de Resistência, como categoria emergente, pode ser compreendida como situada entre as noções de Alteridade Colonial e Pertencimento Cultural, tendo como base as ações concretas das crianças. A partir dos recortes analíticos e da organização dos excertos, foi possível identificar não apenas o exercício da agência infantil, mas também como esse movimento é impulsionado pelo pertencimento étnico-racial das próprias crianças, de diversas maneiras, revelando estratégias de afirmação e resistência, mas igualmente para excluir.

Assim, torna-se evidente a existência de uma dimensão racializada nas interações entre as crianças, o que reforça a importância de compreender a natureza dessas relações marcadas pela raça e suas implicações. Reconhecer as marcas diferenciadas que atravessam essas socializações contribui para entender por que as crianças recorrem a formas de agência racial, ao se depararem com dinâmicas de poder que as oprimem, desenvolvendo formas de resistência. Esse movimento se contrapõe às normas hegemônicas que as excluem, à medida que elas se conscientizam da racialização de seus corpos, da sub-representação que vivenciam e da marginalização simbólica que enfrentam. Tudo isso alimenta

uma resistência aos discursos dominantes, expressa por meio do exercício ativo da agência racial (Miller, 2016). Compreender essas dinâmicas é fundamental para analisar como e em quais contextos as crianças mobilizam sua agência frente às estruturas raciais que as atravessam.

CONVERGÊNCIAS E TENSÕES: PARA UMA PEDAGOGIA DA INFÂNCIA ANTIRRACISTA DESDE OS PRIMEIROS ANOS

Integrando os achados das duas pesquisas, emerge a necessidade de uma pedagogia da infância antirracista que opere não só pela afirmação identitária das crianças negras, mas também pelo desmonte ativo das condições simbólicas e materiais que sustentam a branquitude como referência hegemônica. Assim, a pedagogia da infância antirracista, dialoga profundamente com os fundamentos de Rocha (2001). A sensibilidade às manifestações do corpo e o reconhecimento das linguagens múltiplas se articulam com: demanda de um compromisso radical com a desconstrução das hierarquias raciais que estruturam as instituições educacionais, os modos de perceber, nomear e cuidar das crianças, a branquitude opera precocemente na infância, isso faz emergir a necessidade de uma pedagogia que opere não só pela afirmação identitária das crianças negras, mas também pelo desmonte ativo das condições simbólicas e materiais que sustentam a branquitude como referência hegemônica.

A formação crítica de professores/as como ***adultos-chave***, responsáveis por criar sentidos, promove interações e fortalece o senso de pertencimento das crianças desde bebês. Esses/as profissionais precisam reconhecer as formas como seus próprios corpos, olhares e expectativas se inscrevem na reprodução das desigualdades raciais; é necessária a revisão dos currículos e materiais pedagógicos que silenciam ou embranquecem a diversidade cultural e epistêmica; a atenção aos gestos cotidianos nas

interações com os bebês e crianças, especialmente nos modos como afeto, cuidado e linguagem, distribuídos de forma desigual; e a construção de espaços educativos que acolham a pluralidade étnico-racial como constitutiva da experiência humana.

Entende-se que a abertura dos processos formativos, tanto os iniciais quanto os realizados em serviço, e as perspectivas teóricas que ressignificam as posições de crianças e adultos são fundamentais para transformar as práticas pedagógicas. Essa abertura não é uma condição única, mas um elemento constitutivo (Coutinho, 2010).

Em síntese, uma pedagogia da infância antirracista que parte dos bebês e acompanha as crianças ao longo da trajetória educacional deve ser uma pedagogia do confronto: confrontar o silêncio sobre a branquitude, o afeto seletivo, a ausência de representatividade e o epistemicídio cotidiano. Ao mesmo tempo, deve ser uma pedagogia do cuidado radical, que acolhe as diferenças e afirma o direito de todas as crianças a um espaço sem o peso das opressões históricas, fundamentada em uma Semiótica Antirracista, com base em Hall (2016), que compreende que todos os objetos e práticas culturais produzem sentidos por meio de signos. Essa pedagogia se articula de forma sensorial, perceptiva, emocional e corporal, reconhecendo o corpo do bebê como seu principal meio de expressão e comunicação e parte integrante das relações sociais e culturais.

Essa abordagem busca romper com estereótipos e desigualdades raciais presentes nas linguagens visuais, sonoras e simbólicas que atuam no espaço da creche. Valoriza a herança africana, as culturas afro-brasileiras, linguagens múltiplas (corporal, musical, visual, oral, escrita); valoriza saberes e práticas afro-brasileiras (música, culinária, dança, festividades); representações diversas e narrativas inclusivas; ambientes pedagógicos sensorialmente estimulantes e culturalmente diversos; a escuta ética do corpo dos bebês, considerando o choro, o olhar e os gestos como formas

legítimas de comunicação. Essa pedagogia é, sobretudo, ***uma prática de justiça desde o início*** da vida escolar das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse cruzamento teórico revela que ***uma educação antirracista exige uma dupla tarefa:*** afirmar a negritude como potência e questionar a branquitude como sistema de dominação que se inscreve nos afetos, nas rotinas e nas decisões pedagógicas desde os primeiros anos de vida. Assim, torna-se urgente interrogar os privilégios raciais na infância, não apenas como um gesto ético, mas como parte de um compromisso político com uma educação antirracista.

Ao deslocar o foco exclusivo da negritude como marca da diferença, problematiza-se o lugar da branquitude como identidade racial normativa e invisibilizada, cujos privilégios organizam a estrutura das relações raciais desde os primeiros anos de vida. Trata-se, portanto, de tensionar os currículos, as interações e as materialidades, para que deixem de operar como reprodutores das hierarquias raciais e se tornem dispositivos de transformação.

Nesse contexto, reforça-se o papel das educadoras como ***agentes fundamentais de mudança.*** A sua escuta atenta, seu olhar sensível e sua ação intencional podem (re)significar práticas cotidianas, provocando deslocamentos ético-políticos nas formas de ensinar, cuidar e se relacionar com os bebês e as crianças. Para isso, os espaços formativos, tanto iniciais quanto continuados, precisam incorporar de maneira consistente o debate sobre o racismo, a branquitude e as pedagogias da infância antirracistas.

As proposições aqui apresentadas são também um convite para que as pesquisas acadêmicas continuem a se debruçar sobre a infância não apenas como um campo de cuidado e desenvolvimento, mas como um ***território de disputas simbólicas e políticas***.

É necessário continuar produzindo conhecimento situado, interseccional e comprometido com a justiça racial desde os primeiros anos de vida.

Essa reflexão afirma o compromisso com uma pedagogia da infância antirracista**,** que reconheça os bebês como sujeitos de direitos, histórias e culturas, capazes de sentir, perceber e resistir. Uma pedagogia que honre a ancestralidade, valorize a pluralidade e enfrente com coragem e responsabilidade as desigualdades que persistem.

Uma Pedagogia da Infância Antirracista, baseada em uma abordagem semiótica, sensível e perceptiva, que olhe para o corpo como linguagem. Que valorize a diversidade nas imagens, nos sons, nas histórias, nos brinquedos. Que reconheça a ancestralidade como parte da vida cotidiana dos bebês.

E mais: Que ouça o corpo dos bebês como forma de comunicação. Que acolha seus gestos, seus choros, seus olhares como parte do seu direito de existir com dignidade. Que afirme, desde o início da vida, que todas as crianças têm o direito de se ver, de se reconhecer e de pertencer.

Finalizo com uma lembrança de Azoilda Loretto da Trindade (2005), que dizia que o Axé **–** essa energia vital que nos move **–** também está presente na educação. Que esse Axé nos guie na construção de uma pedagogia que, desde os bebês, seja justa, bonita e profundamente comprometida com a vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. **O direito das crianças à educação infantil**. Pro-Posições, Campinas, v. 14, n. 3 (42), p. 13-24, 2003.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo:** Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia) **–** Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação**. Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10. 639. htm>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645/08**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 2008.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo,

preconceito e discriminação na educação infantil. 1998. 234 f. Dissertação (Mestrado) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Acesso em: 10 mar. 2025.

CARDOSO, C. **Branquitude na Educação Infantil:** Um Estudo sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais em uma Unidade Educativa do Município de Florianópolis. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CARDOSO, C. Proposições para uma Pedagogia Antirracista para bebês: uma perspectiva teórico-crítica sobre racismo e branquitude nos estudos da infância europeus em língua inglesa. 2023. 218 f.Tese (Doutorado em Educação) **–** Universidade Federal do Paraná, Curitiba,2023.

COUTINHO, A. M. S. **A experiência de ser bebê na creche:** o ator social e a constituição da docência. Humanidades & Inovação, v. 4, n. 1, 2017.

DA TRINDADE, A. L. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil**. Proposta Pedagógica, 2005.

GODOY, E. A. A representação étnica por crianças pré-escolares: um estudo de caso à luz da teoria piagetiana. 1996. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas (SP), 1996.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151770220030001000 12&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 abr. 2025.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes Limitada, 2019.

HALL, S. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. **As crianças e a infância:** definindo conceitos, delimitando o campo. As crianças: contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho, p. 7-30, 1997.

MILLER, S. A. Assent as Agency in the Early Years of the Children of the American Revolution. **The Journal of the History of Childhood and Youth**, [s.l.], v. 9,

n. 1, 2016, p.48-65. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/611006. Acesso em: 22 fev. 2023. doi:10.1353/hcy.2016.0022.

OLIVEIRA, F. Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial? 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos (SP), 2004.

ROCHA, E. A. C. A pedagogia e a Educação Infantil. **Revista Brasileira de Educação**, [*s.l.*], v. 2001, p. 27-34, 2001.

SANTIAGO, F. Hierarquização e racialização das crianças negras na Educação Infantil. **Leitura:** Teoria e prática, Campinas, v. 33, n. 64, p. 31-47, 2015.

SANTIAGO, F.; FARIA, A. L. G. Feminismo negro e pensamento interseccional: contribuições para as pesquisas das culturas infantis. **Educação & Sociedade**, [*s.l.*], v. 42, p. e 239933, 2021.

TRINIDAD, C. T. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil.** Orientadora: Cláudia Leme Ferreira Davis. 2011. 183 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

UMA ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA DA CIRCULAÇÃO DO CONCEITO RACISMO ESTRUTURAL EM TEXTOS MIDIÁTICOS RELATIVOS AO "CASO MIGUEL SANTANA", EM RECIFE (PE)

Marco Antonio Lima do Bonfim
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

INTRODUÇÃO

Em 2 de junho de 2020, na cidade de Recife, Pernambuco, no auge da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)[1], e poucos dias após o assassinato do segurança negro George Floyd, em Mineápolis, Estados Unidos; Miguel Otávio Santana da Silva, um

1 O termo pandemia faz referência à distribuição geográfica de uma doença por todo o planeta e não apenas como uma epidemia (referente a uma contaminação mais localizada). A pandemia de Covid-19, também conhecida como pandemia do novo coronavírus, foi uma doença iniciada na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019, que se difundiu por todo o mundo, contaminando centenas de milhões de pessoas, estendendo-se até o ano de 2022. O novo coronavírus foi denominado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como SARS-CoV-2 e a doença por ele causada, Covid-19. Trata-se de uma doença que ataca diretamente o sistema respiratório. Estima-se que aproximadamente 15 milhões de pessoas morreram no mundo por conta dessa doença. Houve também diversos efeitos sociais, econômicos, políticos e educacionais negativos oriundos da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, pois todos os países infectados decretaram, sob orientação da OMS e das demais autoridades sanitárias, o distanciamento social como uma das formas de combate à transmissão do vírus, e, por conta disso, as pessoas tiveram que ficar isoladas dentro de suas próprias moradias. Em nosso país, entre as medidas de enfretamento e combate à pandemia indicadas pela OMS e o Ministério da Saúde, estava a higienização das mãos, o uso de máscaras, limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados e quarentena de pessoas infectadas pelo vírus. No Brasil, em torno de 700 mil pessoas morreram por conta dessa doença, na sua maioria, pessoas negras e residentes em áreas periféricas das cidades. Somente com o desenvolvimento e aplicação de vacinas foi possível combater e controlar a proliferação do vírus.

menino negro de 5 anos de idade, filho de Mirtes Renata Santana de Souza, uma mulher negra e trabalhadora doméstica, morreu, depois de ter sido deixado aos cuidados da patroa, Sarí Corte Real, uma mulher branca, casada com Sérgio Hacker, um homem também branco, e, à época, prefeito de Tamandaré (PE).

Faz necessário dizer que Mirtes Souza e sua mãe, Marta Maria Alves, trabalhavam como trabalhadoras domésticas na residência de Sarí Corte Real e, ao que consta, eram pagas por Sérgio Hacker com os recursos financeiros da prefeitura de Tamandaré, sem ter nenhum vínculo empregatício com essa instituição.

Naquele dia 02 de junho, Mirtes Sousa teve como uma de suas obrigações levar o cachorro da patroa para passear, tendo que deixar o filho sob a responsabilidade de Sarí Corte Real, que estava sendo atendida por uma manicure, ao mesmo tempo em que prestava cuidados à criança. Conforme as informações veiculadas na mídia local e nacional, a patroa deixou Miguel Santana sozinho no elevador, tendo apertado o botão de um andar superior. Em seguida, ele caiu do nono andar do prédio, de uma altura de 35 metros, o que levou à sua morte.

Sarí Corte Real chegou a ser presa, porém, após pagar a fiança de R$ 20 mil, foi solta e responde pelo crime em liberdade. No ano de 2022, ela foi condenada a 8 anos e seis meses de prisão, por abandono de incapaz com resultado morte. Ainda em 2022, Mirtes Sousa entrou com um recurso junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), solicitando que a pena fosse aumentada. Por fim, em julho de 2023, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou Sarí Corte Real e Sérgio Hacker a pagarem R$ 386 mil por dano coletivo moral. A decisão teve por base o conceito de racismo estrutural.

Figura 1 – À esquerda, Miguel Santana da Silva; à direita, Sarí Corte Real



Fonte: https://diplomatique.org.br/aqui-para-a-primeira-condenacao-judicial-por-racismo-estrutural/. Acesso em: 1 out. 2023.

O caso foi noticiado em vários veículos de comunicação do país, como a Carta Capital, g1.globo.com, Folha de SPaulo, Tribuna Online*, BBC, Le Mond Diplomatique* Brasil, entre outros. Portanto, esse fato foi sendo (re)construído na mídia, nas palavras de Blommaert (2008, p. 109), "através de uma sequência de reentextualizações, envolvendo recontextualizações para além [do fato ocorrido] [...] a história é toda a trajetória do texto".

Diante desse fato, neste capítulo, realizo uma análise crítico-discursiva da circulação do conceito racismo estrutural em textos midiáticos relativos ao "Caso Miguel Santana". Especificamente, analisarei, convocando pensadoras(es) negras(os), os Estudos Críticos do Discurso (Fairclough, 2001) e a Antropologia Linguística (Bauman; Briggs, 1990; Duranti, 1997), os processos de descontextualização, entextualização e reentextualização do conceito racismo estrutural, atentando para como ele é descolado das práticas/instituições sociais, do sistema de poder da supremacia branca brasileira. Essa discussão objetiva explorar os desdobramentos dessa circulação discursiva para a luta antirracista.

Para tanto, dividi o capítulo em duas seções. Na primeira, discorro acerca do racismo estrutural, conectando-o à produção de subjetividades racializadas, principalmente no que se refere à identidade racial branca no Brasil e à forma como a perpetuação do racismo estrutural se efetiva por meio da (re)produção de vantagens raciais de pessoas brancas sobre pessoas negras. Também discuto a participação da linguagem como discurso nesse processo. Na segunda seção, apresento o conceito de trajetória textual por meio dos processos de descontextualização, entextualização e reentextualização discursiva para, em seguida, efetuar a análise crítico-discursiva das viagens textuais do conceito racismo estrutural em contexto midiático. Por fim, nas considerações finais, apresento minhas observações conclusivas acerca da análise, contemplando os seus desdobramentos para a luta antirracista no Brasil.

RACISMO ESTRUTURAL E BRANQUITUDE NO BRASIL

O racismo estrutural e antinegro é uma forma sistemática de dominação que tem na raça, ou melhor, na hierarquia racial entre corpos brancos e negros, o seu fundamento. Ele é estrutural e estruturante de qualquer relação social, pois não está apenas no nível do preconceito racial (no ato individual de um sujeito branco, a partir de um conjunto de crenças e valores, depreciar e estereotipar corpos negros), mas organiza, estrutura e integra inescapavelmente a organização econômica, política, cultural e discursiva de nossas sociedades. O racismo é um sistema de poder/dominação. O racismo antinegro desumaniza os corpos negros, ao passo que confere humanidade aos corpos lidos como socialmente brancos, por meio de uma série de "dispositivos de racialidade", nos termos da filósofa e pensadora negra brasileira Sueli Carneiro (2023a).

Na esteira das reflexões do filósofo Michel Foucault acerca da aplicação da noção de dispositivo ao domínio da sexualidade,

Sueli Carneiro compreende as relações raciais no Brasil como um domínio que produz e articula poderes, saberes e modos de subjetivação. Em suma, a autora entende a construção da racialidade como dispositivo de poder que, ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, redefiniu e hierarquizou as demais dimensões humanas conforme a proximidade ou distanciamento desse padrão.

Para o sociólogo negro Ronaldo Sales Júnior, o racismo é "um sistema de dominação social baseado nas relações raciais, efetivando-se nas formas do preconceito, da discriminação e da desigualdade raciais" (Sales Júnior, 2006, p. 1). O filósofo e advogado negro Silvio Almeida (2019), ao definir o racismo como estrutural, parte da concepção de que "o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, [...]" (Almeida, 2019, p. 50).

Em sendo estrutural, o racismo antinegro estrutura também a forma como interpelamos os outros e a forma como os outros nos interpelam, no sentido de sermos constituídos discursivamente, de nossas identidades sociorraciais serem produzidas a partir da representação/construção que o outro faz de nós (Bonfim, 2016). Aqui, dialogo com a intelectual negra Zelma Madeira (2020, p. 145),, quando ela afirma que

> o racismo só pode existir se tiver uma estrutura social que identifica esses grupos [raciais], [uma estrutura] que cria subjetividades dentro desses grupos e que estabelece relação de poder, que independe inclusive do propósito do indivíduo. Não existe racismo sem teoria que o sustente, além da teoria carece de narrativas históricas, de instituições que reproduzam a subjetividade para funcionar a partir dessa lógica de desigualdades.

Como um estudioso da linguagem como prática social e das conexões entre linguagem e raça, questiono: Como os textos participam desse processo de constituição/naturalização, reprodução e/ou contestação/desnaturalização de subjetividades? Como o discurso, como uma *dimensão* das práticas sociais, isto é, como constitutivo das formas de produção de vida social, produz subjetividades raciais e, por meio de instituições sociais, reproduz essa lógica de desigualdades entre corpos negros e brancos, em um país estruturalmente racista?

O que estou entendendo por corpo, aqui, não se reduz ao corpo físico (a anatomia), está mais relacionado à produção de performances contínuas de reivindicação identitária materializadas no e pelo uso da linguagem. Nossos corpos são investidos pelas e nas relações de poder, pois a presença material e simbólica do corpo no dizer é uma marca que se impõe no efeito linguístico. A marca a que me refiro, aqui, pode ser entendida como um conjunto de marcadores de diferença social que são constitutivos do processo identitário, tais como: raça, gênero e classe social. Portanto, se atos linguísticos materializam marcadores de diferenciação de corpos, é possível pensarmos que corpos e textos estão intimamente relacionados (Pinto, 2015a), e, dessa forma, investigarmos o entrecruzamento entre a circulação de textos e a mobilidade da racialização de sujeitos corpóreos.

Ao considerar o discurso como um conceito analítico no âmbito dos Estudos Críticos do Discurso como "[...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, discurso não apenas como um *modo de representação* do mundo, mas como uma *prática de significação do mundo*, constituindo o mundo em significado" (Fairclough, 2001, p. 91, grifos meus), busco, aqui, demonstrar como aspectos políticos e históricos do racismo se efetuam discursivamente, ou melhor, como ele (o racismo) age na constituição e reprodução de hierarquias raciais.

Se, como nos mostra Silvio Almeida (2019), a manifestação estrutural do racismo se efetiva, entre outras dimensões, no âmbito ideológico, e, por sua vez, os significados linguísticos são constitutivos da realidade social, estabelecendo a manutenção de relações de dominação entre pessoas, grupos e instituições, uma vez que "as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder", de acordo com Fairclough (2001, p. 121), temos que "o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão, de algum modo, conectados com as práticas sociais" (Almeida, 2019, p. 63).

No entanto, é possível verificarmos que, no contexto brasileiro, circula uma percepção/interpretação de que o racismo estrutural não se encarna em práticas sociais e não se materializa na supremacia branca. Parece que, ao afirmar que "é culpa do racismo estrutural" ou "é o racismo arraigado", a discussão é encerrada, como se a estrutura não fosse movimentada por sujeitos racialmente e corporalmente situados por meio de seus posicionamentos discursivos, incluindo, aqui, a ideologia, entendida, nos termos de John Thompson (2007, p. 76), como "sentido [que] serve para estabelecer e sustentar relações de dominação". A esse respeito, Sueli Carneiro (2023b, p. 52), em um evento realizado em outubro de 2020, acerca das "alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para a equidade racial", afirmou:

> porque nós nos acostumamos a falar do racismo no Brasil de maneira em que, de um lado, aparece a vítima (o negro assassinado, o negro na indigência humana, o negro subalternizado), e, de outro, está o tal do racismo estrutural, que não se encarna em nenhum sujeito concreto, que não se encarna concretamente nas práticas sociais [...].

Para a análise crítico-discursiva da circulação do conceito racismo estrutural na mídia que farei a seguir, ou seja, para uma análise da conexão entre a estrutura linguística e a macroestrutura social mais ampla, assumirei que a reprodução e a manutenção do racismo estrutural estão assentadas nas formas de poder incrustadas nas relações sociais e hierárquicas exercidas pelos *corpos lidos socialmente como pessoas brancas* sobre as pessoas negras em sociedades estruturadas pelo racismo antinegro, como é o caso do Brasil.

Como mencionado anteriormente, o racismo antinegro e estrutural está conectado aos processos de constituição de subjetividades. Tais formas de ser no mundo social, ao serem reproduzidas, sustentam a lógica de produção de desumanização e desigualdades pelas quais passam as pessoas negras. Desse modo, a constituição da identidade racial branca – incluindo o(a) branco(a) brasileiro(a) como branco(a)-mestiço(a)), como "um lugar de privilégios simbólicos, [...] materiais e palpáveis" (Cardoso, 2010, p. 611) – participa e contribui para a naturalização e reprodução da estrutura racista. Essa, inclusive, é a posição dos(as) demais pesquisadores(as) que integram o campo de estudos críticos sobre a branquitude.

Os estudos críticos sobre a branquitude (*Critical whiteness studies)* se configuram como um campo de pesquisa relativamente recente no âmbito das pesquisas acerca das relações raciais. Esse campo tem despontado principalmente nas áreas da Sociologia, Psicologia Social, Antropologia, Educação, ganhando espaço também nos Estudos Críticos do Discurso (Bento, 2002, 2022; Cardoso, 2010, 2020; Schucman, 2012, 2014, 2020; Bonfim *et al*., 2022). De acordo com Cardoso (2010), tais estudos tiveram o Brasil como palco inicial, pois foi o sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), em meados dos anos 1950, a partir da publicação do artigo "A patologia social do branco brasileiro", um dos primeiros a tratar da *brancura como dispositivo de poder* nas relações raciais.

Desde então, houve a continuidade e desenvolvimento desses estudos tanto no Brasil quanto no exterior (África do Sul, Estados Unidos e Austrália), que foi constituindo esse campo de pesquisa. Por exemplo, nos Estados Unidos, as pesquisas nesse sentido passam a se consolidar na década de 1990. Robin Diangelo é uma das pesquisadoras brancas que têm tido destaque no contexto estadunidense mais recentemente. Sobre branquitude e poder, ela nos diz:

> A branquitude se baseia em uma premissa fundadora: a definição dos brancos como norma ou o padrão do humano e das 'pessoas de cor' [pessoas negras] como um desvio dessa norma. A branquitude não é reconhecida pelos brancos, e o ponto de referência branco é presumido como universal e imposto a todos (Diangelo, 2018, p. 48).

Esse campo de pesquisa busca compreender, a partir do constructo ideológico de poder nomeado de *branquitude*, as formas de poder constitutivas das relações sociais entre pessoas brancas e pessoas negras. Busca-se, nessa abordagem, racializar o(a) branco(a) nas relações raciais, isto é, focalizar a constituição da identidade racial branca. Para Schucman (2014, p. 94), a branquitude é entendida como uma posição que confere a esses corpos vantagens no que diz respeito ao "acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade".

É desse lugar de suposta neutralidade, de falta de reconhecimento, ou, como diriam France Twine e Amy Steibugler (2006), de falta de letramento racial (*literacy racial*) e de manutenção dos seus privilégios, que a branquitude opera e (re)produz o racismo. Para romper com essa prática, é necessário que as pessoas brancas reconheçam e problematizem a branquitude, analisando a

sua posição de opressoras e as estratégias de manutenção dessa opressão. A invisibilidade da branquitude naturaliza a suposta isenção das pessoas brancas na luta antirracista. Faz-se necessário, por parte dos(as) brancos(as) antirracistas, problematizar entre os(as) seus(suas) a noção de *vantagem racial* com a qual "raramente querem se defrontar, transformando-a rapidamente num discurso de mérito e competência que justifica uma situação privilegiada, concreta ou simbólica" (Bento, 2002, p. 43).

Cida Bento (2022, p. 121), psicóloga e intelectual negra brasileira, cunhou o conceito de *pacto narcísico da branquitude*. Em suas palavras, os "[...] pactos narcísicos exigem a cumplicidade silenciosa do conjunto dos membros do grupo racial dominante e que sejam apagados e esquecidos os atos anti-humanitários [portanto, racistas] que seus antepassados praticaram". Trata-se, portanto, de um dispositivo de poder que, ao mesmo tempo em que perpetua temporalmente tal acordo tácito entre a branquitude, conferindo-lhe vantagens raciais, reproduz e naturaliza a desigualdade racial entre brancos(as) e negros(as). É preciso que sujeitos brancos desenvolvam e/ou sejam interpelados por práticas/experiências raciais que os levem a praticar um antirracismo de fato, e não um antirracismo de fachada (Mattos; Accioly, 2021).

Como consequência disso, espera-se que passem a efetuar mudanças em seus micro-lugares de poder e atuação, contribuindo para a desnaturalização de práticas e discursos racistas. Uma das maneiras de colaborar para isso é entender como o conceito de racismo estrutural, paradoxalmente, tem sido usado como um escudo pela branquitude, na medida em que essa noção é posta a circular discursivamente de forma descolada das práticas sociais. Na próxima seção, explorarei esse aspecto a partir da discussão e análise da circulação do conceito racismo estrutural em contexto midiático.

A CIRCULAÇÃO DO CONCEITO RACISMO ESTRUTURAL NA MÍDIA BRASILEIRA: "O CASO MIGUEL SANTANA"

Inicio esta seção dialogando com alguns(mas) linguistas aplicados(as), tais como Daniel Silva (2014), Luiz Paulo da Moita Lopes e Branca Fabrício (2018), apropriando-me da *metáfora da viagem* e de como ela pode nos ensinar sobre *mobilidade discursiva*. Em nosso cotidiano, dizemos que "livros circulam mais do que outros", ou que, "no mundo de hoje as informações circulam mais rápido". Alinho-me a esses(as) pesquisadores(as) e a uma literatura no campo da Antropologia Linguística (Bauman; Briggs, 1990; Agha, 2007; Blommaert, 2008; 2010; Duranti, 1997; Pinto, 2015b; Silva, 2015) que sugere que textos – como agregados de signos – só podem ser compreendidos por processos contínuos de entextualização-descontextualização-recontextualização por meio dos quais vamos movimentando "textos ou fragmentos de textos que legitimamos como adequados aos processos de construção do significado. Um tal processo sugere que textos não são confinados a nenhum espaço específico" (Moita Lopes; Fabrício, 2018, p. 772).

Tais estudos buscam focalizar a mobilidade textual dos discursos através de evidências etnográficas, isto é, buscam investigar os modos de transformação do discurso (materializado em textos), para entender a mobilidade de textos e contextos culturalmente situados. Ao mesmo tempo, analisam os micros e macro contextos de circulação desses discursos. A esse respeito, adiciono o argumento de Inês Signorini (2008, p. 7), quando ela defende "[...] a focalização da língua[gem] situada, ou seja, não descolada de contextos de uso e práticas específicas de interação social".

Assim sendo, discutir a mobilidade discursiva é analisar como os discursos podem ser descontextualizados (deslocados do seu contexto inicial), entextualizados (viajar por entre con-

textos) e reentextualizados em outra situação comunicativa. Os antropólogos-linguistas Richard Bauman e Charles Briggs (1990, p. 188) afirmam que entextualizar é

> o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional. Um texto, então, nesta perspectiva, é discurso tornado passível de descontextualização. A entextualização pode muito bem incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o texto resultante carregue elementos da história de seu uso consigo.

De acordo com Daniel Silva (2014, p. 68), a entextualização captura "os sentidos da relativa autonomia das unidades linguísticas de se tornarem textos, no trânsito de um contexto a outro". O processo de entextualizar está relacionado à trajetória de textos, à viagem deles no tempo/espaço (Bonfim; Alencar, 2017). Para entendermos um dado enunciado, nessa perspectiva, precisamos *acompanhar a história natural do discurso* (Silverstein; Urban, 1996), analisando a força agentiva do próprio ato de fala performativo (Austin, 1962), que, ao circular/ viajar, constrói contextos próprios de significação. Portanto, diante das explicitações que forneci no início deste capítulo sobre o conceito racismo estrutural, passarei agora a uma análise discursiva da circulação do conceito racismo estrutural em textos midiáticos relativos ao caso Miguel Santana.

Desde junho de 2020, várias matérias jornalísticas foram veiculadas na mídia brasileira acerca desses momentos desse trágico evento. Em termos metodológicos, selecionei as seguintes manchetes, a fim de analisar os processos de descontextualização, entextualização e reentextualização do conceito racismo estrutural: a) "Caso menino Miguel: 'A nossa supremacia branca

é assim', diz historiadora" [2] ; b) "ONU cita caso de Miguel como exemplo de 'racismo sistêmico' na pandemia" [3] e c) "Aqui para": a primeira condenação judicial baseada em racismo estrutural"[4]. Os critérios usados para a seleção dessas manchetes foram a) notícias que, em seu título, remetessem diretamente ao caso Miguel Santana e b) Manchetes em que aparecessem, de forma direta, menções ao conceito racismo estrutural. Procurei responder às seguintes questões: De que maneira uma análise crítico-discursiva da circulação do conceito racismo estrutural em textos midiáticos relativos ao caso Miguel Santana evidencia (ou não) ações discursivas que tentam desconectar o racismo da branquitude? E quais os desdobramentos dessas entextualizações e reentextualizações para a luta antirracista no Brasil?

Analisar o processo de entextualização discursiva é perseguir as trajetórias de um ato de fala performativo em sua cadeia de várias entextualizações e sucessivas reentextualizações (Silva, 2014). Noutras palavras, é perseguir os rastros, as pistas da circulação de um dado ato de fala performativo. A seguir, efetuo a análise discursiva da trajetória textual do conceito racismo estrutural nessas três manchetes, apontando como elas constituem uma cadeia de várias entextualizações e reentextualizações discursivas:

Celebridades e políticos, como a *ex-senadora Marina Silva e a vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos*, se manifestaram sobre a morte do garoto e afirmaram que o caso mostra o *racismo estrutural* e o *desprezo* pelas vidas negras no país (Fonte: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-menino-miguel-a-nossa-supremacia-branca-e-assim-diz-historiadora.ghtml. Acesso em: 1 out. 2023.)

2 Fonte: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-menino-miguel-a-nossa-supremacia-branca-e-assim-diz-historiadora.ghtml. Acesso em: 1 out. 2023.

3 Fonte: https://www.geledes.org.br/onu-cita-caso-de-miguel-como-exemplo-de-racismo-sistemico-na-pandemia/. Acesso em: 1 out.2023.

4 Fonte: https://diplomatique.org.br/aqui-para-a-primeira-condenacao-judicial-por-racismo-estrutural/. Acesso em: 1 out. 2023.

Notem que o conceito racismo estrutural foi descontextualizado do uso empregado pelo Movimento Negro e por pensadores(as) negros que têm investigado esse fenômeno, com profundidade, no campo de pesquisa dos estudos das relações raciais. Ele viajou e foi reentextualizado no contexto de uma prática discursiva jornalística que, ao atribuir a personalidades da política brasileira (como Marina Silva, ex-senadora e atual Ministra do Meio Ambiente e Mudança de Clima do Brasil, e à vice-governadora do Estado de Pernambuco, à época, Luciana Santos) o discurso relatado "sobre a morte do garoto" como uma amostra do racismo, desconecta o racismo estrutural do sistema de poder da supremacia branca, isto é, da atuação da branquitude, conforme explicitei anteriormente na reprodução do racismo.

Isso ocorre, nesse texto, por meio do que Thompson (2007), ao discorrer sobre os modos de operação da ideologia como formas simbólicas que estabelecem e sustentam relações assimétricas de poder, denominou como *reificação*. Por esse modo de operação da ideologia, relações de dominação, nesse caso, o racismo estrutural, são representadas como se fossem permanentes, naturais e atemporais. O fato de termos a presença do conceito de racismo estrutural nesse enunciado não sugere que esse texto esteja tratando do racismo como uma construção social. Na verdade, o que há é a reificação por meio da estratégia da naturalização do racismo estrutural sem que ele esteja estruturalmente conectado à branquitude.

O mesmo pode ser dito da forma como, três meses depois da circulação da matéria acima, o conceito racismo estrutural viaja e é reentextualizado no discurso da Organização das Nações Unidas como "racismo sistêmico". Na manchete "ONU cita caso de Miguel como exemplo de "**racismo sistêmico"** na pandemia" (30/09/2020*),* no caso desse ato de fala performativo, é possível verificarmos que o processo de descontextualização-entextualização-reentextualização se efetua através da relexicalização.

Para Fairclough (2001, p. 230-231), "a relação das palavras com os significados é de muitos-para-um e não de um-para-um, [...] as palavras têm tipicamente vários significados, e esses são 'lexicalizados' tipicamente de várias maneiras [...] lexicalizações diferentes mudam o sentido". Desse modo, ainda que a manchete acima tenha sido veiculada pelo Instituto da Mulher Negra – Geledés, reconhecido nacionalmente por sua luta incansável diante das pautas de gênero e raça no Brasil, o fato de a manchete trazer o termo racismo sistêmico e entre aspas (representando um discurso citado, isto é, não se responsabilizando pelo emprego do termo e, portanto, não assumindo a sua autoria) sugere uma escolha lexical: em vez de "racismo estrutural", optou-se por "racismo sistêmico".

Muito embora o termo "sistêmico" sirva para apontar que se trata de um sistema que, por conta de sua configuração interna, estabelece padrões hierárquicos e naturaliza formas históricas de dominação (Almeida, 2019), a maneira como ele é reenquadrado no ato de fala performativo "ONU cita caso de Miguel como exemplo de "racismo sistêmico" na pandemia", tal como o enunciado analisado anteriormente, não vincula o racismo sistêmico à práticas sociais concretas, a sujeitos sociais concretos responsáveis pela reprodução desse sistema.

Por fim, na manchete: "'Aqui para': a primeira condenação judicial baseada em racismo estrutural", é possível notar, inicialmente, dois aspectos a) a manchete é introduzida com uma citação direta de Thales Vieira, fundador e coordenador executivo do Observatório da Branquitude, que aparece no decorrer da matéria acerca da condenação judicial do casal Corte Real a partir do argumento de racismo estrutural. O entrevistado disse que essa decisão tornou possível "romper essa lógica [do racismo estrutural], falando 'aqui para'"; b) o conceito racismo estrutural é entextualizado aqui a partir de uma relação de contiguidade com a acepção atribuída pelo Movimento Negro e pelos(as) pensadores(as) negros(as) a esse conceito, de modo a materializar, de fato, a estruturalidade

do racismo brasileiro evidente no caso Miguel Santana, uma vez que a supremacia branca, como branquitude, garantiu um lugar de poder, de autoridade, de privilégio simbólico e material do casal Corte Real sobre Mirtes Sousa, seu filho e sua mãe. Vide o fato de Sarí Corte Real, em plena pandemia do novo coronavírus (Covid-19), ter em sua casa uma mulher negra trabalhando, e que, por ordem de Sarí, saiu para passear com o cachorro, arriscando contaminar-se com o vírus mortal.

Figura 2 – Mirtes Sousa, mãe de Miguel Santana



Fonte: https://reporterbrasil.org.br/2023/07/caso-miguel-conceito-de-racismo-estrutural-motiva-decisao-historica-do-tst/. Acesso em: 25 jun. 2024.

Se, em diálogo, com Silvio Almeida (2019, p. 51), por um lado, "pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um álibi para racistas" e, de outro, se "as instituições são [...] a materialização de [...] um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos" (Almeida, 2019, p. 47), o racismo estrutural se fez presente na morte de Miguel Santana. Essa forma de dominação sociorracial penetrou as relações

trabalhistas (incluindo tanto Mirtes Sousa como sua mãe, Marta Maria Alves) evidenciada pela ausência de formalização de vínculo empregatício e do registro de um outro vínculo de trabalho. Ambas eram registradas como trabalhadoras domésticas negras, mas não exerciam, na prefeitura da cidade de Tamandaré, suas atividades. Portanto, o conceito racismo estrutural, nesse enunciado, não aparece desencarnado da branquitude e de suas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, a partir de pensadoras(es) negros(as) dos Estudos Críticos do Discurso e da Antropologia Linguística, efetuei uma análise crítico-discursiva da circulação do conceito racismo estrutural em textos midiáticos relativos ao caso Miguel Santana, especificamente atentando para os seus desdobramentos para a luta antirracista no Brasil. A análise demonstrou que devemos compreender textos, interação linguística e práticas discursivas como recursos linguísticos e discursivos que circulam socialmente. Ao circularem, adquirem não apenas significações diversas, podendo descolar sujeitos sociais de suas práticas sociais e abordar as trajetórias de textos e corpos imbricados, evidenciando a história de ambos possibilita analisar não apenas a representação identitária, mas está associada a corpos em movimento (performance), corpos socialmente e racialmente situados no tempo e no espaço, demonstrando as singularidades dos percursos sociais de sujeitos situados local ou translocalmente.

Foi possível notar os desdobramentos sociais oriundos dessas circulações discursivas, tanto no que diz respeito à reprodução do racismo antinegro (por meio do processo de descolar o conceito de racismo estrutural da constituição de subjetividades raciais) como no que se refere à luta antirracista no Brasil, pois, acompanhar, através dos processos de descontextualização--entextualização-reentextualização, a mobilidade discursiva do

conceito racismo estrutural demonstrou como a vantagem racial opera e se materializa discursivamente. No caso em tela, até o momento em que finalizo este texto (maio de 2025), o que sabemos de notícias recentes é que Sarí Corte Real, até hoje, responde em liberdade, que a Justiça do Trabalho em Pernambuco reduziu de R$ 2 milhões para R$ 1 milhão a indenização que o casal Corte Real deve pagar à família de Miguel Santana e que o caso continua em curso, com recursos ainda pendentes.

As entextualizações acerca da morte de Miguel Santana e do racismo atrelado a esse ato continuam. Por exemplo, temos notícias de que, com a repercussão do caso, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) criou o Instituto Menino Miguel, voltado para discussões sobre infância, família e envelhecimento. Em 2022, em visita ao instituto, Mirtes Sousa, que atualmente está cursando a faculdade de Direito em Recife, homenageou a cantora Adriana Calcanhoto, que em 2020 compôs a canção "2 de Junho", que versa sobre a morte de Miguel.

Mirtes Sousa, como é possível perceber, continua mandingando, ou seja, se apropriando da "engenhosidade como usamos [população negra] a linguagem de forma estratégica [...] para sobreviver enquanto população constantemente aniquilada", nos termos da linguista negra Kassandra Muniz (Muniz, 2021, p. 281). Diante disso, é imperativo que, principalmente brancos(as) que se reivindicam aliados(as) da luta antirracista, problematizem(se) entre os(as) seus(suas), buscando desnaturalizar essa vantagem racial e, por conseguinte, esse pacto da branquitude.

REFERÊNCIAS

AGHA, A. **Language and social relations**. New York. Cambridge University Press, 2007.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AUSTIN, J. **How to do things with words**. Harvard University Press, 1962.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. CARDOSO, V. Z. (Trad.). **Ilha** (Revista de Antropologia), 1990, p. 185-229.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, C. **Pactos narcísicos no racismo:** branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 202f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) **–** Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BLOMMAERT, J. Contexto é/como crítica. *In*: SIGNORINI, I. (Org.). **Situar a lingua[gem].** São Paulo: Parábola, 2008.p. 91-115.

BLOMMAERT, J. **A sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BONFIM, M. Linguagem e identidade: o lugar do corpo nas práticas identitárias raciais. **Linguagem em Foco –** Dossiê Linguagem e Raça: diálogos possíveis, v. 8, n. 2, 2016.

BONFIM, M.; ALENCAR; C. Trajetórias textuais, indexicalidade e recontextualizações de resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18, 2017. p.27-44.

BONFIM, M.; NASCIMENTO, E.; CARVALHO, J.; HONORATO, K. Branquitude e Racismo Antinegro no BBB 21: uma análise crítica do discurso da reprodução do pacto narcísico e da fragilidade branca. **Ágora Filosófica**, Recife, v. 22, n. 1, jan./abr. 2022. p. 176-197.

CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 8, 2010. p. 607-630.

CARDOSO, L. **O branco ante a rebeldia do desejo:** um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional (a branquitude acadêmica v. 2). 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023a.

CARNEIRO, S.; SCHUCMAN, L.; LISBOA, A. Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para a equidade racial. *In*: IBIRAPITANGA; SCHUCMAN, L. (Orgs.). **Branquitude:** diálogos sobre racismo e antirracismo (diálogos do encontro). 1. ed. São Paulo: Fósforo, 2023b. p.42-70.

DURANTI, A. **Linguistic anthropology**. New York: Cambridge University Press 1997.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coordernação, tradução, revisão e prefácio para a edição brasileira de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

MADEIRA, Z. Racismo estrutural e as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. *In:* BONFIM, M.; PAIVA, F. (Orgs.). **I Curso de Formação Política em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo do Movimento Negro Unificado do Ceará (Turma Preta Simoa):** saberes construídos na luta antirracista cearense. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 139-173.

MATTOS, G.; ACCIOLY, I. "Tornar-se negra, tornar-se branca" e os riscos do antirracismo de fachada no Brasil contemporâneo. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 16, 2021. p. 1-12.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. Viagem textual pelo sul global: ideologias linguísticas queer e metapragmáticas translocais. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 18, n. 3, 2018. p. 759-784.

MUNIZ, K. Linguagem como mandinga: população negra e periférica reinventando epistemologias. *In*: SOUZA, A. (Org.). **Cultura política nas periferias:** estratégias de reexistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p.273-288.

PINTO, J. De diferenças e hierarquias no quadro *Adelaide* às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. **Delta,** n. 31, 2015a. p.199-221.

PINTO, J. Trajectories of the black female body in Brazil: Circulations of racist and antiracist representations on a TV show. **Pragmatics and Society**, v. 6, p. 2015b. p.197-216.

SALES JÚNIOR, R. Raça e Justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça. Tese (Doutorado em Sociologia) 466 f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2006.

SCHUCMAN, L. Branquitude e poder: revisitando o "medo branco" no século XXI. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, 2014. p. 134-147.

SCHUCMAN, L. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SCHUCMAN, L. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SIGNORINI, I. Apresentação. *In*: SIGNORINI, I. (Org.). **Situar a lingua[gem]**. São Paulo: Parábola, 2008.

SILVA, D. O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. **Linguagem em (Dis)curso,** v. 14, n. 1, 2014. p.67-84.

SILVA, D. Introduction: The pragmatics of discourse circulation. **Pragmatics and Society**, v. 6, 2015. p.161-174.

SILVERSTEIN, M.; URBAN, G. (Orgs.). **Natural histories of discourse**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUC/RS. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TWINE, F.; STEINBUGLER, A. The gap between whites and whiteness: interracial intimacy and Racial Literacy. **Du Bois Review**, v. 3. n. 2, 2006. p. 341–363.

RACISMO, PRÉ-CONSTRUÍDO E NOMES PRÓPRIOS: UMA INTERVENÇÃO DISCURSIVA ACERCA DO "RACISMO VELADO"

Rogério Modesto
(Uesc)

INTRODUÇÃO OU UM CASO ILUSTRATIVO DO RACISMO BRASILEIRO

O episódio[1] envolvendo o jovem negro Matheus Ribeiro, ocorrido em junho de 2021, no Bairro do Leblon, Zona Sul do Rio de Janeiro, materializa (mais) um caso paradigmático que permite a reflexão sobre o modo como o racismo estrutural (Almeida, 2019) comparece de forma implícita nas condições de produção brasileiras, marcadas por desigualdades racializadas (Modesto, 2021). Na ocasião, Matheus, instrutor de surfe, foi abordado por um casal branco – Mariana Spinelli e Tomás Oliveira – sob a acusação infundada de ter furtado uma bicicleta elétrica idêntica à de propriedade da mulher. A abordagem foi gravada pelo próprio Matheus, que teve de comprovar, por meio de imagens e da chave do veículo, ser o proprietário legítimo da bicicleta. O vídeo viralizou nas redes sociais, gerando forte mobilização pública em torno do evidente viés racial que comparece na suspeita direcionada ao jovem, com base em estereótipos socialmente compartilhados sobre o lugar social do corpo negro.

1 Cf. https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/06/14/casal-branco-acusa-jovem-negro-de-roubar-a-propria-bicicleta-no-leblon.htm. Acesso em: 9 maio 2025.

A interpretação social generalizada do caso, provocada pela viralização do vídeo e seu aparecimento não apenas nas redes sociais, mas nas mídias tradicionais, foi a de que se tratava de uma expressão típica de racismo, ainda que de forma velada[2]. A própria fala de Matheus, ao afirmar que "um preto numa *bike* elétrica no Leblon"[3] não seria normalmente admitido como legítimo, sintetiza a compreensão de que sua presença naquele espaço, associado a signos de consumo e branquitude, foi socialmente lida como anômala, justificando, aos olhos dos acusadores, uma suspeita automática. De modo orgânico, essa leitura/interpretação aponta para o fato de que o entendimento contemporâneo de que o racismo não funciona apenas por meio de insultos ou segregações explícitas já está socialmente estabilizado, não causando espanto ou surpresa falar em racismo ainda que sem a presença explícita de palavras que recortariam uma "evidência semântica racializada", como "preto", "criolo", "macaco", entre outras.

Contudo, o desenlace jurídico do caso, na contramão da leitura mencionada, dissociou a compreensão social do racismo e sua tipificação legal no ordenamento jurídico brasileiro. A Polícia Civil inicialmente registrou o caso como possível calúnia ou injúria, e o Ministério Público do Rio de Janeiro chegou a apurar se haveria elementos que configurassem crime de racismo. No entanto, em agosto de 2021, a Justiça concluiu pelo arquivamento do caso, com base no argumento de que não havia dolo por parte do casal[4], ou seja, não se teria configurado a intenção consciente de caluniar ou discriminar Matheus, haja vista não terem sido proferidas palavras relativamente ligadas ao que se entende por insulto racial.

2 Cf. https://oglobo.globo.com/rio/jovem-negro-denuncia-casal-branco-por-racismo-no-leblon-apos-precisar-provar-ser-dono-de-bicicleta-eletrica-25060495. Acesso em: 9 maio 2025.

3 Cf. https://www.brasildefato.com.br/2021/08/05/racismo-no-leblon-juiz-inocenta-casal-que-acusou-jovem-negro-de-furtar-bicicleta-no-rj/. Acesso em: 9 maio 2025.

4 Cf. https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/05/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-conclui-que-nao-houve-crime-de-casal-contra-jovem-negro.ghtml. Acesso em: 9 maio 2025.

Essa decisão deixa em aberto um importante hiato entre o reconhecimento social de manifestações racistas e os critérios jurídicos restritivos adotados para a sua configuração legal. Ao exigir uma manifestação explícita, intencional e diretamente verbalizada da ofensa racial, a Justiça desconsidera a complexidade do funcionamento discursivo do racismo, desprezando, inclusive, diferentes abordagens teóricas que reforçam seu caráter velado ou implícito. A ausência de reconhecimento legal de episódios como esse indica uma limitação estrutural do sistema jurídico brasileiro em lidar com esse tipo de racismo, cuja materialização tem relação direta com um funcionamento de linguagem que, do posicionamento teórico aqui adotado, imbrica *memória* e *dizer*, *interdiscurso* e *intradiscurso*, *elipse* e *incisa*... dando corpo a formas racistas não verbalizadas de modo direto, mas nem por isso não rastreáveis do ponto de vista do funcionamento linguístico-discursivo.

Se, apesar da ampla leitura social de que a abordagem sofrida por Matheus Ribeiro foi motivada por discriminação racial, a resposta institucional se ancora em um formalismo jurídico que inviabiliza o reconhecimento e a responsabilização de práticas racistas em sua dimensão estrutural e implícita, entendo ser possível, pertinente e necessária uma intervenção teórica a partir do campo da linguagem. Notadamente, nos estudos discursivos, tal intervenção pode subsidiar análises que atribuam centralidade à linguagem e ao seu potencial de analisar o funcionamento implícito de práticas discriminatórias, como o racismo.

Em face disso, as perguntas que norteiam este texto são: Se vivemos hoje, no Brasil e em outros países ocidentais, um racismo por denegação (Gonzalez, 1984), um racismo de tipo velado, o que essa forma de manifestação do racismo tem a ver com as categorias conceituais que se interligam, na linguagem, ao implícito (por exemplo, já-dito, não dito e, mais precisamente, pré-construído? (Pêcheux, 2009)). E, mais: Se nós, analistas de discursos, estamos diretamente implicados na discussão teórica

desses conceitos, que contribuições podemos oferecer para uma compreensão discursiva em torno do funcionamento do racismo contemporâneo?

Para trabalhar essas questões, a partir da Análise de Discurso de orientação materialista, ensaio neste capítulo um gesto de análise da formulação *Essa Julieta não combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto*, posta em circulação em torno do anúncio acerca de uma atriz negra interpretar a personagem principal da famosa peça shakespeareana Romeu e Julieta. Por esse gesto de análise, penso poder articular uma relação entre racismo implícito, pré-construído e nomes próprios, tal como desenvolverei a seguir, oportunamente. Antes de chegar à análise, porém, passemos à reflexão de categorias conceituais importantes para o texto.

RACISMO VELADO: UMA NÃO-NOVIDADE AINDA IGNORADA

Se é possível considerar o posicionamento da Justiça brasileira em relação ao caso que envolveu o jovem Matheus Ribeiro uma limitação conceitual e jurídica, não se pode, porém, dizer que ela, de certo modo, não encontre espelhamento na maneira como a nossa própria formação social lida com o racismo. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Referência Negra Peregum e pelo Projeto Seta (Sistema Educacional Transformador e Antirracista), veiculada pelo portal UOL Notícias, datada de 2023, mostrou que 81% das pessoas concordam que o Brasil é um país racista, enquanto 85% discordam de ter atitudes ou práticas racistas[5]. A seu modo, essa pesquisa ratifica dados oriundos de outras abordagens, como a realizada em 2021 pelo PoderData, na qual se realizou um levantamento em que 79% dos brasileiros afirmaram que existe

5 Cf. https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2023/07/27/pesquisa-percepcoes-sobre-racismo-no-brasil.htm#:~:text=Uma%20pesquisa%20in%C3%A9dita%20avaliou%20a,atitudes%20e%20pr%C3%A1ticas%20consideradas%20racistas. Acesso em: 13 maio 2025.

racismo no país, mas apenas 39% admitiram ter preconceito contra pessoas negras, enquanto 53% o negaram[6].

Um dos possíveis efeitos de sentido que pode ser atribuído aos resultados dessas pesquisas é o de que o brasileiro não se vê sujeito-autor de práticas racistas por associá-las a manifestações explícitas, não reconhecendo, então, o racismo em práticas implícitas que possa vir a cometer. Nesse caso, reconhece a existência do racismo, mas se isenta de sua prática por não entender como ela se daria em seu próprio cotidiano, já que não o expressaria diretamente, de maneira explícita, único modo palpável que considera possível de praticar o racismo. Nessas circunstâncias, ainda que tenha familiaridade com o termo *racismo velado*, parece relativizá-lo, sempre relegando ao outro a materialidade da prática racista. Trata-se de uma formulação que não é uma novidade, mas que é ignorada, não reconhecida como possível de ser praticada por si mesmo.

Apesar de ser uma formulação regularmente reconhecida, o *racismo velado* não evoca uma conceituação definitiva ou uma autoria única, uma vez que comparece como compreensão analítica em variados contextos acadêmicos e militantes. Sua mobilização evoca desde respostas acerca das *novas* formas de racismo em culturas nas quais a segregação racial se dava de modo explícito e começava a passar por processos de abolição (como nos EUA e no *apartheid* da África do Sul), até explicações quanto à negação do racismo pela evidência empírica da miscigenação, como no caso do Brasil.

No contexto brasileiro de produção intelectual, é comum se reconhecer que o conceito de racismo velado aparece com bastante produtividade nos trabalhos sociológicos de Florestan Fernandes. Para Fernandes (1965), a democracia brasileira é limi-

6 Cf. https://www.poder360.com.br/brasil/79-acham-que-ha-racismo-no-brasil--mas-so-39-se-consideram-preconceituosos/#:~:text=Pesquisa%20PoderData%20realizada%20de%208,negros%20no%20pa%C3%ADs%20s%C3%A3o%2014%25. Acesso em: 13 maio 2025.

tada e tal limitação é decorrente do racismo velado, responsável por perpetuar padrões de desigualdade impeditivos da efetivação de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

Outros importantes intelectuais de atuação nas ciências sociais e humanas contribuem com a discussão em torno do conceito de racismo velado, seja pela replicação dessa formulação seja pelo desenvolvimento de formas similares de nomenclatura. Em nível internacional, David Theo Goldberg (2002), Albert Memmi (2007), Eduardo Bonilla-Silva (2020), entre outros, desenvolveram conceitos análogos, como "racismo cultural", "novo racismo" ou "racismo dissimulado", que compartilham a ideia de que o racismo contemporâneo opera de forma mais sutil, implícita e disfarçada, sendo frequentemente negado pelos próprios sujeitos que o reproduzem. Bonilla-Silva (2006), por exemplo, propõe a ideia de "racismo sem racistas", uma formulação que se alinha diretamente ao que se pode designar por racismo velado.

No Brasil, merece destaque o trabalho da intelectual, professora, ativista, filósofa e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez, responsável pela propositura do conceito de *racismo por denegação*. Ao problematizar o mito da democracia racial[7] e o discurso da mestiçagem como formas de negar a existência do racismo, ainda que esse se manifestasse no cotidiano, a autora dá destaque à problematização da invisibilização do racismo por meio da ideologia da harmonia racial. O conceito de racismo por denegação, nesse contexto, desenvolvido especialmente no texto clássico **Racismo e sexismo na cultura brasileira** (1984), remete diretamente ao mecanismo psicanalítico da denegação (*Verleugnung*)[8], conforme

7 Em termos gerais, o "mito da democracia racial" denuncia o conceito de "democracia racial", esse, por sua vez, atribuído ao sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987). Nesse aspecto, combate a ideia de que as relações raciais no Brasil são harmoniosas e igualitárias, devido à miscigenação.

8 De modo geral, o conceito de *Verleugnung* pode ser traduzido por "desmentindo" ou "negação" e pode dar conta do mecanismo de defesa em que a realidade de uma experiência dolorosa ou traumática é negada, apesar da evidência clara de sua existência.

desenvolvido por Freud, inclusive, considerando o racismo uma "neurose cultural" (Gonzalez, 1984, p. 224).

Para a autora, o racismo no Brasil não se apresenta necessariamente de maneira explícita ou assumida, como em regimes segregacionistas, sendo sistematicamente negado no plano do discurso, ainda que reproduzido cotidianamente nas práticas sociais. Seria, portanto, uma forma de racismo que "nega enquanto afirma", ou seja, que recusa a existência do preconceito racial ao mesmo tempo em que naturaliza as hierarquias raciais por meio de ideologias como o mito da democracia racial e o elogio à mestiçagem. A materialização do racismo se dá através da negação ou da desculpa do racismo, tratando-se de um racismo "disfarçado", que, ao negar a existência do racismo, perpetua a discriminação e a desigualdade racial.

A compreensão de Gonzalez (1984) fundamenta as formas possíveis para a análise do racismo brasileiro em sua dimensão velada, aquele que não comparece de modo escancarado, dando-lhe, inclusive, a chance de se dizer não racismo. Assim, o conceito de Gonzalez põe em questão a lógica perversa do racismo brasileiro: ao se afirmar como "cordial" ou "inexistente", ele torna-se ainda mais resistente à crítica, dificultando sua identificação e combate. O racismo por denegação, portanto, constitui um dos pilares do racismo estrutural no Brasil, ao operar sob a aparência de harmonia racial e mascarar as formas sutis e persistentes de exclusão.

Feitas essas considerações até aqui, é possível dizer que se tem, no campo dos estudos sociais e humanos, formas de compreensão bem consolidadas acerca dos modos pelos quais o racismo pode se materializar em sua perspectiva velada. Certamente, esse é um debate que não pode prescindir de uma visada linguística-discursiva, haja vista a própria relação entre o conceito de velado com o implícito, o não dito, o pressuposto etc. Assumo, neste texto, então, uma tomada de posição teórico-heurística em que *velado* pode ser lido por implícito, colocando em questão as diferentes

e incontáveis formas de comparecimento linguístico-discursivo dessa relação: o não dito, o elíptico, o metafórico, o parafrástico, o parodístico, o pressuposto etc. Desse ponto de vista, interessa, a seguir, ainda que brevemente, recuperar possibilidades discursivas de compreender o caráter implícito do chamado racismo velado.

RACISMO E LINGUAGEM: DUAS PROPOSTAS QUE PENSAM A QUESTÃO DO IMPLÍCITO

Na contemporaneidade brasileira dos estudos da linguagem, vem crescendo o interesse na reflexão sobre a relação entre linguagem, raça e racismo. Um debruçamento sobre essa questão é fundamental, especialmente quando assistimos a práticas espontâneas e não fundamentadas em saber técnico especializado em linguística ganharem corpo na propositura, por exemplo, de manuais de linguagem que se limitam a ligar o racismo à origem ou ao formato de certas palavras (Menezes, 2023; Souza, 2023). Se por um lado é fundamental explorar o "racismo linguístico" (Nascimento, 2019), é ainda mais fundamental chamar atenção para o fato de que ele não se limita às palavras (Nascimento, 2021), comparecendo, portanto, em diferentes modos de manifestação linguístico-discursiva.

Um investimento interessante na relação entre racismo e implicitude pelo viés da linguagem está materializado na tese **A construção textual e sociocognitiva do racismo nos (des) alinhamentos à hashtag #SomosTodosMacacos** (2019), em que Rafahel Parintins Lima se propõe a examinar como o racismo e o antirracismo se manifestam discursiva e cognitivamente em textos de opinião que reagiram à publicação da *hashtag* #SomosTodosMacacos, utilizada por Neymar Jr. em 2014. O autor parte da constatação de que o racismo contemporâneo, especialmente no Brasil, opera, muitas vezes, de maneira velada, sutil e implícita. Seu foco recai sobre os mecanismos linguísticos, discursivos e

cognitivos que permitem a reprodução do racismo mesmo em contextos marcados pela aparente "normatividade não racista".

O ponto de partida teórico de Parintins Lima (2019) articula-se com os estudos da linguagem, em especial, a Linguística Textual, a Análise Crítica do Discurso e os estudos sociocognitivos, em diálogo forte com os estudos críticos sobre raça e racismo. Um dos pressupostos centrais de seu trabalho é o de que o racismo não se dá apenas por meio de atos explícitos de violência ou segregação, mas também – e cada vez mais – por meio de práticas discursivas sutis, amparadas por ideologias igualitaristas e universalistas que escamoteiam as desigualdades raciais reais. Nesse sentido, a linguagem, em sua dimensão textual e cognitiva, torna-se um dos principais veículos de manutenção do racismo à brasileira.

Parintins Lima (2019) constrói uma crítica contundente à tese do "não racismo" como valor normativo, que, muitas vezes, serve mais para silenciar discussões raciais do que para superá-las. O Brasil, reforça o autor, tem sua trajetória marcada pelo mito da democracia racial e pelo elogio à mestiçagem, que produzem um tipo de racismo que difere do segregacionismo norte-americano ou sul-africano, mas que é igualmente violento, por sua negação simbólica da desigualdade racial. Ao analisar o caso da *hashtag* #SomosTodosMacacos, o autor mostra como enunciados aparentemente antirracistas podem reproduzir um imaginário racista – seja pela naturalização de estereótipos, seja pela diluição das especificidades históricas e sociais da opressão racial.

Chamo atenção para a proposição teórica do autor que articula a noção de *frame* para uma explicação linguística do papel da linguagem na reprodução do racismo implícito. Em sua tese, Parintins Lima (2019) defende que o racismo não está apenas nas intenções dos falantes, mas nas estruturas discursivas, nos *frames* cognitivos e nas práticas textuais que circulam socialmente. O

conceito de "*frame* Racismo" é mobilizado para mostrar como certas palavras (como "macaco", "banana", "igualdade") ativam representações históricas racistas mesmo quando usadas de forma aparentemente "neutra" ou antirracista.

Essa abordagem permite uma leitura dos modos como o racismo se torna "invisível" ou "indiscutível" em sociedades marcadas por uma normatividade não racista. A implicitude textual e discursiva é, segundo Parintins Lima (2019), um recurso estratégico da linguagem, que possibilita aos atores sociais negar o racismo ao mesmo tempo em que o perpetuam. Por exemplo, ao literalizar o termo "banana" como apenas uma fruta, ignora-se o peso simbólico e racial de sua associação com o corpo negro, uma operação possível apenas por meio de uma leitura superficial e descontextualizada da linguagem. Ou seja, ainda que se busque intencionalmente uma prática antirracista, se ela se der por um caminho "igualitarista" – portanto, redutor do peso das desigualdades – e não "diferencialista", *frames* racistas podem ser ativados na linguagem, porque os gestos e práticas sociais que ignoram as desigualdades raciais tomam partido por uma concepção de "linguagem neutra", como se certas palavras pudessem ser utilizadas sem sentido racista, ainda que muito atravessadas por uma memória social cognitiva racista.

A proposta de Parintins Lima (2019), alinhada a uma perspectiva textual-discursiva sociocognitiva, contribui para os estudos da linguagem, ao retirar o racismo do campo estrito da intenção do falante, situando o peso das estruturas discursivas socialmente consolidadas. Ressalta, portanto, como o racismo pode se materializar nos textos que se queiram antirracistas, especialmente quando eles não conseguem lidar com a permanência de sentidos que, de modo implícito, perpetuam leituras racistas a partir das imagens que fazem circular.

Além da proposição teórica de Parintins Lima (2019) para pensar a relação entre racismo e implicitude, somo ao campo dos

estudos da linguagem, a proposta que apresento em Modesto (2021). Embora se sustentem em filiações teóricas linguísticas-discursivas diferentes, o que há de comum nas duas propostas é o fato de que o racismo não pode ser reduzido a um aspecto subjetivo intencional dos sujeitos, bem como o fato de que o racismo velado deve ser tomado como ponto de interesse para uma perspectiva discursiva que focalize pela relação entre racismo e implicitude. Em uma direção diferente, no entanto, em Modesto (2021), volto meu olhar para a implicitude do racismo em discursos que não tematizam diretamente o debate racial, ou seja, não se estruturam pelo "conteúdo" direto identificado, seja no campo do racismo seja no do antirracismo, tal como focaliza Parintins Lima (2019).

No artigo **Os discursos racializados** (2021), proponho o conceito que dá título ao texto como ferramenta teórico-analítica para as investigações no âmbito da Análise do Discurso de orientação materialista que invistam no discurso considerando sua constituição, sua formulação e sua circulação. A partir de uma perspectiva que enraíza a tensão racial na própria gênese da formação social brasileira **–** condicionada historicamente a um modo de produção colonial-exploratório **–**, busco investigar como processos de racialização estão imbricados nas condições de produção e nos regimes de constituição dos discursos.

Em Modesto (2021), defendo que a racialização não se manifesta apenas em enunciados cujo tema é explicitamente sobre raça, pois ela persiste de maneira difusa, invisibilizada em diversos campos discursivos. Em consequência, os discursos racializados extrapolam a temática racial estrita, atravessando e se fazendo presentes em instâncias discursivas aparentemente não estanciadas pela temática racial. Dessa forma, torna-se imperativo atender a uma escuta analítica sensível às determinações histórico-materialistas da racialização, considerando as materialidades do discurso, seus modos de circulação, sua formulação e modos de produção e interpretação.

Entendo que uma das principais potencialidades dessa proposta reside em seu caráter expansivo e heurístico: ao deslocar o foco da análise do racismo para a materialidade discursiva em tensão com práticas sociais estruturadas, o conceito de discurso racializado permite identificar formações discursivas racistas mesmo quando essas não assumem formas tipificáveis ou tematizadas. Essa abordagem rompe com tipologias limitadas que circunscrevem o racismo ao plano explícito, verbalizado ou ostensivo, e abre espaço para apreender formas sutis, implícitas e possivelmente codificadas.

Defendo, em Modesto (2021), ser necessário ir contra uma visão reducionista que limite o racismo a categorias definidoras ou a temas previamente estabelecidos como "raciais". A partir da análise de arquivo em que comparecem enunciados como, por exemplo, *Policial confunde Bíblia com arma e mata coletor de lixo em Avaré/SP,* viso mostrar que o racismo pode operar pela mediação de enunciados que naturalizam hierarquias ou que reproduzem narrativas de valor implícitas, sem nunca necessariamente mencionar raça de forma direta. Tal perspectiva amplia o escopo crítico dos estudos linguísticos e das ciências humanas, permitindo compreender a racialização como um fenômeno estruturante dos discursos sociais em variados domínios – do político ao jornalístico, do educacional ao cotidiano.

Ao passo que ressalto a proposta teórica e analítica de Parintins Lima (2019) pelo ganho para o campo discursivo no que já foi mencionado, apresento, no que segue no texto, um gesto de análise que tenta explorar as potencialidades do conceito de discursos racializados (Modesto, 2021) em sua relação com outros conceitos que se desenvolvem no campo da Análise de Discurso de perspectiva materialista, notadamente, o conceito de pré-construído (e outros que dele derivam). Na esteira da proposta de Parintins Lima (2019) que convocou arsenal teórico vindo de uma sustentação textual-discursiva sociocognitiva, demonstrando

como conceitos dessa área podem ser operados a partir de um gesto de análise implicado em uma tomada de posição teórica antirracista, tento, de outra abordagem discursiva, operar o mesmo, mostrando como conceitos da tradição materialista, interpelados pelo conceito de discursos racializados, podem funcionar numa mesma direção. Com isso, acredito, de certo modo, não apenas oferecer mais possibilidades analíticas para os interessados pelos estudos da racialidade no campo discursivo, como instrumentalizar os leitores mais familiarizados em análises discursivas materialistas para mobilização de seus conhecimentos na direção de uma "tomada de posição feminista e antirracista na Análise de Discurso" (Cestari, 2017).

DISCURSOS RACIALIZADOS, NOMES PRÓPRIOS E PRÉ-CONSTRUÍDOS

No desenvolvimento da categoria conceitual de discursos racializados, tenho destacado, a partir das análises empreendidas desde Modesto (2021), que a produção de discursos racialmente orientados vai além das especificidades dos discursos *de* e *sobre* raça, uma vez que a materialidade do discursivo das/nas condições de produção brasileiras apontam para o funcionamento de discursos racializados em larga escala e em diversas instâncias, tecnologias e materialidades, à primeira vista, não necessariamente inscritas tematicamente na discussão racial. A inscrição de discursos racializados pode acontecer, assim, de diferentes modos, comparecendo por negação, silenciamento, paráfrase, metáfora em outras instâncias discursivas, atravessando diferentes discursividades como o discurso *jornalístico*, *médico*, *linguístico*, entre outros, o que permite falar em discursos racializados midiáticos, discursos racializados da saúde, discursos racializados linguísticos etc.

Em Modesto (2021), aponto que, do ponto de vista teórico, a noção de discursos racializados ressalta a compreensão de que

a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina. Essa é uma premissa fundamental, sendo importante para reconstruir modos discursivos de leitura, entendimento e mobilização teórica de noções como luta de classes, condições de produção, interpelação, sujeito e processos de identificação.

Quando considerada a produtividade dos discursos racializados sobre a língua, pude, em diferentes condições analíticas (Modesto, 2021, 2022, 2024), verificar o funcionamento de discursividades em que, em se tratando da língua, compareceu de modo implícito o atravessamento racial sobredeterminando tais discursividades e, por conseguinte, produzindo efeitos relativos à dinâmica histórica racial brasileira. O recorte aqui trabalhado é derivado de uma preocupação que se alinha a essa questão. Em Modesto (no prelo)[9], discuti o funcionamento de um recorte de discurso racializado sobre a língua, a partir da especificidade da produção de certo estranhamento (Ernst, 2009) frente ao aparecimento linguístico-prosódico de nomes próprios (não coincidentemente de pessoas negras). Dito de outro modo, busquei analisar discursivamente dizeres que sugerem que certos nomes próprios (de pessoas negras) são estranhos, quase impronunciáveis, especialmente os que retomam uma antroponímia africana.

Entendi que nesses dizeres esteve em funcionamento uma forma de racialização sobre a língua, porque o discurso parece lidar apenas com uma certa dificuldade estritamente linguística, mas o que atravessa a questão coloca em jogo a maneira de significar sujeitos e línguas racializadas. Desse modo, aquilo que se enuncia/anuncia como um mero discurso sobre a língua, sobre a dificuldade linguística e prosódica de pronunciar certos nomes, tidos como

9 Artigo Eles saberão nossos nomes: discursos racializados, estranhamento e nomes próprios, a ser publicado no livro Café com linguística: estudos sobre a linguagem, organizado por Amanda dos Reis Silva (UFRB/UFBA), Adielson Ramos de Cristo (UFRB) e Silvana Soares Costa Ribeiro (UFBA/CNPq), pela EdUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia.

difíceis, dissimula seu atravessamento racial que reverbera, por exemplo, discursos racistas na memória do dizer sobre a incompletude, estranheza, "guturalidade", selvageria e adulteração das línguas faladas por africanos e seus descendentes.

A partir do arquivo montado para tratar dessa questão, chamou atenção uma formulação que coloca em pauta, a meu ver, uma relação curiosa. Nela, a relação nome, língua, discurso e racismo é acionada pela memória discursiva e pelo pré-construído (Pêcheux, 2009) de modo mais patente. Nesse gesto de análise, o modo pelo qual o nome próprio torna-se passível do atravessamento racial não está relacionado ao fato de ser complexo em pronúncia e grafia, como na análise de Coelho e Sousa (2022), ou ao fato de retomar uma antroponímia africana, como analisei em Modesto (no prelo).

Em 2024, estreou uma adaptação teatral de Romeu e Julieta dirigida por Jamie Lloyd e exibida em West End, Londres. O ator Tom Holland, homem branco, e a atriz Francesca Amewudah-Rivers, mulher negra, foram os responsáveis por personificar os personagens Romeu Montecchio e Julieta Capuleto. Dado esse acontecimento, inúmeros comentários nas redes sociais questionaram ser legítimo ou não o protagonismo da atriz, devido à sua identidade étnico-racial. Dos diferentes comentários, um em particular chamou atenção e aqui o apresento como sequência discursiva (SD):

SD1: *Essa Julieta não combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto*[10]

10 A formulação que aqui traduzo do espanhol para o inglês comparece no seguinte comentário: *Lá vamos nós outra vez com a inclusão forçada... Essa Julieta não combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto, por Deus!! Já basta, não foi o suficiente com a Pequena Sereia? Façam novas histórias com novos personagens, que anseio de mudar os personagens que já conhecemos. O pobre Shakespeare está se revirando no túmulo, droga!* Cf. https://www.instagram.com/revistapoderoficialmx/p/C5UdcFARGS3/. Acesso em: 7 mar. 2025.

A SD se sustenta no imaginário de que há nomes que "combinam" e outros que "não combinam" com os sujeitos. Dessa posição, retorna a relação que se estabelece na memória de nossa formação social acerca dos nomes de ricos, nomes de pobres, nomes chiques, nomes feios, nomes (de) europeus, nomes (de) africanos e, por que não, nomes de brancos e nomes de negros. Se o nome Julieta combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto, em contrapartida, eles não combinam com *essa* Julieta em questão. Em outras palavras, é possível dizer que quando alguns nomes são atribuídos a sujeitos negros, produzem efeitos de estranhamento e de inverossimilhança, como se houvesse uma inadequação entre o nome e o sujeito nomeado.

Retomando algo discutido anteriormente, conforme trabalhado por Modesto (no prelo), em certos casos, ao se enunciar sobre a língua – mais especificamente sobre nomes próprios – evocam-se, ainda que de forma implícita, aspectos fonético-prosódicos e gráficos relacionados a esses nomes, o que acaba por acionar avaliações racializadas. Essas avaliações resgatam, da memória discursiva, representações coloniais que remetem à ideia de uma linguagem deficitária ou corrompida de negros e indígenas. Em síntese, ao se discursar sobre a língua e seus nomes, está-se também enunciando sobre a raça – ainda que esse efeito seja negado ou não assumido –, o que leva à formulação do que, em Modesto (2021), denomino como discursos racializados sobre a língua.

A SD aqui examinada opera uma inversão na relação entre dizer linguístico e dizer racial: em vez de se utilizar os nomes como ponto de partida para se dizer algo sobre a raça, é a racialidade que passa a orientar o modo como se enuncia sobre os nomes. Essa predicação racializada, no entanto, não se apresenta de forma direta no discurso. Ela se constitui alhures, de modo autônomo, e se atualiza discursivamente em efeitos parafrásticos que articulam os nomes a estruturas sintáticas nas quais se inscreve o pré-construído.

O conceito de pré-construído (Pêcheux, 2009) refere-se àquilo que já está dado no discurso antes mesmo que o sujeito fale: trata-se de um dizer historicamente estabilizado e naturalizado, que se apresenta como evidência ou como saber comum. O pré-construído, portanto, é aquilo que "já foi dito" e que, embora seja retomado pelo sujeito em sua enunciação, não é passível de ser enunciado como novo, pois apresenta uma anterioridade discursiva que o antecede. O pré-construído, nesse sentido, opera como uma memória discursiva, constituindo o que pode ser dito e como pode ser dito em determinadas condições de produção.

Jean-Jacques Courtine (2009), ao desenvolver os estudos discursivos no campo da memória e da historicidade dos discursos, considera a noção ao enfatizar que o pré-construído constitui o "não dito" constitutivo do discurso – aquilo que o organiza silenciosamente. Ele reforça que o pré-construído é o ponto de apoio do efeito de evidência dos sentidos, contribuindo para a ilusão de que certos enunciados são "naturais" ou "óbvios", quando, na verdade, resultam de processos históricos e ideológicos de constituição do saber. Assim, o pré-construído é fundamental para compreender como os discursos se constituem, se estabilizam ou se transformam. Ele nos permite identificar como determinadas formas de dizer e de pensar são reiteradas sem serem necessariamente tematizadas, o que é crucial para a análise de discursos marcados por formas implícitas de dominação, como o racismo, o sexismo ou o classismo.

Em **Semântica e discurso** (2009), Pêcheux percorre um caminho da *filosofia da linguagem*, espaço em que reflete sobre a relação entre lógica e linguística, à *teoria do discurso*, essa, por sua vez, apresentada de um modo a coincidir com uma teoria não subjetiva da subjetividade capaz de "fundar, em seu princípio, a teoria (materialista) dos processos discursivos" (Pêcheux, 2009, p. 125). Na construção dessa teoria, é fundamental enfrentar o que Pêcheux chama de "ameaça" à teoria do discurso, mais

pontualmente "uma interpretação formalista dos mecanismos linguísticos-discursivos do *encaixe* (determinação) e da *articulação de enunciados*" (Pêcheux, 2009, p. 121), porque é essa interpretação que permite o acobertamento da oposição *ciências/ideologias* pelo par idealista Lógica (= ciência)/Matemática.

Essa interpretação formalista dos mecanismos linguísticos-discursivos do *encaixe* (determinação) e da *articulação de enunciados* a ser combatida é apresentada pontualmente por Pêcheux na segunda seção da segunda parte do Semântica e Discurso, intitulada *Determinação, formação do nome e encaixe*. No diálogo constante com o trabalho de Frege, as formulações *Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria* e *Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu* são retomadas fundamentando a reflexão acerca da determinação e do encaixe sintático das relativas como aspecto fundamental para compreensão da relação entre "pensamento" e "objeto de pensamento [que] pressupõe um objeto real que designa", originando aquilo que Frege vai chamar de ilusão ou imperfeição da linguagem.

Pêcheux questiona essa imperfeição, apresentando duas perguntas que reproduzo a seguir:

> Deveríamos, então, declarar como absurda e desprovida de qualquer sentido uma frase como: "aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu", na qual o discurso do ateísmo militante nega, na "proposição em seu todo", a existência daquele mesmo que ele pressupõe como existente na subordinada? Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há *separação, distância ou discrepância* na frase entre *o que é pensando antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase*? (Pêcheux, 2009, p. 88-89, destaques do autor).

São, pois, separação, distância e discrepância os elementos que anunciam e enunciam o conceito de pré-construído. Desse modo, ao contrário do que propõe Frege em termos de "ilusão" ou "imperfeição da linguagem", o fenômeno sintático da relativa determinativa seria, na verdade, uma "condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois "domínios de pensamento", de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos "pré-construído"" (Pêcheux, 2009, p. 89, destaques do autor).

Com o conceito de pré-construído, Pêcheux (2009) coloca como possibilidade a formulação de enunciados que "encaixem" uns nos outros saberes de diferentes formações discursivas, inclusive, ditas antagônicas. É, afinal, pela retomada e integração da afirmação de ter havido alguém que tenha morrido na cruz para salvar o mundo que se pode, à formação discursiva contrária, produzir uma afirmação global total que nega a existência desse que tenha assim morrido. Um saber irrompe no outro, numa formulação sintática que toma forma de oração relativa, colocando seu saber como imprescindível para que o saber outro, contrário, se formule. Não apenas um saber irrompe no outro, mas demanda o outro para bem funcionar.

No que segue ao texto do Pêcheux, esse efeito parece, a meu ver, não se restringir ao fenômeno sintático da relativa determinativa, podendo, então, ser estendido à compreensão dos modos gerais e anteriores de determinação do nome próprio. Mais uma vez, referindo-se a Frege, Pêcheux busca se debruçar sobre "o problema de que nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio" (Pêcheux, 2009, p. 90). Problema fregeano, diga-se bem, uma vez que, para Pêcheux, parece ser possível assumir que a "designação de um nome próprio implica, correlativamente, a possibilidade de designar "a mesma coisa" por uma perífrase [...] o que significa dizer que aos nomes próprios "simples" cor-

respondem *necessariamente* nomes próprios "compostos", não lexicalizados, mas sim construídos por diversos funcionamentos sintáticos" (Pêcheux, 2009, p. 90, destaque do autor).

Em síntese, Pêcheux, por considerar em seu horizonte de reflexão aquilo que pode ser *dito antes, em outro lugar ou independentemente* como participante do processo discursivo, não limita o nome próprio a uma relação de não determinação. Para ele, há um processo de correlatividade na designação dos nomes próprios que deve ser considerado, do mesmo modo em que um nome próprio simples corresponde *necessariamente* (e aqui se dá um grifo do autor) a outros elementos "encaixados" por diferentes funcionamentos sintáticos.

Na SD em análise, aquilo que pode ser *dito antes, em outro lugar ou independentemente* como participante do processo discursivo está em elipse, mas pode ser recuperado pela determinação do nome próprio que se dá pelo pronome *Essa*. Considero que entre o sintagma nominal = SN [*Essa Julieta*] e o sintagma verbal = SV [*não combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto*] há a possibilidade de encaixe de uma sentença relativa que dá corpo a um pré-construído implícito, dito antes, em outro lugar e independentemente, que pode ser recuperado, por meio da memória discursiva, essa, por sua vez, acionada por diferentes elementos textuais como o dêitico pronominal *Essa* (que joga para fora do texto objetivo em que se encontra a SD) ou mesmo como a foto que se encontra no *Instagram* em que a postagem-comentário é feita[11].

11 Aqui, considero importante uma explicação contextual que talvez quebrasse o fluxo da análise e, por essa razão, se apresenta em nota de rodapé. A SD analisada é parte de um comentário a uma postagem do *Instagram* da Revista Poder. Na postagem, há uma foto dos atores Tom Holland e da atriz Francesca Amewudah-Rivers. A foto é uma montagem que justapõe os rostos dos atores. Ele aparece sério e bem-vestido. Ela aparece de perfil, com um olhar intimidador, de poucos amigos, quase agressiva. A legenda diz: *Tom Holland e a atriz de ascendência africana Francesca Amewudah-Rivers protagonizarão "Romeu e Julieta"*. Como um dêitico que se encontra em um comentário a essa postagem, o *Essa* em análise retoma anaforicamente as informações da atriz da legenda – seu nome e ascendência (e é interessante notar que apenas a sua ascendência africana é destacada, estando ausente a do homem branco), bem como a foto, considerando a "imbricação material" (Lagazzi, 2009) em

Assim, a determinação sintática em *Essa* [det.] *Julieta* [nom.][12] como parte da formulação *Essa Julieta não combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto* aciona, do ponto de vista do pré-construído, pelo menos, por efeito de correlação, paráfrases plausíveis (P) (Pêcheux, 2006) que se inscrevem no universo do arquivo, permitindo o encaixe de orações relativas, por efeito de sentido possíveis, quais sejam:

P1.: Essa Julieta, *que é negra*, não combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto, {que são [para] brancos};

P2.: Essa Julieta, *que não é branca como a de Shakesperare*, não combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto, {que são [para] brancos}.

P3.: Essa Julieta, *que tem origem nigeriana*, não combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto, {que são italianos}.

P4.: Essa Julieta, *que é negra, agressiva e tem origem nigeriana*, não combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto, {que são brancos e italianos}.

Nas formulações parafrásticas é possível fazer comparecer, inscrevendo sintaticamente o pré-construído que materializa o interdiscurso, aquilo que falta para que completemos a relação entre ser *Essa Julieta* e "não combinar com os sobrenomes Montecchio e Capuleto". Dito de outro modo, se na SD apresentada se enuncia de modo evidente que *Essa Julieta não combina com os sobrenomes Montecchio e Capuleto*, é somente nas paráfrases, em que é possível materializar o pré-construído em suas diferentes possibilidades de correlação, que se completa aquilo que falta à evidência, colocando

pauta. Essa retomada, porém, não se limita a uma retomada textualmente objetiva, recuperando, portanto, outros elementos da memória discursiva, como propõe a leitura discursiva dos dêiticos por Cardoso (1995). Nesse sentido, é possível dizer que o *Essa* retoma não apenas a informação "atriz negra africana" como também "atriz antipática e agressiva", numa possibilidade dessa interpretação da imagem que compõe o texto.

12 Onde [det.] significa determinante e [nom.] nome, núcleo do Sintagma Nominal.

em pauta a questão da raça e da nacionalidade. Dá-se, nesse gesto, corpo ao discurso racista e xenofóbico que, como no racismo por denegação, implícito, comparece sem se mostrar, em seu funcionamento que se diz velado. Trabalhando esse ponto, nos é possível mostrar que a Julieta negra, britânica, mas de origem nigeriana, é tratada como estranha à memória europeia, de uma história que retoma a Verona tradicional do século XVI.

Como nos ensina Pêcheux (2009), não se trata de uma questão que possa ser resolvida por meio de operações lógicas ou matemáticas: não haveria, do ponto de vista lógico, um motivo válido que explicasse por que *Essa Julieta*, negra e de origem nigeriana, "não combina" com os tradicionais sobrenomes italianos em questão. De fato, tal formulação, se submetida à lógica formal, talvez, sequer se sustentasse como dotada de coerência. No entanto, ao retomarmos os pré-construídos que sedimentam, na memória discursiva, sentidos historicamente associados ao que se entende como "nome branco" e "nome negro", torna-se possível compreender como essa suposta inadequação revela e atualiza os efeitos do racismo que estruturam nossa formação social capitalista ocidental.

Nesse gesto analítico, ao me debruçar sobre a sequência discursiva em questão, busquei romper com a aparente obviedade da relação implícita segundo a qual há "uma Julieta" que não combinaria com o sobrenome que lhe é atribuído na narrativa. Ao desestabilizar essa naturalização, foi possível evidenciar como a questão racial se inscreve silenciosamente no domínio da língua, sem necessariamente se enunciar de forma explícita. Essa constatação reforça a ideia de que o racismo não pode ser reduzido a um tema específico ou a certas palavras-chave. Ele se manifesta nos discursos porque participa da própria constituição de suas condições de produção, atravessadas por lógicas capitalistas, patriarcais, coloniais e racistas. Por isso, torna-se fundamental exercitar uma escuta discursiva sensível a esse funcionamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BONILLA-SILVA, E. **Racismo sem racistas:** o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CARDOSO, S. H. B. Demonstrativos e o fio do discurso. **Revista Estudos Linguísticos**. Belo Horizonte, ano 4, v. 2, jul./dez., p. 157-177, 1995.

CESTARI, M. J. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na Análise de Discurso. *In*: ZOPPI FONTANA, M.; FERRARI, A. J. (Orgs.). **Mulheres em discurso:** identificação de gênero e práticas de resistência. Campinas (SP): Pontes, 2017, p. 183-203.

COELHO, J. S. B.; SOUSA, D. M. de. Relações entre o antropônimo e a classe social no Brasil: um estudo exploratório. **Revista de Letras Norte@mentos** – Dossiê Temático: Onomástica. Sinop (MT), v. 15, n. 40, p. 90-108, 2022.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2009.

ERNST, A. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição do corpus discursivo. **Anais do Sead**, Porto Alegre (RS): UFRGS, 2009, p. 01-06.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

GOLDBERG, D. T. **The racial state**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2002.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, p. 223-244, 1984.

LAGAZZI, S. O recorte significante na memória. **Anais do Sead**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 01-07.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENEZES, M. Saberes metalinguísticos em uma cartilha de pedagogização antirracista. **Revista Porto da Letras**. Porto Nacional-TO, v. 9, n. 2, p. 195-212, 2023.

MODESTO, R. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**. v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021.

MODESTO, R. Mulato nos dicionários de português ou sobre o que uma palavra pode contar da mestiçagem no Brasil. **Revista Interfaces**. Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-15, 2022.

MODESTO, R. Língua e racialidade negra brasileira. *In*: MEDEIROS, V.; ESTEVES, P. M. da S. *et al*. (Orgs.). **Na movência dos conceitos**.... 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, p. 203-210, 2024.

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico:** os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramentos, 2019.

NASCIMENTO, G. Racismo linguístico é sobre palavra? **Revisa Língu@ Nostr@**. Vitória da Conquista (BA), v. 8, n. 1, jan.-jul., p. 3-15, 2021.

PARINTINS LIMA, R. **A construção textual e sociocognitiva do racismo nos (des)alinhamentos à hashtag #SomosTodosMacacos**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP): Unicamp, 2019.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas (SP): Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2009.

SOUZA, Matheus. Um instrumento linguístico eventual: a dicionarização antirracista de Instagram. In: *Revista Porto da Letras*, v. 9, n. 2, 2023, p. 216-242.

REFLEXÕES SOBRE A CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS RACISTAS NAS MÍDIAS[1]

Glenda Cristina Valim de Melo[2]
(UFRJ)

PALAVRAS INICIAIS

Neste mundo que passa por percalços diversos, os estudos da linguagem e do discurso se tornam cada vez mais relevantes para compreendermos como a vida social não está apartada das ações que realizamos no mundo e de seus efeitos para nós e para a sociedade. Considerando o tema deste congresso, "Discursos, Relações Raciais e Mudança Social", abordo perspectivas teóricas que se mesclam entre Sul e Norte para tratar de um tema antigo, sempre presente, dependendo de onde se circula, e que ganha espaço cada vez mais frequente nas mídias. O tema, contudo, não é exclusividade brasileira, visto que raça e racismo são estruturais e estruturantes desde o processo de colonização. Na colonização, tais índices linguísticos, raça e racismo, não existiam ainda, mas, na prática, já operavam no mundo. O genocídio indígena é um exemplo e a escravização negra africana é outro. Naquele tempo, o fenótipo definia quem vivia ou morria, que corpos valiam mais ou menos, que vidas cruzariam o atlântico no porão do navio ou

1 Uma versão completa deste artigo está na Revista Delta, em comemoração aos seus 40 anos.

2 Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Processo nº 305302/2022-1), e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj – Processos nº E-26.202.772/2019 e E-26.210.671/2024) pelo apoio financeiro dado ao projeto intitulado "Da Solidão à Violência Obstétrica: Circulação de textos, Performatividade de Raça, Interseccionalidades".

não. Esta citação do estudioso latino-americano Aimé Césaire, autor do livro **Discurso sobre o Colonialismo**, cuja primeira edição foi publicada em 1978, diz que:

> Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que suscita seu funcionamento é uma civilização decadente. Uma civilização que escolhe fechar os olhos ante seus problemas mais cruciais é uma civilização ferida. Uma civilização que engana a seus princípios é uma civilização moribunda (Aimé Césaire, 1978, p. 15).

Césaire, ao tratar do colonialismo, aborda a incapacidade da civilização, naquele momento, a Europa, de resolver os problemas de seu funcionamento e de suas feridas. Partindo dessa perspectiva, quero transpor tal pensamento para as civilizações da contemporaneidade. Neste século, em nossos estados e cidades, vivemos situações complexas. Situações que podem ser compartilhadas com o clique de um *mouse* ou um tocar de tela, pelo avanço das tecnologias digitais. Os jornais ainda nos contam do êxodo de povos sírios e afegãos que procuram na América Latina, por exemplo, a esperança por uma vida melhor. Dentro da própria América Latina, sabemos da circulação de refugiados oriundos do Haiti e da Venezuela para o Brasil e nossos países vizinhos. Assim, esses migrantes pretendem recomeçar suas vidas com mais dignidade e humanidade. Na América Latina, estamos vendo governos fascistas serem derrotados por governos progressistas e o contrário também. Os primeiros causaram danos profundos em democracias ainda frágeis, como a brasileira. Parte do continente africano vive os efeitos do colonialismo até hoje e cotidianamente, vemos barcos repletos de pessoas africanas negras fugirem de conflitos e precarização de direitos. Também, neste momento histórico, a Europa, mergulhada em uma guerra entre países vizinhos, não vive os tempos gloriosos de outrora, o futuro do

lado de lá do Atlântico é incerto e doloroso. Na Ásia, notamos os flertes conflituosos entre Coreias, China e Ocidente. Nos Estados Unidos, vimos os resultados de uma eleição presidencial. O presidente eleito, antes da posse, já ameaçava Canadá, México e os Brics com taxações e cortes.

No Brasil, a cada acordar a extrema-direita nos 'brinda' com os detalhes de um golpe que, felizmente, não deu certo. Se tivesse sido bem-sucedido, não estaríamos aqui, já que a temática desse congresso seria proibida, pois, se rememorarmos os tempos da ditatura, o Brasil vivia os ventos da democracia racial, o mito da igualdade e a ausência do racismo. Falácias iteráveis que se tornam verdade. Tudo isso, em meio a cortes no imposto de renda, aprovação de PECs nos cantos do Congresso e no Senado. Tudo isso, com pitadas de final de ano. Com este preâmbulo, o objetivo deste artigo é apresentar a circulação de discursos raciais nas mídias brasileiras e internacionais. Para tal, este artigo está dividido em quatro partes: além desta introdução, na segunda, abordo a supremacia branca e o racismo, na terceira, da circulação de textos, raça e racismo em mídias variadas, e, na quarta, encerro com uma reflexão esperançosa e proponho um desafio para todes.

SUPREMACIA BRANCA E RACISMO

Quero, aqui, definir três conceitos importantes para seguirmos juntos nesta reflexão: supremacia branca, raça e racismo. De acordo com Silva e Schurster (2022), o darwinismo social teve muita influência ao longo do século XIX. A supremacia branca era vista como ponto final e natural da 'evolução humana'. Tal supremacia, para os autores, era banalizada. Nesse sentido, os europeus eram/são os representantes dessa evolução. Na contemporaneidade, vemos essa representação ser dividida com os norte-americanos. Torna-se relevante dizer que não estou, aqui, tratando de todos os europeus e norte-americanos,

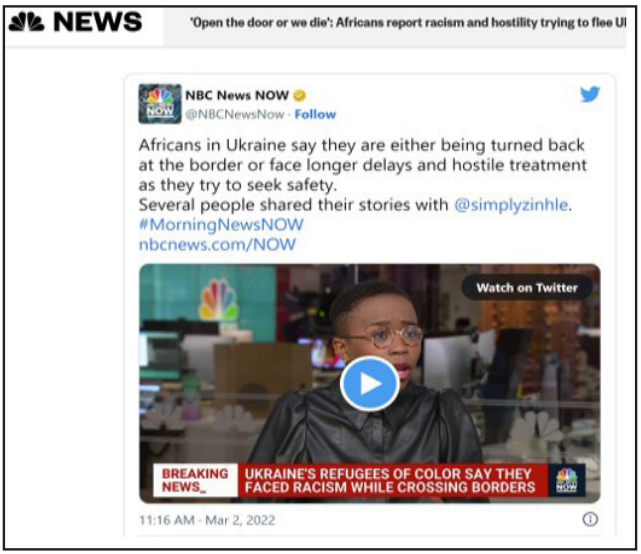
mas da parcela construída e lida como branca socialmente. As ideologias de uma supremacia branca nos levam a compreender as raízes do racismo e do privilégio da branquitude. Conforme Bonds e Inwood,

> O conceito de supremacia branca chama a atenção para a brutalidade, a desumanização, a exploração e a dominação racial que emerge das sociedades coloniais. Embora o privilégio branco continue sendo uma estrutura analítica importante para analisar os benefícios e as proteções concedidas aos brancos com base na cor da pele, o conceito de privilégio enfatiza a condição social da branquitude, produzida, em primeiro lugar por instituições, práticas e processos. O poder branco, a dominação e a exploração geram e aumentam a exclusão social e a morte prematura de pessoas negras (Bonds e Inwood, 2016, p. 716).

Uma das ideologias da supremacia branca é o nativismo, que, segundo Guimarães (2022, p. 3), são as pessoas nativas do lugar. Vale salientar, contudo, que esse 'nativo' se refere às pessoas brancas pertencentes ao local. Um exemplo disso pode ser observado na guerra entre Rússia e Ucrânia. Nas mídias internacionais e em postagens nas mídias sociais circularam denúncias de que pessoas negras estavam sendo impedidas de sair da Ucrânia. O trem, passaporte para não ficar em meio ao conflito, não era para elas, não é mesmo. Na época, textos semióticos como esse da NBC News, publicado em 2 de março de 2022, circularam em plataformas de mídias sociais como *X/Twitter*, *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp* denunciando o racismo sofrido pelos ucranianos negros na fronteira com a Ucrânia. Nesse caso, valeria a pena perguntar: Quem, então, é qualificado como nativo? O texto semiótico foi publicado na conta da NBC News no *X*, em 2 de março de 2022, às 11h16. O vídeo tem duração de 03:23. É um trecho de um item

de notícias transmitido pelo mesmo canal de televisão durante um de seus noticiários. No *X*, a postagem recebeu 260 curtidas, 22 comentários e foi republicada por 185 pessoas:

Figura 1: NBC News published on March 1 2022.



Na Figura 1, pistas linguísticas como *Ukraine's refugee of color, racism, borders* apontam quem são os nativos para a supremacia branca e como opera a branquitude, um sistema de poder que privilegia as pessoas brancas (Schucman, 2014; Carone e Bento, 2019) para manter seus privilégios. Isso fica mais evidente quando morte e vida se cruzam. Considerando Guimarães (2022), podemos dizer que os nativos não são as pessoas negras ucranianas, visto que eram impedidas de entrar nos trens para seguirem a outros países. Outro valor central para os supremacistas, de acordo com Bonds e Inwood (2016) e Guimaraes (2022), é a perspectiva de superioridade da raça branca frente às outras raças. Isso implica que tudo que está relacionado à raça branca – valores, música, cultura, moda etc. – tem qualidade melhor do que os mesmos aspectos em outras raças. Essa ideologia faz com que certas vidas possam ter acesso ao trem ou cruzar a fronteira, e, outras, não.

Vale dizer que, como Munanga (2004), não compreendo o conceito de raça como biologizante e sim em sua perspectiva social. Em outras palavras, *"a noção de 'raça' é uma ficção útil, uma construção fantasiosa* (Mbembe, 2014), *uma fantasia móvel e instável* (Sullivan, 2003), como pontuei em Melo; Silva Júnior; Marques (2020, p. 419). Conforme Barnard (2004), raça é fluida, tal qual gênero e sexualidade, quando pensamos numa perspectiva *queer*. Raça é também uma construção histórica, cultural, social discursiva e performativa (Melo; Moita Lopes, 2014, 2016). Sua percepção depende ainda de contextos geográficos.

Um exemplo disso pode ser observado quando brasileiros lidos como brancos viajam para Estados Unidos ou Europa, podem ser construídos como latinos. No filme Bacurau, exibido no Brasil em 2019, quando um casal de brasileiros compreendido como branco, no Brasil, se autodeclara branco para um grupo de americanos brancos, é possível perceber o espanto das personagens e os efeitos bizarros, já que os norte-americanos, juntamente com os europeus, seriam os 'legítimos' brancos. A fluidez da raça está em heteroidentificar o outro segundo o contexto, o momento histórico presente e o próprio conceito de raça. Uma pessoa negra, dependendo do fator socioeconômico, do local onde mora e do nível de escolaridade, pode ser lida e construída como 'morena', no Brasil.

Pensando no racismo, ele surge, porque raça existe. Ambos se retroalimentam. Segundo Gomes (2004, p. 52):

> O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da

> vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

O racismo, como pontuam Bonds e Inwood (2016), se entrelaça com as ideologias da superioridade branca. Os efeitos dessa intersecção podem ser observados no jornal Folha de SPaulo, em 26 de janeiro de 2023, no texto semiótico sobre o jogador Vinícius Júnior. Podemos ver emergir discursos que apontam para ideologias raciais antigas.

Figura 2: Texto publicado em 26.jan.2023 às 22h06 - Jornal brasileiro "Folha de SPaulo".



boneco com a camisa de Vinicius Junior pendurado em uma ponte na Espanha; acima, faixa traz a frase "Madri odeia o Real" -

Tal texto semiótico aponta para discursos racistas que circulam no Ocidente sobre as pessoas negras. Isso não é novidade para nenhum de nós, independentemente de onde moramos ou nascemos. Dentro desse contexto, a pele não branca, ou seja, a pele negra é construída por discursos de inferioridade, desumanização, ligados à criminalidade e ao perigo. Isso ocorre há séculos. Para a pele da qual se desconfia, e, dependendo das ações discursivas--corpóreas realizadas, o efeito pode ser a morte, mesmo que simbólica, das pessoas pretas.

Penso que talvez falte sensibilidade em compreender o quanto o racismo, articulado à branquitude e às ideologias raciais

de superioridade branca, causa sofrimento e morte no mundo. Pode ser parte do privilégio da branquitude escolher não percebê-lo, como afirma Mbembe (2015), a branquitude foi construída como privilegiada – a principal fonte das normas de "conduta racial". Simas (2016, n/d) – ele próprio um pesquisador brasileiro branco – argumenta que a raça branca tem "a proteção da cor da pele". Com base em Bonds e Inwood (2016), posso dizer que a interseccionalidade entre supremacia branca, raça, racismo e branquitude orienta ações mundiais tanto do Norte Global como no Sul, como vimos, por exemplo, na compra das vacinas para a Covid-19. O racismo estrutura as relações sociais e políticas públicas ao redor do mundo, não é apenas um problema brasileiro. O racismo se materializa e manifesta, dependendo da cultura e da sociedade, na linguagem.

Com as tecnologias digitais, o racismo se espalha ainda mais rápido pela *web*. Branquitude e racismo se renovam e percorrem trajetórias transnacionais, seja em um clique ou tocar de tela no *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *WhatsApp*, *TikTok*, dentre outros. Mas o que a supremacia branca e o racismo têm a ver com a linguagem e o discurso? Segundo Borges e Melo (2019, p. 3),

> O racismo, estrutural e estruturante (Fanon, [1952] 2008), bem como manifestações discriminatórias – contra as mulheres, por exemplo – são construídos pela linguagem. Assim, o racismo e quaisquer formas de discriminações são construções situadas histórica, social, cultural, discursiva e performativamente.

Ao produzirmos e/ou reproduzirmos textos racistas, estamos realizando ações na e pela linguagem, como veremos a seguir.

A CIRCULAÇÃO DE TEXTOS, RAÇA E RACISMO EM MÍDIAS VARIADAS

Antes de discutir a circulação de texto, quero dialogar com Grada Kilomba (2015) e Fanon ([1952]2008), que nos ensinam a relevância da linguagem para compreendermos a vida social, ou seja, a nós e à sociedade. Nesse sentido, a linguagem, para ambos, traz existência e materializa o mundo em que vivemos e nós mesmas. De acordo com Fanon (2008, p. 33),

> atribuímos uma importância fundamental ao fenômeno da linguagem. É por esta razão que julgamos necessário este estudo, que pode nos fornecer um dos elementos de compreensão da dimensão para-o--outro do homem de cor. Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro.

Em seu primeiro capítulo de **Peles Negras, Máscaras Brancas**, Franz Fanon chama a atenção para a relevância da linguagem na construção das pessoas e como, no processo de colonização, a língua do outro é aquela que nos dá existência e dar existência seria nos tornarmos brancas/os. Considerando que o Brasil é um país de diáspora, a colonização foi um processo construído, naturalizado e sedimentado na e pela linguagem do outro. Em outras palavras, na/pela linguagem, o branco europeu gravou na existência indígena e negra discursos de inferiorização, desumanização, hipersexualização, que circulam e afetam vidas até os dias atuais.

Pensando que a linguagem faz, como pontuam John Austin (1962) e Jacques Derrida (1988), e que ela tem efeitos incalculáveis, trago aqui uma releitura dos atos de fala performativos discutidos por ambos os estudiosos, mas, na proposta de Judith Butler. Para ela, a linguagem é a própria ação:

> nós fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos pela linguagem e nós fazemos coisas para a linguagem, mas a linguagem é também a coisa que fazemos" (Butler, 1997, p. 8).

Partindo da perspectiva de linguagem como ação, compreendo, então, que ela constrói raça, ou, nas palavras de Hall, raça é uma "*discursive category*" (Hall, 2006, p. 67). Raça é uma ficção, com pontuam, em diferentes épocas, Cesáire (1978), Fanon (2008) e Mbembe (2014, 2018), e, como invenção, raça é construída na e pela linguagem, articulada à história, à cultura e ao social. De outro modo, ao usarmos a linguagem, fazemos ações sobre raça, racismo, supremacia branca e branquitude. Eles não estão apartados da linguagem e do discurso. Eles estão nos discursos que circulam nos textos semióticos que viajam pela fibra ótica, a cabo ou pelo *wifi*. Há efeitos incalculáveis. Na perspectiva de linguagem como ação, tratamos de uma ontologia do estar e não do ser, ou seja, encenamos performances discursivas. As performances discursivas que encenamos são naturalizadas pela iterabilidade e citacionalidade, como nos aponta Jacques Derrida (1988). Em outras palavras, na repetição, sempre diferente e nova, naturalizamos discursos sobre raça, racismo, supremacia branca e branquitude.

A população brasileira enfrentou, entre 2019 e 2022, uma versão à brasileira de um governo de extrema-direita. A concepção de extrema-direita gestada, inicialmente, na Europa e nos Estados Unidos, circula seus tentáculos por todos os cantos do globo. De acordo com Gomes (2019), no Brasil, de 2015 a 2022, iniciamos um difícil momento para a população. Especificamente, nos últimos quatro anos, vivemos sob governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, julgado inelegível em final de junho de 2023. Esse presidente implementou o que Mbembe (2018) nomeia de necropolítica, ou seja, uma política de morte, potencializada pela pandemia da

Covid-19. Vários direitos trabalhistas, previdenciários e humanitários foram extintos.

Além disso, o ex-presidente e o movimento chamado bolsonarismo prezam por crenças e ideologias conservadoras, como a ideologia de uma supremacia branca, perspectiva religiosa cristã radical, neoliberalismo radical etc. Em um país de maioria negra e pobre. O tal presidente reforçava o discurso da democracia racial, ou seja, somos todos iguais e vivemos harmonicamente em termos raciais em solo brasileiro. Dessa forma, ele apaga e minimiza o racismo estruturante existente no país.

O racismo está presente no genocídio da população indígena e negra por todo o território brasileiro. Se penso na interseccionalidade de raça, gênero, sexualidade, avenida de opressões, como nos ensina Lélia Gonzalez (1984), dentre tantas outras feministas negras, os danos para o país se tornam ainda maiores. Mulheres e crianças indígenas morreram à mingua ao longo desses anos; as mulheres negras foram os maiores alvos da violência doméstica, enquanto homens negros são os grandes alvos da violência policial. Os efeitos dos valores racistas, lgbtfóbicos, misóginos, classicistas e xenofóbicos emergem na circulação de textos semióticos nas telas de *tablets*, celulares e *notebooks* pelo Brasil. Eles ultrapassam as fronteiras e chegam a lugares inimagináveis. Os efeitos de discursos e ideologias supremacistas podem ser vistos nas agressões cotidianas que vêm ocorrendo nas instituições de ensino pelo Brasil, algo que começa a ser semelhante aos Estados Unidos. Nos grupos de *WhatsApp*, vidas negras são agredidas.

Importante, diante de tudo que digo, trazer as palavras de Safatle (2023), filósofo brasileiro:

> ... não se deve agora, em absoluto, descartar a hipótese de que o Brasil se tornou o laboratório de uma nova fase da extrema direita mundial, a saber, justamente, a fase insurrecional. Nesse contexto,

> "fase insurrecional" significa que a extrema direita mundial tenderá, cada vez mais, a operar como força ofensiva anti-institucional de longa duração. Força essa que pode se expressar em grandes mobilizações populares, em ações diretas, em formas de recusa explícita das autoridades constituídas. Ou seja, toda uma gramática de luta que até pouco tempo atrás caracterizava a esquerda revolucionária agora está migrando para a extrema direita, como se estivéssemos em um mundo invertido (Safatle, 2023, s/pg).

No espaço digital, como afirmam Blommaert (2010), Fabrício (2013) e Melo (2019), esses textos realizam trajetórias textuais. Fabrício (2013, p. 156) acrescenta que as trajetórias múltiplas e versáteis dos textos nos direcionam para "trocas, mudanças, reavaliações e transformações de textos 'em trânsito' por diferentes contextos". Ao longo dessas trajetórias textuais, os textos se tornam fluidos, se misturam e são entextualizados. Para Melo & Moita Lopes (2015, p. 60), embasados em Bauman & Briggs (1990), a entextualização é "a capacidade reflexiva do discurso de ser compartilhado em diferentes sistemas de produção de sentido e o enquadramento do texto que transporta suas características para outros espaços". Esse processo, também, envolve a descontextualização e a recontextualização, que possibilitam a construção de novos significados para os textos em contextos que são entendidos como mutáveis e móveis, em vez de estáticos e rígidos.

Vejamos, então, o que circulou nas mídias brasileiras sobre os discursos racistas do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os textos semióticos abaixo foram extraídos da mídia brasileira (Folha de SPaulo e Alma Preta) durante o mandato do ex-presidente, quando ele fez referência à população negra, seja em eventos com empresários ou com seguidores. Esses dados circularam na mídia em 2021 e 2022. Na Figura 3, podemos ver, na primeira imagem, o ex-presidente no centro, vestido com camisa e gravata, sem paletó,

apontando para um contexto de maior informalidade e sorrindo enquanto faz mais um comentário racista. O título é: Bolsonaro faz mais um comentário racista a um apoiador: "Conseguiram te levantar, porra? Quanto você pesa? Mais de 7 arrobas, né?". Na outra imagem, vê-se o ex-presidente de terno, em foto com fundo escuro, com semblante mais sério, boca aberta, falando algo racista também. O título é: "Bolsonaro expõe seu racismo, mais uma vez, ao debochar de cabelo *black power*".

Figura 3: Notícias sobre os discursos racistas de Bolsonaro na mídia brasileira.



Fontes: Diário do Centro do Mundo – 12/05/22 – 14h40.
Alma Preta – 06/05/21.

Na viagem dos textos pelas mídias, encontramos o ex-presidente Jair Bolsonaro sendo racista ao tratar das pessoas negras, índices linguísticos como "*Conseguiram te levantar, porra? Tu pesa o quê? Mais de sete arrobas, né?"; "Bolsonaro, sou negão, votei em você e em 2022 vou votar de novo. Você é o melhor presidente do Brasil". Bolsonaro: "E você está com oito arrobas. O que você cria nessa cabeleira aí? Estou vendo uma barata aqui".* Ao empregar ironias, são mobilizados discursos de animalização, sujeira, desumanização sobre a população negra. Tal ator faz isso sem qualquer preocupação em infringir a lei contra o racismo vigente no país. Nessa linguagem que machuca e fere, os efeitos são incalculáveis (Melo e Rocha, 2015).

A cada entextualização, os textos deixam um pouco de si e se apropriam das características do contexto em que são recontextualizados. Em outras palavras: ao longo da trajetória, os textos dialogam entre si, mobilizam novos sentidos e precipitam outros sentidos – há uma transformação desses textos, ou seja, eles são atualizados. De acordo com Gomes

> "a forma negativa como nós, negras e negros, somos nomeados através dos apelidos, a rápida relação entre ser negro e criminalidade que vemos na imprensa escrita e televisiva, nas redes sociais e no cotidiano da sociedade, os estereótipos racistas e a forma como eles rapidamente são aprendidos pelas crianças, via linguagem, e incorporados na subjetividade dos brasileiros e brasileiras, a associação entre ser negra ou negro e a fealdade, retirando-nos o direito a nos sentir belos, entre outras, passa por uma questão da linguagem e tem relação com o poder, a branquitude, o racismo e as desigualdades" (Gomes, 2015, p. 121).

Mencionei, brevemente, as instituições de ensino. Segue aqui uma pequena amostra dos discursos racistas que circulam nos grupos do *WhatsApp*. Neles, estudantes trocam mensagens de 'brincadeiras'. A Figura 6 circulou em um grupo de *WhatsApp* de estudantes brasileiros brancos de uma universidade situada no Sul do país:

Figura 4: Troca de mensagens racistas e nazistas entre alunos da UEPG.



Fonte: Jornal Plural de Curitiba – 20/09/22 – 15h40.

Nessa figura, vemos um homem branco em uma bicicleta em uma mata. Ele aponta uma arma para uma criança negra. Tal texto semiótico mobiliza discursos de animalização de crianças negras. Na selva, elas são a caça. Conforme destaca hooks (2019), ódio e medo estão no imaginário coletivo, quando é invocada a ideia de branquitude para a população negra.

Judith Butler, ao tratar da violência discursiva, diz que

> No nível discursivo, certas vidas não são, de modo algum, consideradas vidas, elas não podem ser humanizadas; elas não se encaixam em enquadre dominante nenhum para a humanidade, e sua desumanização acontece primeiro nesse nível. Esse nível então suscita uma violência física que em certo sentido entrega a mensagem de desumanização já operante na cultura" (Butler, 1997, p. 8).

Com base em Butler, posso dizer que o racismo tem início no nível do discurso. Ele se naturaliza na repetição que circula em trajetórias variadas. Penso que talvez falte sensibilidade em compreender o quanto o racismo, articulado à branquitude e às ideologias raciais de superioridade branca, causa sofrimento, no mundo e no Brasil. Com base em Bonds e Inwood (2016), posso dizer que a interseccionalidade entre supremacia branca, raça, racismo e branquitude orienta ações mundiais tanto do Norte como no Sul Global, como procurei demonstrar aqui.

Com as tecnologias digitais, o racismo se espalha ainda mais rápido pela *web*. Como já mencionado, racismo e branquitude se renovam e percorrem trajetórias transnacionais seja em um clique ou tocar de tela de várias mídias digitais. Tudo isso, dentro de uma estrutura computacional que pode direcionar os resultados que buscamos. De acordo com Tarcísio Silva (2020), os sistemas computacionais, em sua estrutura, podem propiciar impactos na desigualdade racial e social, por meio do racismo al-

gorítmico. De outro modo, crianças, jovens, adultos, idosos negras/os têm sofrido, também, os efeitos desse racismo, que, além de estar na estrutura da programação computacional, é colocado em circulação pela junção de algoritmos e pessoas nas mídias sociais, aplicativos de interação, *sites* de busca, jogos digitais e distintos aplicativos computacionais, trazendo uma face da civilização em que estamos inseridos e em construção. De outro modo, o racismo estrutural e estruturante, aliado às opressões interseccionais, continua sendo uma das principais barreiras para o desenvolvimento educacional, científico e social na América Latina. É no discurso que ele percorre trajetórias inimagináveis...

SEM SAÍDA? SEM ESPERANÇA?

Ao longo deste capítulo, procurei refletir como os discursos raciais sobre pessoas negras circulam rapidamente em mídias distintas e fazem ações em linguagem. Com uma extrema-direita que avança pelo Ocidente, e, com ela, circulam discursos que apontam para ideologias raciais. Essas ideologias da supremacia branca posicionam a população negra como inferior, desumana, perigosa, violenta etc.

Mas, como em linguagem e em discurso podemos nos engajar na luta antirracista? A face de transformação da linguagem a iterabilidade é central para o uso da linguagem, pois se refere a outros atos de fala anteriormente enunciados, porém, não podemos entender que, quando repetimos, repetimos o mesmo; de fato, a iterabilidade não é apenas uma cópia, é também a possibilidade do novo e do criativo que podem romper com a ideia de "substâncias de verdade". Em outras palavras, considerando as condições de felicidade austinianas, quando enunciamos atos de fala infelizes, que não repetem a ideia de "substâncias de verdade", ou atos de fala realizados no passado, produzimos "algo diferente". Aqui, há a possibilidade de ruptura e transformação da linguagem.

Nela, podemos fazer nascer e dar existência a outras histórias, ou seja, romper com as histórias únicas, que nos causam tanto sofrimento. A luta antirracista está, também, no campo do discurso.

Finalizo fazendo um desafio para todes nós: na linguagem e no discurso, tudo se torna possível. Se o discurso e a linguagem matam, nós podemos, em todos os lugares que circulamos, fazer nascer vida e mitigar o sofrimento humano. Na linguagem e no discurso, podemos iniciar a luta antirracista. Será que estamos prontes e dispostes? Quem ganha com isso?

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer.** Palavras e ação. MARCONDES, D. (Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1962/1990.

BONDS, A.; INWOOD, J. Beyond white privilege: Geographies of white supremacy and settler colonialism. **Progress in Human Geography**. Vol. 40(6) 715–733, 2016.

BUTLER, J. **Excitable Speech**: A Politics of the Performative. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, J. **Undoing Gender**. Nova York: Routledge, 2004. Disponível em <Doi: https://doi. org/10.4324/9780203499627>. Acesso em 18 de outubro de 2024.

DERRIDA, J. Signature event context. *In*: **Limited inc. evanston**. Northwestern University Press, p. 1-23, [1972]1988.

FABRÍCIO, B. F. A "outridade lusófona" em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. *In*: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **O português no século XXI:** cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013, p. 144-168.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador, Edufba, 2008.

GEE, J. **Situated Language and Learning**. A critique of traditional schooling. New York: Routledge, 2004.

GUIMARÃES, L. M. A Nova Extrema Direita. 2022. Disponível em: < (99+) A Nova Extrema-Direita no Ocidente | Luís Miguel Guimarães - Academia.edu>. Acesso em: 02 jul. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro. Cobogó, 2019.

MELO, G. C. V. de. Entrevista com Nilma Lino Gomes. **Linguagem em Foco**. Fortaleza, v. 8, p. 115-122, 2016.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n. 1edições, 2018.

MELO, G. C. V. de; ROCHA, L. L. Linguagem como performance: discursos que também ferem. *In*: RODRIGUES, M. G. *et al.* (Orgs.). **Discurso:** sentidos e ação. 10. ed. Franca (SP): Unifran, p. 101-120, 2015.

MELO, G. C. V. de. Slave Trade Ads In The 19th Century: Textual Trajectory, Entextualization And Indexical Orders Mobilized On Contemporary Ads. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, p. 871-900, 2019.

EM QUE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A LEI 10.639/11.645 SE TOCAM?

Fernanda Cerqueira
(UFBA)

> Enquanto os leões não contarem suas histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça (Provérbio Africano).

INTRODUÇÃO

Em 9 janeiro de 2003, foi sancionada a Lei 10.639, que institui como obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. Logo, essa lei altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, cuja função é estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (doravante, LDB). Cinco anos após a sanção da Lei 10.639, em 10 de março de 2008, houve sua alteração, na forma da Lei 11.645, em que se estabelece a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica. No entanto, a maioria dos currículos de licenciaturas e pedagogias do país não prevê esse aspecto na formação de professores, o que, indiscutivelmente, compromete em muito o cumprimento da legislação. Nesse sentido, faz-se necessário que os currículos de graduação prevejam abordagens crítico-reflexivas de tais conteúdos, a fim formar profissionais capacitados para transbordar a tradicional perspectiva eurocentrada de ensino e de formação cidadã.

Cabe salientar que a referida legislação, inserida no escopo de políticas de ações afirmativas, tem por objetivo principal a demanda por reparação histórica, ou seja, que o Estado e, com efeito, a sociedade assumam práticas para ressarcir as populações negras e indígenas dos terrores advindos do colonialismo no Brasil, tais como danos psicológicos, materiais, sociais, políticos, econômicos e educacionais, sofridos em intensos processos de desumanização (ora via genocídio, ora via escravização), bem como em "[...] virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição" (BRASIL, 2010, p. 11). Ademais, as medidas supracitadas devem convergir em dinâmicas de combate ao racismo, assim como de outras práticas discriminatórias.

Nesse sentido, essa política de ação afirmativa tem por fito estabelecer reparações, reconhecimento e valorização da história, da cultura e da identidade de povos africanos, afrodescendentes e indígenas. Para tanto, é fundamental que haja

> [a] divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2010, p. 10).

Embora a legislação preveja um ensino em que haja valorização e reconhecimento de diferentes grupos étnico-raciais[1],

1 É preciso frisar que, no presente trabalho, em confluência com a agenda política dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Negro, raça é concebida como construto social fenotípico na realidade brasileira. Por sua vez, etnia refere-se à matriz cultural do sujeito, aliada à relação com sua comunidade. Portanto, em

há, tradicionalmente, uma forte tendência à prevalência de abordagens eurocêntricas, as quais, no que tange ao Brasil, parecem orientar-se através da narrativa de "chegada" dos portugueses, seguida pela "difusão da sua língua".

Outro problema que gira em torno da questão diz respeito ao papel do ensino de língua portuguesa frente a esse cenário sócio-histórico e político, cujas ideologias seguem atuantes nas práticas cotidianas. Consequentemente, não é mero acaso que haja, entre os estudantes, o forte discurso de ''não saber falar português'', apesar de essa ser sua língua materna. Cabe questionar: Qual português nossos estudantes pensam não saber falar? Como chegam a essa conclusão? E como a apresentação de narrativas contra hegemônicas sobre a formação do Português Brasileiro (PB) podem colaborar com o atendimento da lei?

Tendo por base tais questões norteadoras, o presente trabalho tem por objetivo advogar em defesa de que a compreensão crítica da sócio-história da língua portuguesa falada no Brasil – na qual há, indiscutivelmente, grande intervenção linguística e cultural de populações africanas e indígenas, em sua diversidade – pode ser um caminho profícuo para o cumprimento da referida lei no que tange, sobretudo, ao ensino de português como língua materna, mas não somente. Para tanto, o debate de cunho teórico é referenciado pela Linguística Histórica (Mattos e Silva, 2004), bem como pela Antropologia (Gonzalez, 1983, 1988), haja vista a possibilidade de reconstituição de fatos sociais, culturais e históricos basilares para a reconstrução de uma narrativa contra hegemônica e, com efeito, contra colonial, em que povos originários e africanos participam ativamente da formação da sociedade brasileira e, não obstante, do português falado por essa sociedade.

conformidade com a legislação e com o IBGE, aqui, compreendem-se negros como a soma de pretos (negros de pele mais escura ou retintos) e de pardos (negros de pele menos escura), sendo indígenas uma concepção étnica, embora também seja atravessada, em certa medida, por raça.

Portanto, trata-se de trabalho historiográfico transatlântico (Coelho e Silva, 2022), cujo papel é de romper com a história hegemônica, tratada como única e cunhada em uma agenda eurocentrada de produção de conhecimento. Por esse motivo, é primordial o reconhecimento de uma agenda afro-indígena (ou amefricana) de produção intelectual. Para tanto, o método bibliográfico foi adotado, uma vez que foi preciso recorrer às fontes secundárias citadas para avaliação qualitativa dos eventos capazes de corroborar com o ensino de língua portuguesa, mediante a reflexão da história social e linguística de formação do Português Brasileiro (PB). Sendo assim, o presente trabalho divide-se nas seguintes subseções: Qual língua portuguesa devemos ensinar?; O ensino de LP através de sua verdadeira história no Brasil: vias de aprendizagem e emancipação; Cumprindo a lei; e Conclusões.

QUAL LÍNGUA PORTUGUESA DEVEMOS ENSINAR?

Sabe-se que o Português Brasileiro (PB) é uma língua notadamente marcada tanto pela diversidade quanto pela tentativa de homogeneização, em sua constituição social, cultural, racial e história, tendo em vista que

> [o] português brasileiro emergiu como um vernáculo colonial, em uma situação de extremo multilinguismo, caracterizada pelas interações de falantes de línguas europeias (majoritariamente – mas não apenas – o português), línguas indígenas, línguas africanas, em toda a riqueza de suas variedades dialetais (Negrão; Viotti, 2012).

Embora já houvesse diversas civilizações dotadas de grandiosa riqueza cultural, linguística, política e religiosa ocupando o território – àquela época nomeado de Pindorama[2] –, o marco

2 Pindorama ou Grã-Pindorama é um item lexical de origem tupi cuja significação é tradicionalmente associada à "Terra de Palmeiras" (Sevecenko, 2000).

para a história de línguas no Brasil tende a ser datado a partir da colonização portuguesa, muitas vezes, desconsiderando que

> a história é testemunha de que várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores, [pois] aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas não conheciam e não podiam adivinhar qual fosse (Baniwa, 2006, p. 17).

Nesse sentido, é fulcral considerar que há, na história da língua portuguesa, sobretudo no Brasil, uma dinâmica de imposição[3] que merece destaque, não só em virtude de suas implicações socioculturais e políticas na contemporaneidade, mas também por seus impactos linguísticos, quer na sincronia atual quer em sincronias passadas. Isso porque "[a] violência que presidiu o mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição de formas sociais, que arrasou completamente sistemas de referência econômica [...]" (Fanon, 1968 [1961], p. 30) também arrasou sistemas linguísticos indígenas e africanos, de modo que ressignificou o próprio sistema linguístico do português nessas bandas. Não obstante,

> [a]o longo do Brasil colonial, [houve] um multi/bilinguísmo generalizado, principalmente entre a população africana e afro-descendente e a lusitana

3 Não se pode perder de vista que a dominação colonial atua como demarcação e afirmação de controle físico e geográfico, à medida que inscreve sobre a terra "descoberta/achada" novas normas de relações sociais e espaciais a partir do controle de corpos (Mbembe, 2018).

> e luso-descendente, reduzidas, certamente, a certas áreas brasileiras, mas já com outra configuração: as línguas imigrantes no sul/sudeste e as línguas indígenas, principalmente, no centro-oeste e na Amazônia [...]. Na Bahia, admite-se que, no século XIX, se concentraram línguas da família kwá, sobretudo o iorubá [...] (Mattos e Silva, 2004, p. 132).

O cenário linguístico brasileiro, marcado pela diversidade tanto em termos de línguas faladas no Brasil quanto em termos de formas de uso na modalidade de português do Brasil, demanda a compreensão do contato historicamente estabelecido entre os diferentes povos obrigados a adotar a língua portuguesa.

> A par dos estatutos sócio-políticos diversos mencionados, as configurações linguísticas internas que assume a língua portuguesa nos diversos lugares em que é utilizada são de natureza também diferenciada, decorrente da história própria que viveu a língua, a depender dos fatores externos - históricos, sociais, geográficos, demográficos - que determinaram a sua difusão e implantação, em cada um desses locais. Assim sendo, a variação social e a variação espacial da língua têm feições típicas em cada um deles (Mattos e Silva, 2002 [1987], p. 2).

Com efeito, a variação em fenômenos linguísticos[4] serve de evidência empírica para assunção de que PB e Português Europeu (PE) são línguas diferentes (devido a diferentes marcações paramétricas em sua aquisição como materna, resultando em diferentes línguas internas) ou variedades distintas de uma mesma língua (devido a variações linguísticas, em tempo real e

4 A exemplo da variação na composição do paradigma pronominal, na realização de sujeitos e de objetos pronominais, nas concordâncias nominal e verbal, na formação de orações relativas e na regência preposicional de complementos locativos (Avelar; Galves, 2014).

aparente, presentes em todos os níveis de análise). No entanto, apesar do dissenso entre teorias linguísticas acerca de PB e PE serem variedades distintas de uma mesma língua ou línguas várias, assumimos, com base em estudos formais (Roberts; Kato, 1993; Galves; Kato; Roberts, 2019), que se tratam de duas línguas, dadas às distintas marcações paramétricas no âmbito da variação sintática. Ou seja, se PB é a língua materna da maioria da população brasileira, seus falantes são competentes nessa língua, sejam escolarizados ou não.

Porém, é preciso avaliar, em que medida o português em que a maioria dos estudantes da educação básica é competente – possui espontaneamente conhecimento gramatical da língua materna, capaz de fazer juízo de gramaticalidade, reconhecendo suas regras de funcionamento – corresponde efetivamente ao português ensinado a esses estudantes na escolarização. Dito de outro modo, parece haver um abismo entre o português que os estudantes adquirem naturalmente antes da escola e aquele que a escola lhes ensina. Portanto, o imaginário de pensar não saber português de muitos estudantes reflete esse abismo entre o conhecimento natural desses estudantes a respeito de sua língua materna e o desempenho esperado por esses estudantes na escolarização, o qual tende a refletir situações comunicativas correspondentes a gêneros textuais escritos mais formais.

O português visto na escola reflete a norma[5] padrão dessa língua, ou seja, uma abstração destinada a regular as formas de uso estabelecidas como "acerto" na gramática normativo-prescritiva, em que há sua materialização. Com efeito, a norma padrão do português não é falada por ninguém, sendo utilizada na íntegra

5 Cabe destacar que "norma" é compreendida aqui como um sistema normal, proveniente da relação entre a instituição social e o sistema funcional (Coseriu, 1952). Por essa razão, a norma padrão é uma abstração, já que não corresponde ao uso real da língua (o que ocorre com as normas ditas culta e popular). Em termos de Estruturalismo Diacrônico, norma seria o interlugar entre a *langue* e a *parole*. Entretanto, o conceito é adaptado para outras teorias linguísticas, tais como a Sociolinguística e o Funcionalismo.

exclusivamente escrita em gêneros textuais formais, muitas das vezes, mediante consulta. Aliado a isso, a gramática normativo-prescritiva, na qual há materialização da norma padrão, não prevê o funcionamento da língua portuguesa no Brasil, ao passo que considera uma concepção homogênea e hegemônica de português. Ainda assim, há o forte imaginário de que pessoas muito escolarizadas fazem uso constante da norma padrão, seguindo as convenções preestabelecidas pela gramática normativo-prescritiva.

Para Mattos e Silva (1995, p. 14, grifo da autora),

> **norma normativo-prescritiva**, **noma prescritiva** ou **norma padrão**, conceito tradicional, idealizado pelos gramáticos [...], diretriz até certo ponto para o controle da representação escrita da língua, sendo qualificado de erro o que não segue esse modelo. [...] Distancia-se da realidade dos usos, embora com alguns deles se interseccione [...];
> **normas normais** ou **sociais**, [...] são normas que definem grupos sociais que constituem a[s] rede[s] socia[is] de uma determinada sociedade. Distinguem-se, em geral: normas "sem prestígio social" **ou** estigmatizadas; normas de "prestígio social", **equivalentes ao que se denomina norma culta, quando o grupo de prestígio que as utiliza é da classe dominante e, nas sociedades letradas, aqueles de nível alto de escolaridade**.

Contudo, de acordo com as normativas de educação (LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, e BNCCS – Base Nacional Comum Curricular), é papel da instituição escolar básica munir o estudante de recursos para uso adequado do PB nas situações comunicativas correspondentes. Dito de outro modo, espera-se que os estudantes sejam aptos: a. a mobilizar a norma padrão na escrita de gêneros

textuais formais, como a redação de vestibular ou carta aberta; b. acionar a norma estabelecida como culta em gêneros como seminário (oral) ou artigo de opinião (escrito); e reconheça a diversidade linguística do PB, ou seja, valorize a norma dita popular. Portanto, tratam-se de três habilidades distintas, ainda que correspondentes, de modo que extrapolam as noções de "acerto" e "erro". Ademais, a compreensão de uma historiografia linguística ancorada na diversidade étnico-racial em que se constitui o PB serve de parâmetro tanto para o desenvolvimento dessas três habilidades, quanto para autoestima linguística dos estudantes, ao passo que sua história ancestral é referenciada.

Logo, faz-se necessário distanciar os limites entre norma padrão e norma dita culta, o que pode ser feito com maior rigor por meio de historiografia crítica, na qual se avalie a interferência étnico-racial na constituição do PB, pois

> a(s) norma(s) dita(s) culta(s) se configura(m), em primeira instância, como uma amostra de variação, isto é, casos recorrentes de variantes produtivas entre sujeitos historicamente considerados (ou estabelecidos) como cultos. Todavia, é frequente que ambas normas sejam tratadas como sinônimos, no âmbito da grande mídia, em materiais didáticos e, ainda, no discurso de muitos/as/es professores/as. Sendo assim, esses conceitos acabam por se confundir, de modo a corroborar com a manutenção sistemática de poder inerente ao uso da língua portuguesa no Brasil, à proporção que a falsa sinonímia entre ambos faz parecer que certos sujeitos "falam certo" e outros "falam errado". Não obstante, entendemos que a norma padrão seja um instrumento linguístico em virtude de sua veiculação tanto estabilizar usos canônicos para as línguas, quanto de textualizá-los em gramáticas e/ou dicionários (Cerqueira, 2023, p. 460).

Nesse sentido, o imaginário de "certo" e "errado" incorre na falsa sinonímia entre norma padrão e norma considerada culta. Entretanto, cabe assinalar o estigma que reside sobre a norma dita popular, através da concepção tradicional de polarização sociolinguística, sob a qual

> [...] o conceito de norma é retomado como meio teórico para capturar os conflitos ideológicos dentro de uma comunidade de fala complexa, como as encontradas nas sociedades de classe: conflitos esses que são, por um lado, reflexos das contradições de classe no plano da infraestrutura socioeconômica e, por outro lado, se traduzem no julgamento social das formas linguísticas, que vão atuar como um poderoso mecanismo na construção da hegemonia ideológica que legitima e reproduz as relações infraestruturais de apropriação de renda e exploração econômica (Lucchesi, 2015, p. 45).

Diante disso, os impactos da colonização e do escravagismo sobre os povos colonizados costumam ser avaliados a partir de estudos como os de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Nina Rodrigues, Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro. É importante mencionar que esses autores participaram ativamente da construção do projeto de nacionalidade brasileira, na qual se buscou a construção de um discurso de "Europa nos trópicos" (Gonzalez, 2020, p. 43), fortemente ancorado na agenda eugenista[6]. O impac-

6 No curso da colonização foi propagado o mito da inferioridade natural de povos não europeus (ou não brancos), uma vez que tais populações deveriam ser salvas através do catecismo, já que eram consideradas primitivas e/ou desprovidas de alma. Com a crise do escravagismo e o advento do imperialismo, a eugenia (corrupção enviesada da Teoria da Evolução Darwiniana) atualiza e agência o mito da inferioridade natural, ao defender, sem rigor metodológico, que, apesar de serem de uma mesma espécie (*Homo sapiens*), caucasianos seriam mais evoluídos do que negroides e mongoloides (Gilroy, 1993 [2001]). Embora óbvio para qualquer pessoa com o mínimo de informação sobre a real proposta do darwinismo, só atualmente há consenso de que não há evolução dentro de uma mesma espécie, ao passo que diferentes raças humanas, do ponto de vista biológico não existem. Como conse-

to dessa perspectiva é sua limitação em compreender a partir de quais eventos sociais, históricos, culturais e políticos o racismo atua na estruturação da sociedade brasileira, inclusive, afetando a modalidade de português do Brasil, sendo eles:

• no curso da colonização: a vasta exploração de território, de matérias primas e de seres humanos; o genocídio de populações indígenas; a institucionalização do sistema econômico escravagista baseado no tráfico transatlântico e no trabalho forçado, decorrente do sequestro de população africana; e o mito da inferioridade natural, em primeira instância, difundido pelas religiões judaico-cristãs – as quais, certamente, já traziam em sua base efeitos políticos e ideológicos marcantes da (re)conquista da Península Ibérica, conforme aponta Souza (2019);

• no período imperial: a falaciosa abolição da escravização, decorrente tanto do Imperialismo quanto dos movimentos abolicionistas; a emigração europeia como política de branqueamento populacional; a racialização do espaço urbano e das relações de trabalho remunerado, o que reverbera na estratificação econômica contemporânea; e o mito da inferioridade natural, em segunda instância, difundido pela eugenia;

• na construção da nacionalidade republicana, é formalizado o mito da democracia racial, efeito das políticas de branqueamento, conduzida pela mestiçagem (Munanga, 1999), fato histórico simultâneo à terceira dinâmica de promoção do mito da inferioridade natural, a partir da estereotipia de pessoas negras e indígenas (primeiro, difundida pela literatura romancista; depois, difundida pela grande mídia).

quência, muitos autores começaram a abolir o item lexical raça, a fim de evitar sua associação à eugenia, desconsiderando, contudo, que raça é um conceito construído pela colonialidade – o qual marca a modernidade e a pós-modernidade –, por meio do qual se concebe um construto social e político a partir de traços fenotípicos (Hall, 2003).

Com efeito, é indiscutível, conforme já atestado em legislações – como o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), a Lei de Cotas Raciais (Lei 12.711/12), a lei que institui obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei 10.639/03 alterada para Lei 11.645/08) e a de reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos (Lei 12.990/14) –, que o racismo é tanto um elemento estruturante da sociedade brasileira (Almeida, 2018) quanto um regulador cultural (Gonzalez, 1983; Sodré, 2023). Diante disso, faz-se necessário verificar em que medida o marcador social **raça** é escamoteado por **classe** nos estudos linguísticos, haja vista que, mediante os fatos históricos supramencionados, não é mera coincidência o acúmulo de capital do país estar entre famílias brancas, isto é

> [t]emos [...] uma **polarização em termos de distribuição racial**, que deverá ser devidamente reforçada e reinterpretada em termos do modo de produção que se estabelecerá hegemonicamente. Note-se que a existência de um Brasil subdesenvolvido que concentra a maior parte da população de cor, de um lado, e de um Brasil desenvolvido, que concentra a maior parte da população branca, de outro, não é algo que esteja desarticulado de toda uma política oficial [...] (Gonzalez, 2020 [1979], p. 36, grifo nosso).

Tradicionalmente, os estudos linguísticos, com destaque para a Sociolinguística e para a Linguística Histórica, assumem a noção de polarização sociolinguística no PB (Lucchesi, 2001, 2006, 2015). Sob essa ótica, durante o empreendimento colonial, houve duas principais modalidades linguísticas de uso decorrente dos mesmos condicionantes fundadores da estrutura socioeconômica. Consequentemente, aqueles que acessaram por mais tempo a escolarização, em virtude do capital, dominariam a norma considerada culta, em oposição àqueles da base da pirâmide econômica, cujo acesso à educação foi negado.

Todavia, o debate carece significativamente de crítica interseccional, oferecida como ferramenta analítica pelo Feminismo Negro, conforme a qual se compreende as hierarquias sociais com base na articulação entre gênero, raça, classe e sexualidade (Davis, 2016 [1981]; Gonzalez, 1983; Carneiro, 2011; Lorde, 2019).

> Nessa perspectiva, **não podemos ignorar o importante papel dos movimentos étnico-raciais como movimentos sociais**. Por um lado, o movimento indígena, cada vez mais forte na América do Sul [...] e Central [...] não apenas propõe novas discussões sobre as estruturas sociais tradicionais, mas busca a reconstrução de sua identidade ameríndia e o resgate de sua própria história. Por outro lado, o movimento negro – e vamos falar sobre o caso brasileiro, esclarecendo a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder – desmascara as estruturas de dominação de uma sociedade e de um Estado que considera "natural" o fato de que quatro quintos da força de trabalho negra estejam mantidos presos em uma espécie de cinto socioeconômico que "lhes oferece a oportunidade" de trabalho manual, [informal ou terceirizado] e não qualificado (Gonzalez, 1988, p. 139, grifo nosso).

Isto é, racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado atuam conjuntamente na articulação de sistemas de opressões, conferindo privilégio às hegemonias, inclusive, no que tange ao valor social atribuído ao uso da língua. Prova disso é que, entre a população pobre, desprovida de acesso à educação, do Brasil colonizado ao contemporâneo, há presença massiva de sujeitos subalternizados, com destaque para pessoas negras e indígenas. Não por acaso,

> "[...] a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter claramente formalista em nossas

> sociedades. O racismo latino-americano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia de branqueamento [...] reproduz a perpétua crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais, [forjando] [...] [o mito da superioridade branca]" (Gonzalez, 1988, 137).

Com efeito, a norma linguística de prestígio corresponde às formas de uso recorrentes entre sujeitos representantes das classes hegemônicas, não só no tocante ao acúmulo de capital, mas também na manutenção de capital simbólico por meio de raça, de gênero e de sexualidade. Em contrapartida, as normas linguísticas estigmatizadas correspondem às formas de uso produtivas entre os sujeitos marginalizados por essas estruturas sociais.

A nosso ver, a polarização linguística do PB é orientada por raça, não apenas por classe, haja vista que os eventos sócio-históricos supracitados demarcam como as populações negras e indígenas foram empobrecidas e destituídas de direitos, dentre eles, acesso à norma de prestígio da língua portuguesa no Brasil, atrelado ao abandono forçado de suas línguas originárias. A esse fato, já documentado por Lucchesi (2006, 2015) como Polarização Sociolinguística, chamamos de Polarização Raciolinguística, pois – embora haja consenso no que concerne à polarização no campo linguístico, decorrente dos modos de acesso ao PB –, a nosso ver, raça regula classe, uma vez que, antes do capital, corpos negros e indígenas já eram "moedas" de uma elite branca letrada, ora portuguesa (no Brasil colonial), ora brasileira (no Brasil pós-colonial). Com efeito,

> em um polo, havia um pequeno contingente populacional composto por brancos, predominantemente

> situados nos incipientes centros urbanos, constituindo a elite nacional e, portanto, dominando não só o capital financeiro, mas também o capital intelectual institucionalizado, já que sempre obtiveram acesso à escolarização formal (Oliveira, 2006), quer em esfera domiciliar, quer em esfera escolar. Assim, esses indivíduos e seus descendentes asseguravam uma produção linguística significativamente próxima daquela produzida na metrópole portuguesa. No outro polo, em contrapartida, havia a vasta gama de brasileiros composta por populações negras em diáspora, resistindo à escravização, e populações indígenas, resistindo ao genocídio, bem como seus descendentes, miscigenados ou não, ocupando todo território nacional, privados de acesso à cidadania, ao mercado de trabalho e à educação formal (Albuquerque, 2004, 2009; Gomes, 2012), o que produziu usos da língua portuguesa significativamente distintos do PE, sobretudo, pela influência de suas línguas maternas (Cerqueira, 2022, p. 22-23).

Mesmo que a população negra tenha conseguido produzir formas distintas de letramentos, as quais permitiram a ela, inclusive, sobreviver, resistir e reexistir diante do racismo estrutural constantemente reatualizado (Souza, A. 2011), os eventos sócio-históricos apresentados produziram condições para que, em PB, haja três normas. Uma delas atuando como instrumento linguístico (Cerqueira, 2023) e outras duas referenciando usos linguísticos considerados normais, comuns e recorrentes (Mattos e Silva, 2004), a saber:

a. "norma padrão", a qual se refere exclusivamente ao manual de orientação escrita em situações comunicativas formais e que, portanto, não é falada por ninguém, embora oriente padrões de escrita de gêneros textuais acadêmicos e institucionais. Contudo, apesar de não ser um manual de orientação para modalidades

orais da língua, é constantemente acionada como via de opressão, por meio do imaginário do que seria "falar certo ou falar errado". Desse ponto desdobra-se a importância de separá-la da norma dita culta;

b. "norma dita culta", aquela produção linguística esperada por falantes que frequentaram por mais tempo a escolarização formal, gerando, por sua vez, um problema ontológico gravíssimo, ao relacionar, erroneamente, escolarização formal a cultura, tendo em vista que essa associação produz a intepretação de que cultura é sinônimo de cultura eurocentrada e de que, por sua vez, falantes menos escolarizados não possuem cultura; e

c. "norma dita popular", aquelas modalidades linguísticas esperadas por falantes que frequentaram por menos tempo a escolarização formal e que, por isso, tendem a produzir variantes linguísticas estigmatizadas, cujos usos incorrem no preconceito linguístico (Bagno, 1999). Todavia, essa é uma discriminação, no campo da linguagem, diretamente articulada com racismo (Charity-Hudley, 2013, 2016; Alim; Rickford; Ball, 2016; Nascimento, G. 2019; Cerqueira, Carvalho, 2021), tendo em vista que reflete como, no curso da sócio-história do país, ações concomitantes nos campos do direito, da economia, da ideologia e da política (Almeida, 2018) tanto impossibilitaram as populações negra e indígena de acessar a modalidade linguística de prestígio quanto produziram meios para que as formas, frequentes entre esses grupos sociais, sejam estigmatizadas, quer sejam produzidas por eles ou não.

Sob o prisma aqui apresentado, compreendemos que os sujeitos não sejam falantes de norma dita culta ou dita popular, mas que transitam entre ambas, considerando as situações comunicativas exigidas para cada gênero textual. Ou seja, para nós, não há falante de norma dita culta ou de norma dita popular, pois as produções discursivas de um mesmo sujeito podem refletir um uso considerado culto em dado contexto, mas estabelecido como popular em outro contexto, sobretudo, em comunidades de práti-

cas (Cerqueira, 2020). Contudo, é indiscutível que a escolarização pode e deve atuar com intuito de orientar essa prática.

Em síntese, o ensino de língua portuguesa no Brasil deve abordar a imposição dessa língua em território já habitado por populações indígenas, a imposição dessa língua às populações africanas sequestradas no tráfico escravagista e os impactos desse contato linguístico em contexto de dominação. Aliado a isso, é preciso que haja avaliação crítica dos limites e funções do ensino das normas padrão e dita culta, de modo a fomentar o interesse e o respeito pela diversidade linguística.

O ENSINO DE LP ATRAVÉS DE SUA VERDADEIRA HISTÓRIA NO BRASIL: VIAS DE APRENDIZAGEM E EMANCIPAÇÃO

Lamentavelmente, grande parte das instituições escolares ainda persistem na narrativa de descobrimento do Brasil, o que impacta significativamente na compreensão das complexidades subjacentes ao projeto colonial, bem como de suas implicações no cotidiano. A narrativa de descobrimento indiscutivelmente romantiza e naturaliza a invasão de Pindorama, o genocídio de populações indígenas, o tráfico transatlântico de povos africanos escravizados e a imposição da língua portuguesa, atrelada à universalização de culturas europeias. Uma das principais consequências desse episódio é o surgimento gradual de uma língua portuguesa brasileira significativamente diferente da língua portuguesa europeia, cujas variações incidem no nível fonético-fonológico, morfossintático e léxico-semântico.

Contudo, é comum a narrativa sobre "o português", não sobre "um tipo de português". Penso que essa seja uma das principais razões para que nossos estudantes acreditem "não saber português", ainda que sejam falantes de PB como língua materna. Mesmo que a resposta expressa não caiba no escopo deste trabalho, cabe questionar: Qual português nossos alunos não sabem? E

a partir de qual narrativa chegam a essa constatação? Não parece ser um equívoco que a narrativa única sobre português produz o imaginário de que haja uma hierarquia social (ou mesmo racial, como venho defendendo) inerente às formas de uso dessa língua em um território invadido e estratificado étnica e racialmente pela agenda colonial. A meu ver, tal proposição deriva da ideologia de branqueamento, segundo a qual valores culturais brancos (ou embranquecidos), sobretudo, europeus e norte-americanos, gozam de maior valor social.

A ideologia acima mencionada reflete a concepção de mundo ocidental forjada na colonização, na qual colonizadores seriam mais desenvolvidos do que os colonizados (Fanon, 1968 [1961]), tanto em termos de organização cultural (relativismo cultural) quanto religiosa (mito judaico-cristão de salvação de almas). Findado o empreendimento colonial e promovido o imperialismo, a eugenia subsidia essa ideologia de branqueamento com base em hipóteses do racismo científico. Por fim, na atualidade, as hierarquias econômicas reforçam essas hierarquias raciais, materializadas em discursos como os de "não saber falar a própria língua", haja vista que essa língua nos é apresentada sob a narrativa do outro, a narrativa de dominação que persiste em se apresentar como única. Não obstante,

> [é] impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer "ser maior do que outro". Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer com que ela seja sua história definitiva (Adichie, 2019, p. 12).

Se histórias únicas, narradas pelo grupo hegemônico, têm como consequência o "[...] roubo da dignidade das pessoas [...] (Adichie, 2019, p. 14), nublando o reconhecimento de sua humanidade e singularidade, como nossos estudantes se sentiram seguros no ensino de português sob essa ótica?

Não se pode perder de vista que "[a]s histórias importam [...] [pois] foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada". (Adichie, 2019, p. 16). Ou seja, uma historiografia linguística, na qual se avalie criticamente a história transatlântica (Coelho e Santos, 2022), operando atentamente com os discursos racializados subjacentes à formação do PB (Modesto, 2021), parece ser tanto um fator positivo no ensino de português quanto no cumprimento da Lei 10.639/11.645. Para tanto, os fatores sócio-históricos para a constituição do PB (Mattos e Silva, 2004) devem ser observados sob perspectiva sociológica, histórica e antropológica antirracista (Guerreiro Ramos, 1955; Nascimento A., 1977, 1978; Nascimento B., 1985; Munanga, 1999; Albuquerque, 2009; Krenak, 2020).

Consoante ao pensamento de Mattos e Silva (2004), há três fatores sócio-históricos condicionantes para formação do PB, sendo eles: a demografia histórica do Brasil do século XVI ao XIX; os fluxos migratórios de escravizados, tanto no Brasil colonial quanto no pós-colonial; e o déficit de escolarização do século XVI ao XIX.

Quanto à demografia histórica, entre os séculos XVI e XIX, "[c]onsiderando os grupos étnico-raciais e linguísticos, durante o período colonial (1530 a 1822) e até o pós-colonial, predominaram os grupos não brancos, numa média aproximada de 70% para 30% (Mattos e Silva, 2004, p. 126). Ou seja, apenas 30% da população, composta por pessoas brancas dos setores privilegiados da sociedade em constituição, adquiriram um português mais aproximado da modalidade europeia produtiva no período em questão.

A respeito dos fluxos migratórios, "[t]endo sido sempre maioria, como vimos, os africanos e afrodescendentes no período colonial e pós-colonial, até meados do século XIX, vemos que são eles a 'multidão sem voz'[...] que difund[e] o que tenho designado como português geral brasileiro" (Mattos e Silva, 2004, p. 130). Nesse sentido, parece ter sido através da população negra, afro-brasileira, que a modalidade de português majoritariamente falada no período em questão se propaga. Diante disso, Mattos e Silva (2004), assim como Gonzalez (1983), avalia a população negra brasileira como agente de difusão do PB. Em Gonzalez (1983), além do recorte racial, há o recorte de gênero e classe (escravizadas, no escravagismo; subalternizadas, no capitalismo), no que concerne à figura da mulher negra exercendo papeis de Mãe Preta, da mucama, da empregada doméstica e da babá. Sendo assim,

> [...] quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a **dita cultura brasileira**, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas (Gonzalez, 1983, p. 239, grifo nosso).

No que tange à escolarização desse período, "[...] ao considerar as normas vernáculas como o 'autêntico' português brasileiro, funda-se no precário efeito da escolarização na história brasileira [...]" (Mattos e Silva, 2004, p. 131). Isto é, a escolarização só atua tardiamente como um regulador da modalidade de prestígio de português do período em questão.

Em síntese, até o século XIX, houve no Brasil **maioria absoluta de pessoas negras**[7], as quais foram responsáveis pela

7 É importante frisar que especialmente no período em que circula o Português Geral do Brasil, a população indígena adentra cada vez mais as regiões Norte e

difusão do pretuguês (Gonzalez, 2020 [1979], 1983, 1988; Cerqueira, 2022, 2024) e/ou do português geral do Brasil (Mattos e Silva, 2004). Dito de outro modo, a difusão da modalidade linguística atravessada pelo contato linguístico, falada pela maioria da população, sem regulação de ações normativas[8], dado ao **déficit de escolarização,** propaga-se em função dos **fluxos migratórios** impostos pela dinâmica escravagista. Portanto, a população negra parece ser um ator social decisivo na constituição do PB.

Destarte, o cruzamento do pensamento de Gonzalez com o de Mattos e Silva nos permite avaliar que a clivagem entre a dita norma culta e a dita norma popular é de ordem racial, ainda que o "mito da democracia racial" transforme o capital em uma "cortina de fumaça", escamoteando o aspecto fundamental. Sendo assim, a problematização da formação do PB, sob o prisma étnico-racial, viabiliza melhor compreensão de um denso cenário sócio-histórico, político, cultural e linguístico, através da qual se pode apresentar uma narrativa contra-hegemônica de constituição dessa língua, com vistas a confrontar a narrativa dominante apresentada como única. Concomitantemente, é possível cumprir com a aplicação da Lei 10.639/11.645, ao destacar o papel das populações indígenas e africanas na constituição cultural e linguística do Brasil.

Centro-Oeste do país, com intuito de proteger seu território e as matas do garimpo da exploração têxtil e do crescente agronegócio. Portanto, desempenha papel fundamental de preservar suas línguas e suas etnias. Ou seja, não se trata aqui de hierarquizar populações negras e indígenas, mas de demarcar como a população afrodescendente é forçada a abandonar suas línguas originárias, o que impacta na constituição do PB, ao passo que a população indígena é forçada a recuar das regiões litorâneas, a fim de preservar seus modos de vida, relação com a natureza e suas línguas ancestrais.

8 Sabe-se que, desde sempre, houve entre a população negra agências de letramento (Souza, 2011; Gomes, 2017) como alternativas à ausência de escolarização formal. Contudo, também se sabe, infelizmente, que seu alcance não pôde contemplar a maioria de seus integrantes.

CUMPRINDO A LEI

Sabe-se que a narrativa hegemônica de descobrimento, apresentada como única, é o pilar do mito fundacional da construção da nacionalidade brasileira, uma vez que atua como momento do passado imaginário, tido como instante originário, o qual se mantém vivo e presente no decorrer do tempo (Chauí, 2000), através da memória discursiva. Para Gonzalez (1983), o que foi convencionado como mito fundacional seria uma neurose cultural brasileira, advinda do mito da democracia racial, haja vista que assegura a manutenção do racismo, por vincular desigualdades estritamente ao acúmulo de capital. Mesmo que exista relação imbricada entre raça e classe, no caso do Brasil, é fundamental avaliar que

> [a] branquitude aparece como identidade racial socialmente invisível por um lado, e também altamente visível por outro. Se ser branco significa ter acesso a uma série de privilégios que são mascarados pelo discurso da meritocracia, ser branco também é uma forma de grande visibilidade quando analisamos a presença quase exclusiva de certos grupos raciais em produções culturais [e em espaços de poder] (Moreira, 2019, p. 58).

Desse modo, é preciso questionar: O que é a cultura nacional ou brasileira? O que é o português do Brasil? São ecos indígenas e africanos atuando sob a estrutura europeia, ou as culturas indígenas e africanas transformam essa língua, ao criar uma dinâmica cultural indexada às suas ancestralidades, mediante a interferência de suas línguas originárias (Mingas, 2021)? Aparentemente, a promoção da narrativa hegemônica de descobrimento, subsidiada pelo mito da democracia racial como verdade inquestionável[9],

9 Tal equívoco, lamentavelmente, ainda persiste bastante na Linguística Geral, mesmo já sendo superado há tempos em outros campos do saber, a exemplo da Antropologia (Gonzalez, 1979, 1983, 1988, 2020; Munanga, 1999), da Sociologia (Guerreiro Ramos, 1955; Nogueira, 1955; Nascimento A., 1977, 1978), da História (Nascimento B.,

corrobora com o apagamento do protagonismo indígena e africano na construção social brasileira, sob o que parece ser para nós fruto de apropriação cultural com fim de desmobilização coletiva.

> No Brasil, **a apropriação cultural de símbolos indígenas e africanos é praticamente uma regra desde o descobrimento**. Essas culturas ainda passam por toda sorte de perseguição, como comprovam os ataques a terreiros de candomblé e assassinatos de caciques indígenas em aldeias invadidas por garimpeiros. Mesmo assim, há quem não veja problema em usar um turbante ou um cocar só porque achou bonito, "descolado". A objetificação de corpos negros e indígenas, a hipersexualização e a estigmatização seguem desumanizando esses povos, uma vez que não reconhecem a importância de suas vidas e menos ainda de seus elementos culturais. Mais do que um elemento de identidade, a herança cultural de determinado grupo deve ser definida como uma espécie de marca, um símbolo que o distingue de outros grupos, tornando-se um patrimônio político e uma estratégia fundamental de resistência e afirmação social diante das culturas dominantes. No entanto, alguns teóricos como Pierre Bourdieu, acabaram **desconsiderando as questões raciais ao analisar os hábitos das sociedades de consumo** (William, 2019, p.116-117, grifo nosso).

1985; Albuquerque, 2004, 2009; Baniwa, 2006), do Direito (Flauzina, 2006; Almeida, 2018; Borges, 2018; Bueno, 2020), da Filosofia (Carneiro, 2005, 2011, 2020; Ribeiro, 2018; Krenak, 2020), da Psicologia (Souza N., 1983; Bicudo, 2010; Bento, 2002), da Tradução (Carrascosa, 2016), Filologia (Souza A., 2019), da Literatura (Jesus, 1960; Natália, 2018, 2019; Evaristo, 2020); da Linguística Aplicada (Nascimento G., 2019; Souza-Neto, 2021), da Linguística Textual (Parintins Lima, 2020), da Análise do Discurso (Modesto, 2021), da Educação (Silva, 2004; Gomes, 2012, 2017) e dos Estudos Culturais (Hall, 2003). Logo, a resistência da Linguística geral em atualizar o debate étnico-racial pode estar motivada por ideologias linguísticas, não por déficit de literatura especializada sobre o tema.

Com base no trabalho de William (2019), avalio que, dentre os prejuízos da apropriação cultural, três merecem destaque: a exotização, a desmobilização e a monetização. O primeiro caracteriza-se pela dinâmica de estereotipar por meio da exaltação da suposta diferença, ou seja, se não corresponde às referências europeias e norte-americanas, é exótico, selvagem, passivo de domesticação, ou "popular". Como efeito do primeiro, a desmobilização se dá a partir do momento que a cultura apropriada é subalternizada, sendo submetida à avaliação negativa e, portanto, ao estigma. Desse modo, como já pontuado por Souza (1983), há o desejo do grupo subalternizado de distanciar-se desses signos culturais e/ou linguísticos, a fim de preservar, ainda que parcialmente, sua humanidade. Logo, os grupos oprimidos passam a orientar-se pela ideologia dominante – de branqueamento, aspecto que fragiliza a chance de mobilização coletiva. Por fim, na monetização, a hierarquia racial é reiterada pela estrutura de classe, isto é, quando os signos culturais de povos subalternos são monetizados por pessoas físicas ou jurídicas como itens de "estética diferenciada", seu capital monetário e simbólico é elevado, dada à sua "adesão" pelo setor étnico-racial de prestígio: branco. Depois desse processo, passam a ser considerados elementos "cultos".

> Aquele que se apropria, via de regra, descaracteriza o valor simbólico e a representatividade de uma cultura, espoliando sua originalidade e desvirtuando seu sentido político. [...] Quando a classe dominante vê um elemento da cultura popular como exótico, por exemplo, não se trata apenas de uma questão estética, de um simples "gosto pelo diferente". Na verdade, o desafio de explicar politicamente a apropriação cultural passa pelo viés ideológico e pode levar em conta alguns projetos de Estado, principalmente, regimes autoritários ou nacionalistas que escamoteavam sérios problemas

> sociais por meio de uma "valorização" das culturas populares e, assim, desmobilizam qualquer tipo de resistência. Foi esse tipo de estratégia que alimentou o mito da democracia racial brasileira (William, 2019, p. 118).

Portanto, a Lei 10.639/11.645 assume papel primordial no que tange ao reconhecimento do protagonismo de populações negras e indígenas na constituição, não só da cultura brasileira, como também do português do Brasil, mesmo que nossos alunos pensem falá-lo "errado".

> Apresentar uma historiografia crítica de formação cultural e linguística brasileira demanda que [...] não se perca de vista a origem dos componentes culturais. Em aldeias indígenas, candomblés, quilombos e outros territórios de resistência, a preservação dos símbolos e das representações serve como base para a reconstrução de identidades e ainda fortalece o sentimento de pertencimento e orgulho racial e a conscientização do valor e da riqueza cultural dessas populações (William, 2019, p. 120).

Para tanto, é preciso que os professores assumam uma postura transgressora, de enfrentamento à ideologia de branqueamento, ainda predominante nas instituições de ensino, bem como nos livros didáticos (Silva, 2004; Lima, 2015), haja vista que somente desse modo narrativas de resistência serão contadas no chão da escola. Outrossim, é preciso garantir que haja reflexão crítica no processo de formação docente no que concerne à história das línguas, especialmente, línguas de dominação em territórios invadidos pela colonização, pois

> "[p]ara os negros, [indígenas, LGBTQIAPN+ e demais grupos subalternizados], o lecionar – o educar – [é] fundamentalmente político, pois t[em] raízes na luta antirracista [...] Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista" (hooks, 2013 [1995], p. 10).

Logo, não se pode, em nenhuma medida, negligenciar o cumprimento da Lei 10.639/11.645 no ensino de língua portuguesa sob alegação de que "essa é uma pauta dos negros e dos indígenas" ou de que não haja necessidade de atualização de repertório sociocultural" por parte de docentes que já atuam. hooks denuncia como "[n]ão surpreende que os professores menos preocupados com o bem-estar interior sejam os que mais se sentem ameaçados pela exigência estudantil de uma educação libertadora, de processos pedagógicos que ajudem os alunos em sua luta por autoatualização" (hooks, 2013 [1995], p. 29). Não por acaso, encerro a presente seção com um apelo feito há décadas por bell hooks, na obra Ensinando a Transgredir, na qual ela reforça o quão é urgente que avaliemos "[...] quais valores e hábitos de ser refletem meu/nosso compromisso com a liberdade" (hooks, 2013 [1995], p. 41).

CONCLUSÕES

Iniciamos a discussão aqui realizada mediante questionamentos como: Qual português nossos estudantes pensam não saber falar? Como chegam a essa conclusão? Como a apresentação de narrativas contra-hegemônicas sobre a formação do PB podem colaborar com o atendimento da lei? Em decorrência desses questionamentos, o presente trabalho defendeu que a compreensão crítica da sócio-história de constituição do PB, em virtude da intervenção linguística e cultural de populações

africanas e indígenas, em sua diversidade, pode ser tanto um recurso para o cumprimento da Lei 10.639/11.645 como para desenvolvimento de autoestima linguística dos estudantes da Educação Básica, no que diz respeito ao reconhecimento na/da língua portuguesa do Brasil.

Para isso, mobilizamos como referencial teórico a Antropologia (Gonzalez, 1983, 1988) e a Linguística Histórica (Mattos e Silva, 2004), sob o prisma historiográfico transatlântico (Coelho e Silva, 2022). Dessa forma, pudemos elencar fatos sociais, culturais e históricos basilares para reconstrução de uma narrativa contra-hegemônica de formação social, cultural e linguística do Brasil, tendo em vista que o tratamento qualitativo de fontes bibliográficas, sob o viés contra-hegemônico, conferiu protagonismo aos povos indígenas, africanos e afrobrasileiros

Logo, concluímos que a compreensão de uma historiografia linguística ancorada na diversidade étnico-racial em que se constitui o PB contribui tanto para a emancipação linguística dos estudantes – vez que sua história ancestral é referenciada por narrativas de resistência – quanto para que os estudantes possam performar no uso do PB, em suas diferentes normas, nas mais diversas situações comunicativas, extrapolando as noções de "acerto" e "erro" que lhes faz pensar "não saber português".

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE, W. **O jogo da dissimulação:** Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 247-283.

ALIM, H. S.; RICKFORD, J. R.; BALL, A. F. (Orgs.). **Raciolinguistics:** How langanuage shapes our ideas about race. Oxford/New York: Oxford University Press, 2016.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

AVELAR, J.; GALVES, C. M. C. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. **Linguística**, v. 30, 2014, p. 241-288.

BANIWA, G. dos S. L. **O Índio do Brasil:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Secad – Unesco, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de junho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília (DF): Presidência da República, 2010.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico:** o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola,1999.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERQUEIRA, F. de O. O pretoguês como comunidade de prática: concordância e identidade racial. **Traços de Linguagem**. Cáceres, v. 4, n. 1, 2020, p. 75-88.

CERQUEIRA, F. de O. Lélia Gonzalez e o Pretuguês: do racismo e sexismo ao epistemicídio. *In*: SILVA, D. C. da; LIMA, P. E. (Orgs.). **Língua(em) e sexualidade:** perspectivas do século XXI. Salvador: Edufba, 2022, p. 15-38.

CERQUEIRA, F. de O. Norma padrão e norma dita culta: confusão sistêmica entre instrumento linguístico e amostra de variação. Porto das Letras. Porto Nacional-TO. v. 9, n. 2, 2023, p. 458-477.

CERQUEIRA, F. de O.; CARVALHO, D. da S. Racializando língua ou Linguificando raça? **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas-SP. v. 61, n. 2, 2022, p. 455-466.

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHARITY-HUDLEY, A. H. Sociolinguistics and social activism. *In*: BAYLEY, R.; CAMERON, R.; LUCAS, C. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Sociolinguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 1-22.

CHARITY-HUDLEY, A. H. Language and racialization. *In*: GARÍCIA, O.; FLORES, N.; SPOTTI, M. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Language and Society**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 1-25.

COELHO, O.; SANTOS, E. P. dos. Macedo Soares, Amélia Mingas e a Histografia Linguística Transatlântica. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 64, 2022, p. 1-22.

COSERIU, E. Sistema, norma e fala. **Revista de la Faculdad de Humanidade y Ciencias**. Montevideo, ano VI, n. 9, 1952, p. 113-191.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. CANDIANI, H. R. (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DEGRAFF, M. **Toward racial justice in linguistics:** The case of Creole studies. Language. 2020, p. 292-306.

FANON, F. **Os condenados da terra**. MELO, J. L. de (Trad.). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1968 [1961].

GALVES, C. M. C.; KATO, M. A.; ROBERTS, I. **O português brasileiro:** uma segunda viagem diacrônica. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

GILROY P. **O atlântico negro:** modernidade e dupla consciência. MOREIRA, C. K. (Trad.). São Paulo: Editora 34 Ltda, 2001 [1993].

GOMES, N. L. **Movimento Negro e Educação:** ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, 2012, p. 717-744.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In*: GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, F.; LIMA, M. (Orgs.). Rio de Janeiro: Zohar, 2020. [1979], p. 49-64.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje.** Anpocs, 1983, p. 223-244.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92-93, 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, F.; LIMA, M. (Orgs.). Rio de Janeiro: Zohar, 2020.

GUERREIRO RAMOS, A. **Patologia social do branco brasileiro**. Jornal do Comércio, 1955.

HALL, S. **Da diáspora:** Identidades e Mediações culturais. RESENDE, A. L-G. *et al*. (Trads.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

hooks, b. **Ensinando a transgredir:** educação como prática de liberdade. CIPOLLA, M. B. (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2013 [1994].

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, M. N. M. de. **Relações étnico-raciais na escola:** o papel das linguagens. Salvador: Eduneb, 2015.

LORDE, A. **Irmã outsider:** ensaios e conferências. BORGES, S. (Trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUCCHESI, D. E. R. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. **Revista da Abralin**, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, 2006.

LUCCHESI, D. E. R. **Língua e sociedades partidas:** a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS E SILVA, R. V. **Contradições no ensino de língua portuguesa:** a língua que se fala X a língua que se ensina. São Paulo: Contexto, 1995.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaios para uma sociohistória do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2004.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MOREIRA, A. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

NASCIMENTO, A. do. **Democracia racial:** mito ou realidade? *Versus*, 1977, n. 16, p. 40. Disponível em: http://www.marcosfaerman.jor.br/Versus16.html?vis=facsimile Acesso 25 abr 2025.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, B. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiáspora. 1985, n. 6-7, p. 41-49.

NASCIMENTO, G. **Racismo Linguístico:** os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Em busca de uma história linguística. **Rev. Est. Ling.** Belo Horizonte, v. 20, n. 2, 2012, p. 309-342.

ROBERTS, I.; KATO, M. **O português brasileiro:** uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo. São Paulo: Contexto, 1993.

SEVECENKO, N. **Pindorama revisitada**. Cultura e Sociedade em Tempos de Virada. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

SODRÉ, M. **O fascismo da cor:** uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis Editora Vozes, 2023.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro:** vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência**. Poesia, grafite, música, dança: hip hop. São Paulo: Parábola, 2011.

SOUZA, A. S. de. Que dizem as cantigas de escárnio e maldizer galego-portuguesas sobre negr-? desafios para a história de uma palavra. **Revista Signum**, 2019, vol. 20, n. 2, p. 71-94.

SOUZA-NETO, M. J. (Org.). Língua(gem) e justiça social [livro eletrônico]: saberes, práticas e paradigma. Tutóia: Diálogos, v. 1, 2021.

SILVA, A. C. da. Ideologia do branqueamento. *In*: SILVA, A. C. da. **A discriminação do negro no livro didático**. Edufba: Salvador, 2004, p. 31-41.

WILLIAM, R. **Apropriação cultural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANÁLISE CRÍTICA DE SIGNIFICADOS INTER-ACIONAIS E RELACIONAIS EM GÊNEROS DISCURSIVOS: DISPOSITIVO DISCURSIVO DA AIDS E ATIVISMOS EM REDES SOCIAIS NA WEB

Viviane Cristina Vieira
Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL)

Fábio de Sousa Fernandes
Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob)
Laboratório de Estudos Críticos (LabEC-UnB)

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos resultados teórico-metodológicos e analíticos do projeto *Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos*, desenvolvido de 2021 a 2025, no Laboratório de Estudos Críticos (LabEC) do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB. O objetivo geral do projeto consistiu em pesquisar práticas e processos político-identitários dialeticamente constitutivos de representações, ações, relações sociais e identificações em gêneros discursivos situados que organizam práticas sociais na colonialidade-modernidade.

No marco dos Estudos Críticos do Discurso em perspectiva decolonial (Vieira, 2019, 2022, 2024; Resende, 2019), desenvolvemos no projeto estudos teórico-metodológicos e analíticos sobre ações e relações de poder em gêneros discursivos situados, com foco nos processos dialéticos de produção, distribuição, recursividade, acesso e negociação de significados acionais e relacionais

em diferentes práticas sociais, a partir de Fairclough (2003). São exemplos as pesquisas de Galvão (2023), Pereira (2023), Pereira e Vieira (2024), Kizam (2023), Coêlho (2024), além da pesquisa de Fernandes (2023), que debatemos aqui.

As informações qualitativas geradas nas pesquisas-vivências (entrevistas, interações institucionais e interpessoais, narrativas, etnografia virtual, documentos formais, notas etnográficas de práticas sociomateriais etc.) deram base material para a crítica-explanatória de modos e significados acionais e relacionais em interações sociomateriais multissemióticas (Fairclough, 2003; Gherardi, 2012).

Aqui, apresentamos brevíssimos resultados da intensiva pesquisa qualitativa crítica de Fernandes (2023) sobre a genealogia do dispositivo da Aids e seus efeitos constitutivos nos discursos atuais de ativistas em redes sociais digitais, a qual contempla um estudo analítico do período de 1980-2023.

MODOS DE AGIR E INTERAGIR EM PRÁTICAS SOCIAIS NO SISTEMA MUNDO COLONIAL MODERNO

Desde Ramalho e Silva (2008), temos buscado discutir abordagens teórico-metodológicas para análise de gêneros discursivos situados como maneiras de ação, relação e de interação em eventos sociais, de modo a enfocar não somente o aspecto potencial mais abstrato do gênero discursivo como momento de ordens do discurso em práticas sociais (Vieira e Resende, 2016), mas também como o significado acional e relacional do discurso em eventos sociais concretos.

A partir da perspectiva crítica de Fairclough (2003), concebemos os gêneros discursivos – o aspecto discursivo-semiótico da inter-ação social – como modos recorrentes de agir e se relacionar com os outros, mas também de agir sobre os outros,

estabelecendo relações de identificação e de poder situadas. Essa postura teórico-metodológica permite estudar, dialeticamente, o significado representacional (discursos e interdiscursos particulares) e o significado identificacional (estilos e éticas particulares) como processos em construção e em troca-negociação, a partir de categorias semióticas acionais-relacionais, tais como as que exemplificamos a seguir, com base em Pereira (2023) e Fernandes (2023).

Dentre as várias abordagens tradicionais de gênero discursivo que debatemos no artigo de Ramalho e Silva (2008), retomamos aqui os Estudos em Nova Retórica, que avançam em relação a outras abordagens e também enfatizam a ação social habitual, mas dinâmica, (possibilitada e constrangida) dos gêneros discursivos, e não só como um potencial da prática social ou como conjuntos tipificados e ordenados de traços textuais estáveis. Para Bazerman (2005) e Miller (1984), expoentes dessa corrente de estudos, gêneros discursivos são ações sociais recorrentes, dinâmicas, mutáveis e culturalmente constituídas, que respondem a diferentes exigências retóricas e socioculturais.

Esse tipo de investigação focaliza aspectos sociológicos envolvidos na mobilidade e plasticidade das ações sociais "ordenadas" (no sentido da organização das facetas sociais semióticas dos campos sociais), isto é, menos "no conteúdo ou na forma do discurso, mas na ação que é usada para executá-lo" (Miller, 1984, p. 152)[1]. A partir da tradição retórica de estudo de gêneros e da "fenomenologia da vida cotidiana", de Schutz (1967), dentre outros, a Nova Retórica concebe gêneros como "ações retóricas tipificadas, baseadas em situações recorrentes" (Miller, 1984, p. 159).

A crítica explanatória relacional-dialética, de base crítico-realista (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough, 2003), por sua vez, soma a essa discussão o componente político-ideológico da ação pela linguagem, por entender que é o dinamismo da ordem

1 Os originais em língua estrangeira foram traduzidos livremente por nós.

do discurso (o aspecto discursivo da prática social, capaz de gerar novas articulações de discursos, gêneros e estilos) que mantém a linguagem como um sistema aberto (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Na abordagem social crítica transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica (ADC) (Vieira e Resende, 2016; Resende, 2019), a relação entre linguagem e sociedade é vista como interna e dialética: "questões sociais são, em parte, questões de discurso", e vice-versa (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. vii). Para essa perspectiva crítica, a linguagem-semiose é parte irredutível e constitutiva da vida social: constitui-se socialmente na medida em que tem "consequências e efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais" (Fairclough, 2003, p. 14). A crítica da relação interna e dialética entre inter-ação social e poder, nessa perspectiva, permite identificar efeitos (contra-)ideológicos que sentidos de textos podem ter em relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, costumes, valores, identificações.

Como bem observou Meurer (2005, p. 103), citado em Ramalho e Silva (2008), na ADC não há "preocupação sistemática com a pesquisa sobre gêneros". Isso porque a proposta da ADC é desenvolver uma ampla e aberta teoria social (crítica-explanatória) do discurso, na qual gêneros discursivos são concebidos como

> a estruturação ou ordenação social especificamente discursiva da prática social, um dispositivo regulatório por meio do qual relações de poder são materializadas como formas de controle. Um gênero é um dispositivo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos, e que se aplica a diferentes tempos-espaços (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 144-5).

Para a ADC, os gêneros discursivos (como um momento semiótico de redes de ordens do discurso de práticas sociais) constituem o recurso potencial e o controle dos modos situados de ação, interação e relação nas estruturas, práticas e nos eventos sociais (Fairclough, 2003; Foucault, 2003[1971]), em articulação com os outros momentos do discurso-semiose (discursos particulares e estilos/vozes) socialmente "regulados" e com os demais momentos dialéticos da vida social (Vieira, 2024, p. 95):

- **Ação-interação, relações sociais** (em atividades sociomateriais, com suas estruturas e formas institucionais)

- **Pessoas** (e suas posições de poder e disposições culturais, subjetivas)

- **Mundo material** (objetos, meios, modos, tecnologias, tempos-espaços)

Dessa forma, gêneros, discursos e estilos, como maneiras relativamente estáveis de inter-agir, representar e identificar(-se) em práticas sociais, são categorias tanto sociais quanto discursivas (Fairclough, 2003). Nas relações socioculturais políticas do sistema mundo colonial-moderno hegemonizado das *big techs* (dos grandes monopólios do mercado global de coleta, produção e disseminação de informações digitais), destaca-se o caráter semiótico-discursivo das relações de controle cultural, comportamental, discursivo, econômico por meio das plataformas digitais do que Han (2018, p. 41) definiu como "psicotecnologias do psicopoder". Isto é, pela produção e pelo controle exercido por meio da "realidade social *big data"*, como define Fernandes (2023), sustentada por estruturas e práticas coloniais interseccionais misóginas, cis-heteronormativas, patriarcais, machistas, racistas, especistas (Lugones, 2014; Segato, 2012).

Fairclough (2003: 31) destaca "a importância dos gêneros na sustentação da estrutura institucional da sociedade contemporânea", uma vez que (cadeias de) gêneros contribuem para ações--relações temporal e espacialmente desencaixadas, "facilitando a acentuada capacidade de 'ação a distância', e, portanto, facilitando o exercício do poder." Gêneros possibilitam e controlam não só discursos, mas práticas sociais como um todo, com potencial para regular e controlar comportamentos, crenças, valores e as maneiras como as coisas são feitas, por meio de práticas, estratégias, discursos, técnicas, dispositivos especializados na regulação e no controle de outras práticas sociais (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 26; Fairclough, 2003).

Práticas interpessoais e cotidianas são potencialmente colonizadas por maneiras particulares de ação, interação e relação definidas pelos interesses e projetos de dominação do monopólio *big data* hegemonizante. Tais pressupostos problematizam como a (de)colonialidade do poder tem impacto na (de)colonialidade do ser na experiência vivida, e vice-versa, ou, ainda, como a (de)colonialidade do ser tem potencial para sustentar e para problematizar processos de colonialidade do poder e do saber na vida cotidiana e social, como a pesquisa de Fernandes (2023) problematiza a seguir.

ANÁLISE CRÍTICA ACIONAL E RELACIONAL DE INTERAÇÕES COMO EVENTOS SOCIAIS

As dinâmicas relacionais-dialéticas dos três principais modos de produzir significados nas práticas sociais (modos de ação-relação, de representação, de identificação) implicam que

> redes de discursos particulares ligados à matriz colonial são produzidas, distribuídas e consumidas em modos socialmente organizados de agir e de

> se relacionar em *gêneros discursivos (poderes)*. Os discursos particulares, por sua vez, podem atuar na colonização de formas de *conhecimento (saberes)*, com potencial para sustentar práticas de exploração, acumulação e dominação e legitimar estilos e subjetividades (*éticas)* opressoras nas práticas sociais (Vieira, 2024, p. 100).

As estruturas sociais capitalistas de raça-classe-gênero--sexualidade-capacidades-geração etc. (e suas instituições, normas, valores, comportamentos, *habitus*, práticas, instrumentos, discursos, técnicas, estratégias, disciplinas) operam tanto como potencial quanto como controle de práticas sociais, constituindo--se também como resultado dessas práticas e agenciamentos sócio-históricos situados.

A abordagem relacional-dialética pressupõe uma concepção *transformacional de constituição da sociedade*, focada em compreender as *práticas sociais* como entidade intermediária relativamente estável entre *estruturas sociais* (mais fixas) e *ação social* (mais eventuais). Em Vieira (2024, p. 105), lembramos que o processo de análise discursiva relacional-dialética articula

- **análise da prática social particular em estudo, em relação dialética com as redes conjunturais de práticas sociais** (e seus momentos listados anteriormente)

- **análise estrutural da ordem do discurso**, pela identificação das articulações dialéticas entre redes de gêneros discursivos, discursos e estilos-vozes em práticas sociais, e

- **análise interacional-textual empírica** de interações sociais.

A análise dos aspectos interacionais e relacionais dos eventos sociais como material empírico (e seus gêneros discursivos

situados, discursos e interdiscursos materializados, assim como a ética inter-subjetiva em exercício) permite o estudo material situado das conexões entre mecanismos discursivos e práticas sociais. Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), a análise interacional articula duas partes: a *compreensão* (ou seja, as descrições e interpretações) e a *explanação*, que opera na interface entre conceitos e material empírico. Na explanação, analisamos textos-interações particulares com base em um arcabouço teórico particular com a finalidade de "mostrar como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação" Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 67).

Para o estudo do aspecto acional-relacional de gêneros discursivos situados em eventos sociais-interacionais concretos, Fairclough (2003, p. 70) considera fundamental pesquisar a *atividade social principal, as relações sociais e as tecnologias de comunicação* ligadas aos gêneros discursivos em estudo, de modo a considerar o que as pessoas estão fazendo; as relações sociais entre as pessoas, assim como os modos básicos de interação e suas tecnologias, sejam elas face a face; mediadas – carta, *e-mail*, conversa telefônica; quase mediadas – livros, jornais, rádio, TV; mediadas *on-line* – *sites*, plataformas, redes sociais e suas tecnologias (Thompson, 2018).

Como debatemos em Vieira (2023), redes de ordens do discurso mobilizam, dialeticamente, gêneros discursivos (inter-ação-relação), discursos (representação) e estilos (ética) de diversos campos sociais, de maneiras mais ou menos consensuais ou polêmicas, em lutas de poder situadas. Os estudos discursivos críticos contribuem para investigarmos nas pesquisas sociais como os discursos são produzidos, planejados, distribuídos, ordenados, reagrupados, recontextualizados, excluídos, acessados, interpretados, como exercício do poder (van Dijk, 2010; Foucault, 2003[1971]) no sistema mundo colonial-moderno (Segato, 2012).

Interações-textos nos eventos sociais situados, como parte de redes de práticas sociais e suas ordens do discurso, materializam *habitus* relativamente estáveis de (inter)agir, representar e identificar(-se) em práticas sociais, assim como sentidos de textos têm efeitos nesses mesmos modos de agir, de se relacionar em gêneros discursivos, de representar nos discursos e de ser, na vivência cotidiana. O ponto de partida científico do projeto nas "redes de interações sociais" em amplos tempos-espaços, e não nos "textos verbais" como parte dissociada da rede de interações, extrapola a tradicional análise crítica de textos verbais como material empírico (Vieira, 2019), e avança para a análise crítica situada de interações dos diversos tipos, já citados com base em Thompson (2018), considerando amplas redes de textos-interações sociais e cadeias de gêneros discursivos. Assim, avança na crítica situada constitutiva dos processos sociossemióticos de produção, distribuição, organização, consumo-recepção, institucionalização expandida, reflexividade, recursividade, agindo sobre o social.

Como observa van Dijk (2012, p. 19), citado em Vieira (2024), um "evento interacional" situa-se em estruturas e práticas sociais mais amplas, contemplando "a relação com seu ambiente, com as condições e consequências que constituem seu entorno". No projeto, à medida que produzimos significados colaborativamente, gerando e sistematizando as informações de pesquisa, procedemos a análises discursivas de momentos estruturais e interacionais, na interface poder-saber-ser, como exemplificaremos com o estudo de Fernandes (2023).

Uma interação como evento social, na perspectiva crítica relacional-dialética, pode articular várias camadas de gêneros discursivos, vistos como a "faceta regulatória e ordenadora do discurso", e não simplesmente como os "estágios estruturados relativamente permanentes de tipos de discurso" (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 145). Valemo-nos da noção de dispositivo (disciplinar) de Foucault (2003[1971]), no âmbito da discussão

da genealogia do poder, com suas estratégias, controle de discursos, técnicas, práticas, posições de poder, mas na conjuntura sócio-histórica atual do Brasil nas dinâmicas de poder do sistema mundo colonial- moderno e seu projeto "não ético" de psicocapitalismo informacional, como desenvolvem Fernandes (2023) e Vieira e Fernandes (2022) a partir de Han (2018) e Maldonado-Torres (2007).

Notamos no projeto de pesquisa mais amplo a necessidade de não limitar as análises discursivas estruturais e interacionais a análises representacionais e identificacionais ou mesmo a análises inter-acionais restritas à categoria discursiva "estrutura genérica", da qual escapam, por exemplo, aspectos *acionais* e *relacionais* característicos da inter-ação social situada nas dinâmicas desse sistema mundo colonial-moderno. Para considerar as dinâmicas de poder dos gêneros discursivos, com seus recursos potenciais e de controle da construção do significado acional e relacional nas estruturas, práticas e nos eventos sociais, analisamos complexas redes interdiscursivas (e intergenéricas). Os próprios contextos de pesquisa e de geração de dados/informações qualitativas são tomados como gêneros situados em eventos interacionais, dos quais a pessoa pesquisadora é parte constitutiva, pelo fato de o *sujeito* sempre estar envolvido na produção da vida social e as identidades serem relacionais: o que uma pessoa é, é também, parcialmente, uma questão de como ela se relaciona com o mundo e com outras pessoas (Fairclough, 2003; Maldonado-Torres, 2007; Hanks, 2008).

Com base em Fairclough (2001, 2003), buscamos analisar as dinâmicas de ação-interação-relação social concretas partindo da compreensão de que um texto ou interação particular frequentemente envolve uma hibridização de diferentes gêneros discursivos situados, assim como diferentes níveis de abstração-concretude (*pré-gêneros com seus modos de organização discursiva*: argumentação, enunciação, descrição, diálogo, exposição, narra-

ção, prescrição, injunção; *gêneros situados*; *gêneros desencaixados, recontextualizados em diferentes práticas sociais*) e hierarquias de gêneros (*gêneros principais*, *subgêneros*). Além disso, há dinâmicas e extensas cadeias textuais e de gênero que se retroalimentam, se articulam, em redes de práticas sociais, gerando significados culturais relevantes para as pesquisas[2].

Para estudar as articulações dialéticas entre redes de ordens do discurso, analisamos gêneros discursivos situados em textos-interações concretos – como eventos sociais – observando as relações interdiscursivas das redes de gêneros discursivos situados, com seus subgêneros, gêneros desencaixados, pré-gêneros, modos de organização do discurso e seus movimentos retóricos particulares, como nos ajuda a ilustrar a Figura 1:

Figura 1 – Análise de (redes de) gêneros discursivos s
ituados em eventos sociais



2 Para exposição detalhada, ver Vieira e Resende (2016); Silva e Ramalho (2008).

Para a análise estrutural da ordem do discurso, tem sido relevante analisar, por exemplo, as maneiras como os gêneros discursivos situados concretos (como evento interacional particular) articulam

- gênero principal e subgêneros, com seus efeitos causais e movimentos retóricos específicos na organização do gênero principal;

- pré-gêneros (formas gerais textuais e discursivas que estruturam os gêneros discursivos) nos modos de organização do discurso, tais como argumentação, enunciação, descrição, diálogo, exposição, narração, prescrição, injunção (Charaudeau, 2019[2008]), com diferentes significados sociais;

- gêneros desencaixados, que perpassam diferentes práticas, na organização do gênero principal;

- cadeias textuais e de gênero em redes de práticas sociais que se retroalimentam, se polemizam, constroem consensos, se recontextualizam, em movimentos dialógicos gerando significados relevantes para as pesquisas.

Temos feito a descrição, a interpretação e a crítica-explanatória das formas e significações acionais-relacionais em textos-interações com base em macrocategorias gerais como estas:

- Propósitos da atividade social, *habitus* corporais-comportamentais situados, atores sociais participantes, comunidades, relações e posições sociais institucionais

- Tecnologias, objetos e modos de comunicação-interação

- Planejamento, cadeias textuais, recursividade, circuito de produção do texto-interação

- Distribuição, circulação, acesso discursivo e audiência

• Dinâmica, controle e negociações da troca interacional, *ethos*, polidez

• Funções da troca interacional, significados experienciais, modo gramatical e semiótico

• Organização genérica, pré-gêneros e modos de organização do discurso

• Intergenericidade, subgêneros e movimentos retóricos

• Micro e macrorrelações semânticas, semióticas, gramaticais e movimentos retóricos

• Intertextualidade

• Presunções valorativas e pressupostos

Tais categorias gerais, inicialmente apresentadas em Vieira (2019, 2022, 2024), dialogam com pressupostos teórico-metodológicos de uma extensa base bibliográfica, operacionalizada para fins da crítica-explanatória, a exemplo de Fairclough (2001, 2003); Charaudeau (2019[2008]); van Dijk (2010, 2012); Gherardi (2012); Hanks (2008); Leeuwen (2022); Maingueneau (2020); Silva e Ramalho (2008); Thompson (2002, 2018); Vieira e Resende (2016); Ramalho (2009); Vieira (2019, 2022, 2024), dentre outros.

GÊNERO DISCURSIVO E PODER: GENEALOGIA DO DISPOSITIVO DA AIDS E ATIVISMOS EM REDES SOCIAIS DA WEB

A partir de agora, apresentamos exemplos dos resultados do estudo de Fernandes (2023), no qual fomos construindo esse arcabouço para estudar as relações dialéticas entre gêneros discursivos e poder. Com base em tais pressupostos teóricos, a pesquisa analisa aspectos da genealogia do poder de um disposi-

tivo que emergira no contexto da cultura de massas na década de 1980, fazendo produzir e circular transnacionalmente produtos midiático-culturais sobre a Aids.

Considerando a noção de dispositivo disciplinar de Foucault (2003[1971]), com suas estratégias, discursos, técnicas, práticas, posições de poder, o estudo *analisa processos interdiscursivos e intertextuais sociossemióticos desse dispositivo informacional-cultural, investigando como eles se materializam em redes interacionais e nos processos de construção/contestação político-identitária nos discursos atuais de ativistas e influenciadores digitais brasileiros que utilizam a plataforma e rede social multimídia Instagram para compartilhar conteúdo sobre HIV/Aids.*

Pelo estudo das dinâmicas de distribuição, circulação, acesso discursivo e audiência, considerou-se que, desde 1980, as epidemias de Aids geraram crises de âmbito político, cultural, social, econômico e moral, extrapolando a esfera da doença nos níveis biomédico e epidemiológico, por meio de extensas redes de saberes científicos (de diferentes disciplinas) e não científicos, por instituições governamentais e não governamentais, por serviços médicos específicos, por movimentos sociais e redes de discriminação.

A pesquisa, publicada na tese de doutorado *AIDS-ENTRETENIMENTO: a genealogia e os ecos sociossemióticos de um dispositivo da aids em redes sociais na internet* (Fernandes, 2023), faz um mapeamento da Aids como símbolo coletivo, por meio da cartografia documental de produtos midiático-culturais de fontes variadas, de épocas, gêneros discursivos, nacionalidades e temáticas diversas, tendo em comum o tema HIV/Aids, como obras literárias, fílmicas, materiais jornalísticos e publicitários, pedagógicos e de comunicação de movimentos sociais etc.). Baseou-se, ainda, em geração de dados de pesquisa em ambientes virtuais por meio de netnografia discursiva, mapeando o que se convencionou chamar de "realidade social

big data", isto é, o tecido digital de significados não como uma extensão do mundo *offline*, mas como uma realidade ontológica com estrutura social peculiar.

Os dados de pesquisa gerados por netnografia na plataforma de rede social *Instagram*, em confluência com o uso de técnicas etnográfico-discursivas, contemplaram aspectos das tecnologias, objetos e modos de interação, produção discursiva, acesso discursivo, circulação, audiência, consumo, recursividade intertextual e apreciação estético-discursiva dos vídeos selecionados. Os dados foram analisados com base na ADC com diálogos transdisciplinares com os Estudos *Queer* e os estudos de Cultura de Massa e Cibercultura. Fernandes (2023) defende que a compreensão desse complexo processo de luta discursiva interacional e de construção político-identitária é fundamental para a ressignificação e a potencialização das estratégias de resistência e enfrentamento às epidemias de HIV/Aids no Brasil.

Considerando os propósitos potenciais da atividade social, *habitus*, atores sociais, relações, posições sociais institucionais além de tecnologias, objetos e modos de comunicação-interação, a pesquisa analisa os significados estruturais e históricos simbólicos, imagéticos sobre HIV/Aids construídos pelo *dispositivo informacional-cultural* global hegemonizado nas mídias de cultura de disseminação discursiva em massa e sua interdiscursividade com as redes interacionais e os processos de construção/contestação político-identitária nos discursos atuais de ativistas e influenciadores digitais brasileiros que utilizam o *Instagram* para compartilhar conteúdo sobre HIV/Aids. Na última década, observou-se um aumento significativo de comunicadores e ativistas, páginas e canais sobre HIV e Aids na internet, além de comunidades *on-line* fechadas, onde as pessoas constroem potenciais espaços de interação e redes de cuidado e autocuidado. As principais questões de pesquisa buscaram responder (Fernandes: 2023, p. 27):

• Como "o acontecimento Aids" foi construído e sustentado pelo dispositivo informacional-cultural hegemonizado por meio de articulações discursivas sistemáticas de símbolos coletivos que atravessam décadas?

• Qual é a constituição discursiva inter-acional do dispositivo Aids-entretenimento? Como ele se articula e funciona interdiscursivamente e é disputado nos espaços sociais estudados?

• A partir de quais pressupostos e modos de funcionamento os espaços digitais são definidos e analisados como elementos constituintes de uma realidade *big data* relativamente estável, com códigos, leis, noções espaciais, práticas específicas e modos de governança e modos de ser-existir? Quais os impactos para pesquisas nesse campo?

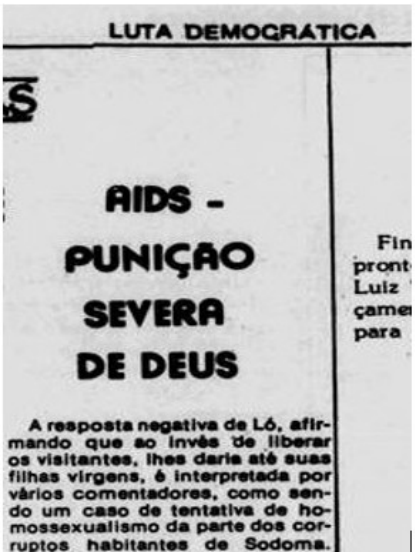
• Quais são as redes dialógicas dos sistemas de gêneros discursivos e sua potencialidade de proliferação, fluidez, hibridização no contexto das mídias sociais digitais e em momentos de outras práticas interrelacionadas à Aids?

• Como os influenciadores digitais de Aids, produtores de conteúdo, ativistas e pessoas que vivem com HIV constroem suas identidades, representam a Aids e outras pessoas que vivem com HIV em seus conteúdos produzidos na plataforma multimídia e rede social *Instagram*?

A pesquisa mapeia a genealogia das representações e identificações hegemonizadas do HIV e Aids em gêneros discursivos situados tais como obras literárias, fílmicas, materiais jornalísticos, publicitários, pedagógicos e de comunicação de movimentos sociais etc., analisando as relações dialéticas-relacionais desse discurso disciplinar nas publicações de ativistas e influenciadores digitais brasileiros na plataforma e rede social multimídia *Instagram*.

Observou-se que, nas décadas de 1980 e 1990, circulavam em produção de larga escala pela imprensa tradicional brasileira interdiscursos de cunho religioso que associavam imagens de cenas bíblicas à epidemia de Aids, assim como capas de revistas informacionais com imagens chocantes e simbolicamente pejorativas, como ilustram as Figuras 2 e 3:

Figura 2: Jornal Luta Democrática (1987)


LUTA DEMOCRÁTICA

AIDS -
PUNIÇÃO
SEVERA
DE DEUS

A resposta negativa de Ló, afirmando que ao invés de liberar os visitantes, lhes daria até suas filhas virgens, é interpretada por vários comentadores, como sendo um caso de tentativa de homossexualismo da parte dos corruptos habitantes de Sodoma.

Fonte: Fernandes (2023)[3].

3 Utilização de dados amparada no CAAE: 57145922.0.0000.5540. Dados do Parecer: Nível, Área e Instituição: Doutorado em Linguística, Universidade de Brasília. Número do processo: 5.376.928. (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. Fernandes (2023).

Figura 3: Revista Manchete (1988)



Fonte: Fernandes (2023).

Ainda que o conteúdo, como no caso da Revista Manchete, fosse esclarecedor, didático e destoante do que era publicado no período, nessa época a representação metafórica de uma "peste gay" circulava repetidamente na prática jornalística estadunidense-eurocentrista. O processo de avanço biomédico a respeito do vírus e da síndrome não acompanhava o ritmo de (des)informação e a quantidade de imagens veiculadas pela imprensa hegemonizada.

Até a metade da década de 1990, os tratamentos ainda eram pouco eficientes e viver com HIV significava experienciar a morte-própria a partir de uma relação com o tempo, estabelecida a partir de outros parâmetros. A iminência da morte forçava a experimentação intensa com o presente, haja vista a insegurança quanto ao futuro. A perda desse futuro e a consciência do desfrute do presente promoviam uma descronologização do tempo, uma ausência de diferença entre o "ontem", o "hoje" e o "amanhã". Nas narrativas autobiográficas da época, evidenciava-se uma nova

relação com a vida, não em uma espera passiva da morte, mas em um processo de fruição singular dela. O *status* de cronicidade gerou a expressão relacional "pessoa vivendo com HIV", que nos remete à complexa relação das pessoas que vivem com HIV, com seu "hóspede".

As representações metafóricas e metonímicas imagéticas entre doença, morte e identidade deteriorada tornam-se marca e produto, pois foram produzidas, distribuídas, proliferadas e consumidas intensamente no Ocidente por meio da TV, cinema, literatura, artes visuais, jornalismo etc., que se engajaram nessa profunda mercantilização. A medicação permanente produzia cada vez menos efeitos secundários, mas a medicalização diária, como processo discursivo ideológico, enseja uma produção farmacológica de si. A esse respeito, ressalta Sontag (2007, p. 75):

> A metáfora dá forma à visão de uma doença particularmente temida como um 'outro' alienígena, tal como o inimigo é encarado nas guerras modernas; e a transformação da doença em inimigo leva inevitavelmente à atribuição de culpa ao paciente, muito embora ele continue sendo encarado como vítima (Sontag, 2007, p. 75).

Mais do que a noção de um inimigo ou de um mal que ameaça as sociedades, as representações metafóricas da doença provocariam curiosidade e desejo pela fruição, seja na ficção literária, seja no cinema de horror. Assim, a imagem e os símbolos, como aspectos interacionais visuais ou experienciais da prática material, são elementos fundamentais para a compreensão dos sentidos e estratégias engendradas tanto em representações hegemonizadas da Aids (principalmente na mídia jornalística) quanto nos focos de resistência daquele período (os ativismos e suas mídias alternativas) até as disputas realizadas hoje em torno das crises da Aids.

Nos discursos-saberes sobre a Aids sobressaem-se as imagens impactantes e os textos verbais com explícita carga ideológica – seja no tratamento estigmatizante definido pela imprensa ou nas respostas dos ativismos de Aids. Causalmente, o HIV e a Aids não apenas representam a realidade, mas também a constroem de perspectivas particulares, produzindo identidades-éticas, em movimento metonímico. Se desenhamos uma linha histórica mais linear da Aids como fenômeno da cultura, o primeiro olhar é para a sua representação em meios hegemônicos e, logo em seguida, ainda no ápice da crise epidêmica, essa disputa avança no surgimento de formatos alternativos de mídia e tentativas de ressignificação dessas representações que possuem o estigma como alicerce, como um movimento de ação, interação e relação social por meio dos gêneros discursivos em cadeias textuais. De modo geral, essa parte da pesquisa pode ser sistematizada assim:

> GÊNEROS DISCURSIVOS SITUADOS PRINCIPAIS: filmes, reportagens, notícias, capas de revista, narrativas autobiográficas
>
> PRÉ-GENEROS E MODOS DE ORGANIZAÇÃO DISCURSIVO-SEMIÓTICA: narração, argumentação, prescrição enunciativa
>
> SUBGÊNEROS E MOVIMENTOS RETÓRICOS (RELEVANTES): *argumentação sustentada em legitimações por autoridade religiosa, institucional; narrativas gore de entretenimento; narrativas autobiográficas com predominância de representação de atores e eventos sociais por meio de processos relacionais identificadores possessivos, de "pessoas [que têm] vivendo com HIV".*

A partir de Miller (1994), Vieira e Resende (2016, p. 127-8) trabalham com a categoria *movimentos retóricos* para analisar movimentos discursivos que têm um propósito particular pontual a serviço dos propósitos globais do gênero, e que se distribuem em textos de maneira não sequencial e não obrigatória de acordo com as diferentes funções retóricas a serem desempenhadas.

Cada movimento retórico possui funções específicas e recursos microestruturais para desempenhá-las, como explicam. A pesquisa de Ramalho (2009) aponta movimentos retóricos que podem funcionar como *metáforas acionais*, na dissimulação das maneiras recorrentes de inter-agir e dos propósitos globais do gênero (informar, entreter, promover serviços e produtos, modificar comportamentos) por meio de hibridismos genéricos: informar--vender produtos; entreter-mudar comportamentos e valores; informar-prescrever atitudes, por exemplo.

Por meio de macrocategorias como funções da troca interacional, organização genérica, modos de organização do discurso e micro e macrorrelações semânticas, semióticas e gramaticais, na análise da organização dos gêneros discursivos situados da mídia cultural "de massa" foi relevante observar, por exemplo, como os pré-gêneros com seus modos de organização discursiva articulavam subgêneros e como as narrativas gore de entretenimento caracterizam a função da troca interacional ficcional. Constitutivas do discurso do dispositivo da *aids-entretenimento*, as *narrativas gore* na pesquisa fazem referência ao gênero cinematográfico de horror, cuja representação gráfica de sangue, *serial killers*, violência e mortes era explícita.

Conforme Fernandes (2023, p. 128), "somada ao pânico moral em torno da homossexualidade, havia uma demanda para o consumo das epidemias de Aids e de suas vítimas da forma sensacionalista e explícita que as imagens eram veiculadas. Esse é o caldo simbólico perfeito para a emergência do leproso do final século XX: *o aidético*". De modo relacional-dialético, identificações resultam de discursos e vozes que circulam e se distribuem massivamente por meio de movimentos/modos de ação e interação, de modo que não se disputa apenas a narrativa das representações da Aids ou a (des)construção das identidades em torno de doenças, mas também o próprio controle dos meios, modos e formatos de criação, circulação e leitura de discursos, como forma de agir e

interagir no mundo (Fairclough, 2003). Essa formação genealógica e histórica de complexas redes de poder – discursivas, disciplinares, técnicas – é designada na pesquisa como *aids-entretenimento* (Fernandes, 2023).

Assim como revela o mapeamento de Bessa (1997) sobre a literatura de Aids em prosa no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, a epidemia biológica emerge de forma concomitante ao que ele intitula "epidemia discursiva". Como aponta o autor, a compreensão, a nomeação e a classificação da doença que se tornaria uma epidemia foi significada e narrativizada a partir de mitos como o da "peste gay", e, por contiguidade, o da interrelação com grupos de risco, além de teorias conspiratórias sobre o vírus ter sido criado em laboratório ou a culpabilização da África e do Haiti como o seu local de gênese e distribuição, respectivamente (Bessa, 1997). Fernandes (2023) mobiliza no trabalho a ideia *corpus* infectado, a partir de Alós (2019, p. 8), que, ao pensar as escritas literárias sobre a Aids, destaca o esforço de racionalidade artística dos escritores em materializar, diante da calamidade da epidemia, as suas experiências caóticas de vida ou convivência com o HIV/Aids, ou mesmo diante do medo e da possibilidade de infecção, como se lê:

> As narrativas de aids, curiosamente, possuem um corpo. Se a corporalidade humana é a fronteira que separa a experiência vivida do "eu" do espaço social em que esse "eu" se constitui, as narrativas de aids podem ser pensadas como elementos que fazem a mediação entre a aids entendida como experiência vivida e a aids como narrativa estruturada em termos de um enredo coerente e verossímil (Alós, 2019, p. 8).

Em **Devassos no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade, obra seminal sobre a história das vivências e identidades sexuais e de gênero dissidentes no país, Trevisan (2018) dedica várias seções à questão da Aids e

seu impacto na então chamada "comunidade homossexual". A onda de violência disseminada pelas mídias mundialmente e aqui no Brasil reverberada no mesmo tom se alinhou à violência crescente, inclusive, com anuência do Estado, como quando o prefeito da cidade de São Paulo (1986-1989), Jânio Quadros, iniciou uma campanha para "moralizar o centro da cidade", enquanto a Polícia Civil de São Paulo perseguia e prendia travestis por "crime de contágio venéreo", na chamada "Operação Tarântula" (mais uma vez, o uso do recurso metafórico de representação-identificação catacrética com um animal venenoso), que visava a "diminuir a propagação da Aids" (Trevisan, 2018, p. 416). O clima de temor dentro das comunidades de gênero e sexo dissidentes fez com que a sociabilidade em guetos se esvaziasse, que o contato fosse mediado pelo medo. Das narrativas de pânico sobre a nova epidemia ao pânico moral provocado pela imprensa local sensacionalista, o clima se tornara, com a passagem dos anos, hostil e arriscado.

Da figura do sociopata pervertido às imagens deterioradas dos corpos definhando emerge a subversiva imagem do *sujeito político soropositivo ativista de Aids*. As epidemias de Aids (do vírus, de adoecimento e de estigmas) exigiram a concentração de esforços na contenção da quantidade de cadáveres que se acumulavam, ao mesmo tempo em que recrudesciam discursos reacionários que incidiram na interdição de direitos, reprodução de violências e retroalimentação de conflitos sociais em larga escala. A nova condição sorológica interditava esses corpos através do rótulo do "aidético", como *lócus* da abjeção. Diante da iminência do adoecimento, esconder-se não era, para muitos, uma opção. Essa confissão, principalmente no contexto da crise aguda, rompia o forçoso "armário" a que são impelidas as pessoas que vivem com HIV, o que mobilizou um exercício de contrapoder e até mesmo uma exigência de participação no debate público sobre HIV/Aids, inclusive, nos âmbitos médico e científico.

Em **Actualizações em Foucault:** aplicações da noção de dispositivo ao VIH/Sida, Carvalho (2010) parte de uma reflexão no campo da Filosofia para tecer um diálogo com a obra de Foucault e o seu conceito de dispositivo, aplicado ao HIV/Aids. A dinâmica complexa entre os elementos de Saber, Poder e Ética (Sujeito/Subjetividade) funciona na pesquisa para rearticular as fundações, as questões ontológicas que dela emergem e analisar as mudanças sociais em fins do Século XX. Para a autora, os dispositivos se articulam a outros em redes complexas e multidimensionais de trocas, fusões e constantes transformações mediante as necessidades daquele tempo histórico. Diferentemente de Carvalho (2010), interessam-nos, no campo dos estudos críticos do discurso, as disputas simbólicas em torno da Aids provocadas a partir de sua constituição como produto midiático-cultural e símbolo de um tempo, aquela fase específica de expansão e sofisticação da indústria da comunicação e dos meios tecnológicos de consumo.

Nesse contexto, a pesquisa ora apresentada relaciona o dispositivo da Aids aos eixos do *saber/discurso* (principalmente o saber médico, reconfigurado a partir da urgência da epidemia), o do *poder/gêneros discursivos* (da ação das instituições médico-científicas com outras instituições políticas, culturais e econômicas e suas disputas com os ativismos) e o da *ética* (subjetividade/subjetivação – a reação das pessoas vivendo com HIV e Aids e a criação de técnicas de si como forma de resistência às crises, principalmente com foco nas autobiografias). O dispositivo interno da *aids-entretenimento*, constitutivo daquele dispositivo mais amplo da Aids (Carvalho, 2010), é formado por uma gama de produtos midiático-culturais que foram criados, circulados e consumidos em larga escala no Ocidente, a partir de uma formatação intergenérica e multissemiótica no jornalismo, no cinema, na TV etc., como um processo de *midiatização gore* (Fernandes, 2023).

As estruturas de *poder* das grandes corporações de mídia lucraram com a Aids estampada em capas de revista, na verborragia dos programas de TV, exibindo doentes e "pervertidos", nos *best--sellers* literários, narrando a vida das pessoas vivendo com HIV e Aids como *serial-killers*. Acessaram, assim, discursos disciplinares anteriormente construídos sobre sexualidade, homossexualidade, promiscuidade, doenças e identidades, atualizando-os e dissimulando o parco conhecimento médico sobre o vírus, a síndrome e a epidemia, construídos paulatinamente nas primeiras décadas da crise.

Na disputa interna desse dispositivo, encontram-se as reações à estratégia representacional-identificacional metonímica da Aids (relação de contiguidade entre HIV, Aids e pessoas vivendo com HIV), a partir das autobiografias e dos ativismos de Aids em textos multissemióticos. O que se nota na pesquisa é que, no século XXI, o conteúdo produzido pelos ativistas digitais e criadores de conteúdo da Aids estabelece relações de intertextualidade e interdiscursividade com as representações hegemonizadas que foram, por décadas, disseminadas, como forma de luta pelo significado.

Para o movimento diacrônico da pesquisa, foram selecionados, por meio de cartografia documental, diversos produtos midiático-culturais que constroem a genealogia do dispositivo da *aids-entretenimento*, como debatemos aqui, que atravessa décadas, desde meados de 1980 até a atualidade. Como recorte sociossemiótico e político-discursivo, foram gerados dados a partir de netnografia discursiva e selecionados oito perfis brasileiros da plataforma de rede social *Instagram* de ativistas ou pessoas comuns que compartilham conteúdo sobre HIV/Aids. Apresentamos um exemplo na Figura 4:

Figura 4: Evandro Manchini – Imagens Instagram – 28/6/2023



Fonte: Manchini (2023).

Nota-se que influenciadores digitais de Aids recontextualizam os discursos históricos que representam suas identidades como "perigosas" para reconfigurá-las, realizando uma autoavaliação positivada de si, ressignificando os consolidados estigmas e preconceitos sobre as pessoas que vivem com HIV (como se lê: "celebrando o orgulho de ser quem se é"), relatando a si mesmos, a partir do deslocamento avaliativo moral dos discursos que o representam como "perigo" (seja pela ironia, seja pela metáfora). A metáfora visual da tatuagem é a da inscrição identitária pelo atravessamento da vivência com o HIV e o sorriso em representação visual interacional na imagem também confirma a positivação no processo de autoidentificação.

O ciberespaço onde ocorre esse diálogo é uma plataforma de rede social aberta cujo *affordance* (a forma como o suporte digital molda e limita as práticas linguísticas e interacionais) organiza múltiplos recursos que possibilitam ampliar a participação, o debate e o compartilhamento da imagem. Agora, em outro tempo-espaço interacional, em que focalizamos uma comunidade

social, cultural e discursiva, num contexto de interação mediada *on-line* – e não mais em contexto de interação quase mediada por publicidades, capas e reportagens físicas –, as práticas são do campo discursivo mediado por computador, por *sites*, plataformas, redes sociais, com suas tecnologias – objetos, ferramentas, artefatos, redes tecnológicas (Thompson, 2018).

Como apontou a pesquisa bibliográfica-genealógica, antes das redes sociais digitais, como o *Youtube*, o *Facebook*, o *Instagram*, ativistas também utilizaram os *blogues* como forma de exposição e interação, com seus conteúdos na rede mundial de computadores. Partiu-se de um deslocamento histórico em que os principais objetos-signos e os moldes dessa representação se situavam em meios hegemonizados, com rápida circulação e adesão social, imagens estigmatizantes e, logo em seguida, ainda no ápice das crises de Aids (décadas de 1980 e 1990), a disputa por ela se deu via construção de meios alternativos de mídia por movimentos sociais radicais e tentativas de ressignificação dessas representações.

Os modos de ação-interação da mídia hegemonizada foram dilatados, apropriados e ressignificados publicamente, no esforço dos ativistas de Aids e da "comunidade homossexual" (como definida na época), produzindo outras imagens e textualidades, a partir dos materiais de suas ONGs e das imprensas alternativas, de obras de arte e da proliferação de autobiografias como possibilidade e resposta ao jornalismo impresso, o cinema, a TV etc. e os seus repertórios de gêneros discursivos, espaços de circulação e consumo e atores sociais mais tradicionais. Ao citar a definição de "técnicas de si", de Foucault (2010[1984]), como "práticas refletidas e voluntárias pelas quais as pessoas não somente fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular (...)", Han (2018) pondera que "o regime neoliberal de dominação se apropria completamente das tecnologias do eu", como uma forma eficiente de dominação, submissão e exploração.

Em referência aos estudos de Foucault sobre subjetivação, estabelece-se no trabalho o sentido do "fazer a si" como nódulo de resistência, uma linha de fuga, não no sentido de produção de existência, mas de *insistência* na expressão, "o 'corpo abjeto' como corpo que insiste", isto é, a *abjeção como insistência*:

Figura 5: Evandro Manchini – Reels *Instagram* – 23/7/2023



Fonte: Manchini (2023).

Exemplificamos essa discussão com *prints* da sequência de um vídeo (*reels*) de Evandro Manchini, no seu perfil do *Instagram*, que mostra a organização da sua caixa de medicamentos antirretrovirais com a divisão por dias da semana. Ele usa uma trilha emotiva para mostrar que a rotina do tratamento pode ser simples, e não "um "bicho de sete cabeças", como verbaliza no vídeo. Na legenda, ele explicita que "Este é o meu tratamento para o controle do HIV. Eu tomo 3 comprimidos diariamente (muito em breve será apenas 1)" (Manchini, 2023), numa hibridização dos movimentos retóricos da narrativa autobiográfica como discurso estratégico de incentivo à adesão à rotina de tratamento. As macrorrelações semânticas multimodais (visuais, sonoros, verbais) organizam o movimento retórico *objetivo-método* (objetivo: o que se espera em termos de cuidado de si e de qualidade de vida – método: como fazer, quem ouvir, quem "seguir").

Observa-se um movimento intertextual relevante de polêmica e luta sobre a representação hegemonizada da Aids como parte de um imaginário de terror e morte em termos de doença. A análise composicional funcional das imagens em movimento mostra o participante-enunciador como modelo de cuidado ("eu prezo pela minha saúde"), valorando afetivamente a vida pelo uso da caixa alta em "Eu VIVO com HIV". A expressão firme e o olhar direcionado em troca interacional com o seu público (a comunidade temática, social, cultural particular) tanto convidam para participar dessa rotina como para entendê-la como tal.

GÊNEROS DISCURSIVOS SITUADOS PRINCIPAIS: *posts* do *Instagram*, vídeos do *Instagram*

PRÉ-GENEROS E MODOS DE ORGANIZAÇÃO DISCURSIVO-SEMIÓTICA: narração, argumentação, prescrição enunciativa

SUBGÊNEROS E MOVIMENTOS RETÓRICOS (RELEVANTES): narrativas de fatos habituais como objetivo-método para o cuidado de si; relatos autobiográficos como confissão rebelde de resistência.

Ao analisar as cadeias textuais, a recursividade, o circuito de produção do texto-interação, nota-se que os estereótipos do *aidético*, do *sujeito político soropositivo* e do *doente crônico* vão sendo ressignificados. Como brevemente mencionado, no auge da crise da Aids, ativistas expuseram e biografaram seus "eus", em contraposição à personagem do aidético pervertido e sociopata ou da vítima que vive o silêncio monitorado pela cronicidade da doença. As autobiografias compuseram o cenário de reação e disputa sociodiscursiva e de resistência às relações hegemônicas de saber/poder/ser sobre a Aids que o ativismo dos movimentos sociais também representava. A expressão autobiográfica funcionaria como uma forma de expurgo, de salvação através da palavra, a partir de uma subversão da confissão católica e da

ressignificação da admissão dos desvios, seja da sexualidade ou da vida com HIV.

Tradicionalmente, a confissão envolve o estabelecimento de uma relação de poder entre aquele que confessa e aquele a quem se confessa e pode ser vista a partir das características da sociedade contemporânea como ato de voyeurismo nas mídias digitais. Hoje, essas autobiografias digitais, ao extravasarem o discurso íntimo, a exemplo da ilustrada na Figura 3, funcionam como modo de ação e de autorresistência, ao produzirem e fazerem circular na *web* discursos autênticos, contra-hegemonizados. Organizam-se, assim, novas formas de controle e de negociação de significados sobre HIV-Aids, a partir de um *ethos* (uma posição enunciativa) político--experiencial apoiado nos valores sociais da ética (confiabilidade e afirmação da vida) e das emoções (sensibilidade-generosidade) íntimas, interpessoais.

A pesquisa parte do gênero discursivo *confissão como método de redenção e da aceitação da doença na forma de castigo* à confissão *sem arrependimento, sem culpa, como expressão insurgente de vitalidade radical*. Os significados e valores no entretenimento de massas utilizam basicamente os recursos da narração e da emoção. Han (2019, p. 141) aponta que a função dessas mídias de entretenimento é agir de modo a reimpregnar e manter o *status quo*, impondo um entendimento mediano, a considerada visão "normal" de mundo. Para Santaella (2014), com a emergência de uma cultura das mídias, há complexificação e a contínua fragmentação dos modelos e signos da cultura de massas. De uma maior participação e personalização nas formas de consumo até a emancipação de uma cultura criativa e participativa em face das tecnologias digitais, o conceito de *entretenimento* será disputado e ressignificado ante a ação e adaptação das grandes corporações midiático-industriais.

Dessa maneira, a criação, o consumo e a circulação de produtos midiático-culturais na era da cultura digital estão inti-

mamente ligados ao que se derivou como entretenimento a partir da cultura de massas e que foi remodelado na cultura das mídias, visto que "a consolidação da *mass media entertainment industry* e as possibilidades abertas pela apropriação mercadológica das redes sociais digitais contribuem para desestabilizar as já tênues fronteiras entre negócios e conteúdo cultural" (Castro, 2012, p. 136-7). Assim, os hibridismos discursivos entre *consumo e entretenimento* são, neste espaço e tempo, específicos, redefinidos por processos intensos de sociabilização e pela criação de sensibilidades singulares em contextos cada vez mais plurais, dinâmicos e colaborativos, o que gera inúmeras possibilidades éticas, político-identitárias, estéticas.

O entretenimento é uma concepção que articula de modos muito específicos as ordens de discurso, seja na formatação, no *design* e nos movimentos retóricos de construção do gênero discursivo, seja na seleção de formatos de representação que facilitam e encorajam o consumo e produzam identificações (mesmo que temporárias) em múltiplos contextos – ambas agem para estimular um fluxo cíclico e contínuo de recepção e compartilhamento dos produtos. Logo, ele materializa tecnologias imagético e sonoro-sensoriais e interacionais cada vez mais complexas, que, por um lado, provocam e catalisam sensações; por outro, impulsionam associações à memória, à intimidade e às identidades em jogo, também complexificando os hibridismos discursivos.

Assim, o entretenimento como indústria e expressão semiótica avançada da lógica capitalista contemporânea é constantemente ressignificado, recontextualizado, reapropriado e consumido de novas formas, "servindo não mais apenas como elemento de perpetuação da indústria, do mercado, mas formando (e destruindo, em algumas ocasiões, também) redes inéditas de trocas simbólicas, hierarquias inusitadas, tendências fugazes nas modas culturais" (Prysthon, 2010, p. 128).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresentamos pressupostos teórico-metodológicos do projeto *Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos* (Vieira, 2022, 2023, 2024) para análise de gêneros discursivos em pesquisas qualitativas críticas como um momento semiótico de redes de ordens do discurso de práticas sociais que constituem o recurso potencial e o controle dos modos situados de ação, interação e relação nas estruturas, práticas e nos eventos sociais (Fairclough, 2003; Foucault, 2003[1971]), como formas de poder. Considerando a articulação relacional-dialética dos gêneros discursivos-poder com momentos semióticos do discurso-saber e estilos-ética com os demais momentos dialéticos da vida social, socialmente "regrados", sustentamos que análises discursivas pedem uma explanação crítica sobre os sentidos e formas de poder mobilizados pelas maneiras relativamente estáveis como organizamos nossas ações, interações e relações nos eventos interacionais estudados.

Com base em uma extensa bibliografia, indicamos 11 macrocategorias gerais que podem balizar essa análise inter-acional e relacional: *Propósitos da atividade social, habitus, atores sociais, comunidades, relações e posições sociais institucionais; Tecnologias, objetos e modos de comunicação-interação; Planejamento, cadeias textuais, recursividade, circuito de produção do texto-interação; Distribuição, circulação, acesso discursivo e audiência; Dinâmica, controle e negociações da troca interacional, ethos, polidez; Funções da troca interacional, significados experienciais, modo gramatical e semiótico; Organização genérica, pré-gêneros e modos de organização do discurso; Intergenericidade, subgêneros e movimentos retóricos; Micro e macrorrelações semânticas, semióticas, gramaticais e movimentos retóricos; Intertextualidade; Presunções valorativas e pressupostos,* dentre outras possíveis.

Em seguida, apresentamos uns poucos exemplos da pesquisa de Fernandes (2023), que deu origem a uma parte dos pressupostos teórico-metodológicos e macrocategorias aqui sistematizadas. Fernandes (2023) analisa processos interdiscursivos e intertextuais sociossemióticos do dispositivo informacional-cultural sobre HIV/Aids, investigando como eles se materializam em redes interacionais e nos processos de construção/contestação político-identitária, nos discursos atuais de ativistas e influenciadores digitais brasileiros que utilizam a plataforma e rede social multimídia *Instagram* para compartilhar conteúdo sobre HIV/Aids.

A pesquisa apontou que o empenho das pessoas vivendo com HIV buscou extrapolar e romper o controle discursivo das imagens e da representação sobre o HIV, sobre a Aids e sobre si mesmas, ao ampliar o diálogo, a interação, os consumidores e, portanto, a disputa pela narrativa. Os textos-interações situam-se na camada mais palpável dos eventos sociais, mas a discussão sobre sua natureza, estrutura e configuração precisa considerar o papel preponderante do poder econômico como elemento essencial em uma luta pelo discurso como forma de poder que envolve técnicas, tecnologias, inovação e capacidade de alcance.

Assim, os primeiros esboços genealógicos da pesquisa partem de um esquema que considera a Aids como um *acontecimento sociossemiótico* que rearranjou práticas sociais e discursivas em diversos campos do conhecimento, da medicina às artes, e da vida cotidiana, como na vivência básica da afetividade e da sexualidade. Identificam-se, assim, longas cadeias interdiscursivas e intertextuais que entrelaçam, a partir de uma *estrutura social*, um substrato ideologicamente marcado pela abjeção, a relação entre identidades e práticas sexuais marginalizadas e doenças ao longo da história humana.

As noções de acontecimento e estrutura social, respectivamente delineadas por Foucault (2003, 2010) e Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003, 2016), compõem a tessitura ontológica da realidade social estudada, para a compreensão da

sua constituição histórica e para o entendimento da atualidade e a abertura para a mudança dessa estrutura constituída pela Aids como um símbolo coletivo. A Aids e as crises por ela geradas emergem na década de 1980 do Século XX, fase em que a cultura de massa seguia a passos largos em seu processo de expansão industrial, até evoluir para o que entendemos hoje como cultura digital, cibercultura e capitalismo informacional-digital.

Com efeito, a cultura de massas e a cultura das mídias seguem as normas da fabricação industrial e da maciça distribuição e consumo de suas tecnologias, dispositivos de comunicação e produtos e significados culturais por um contingente imenso de pessoas, ultrapassando os limites das categorias impostas pelas estruturas sociais (classes, famílias etc.). Atravessando e se reinventando da cultura das mídias à cibercultura, a Aids se constituiu como um signo da comunicação. A profusão de narrativas, imagens e símbolos sobre e em torno dela construíram paulatinamente o que foi denominado na pesquisa de *aids-entretenimento*, isto é, um dispositivo disciplinar de entretenimento da Aids, pois ela basicamente se constitui como possibilidade de "marca", produto e símbolo disputado no espaço público por diversos atores sociais em posições distintas, por vezes, antagônicas.

Desse modo, a partir da discussão inicial sobre gêneros discursivos como "a faceta regulatória do discurso" (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 144), buscamos mostrar como o conceito de Aids-entretenimento refere-se a um dispositivo que implica um conjunto de estratégias, instituições, práticas, técnicas, ideologias e discursos articulados em jogos de poder, configurações de saber e processos de subjetivação específicos da Aids na cultura e no entretenimento, que interfere ativamente na re-organização da vida social e suas diversas práticas sociais (discursivas, afetivossexuais, éticas e nas atividades materiais, como a saúde e a educação), desde a década de 1980. Nesses jogos de poder do dispositivo midiático Aids-entretenimento, foram identificadas/os, diacronicamente, na mídia informativa de entretenimento:

legitimações hegemonizadas sustentadas por argumentos de autoridade religiosa e institucional que representam "a aceitação da doença, ou a culpa pela doença, como forma de castigo e método de redenção", para usar o interdiscurso católico-cristão identificado;

narrativas gore de entretenimento, com representações de expurgo social de sujeitos abjetos e ameaçadores aidéticos, pervertidos e sociopatas em produtos culturais cinematográficos e jornalísticos, para usar o interdiscurso de entretenimento gore;

narrativas autobiográficas com predominância de representação de atores e eventos sociais como doentes crônicos ou como vítima que vive o silêncio monitorado pela cronicidade da doença;

narrativas de fatos habituais como objetivo-método para o cuidado de si, que ensejam um sujeito político soropositivo com suas pautas políticas como a visibilidade soropositiva;

relatos autobiográficos como confissão rebelde de resistência, na construção dos discursos confessionais em primeira pessoa sobre o HIV no espetacularizado espaço da internet. Isto é, modos como os testemunhos e relatos autobiográficos se relacionam a um *ethos* político-experiencial que hibridiza um tom pessoal e uma autoridade vivencial no assunto, como política de afirmação da vida.

Com base nas reflexões teóricas iniciais, reunimos alguns exemplos da investigação da Aids como um dispositivo sócio-discursivo que atravessa tempo e espaço por meio de símbolos coletivos para, então, estabelecer relações intertextuais e interdiscursivas com influenciadores/ativistas de Aids que mobilizam, em plataformas de redes sociais, estratégias de ação-interação a partir de gêneros multissemióticos digitais, de mediação e de ressignificação de representações discursivas e de autoidentificações sobre HIV/Aids.

REFERÊNCIAS

ALÓS, A. P. Corpo infectado/corpus infectado: aids, narrativa e metáforas oportunistas. *In:* **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 27, n. 3, e57771, set. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300205&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2023.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. DIONISIO, A. P.; HOFNAGEL, J. C. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2005.

BESSA, M. S. **Histórias positivas:** a literatura (des)construindo a Aids. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CARVALHO, M. M. **Actualizações em Foucault:** aplicações da noção de dispositivo ao VIH/SIDA. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

CASTRO, G. G. S. Entretenimento, sociabilidade e consumo nas redes sociais: cativando o consumidor-fã. *In:* **Fronteiras:** estudos midiáticos, v. 2, n. 14, 2012, p. 133-140.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. 2. ed. PAULIUKONIS, A. L.; MACHADO, I. L. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2019[2008].

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity:** rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

COÊLHO, J. **"A gente não nasce mãe":** Uma análise crítica discursiva sobre aborto clandestino e Justiça Reprodutiva a partir de narrativas de mulheres negras e suas redes de apoio. 2024. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

DIJK, T. A. van. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. HOFFNAGEL, J.; FALKONE, K. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. Londres, Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. MAGALHÃES, I. (Org./ Trad.). Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, F. S. **AIDS-ENTRETENIMENTO:** a genealogia e os ecos sociossemióticos de um dispositivo da aids em redes sociais na internet. 2023. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

FERNANDES, F. S.; VIEIRA, V. Aids-infotenimento e midiatização gore. *In*: **Diálogos e perspectivas da Análise Crítica do Discurso**. Campinas: Pontes, 2022, v. 1, p. 59 - 82.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 9. ed. SAMPAIO, L. F. de A. (Trad.). São Paulo: Loyola, 2003[1971].

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. O uso dos prazeres. V. 2. ALBUQUERQUE, M. T. de C. (Trad.). Rio de Janeiro: Graal, 2010[1984].

GALVÃO, R. Q. **Cotas de gênero em casas de leis:** discurso e representatividade política de mulheres na Câmara dos Deputados do Brasil. 2023. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

GHERARDI, S. **How to conduct a practice-based study:** problems and methods. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2012.

HAN, B-C. **Psicopolítica:** O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. LIESEN, M. (Trad.). Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HANKS, W. F. **Língua como prática social:** das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2008.

KIZAM, J. R. S. da S. **Representações discursivas do Setor de Diversões Sul no jornal Correio Braziliense (1960-1979):** 'noites alegres e sujas' de Brasília. 2023. Dissertação (Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

LEEUWEN, T. van. **Multimodality and identity**. New York: Routledge, 2022.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 935-952, setembro-dezembro/2014.

MAINGUENEAU, D. **Variações sobre o ethos**. MARCIONILO, M. (Trad.). São Paulo: Parábola, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Castro-Gómez, Santiago y Grosfoguel, Ramón (Comp.). Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167.

MANCHINI, E. *In:* **Instagram** (@evandromanchini). Disponível em: https://www.instagram.com/p/CuCu-zzpzrb/. Acesso em: 10 out. 2023.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough, *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros:** teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005, p. 81-106.

MILLER, C. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, 1984, 70: 151-167.

MILLER, C. Rhetorical community: the cultural basis of genre, *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Orgs.). **Genre and the New Rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994, p. 67-78.

PEREIRA, L. de O. **Cuidados paliativos em unidade neonatal:** uma análise crítica de práticas discursivas e sociomateriais. 2023. Dissertação (Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

PEREIRA, L. de O.; VIEIRA, V. Representações discursivas e relações de poder de profissionais de saúde na prática de cuidado paliativo neonatal. **Linha D'Água**. São Paulo, v. 37, n. 02, p. 66-86, abr.-jun. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v37i2p66-86. Acesso em: 27 nov. 2025.

PRYSTHON, A. **Entretenimento como utopia**. Alceu (PUC-RJ), v. 10, p. 126-136, 2010.

RAMALHO, V. Tecnologias discursivas na propaganda de medicamentos. **Discurso & Sociedad**, v. 4, p. 507 - 537, 2010. Disponível em: https://revistes.ua.es/dissoc/article/view/29379. Acesso em: 19 jun. 2025.

RESENDE, V. de M. Org. **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes, 2019.

REVISTA MANCHETE. **Capa**. Rio de janeiro, 1988. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/004120/250957. Acesso em: 9 set. 2023.

SANTAELLA, L. Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia. *In*: **Bakhtiniana**, São Paulo, 9 (2): 206-216, ago/dez. 2014. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/19516. Acesso em: 10 set. 2023.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Trad. Rose Barboza. **CES** [*On-line*]. 18. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.4000/eces.1533. Acesso em: 26 mai. 2022.

SILVA, D. E. G. da; RAMALHO, V. Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**. v. 8, p. 19 - 40, 2008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/33598/27179. Acesso em: 27 nov. 2025.

SONTAG, S. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, v. 12. n. 3, set./dez. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44. Acesso em: 27 nov. 2025.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. GUARESCHI, P. A. (Trad./Coord.). Petrópolis: Vozes, 2002.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VIEIRA, V. Análise de inter-ações em pesquisas colaborativo-dialógicas. *In*: DOMINGUEZ, M. A.; LIMA, R. F. M. **Contemporaneidade em discurso:** contribuições da análise do discurso sobre questões do nosso tempo. Rio de Janeiro: Dialogarts; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023, p. 96-124. Disponível em: https://www.academia.edu/118546235/AN%C3%81LISE_DE_INTER_A%C3%87%C3%95ES_EM_PESQUISAS_COLABORATIVO_DIAL%C3%93GICAS. Acesso em: 27 nov. 2025.

VIEIRA, V. Corpos e (con)vivências em pesquisas críticas. *In*: ALMEIDA, M. M. T.; RESENDE, V. de M. (Orgs.). **Estudos do discurso**: abordagens em ciência crítica. Campinas: Pontes, 2022, p. 137-163.

VIEIRA, V. Estudos críticos do discurso na agenda decolonial latino-americana. *In*: **Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político-social**. 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2024, v. II, p. 93 - 122. Disponível em: https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=3282&c=5. Acesso em: 27 nov. 2025.

VIEIRA, V. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. *In*: RESENDE, V. de M. (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes, 2019, p. 83-115.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica:** o texto como material de pesquisa. 2. ed. Campinas: Pontes, 2016.

ROMPENDO O *FIREWALL* DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES DOCENTES EM UNIVERSIDADES: RECONHECER PARA RESISTIR

Micheline Mattedi Tomazi
(Ufes)

Viviane de Melo Resende
(Unb)

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, buscando discutir as desigualdades que perpassam as relações de poder e suas representações em práticas sociais no contexto das universidades públicas, tomamos como ponto de partida o reconhecimento de que fatores discursivos, sociais e cognitivos interagem na problemática da violência contra mulheres docentes nas universidades e sua percepção pela comunidade acadêmica. No escopo das pesquisas que se interessam por questões discursivas, os estudos críticos do discurso (ECD) de base sociocognitiva e os estudos de gênero pelo viés da análise de discurso crítica feminista estudam problemas sociais e consideram a violência de gênero em suas relações com a cultura e a história do gênero na sociedade, além de reconhecerem que as relações de poder e abuso de poder estão imbricadas em relações hierárquicas e sistemas ideológicos e cognitivos que as legitimam (Lazar, 2007; van Dijk, 2010, 2012; Tomazi e Rocha, 2021; Tomazi; Natale, 2015; Vieira, 2019; Gomes, 2020).

Adotamos, então, uma abordagem feminista, crítica, discursiva e sociocognitiva para discutir o tema da violência contra mulheres docentes nas universidades, e aqui propomos discutir a metáfora do *firewall* (Bendl; Schmidt, 2010), em referência a barreiras que controlam a percepção de comportamentos abusivos em relações de poder em organizações (inclusive, nas universidades). Objetivamos explorar essas barreiras dinâmicas e processuais como ferramentas discursivas, cognitivas e culturais/sociais que contribuem para manter e ocultar a opressão e o assédio contra mulheres docentes na ordem patriarcal-capitalista. Acreditamos que essas barreiras excludentes são estruturais e sistêmicas, dificultando a criação de estratégias para resistir e mudar o funcionamento dos dispositivos de poder que geram violências nesses contextos profissionais. Mas não são intransponíveis, e nosso argumento é que reconhecer é essencial para resistir coletivamente.

Crenças e atitudes são configuradas em estruturas sociais, discursivas e cognitivas que, muitas vezes, dificultam a percepção da violência sofrida, o que pode bloquear a criação de estratégias para resistir às práticas que geram opressão misógina e se traduzem em outros modos de produção de abusos. O discurso é importante nessas práticas e processos, porque é socialmente estruturado e constitutivo, o que, em termos epistemológicos, significa compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que participa na construção de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimentos e crenças (Fairclough, 2001; van Dijk, 2009; Vieira e Resende, 2016).

Desse modo, o poder é também discursivo, mas, na relação entre as estruturas sociais e as estruturas do discurso, é preciso considerar o processo cognitivo, mediador entre o discurso produzido e a sociedade que o produz e reproduz por meio de modelos partilhados na cognição social, ou seja, as representações cognitivas de experiências sociais que orientam a compreensão da vida social (van Dijk, 2012). Na mediação cognitiva, ideologias

são compreendidas como sistemas de crenças compartilhadas por grupos, isto é, são representações que constituem uma forma de cognição social, não são pessoais e, sim, compartilhadas por coletividades, ou seja, por grupos sociais que as aprendem, propagam e empregam, difundindo interesses coletivos que orientam suas práticas (van Dijk, 2015). Podemos, então, dizer que as manifestações de violência de gênero ocorrem motivadas "por expressões de desigualdade baseadas na condição do sexo", desde o universo familiar, "onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas" (Bandeira, 2014, p. 450), e se estendem em relações interpessoais e institucionais, em âmbito privado ou público, encontrando no androcentrismo, no patriarcado, na colonialidade, no capitalismo as bases para sua manutenção histórica na sociedade.

Como é sempre o caso quando ideologias impulsionam atitudes, as relações hierárquicas de gênero são baseadas em crenças sociais, em ideologias que não são inatas, mas, sim, ensinadas e aprendidas, partilhadas e utilizadas para identificar, formar e manter grupos sociais e seu poder (van Dijk, 2017, p. 15). Essa abordagem sociocognitiva nos ajuda a compreender a dimensão pedagógica da violência de gênero, como teoriza Rita Segato (2016). A violência de gênero é, então, compreendida como um "dispositivo de poder" (Ugalde, 2023; Segato, 2016, 2018) configurado social e historicamente para atender a mecanismos de controle utilizados por diferentes ordens patriarcais que estabelecem hierarquia entre as posições sociais de gênero. Para Maria Mies (2018, p.71), "a opressão das mulheres é algo imanente das relações de produção do patriarcado capitalista", definido como sistema que mantém a exploração e a opressão das mulheres na ordem patriarcal, que também se modifica para se adequar "apropriadamente" como mecanismo de opressão e exploração das mulheres, com foco em interesses e propósitos particulares, que, ao prejudicar certos grupos sociais, beneficiam outros.

Assim como Rita Segato (2016, 2018), Maria Mies (2018) entende que os sistemas patriarcais passam por transições ao longo do tempo, e, como sistemas se reorganizam nas ordens patriarcais, que alcançam homens e mulheres, cis e trans, e pessoas não bináries, mas com diferentes mecanismos de controle e de violência pedagógica incidindo sobre as subjetividades, ao naturalizar diferenças e divisões. Mies (2018, p. 95) também explica que toda prática de opressão contra mulheres surge da exploração, mas "os problemas atuais das mulheres não podem ser explicados unicamente pelas velhas formas de domínio patriarcal", nem apenas pelas relações impostas pelo capitalismo. O capitalismo é necessariamente patriarcal e, assim, não se trata de dois sistemas separados, já que o patriarcado (e agregaríamos aqui a colonialidade) constitui "parte da cara invisível do sistema capitalista visível" (Mies, 2018, p. 96). É objetivo do patriarcado capitalista manter as relações sociais de gênero em constantes divisões e polarizações, atualizando sistemas de opressão e exploração das mulheres como força de trabalho "subsidiário" (Mies, 2018), da mesma forma como são exploradas as relações raciais nesse modelo de sociedade.

Joan Scott (1995) também sustenta que a categoria gênero não é apenas uma forma de significar poder, mas um campo por meio do qual o poder é articulado, moldado e reproduzido nas relações sociais para dar significado a elas. Por isso, a historiadora insiste na relevância de aspectos como mercado de trabalho, educação e sistema político em discussões sobre gênero. Para Scott (1995, p. 92), o gênero "não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher, ele também o estabelece", e, então, a oposição binária está atrelada ao processo social das relações de gênero e da própria legitimidade do significado de poder dentro do sistema que o comanda histórica, política e economicamente. Essa oposição é o elemento essencial para se fixar a ordem patriarcal não como construção humana, mas como se fosse natural ou divina. Essa perspectiva é importante para

pensar o gênero na interação entre os domínios do capitalismo e do patriarcado.

A universidade é parte desse cenário, não só por ser um espaço privilegiado para produção e reprodução de conhecimento, mas também por sua relevância para resistência, enfrentamento e transformação social. É igualmente cenário de relações institucionais e interpessoais que contribuem para manter, reforçar e reproduzir desigualdades sociais e de gênero, mesmo quando há avanços em políticas, equipamentos e mecanismos de combate às violências, defesa da inclusão e da diversidade. A contradição repousa nas estruturas sociais hierárquicas que, desde uma perspectiva cognitiva, sustentam e reforçam as ordens patriarcais de uma cultura machista, misógina, heteronormativa, racista e elitista.

Por isso, no caso aqui estudado, uma abordagem feminista, crítica e sociocognitiva permite reflexão de base discursiva capaz de superar justificativas que sustentam violências como problemas pessoais das mulheres docentes, ou as associam a supostas fragilidades e submissão, em vez de as reconhecerem como problemas sociais sistêmicos, hierárquicos e estruturais que (ainda) reproduzem violências de gênero no contexto acadêmico. A discussão apresentada neste capítulo está vinculada ao trabalho desenvolvido pelo INCT Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências (CNPq/UnB), no âmbito de estudos pós-doutorais realizados ao longo de 2024. O INCT Caleidoscópio tem como uma de suas linhas de ação o enfrentamento a desigualdades sistêmicas em instituições de Ensino Superior.

Ao focar aqui exclusivamente no abuso contra mulheres docentes, não estamos excluindo, naturalizando ou minimizando outras formas de violência de gênero que ocorrem cotidianamente em nosso meio e atingem outras mulheres, estudantes, técnicas e terceirizadas, e outros grupos subalternizados no contexto uni-

versitário. Como a violência contra mulheres estudantes é mais debatida, até em razão da relação hierárquica entre docentes e estudantes, comparada à relação mais horizontal entre docentes, o foco das discussões sobre abuso e assédio nas universidades é, muitas vezes, direcionado para aquela categoria, tornando a violência contra mulheres docentes uma questão invisível ou de menor prioridade. Isso não significa que comportamentos abusivos contra estudantes sejam sempre enfrentados pelos mecanismos institucionais, ao contrário, mas a revisão bibliográfica realizada para a pesquisa que este capítulo recorta aponta muito mais estudos publicados sobre essa esfera da violência acadêmica. A percepção de que a desigualdade de gênero na academia esteja sempre vinculada à desigualdade hierárquica acaba por mascarar a dimensão estrutural e sistêmica também da violência de gênero contra docentes.

Embora eventos de violência na educação, como um todo, tenham ganhado mais visibilidade nos últimos anos, o problema ainda é tratado como casos individuais e não como questão social ou estrutural. Acreditamos que pensar o problema das violências de gênero a partir das mulheres docentes é reconhecer que precisamos falar sobre os abusos que sofremos e que reforçam relações de opressão e exploração da ordem capitalista-patriarcal no "modelo masculino de carreira" (Velho, 2006, *apud*. Silva; Ribeiro, 2014, p. 451), que nega a existência de assédio, sexismo, misoginia, preconceito e violência nesse contexto profissional. Discutir situações abusivas que nos afetam no trabalho significa nos colocar em posição de enfrentamento para uma mudança sistêmica de nossas práticas discursivas e sociais e de nossa visão sobre essas práticas na vida cotidiana da universidade[1]. Assim,

1 Casos emblemáticos podem ilustrar essas violências sem adentramos nos contextos que as geraram, mas que reforçam a necessidade de discussão. A intimação da Polícia Federal (PF) contra a professora Maria Rosaria Barbato, em 2016. A condução coercitiva, ocorrida em 2018, das professoras Heloisa Gurgel Starling e Rocksane de Carvalho Norton, e da servidora Silvana Leal Coser e Alfredo Gontijo no processo sobre o Memorial da Anistia. O afastamento do país da professora Débora Diniz, em 2018, por sofrer ameaças após apresentar os resultados de sua pesquisa sobre a

seguindo a linha do INCT Caleidoscópio, este capítulo pretende contribuir para esse debate e colaborar para a discussão do necessário combate às práticas de violência acadêmica contra mulheres docentes nas universidades.

Para avançar nas questões aqui tangenciadas, o texto foi dividido em cinco partes, a contar desta Introdução. Na segunda parte, apresentamos uma revisão de literatura sobre violências contra mulheres docentes nas universidades em perspectiva de gênero. Em seguida, distinguimos as representações pelas metáforas do "teto de vidro" e do *firewall*, discutindo seus efeitos de sentido na referência a barreiras excludentes que reforçam as desigualdades geradoras de violências sobre nossos corpos e nossas vidas na academia. Na quarta parte, discutimos o poder explicativo da metáfora do *firewall* para compreender ferramentas de controle cognitivo, discursivo e social que embotam a percepção de formas de violência na vida acadêmica. Por último, apresentamos considerações finais e recomendações para trabalhos futuros.

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES DOCENTES EM UNIVERSIDADES

A violência de gênero no ambiente de trabalho universitário é definida como "qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica que tenha por base a organização social dos

descriminalização do aborto. O caso da não nomeação da professora Ethel Maciel, reitora eleita, pelo então presidente da República. O caso de Catarina Dallapicula, que sofreu violências relatadas em sua tese de doutoramento, defendida em 2023, em consonância com os casos de Tatiana Lionço, Rejane Barreto Jardim, Jussara Carneiro Costa, Raquel Bezerra Cavalcanti de Melo, todas docentes de universidades públicas que expõem violências sofridas no ambiente institucional e participaram da pesquisa de Dallapicula (2023). O caso de violência contra Salete Maria da Silva (2024), cuja narrativa foi feita pela própria docente em seu livro **Assédio moral no trabalho em universidade: um panorama da Universidade Federal da Bahia**. O caso da professora Micheline Tomazi, que foi alvo de um texto dramatúrgico em que figurou como personagem, tendo sua pesquisa e religião ridicularizadas por sustentar opinião contrária à de um colega em uma reunião departamental, entre tantos outros casos de mulheres docentes que têm tido coragem de contar suas histórias e expor as violências sofridas em seus ambientes de trabalho.

sexos praticada contra indivíduos, especificamente, em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual" (Sardenberg; Tavares, 2016, *apud* Furlin; Graupe, 2024, p. 11). É essa a definição que está presente no Caderno Informativo "Violências de gênero nas universidades: prevenção e enfrentamento", de Neiva Furlin e Marili Graupe (2024).[2] Essa definição, quando pensada em relação às violências experimentadas por mulheres docentes, pode extrapolar os tipos de violência reconhecidos em regimentos, normativas ou protocolos específicos para a prevenção e a repressão a violências nesse contexto. Racismo, sexismo, machismo, capacitismo, misoginia, entre outros tipos de discriminação (que também geram violências) não estão expressos em regulamentos gerais ou regimentos internos de instituições de Ensino Superior, o que dificulta a denúncia e resulta em prolongamento do processo de violência ou mesmo seu completo apagamento (Castro, 2023).

O abuso contra mulheres docentes precisa ser reconhecido como forma de violência interseccional de gênero. Essas práticas são sustentadas pelas lógicas do capitalismo, da meritocracia, do produtivismo, do capacitismo, do etarismo, da precarização, do modelo eurocêntrico, do racismo, da heteronormatividade, e, assim, abusos sofridos e institucionalizados no espaço acadêmico não nos atingem a todas da mesma maneira (Dalapiculla, 2023), mas a violência interseccional contra mulheres docentes se dissolve no discurso da meritocracia e da hierarquia. Encontramos um expressivo exemplo disso no testemunho da professora Sônia Guimarães, primeira mulher negra a se doutorar em Física no Brasil: "Eles dizem que não sou inteligente o suficiente, porque se fizerem um comentário sobre eu ser mulher, posso processá-los. Se falarem que é porque sou negra, racismo é crime. Mas se

2 As pesquisadoras tiveram apoio do CNPq e parceria de grupos interinstitucionais. Contaram também com o apoio do INCT Caleidoscópio (Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências) para desenvolverem o referido caderno informativo, publicado em formato de cartilha em 2024.

o problema é eu ser burra, não dá pra fazer nada. A todo momento eu tenho que provar que sou o bastante"[3].

No contexto das universidades, refletir sobre a violência de gênero contra mulheres docentes é reconhecer que os corpos desse grupo também são alvos de comportamentos abusivos que envolvem relações de poder no âmbito da vida universitária, sempre reencenando hierarquias e dualidades que operam na sociedade. No cenário acadêmico, as mulheres convivem, para manter suas carreiras, com práticas abusivas que podem se tornar uma forma de tortura e adoecimento mental. Embora os estudos de gênero tenham avançado em diferentes perspectivas feministas, as universidades ainda persistem "como espaços estruturadores e reprodutores de desigualdades de gênero, onde as mulheres, atualmente, seguem ocupando um lugar marginal dentro do campo do saber/poder que são as academias" (Pedraza; Ahumada, 2016, p. 58).

O patriarcado-capitalista (re)produz, regula e estrutura o sistema sexo-gênero de acordo com interesses particulares, que oprimem e exploram mulheres e estão também presentes no patriarcado-capitalista-acadêmico[4]. Joan Scott (1995) nos lembra que o patriarcado está sempre mudando em função das relações de produção. Desse modo, não consideramos o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas separados, mas, em interação, em que nenhum deles opera sem o outro (Scott, 1995). O patriarcado constitui uma pedra angular, mas não se sustenta em si mesmo, precisando ser articulado a outras ordens e/ou poderes (político, econômico, social, racial, colonial), como ensina Rita Segato (2018). Marcela Lagarde (2006, p. 92) nos lembra que esse "poder patriarcal é sexista, mas também é classista, etnicista,

3 Ver http://mulheresnaciencia-mc.blogspot.com/2013/02/sonia-guimaraes.html.

4 O sistema sexo-gênero corresponde ao conjunto de normas que transformam a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Historicamente, modela e reproduz socialmente as relações de gênero, mas pode ser enfrentado em diversas formas de resistência, dissidência e insurgência, inclusive, nas universidades.

racista, imperialista, etecétera", é mutante, moldado, configurado e organizado socialmente para definir e enquadrar o "ser mulher" no cativeiro social onde operam androcentrismo, invisibilidade, exclusão, silenciamento, violência, controle das vozes e dos corpos das mulheres (cis e trans). Por isso, o sistema sexo-gênero é considerado um dispositivo de colonialidade tão relevante quanto a raça (sobre isso, ver María Lugones, 2014).

A questão do androcentrismo acadêmico como invenção do patriarcado também foi discutida por Elizabeth Ruano-Ibarra e Viviane Resende (2022), ao apontarem a invisibilidade, o silenciamento e a sub-representação das contribuições de mulheres em bibliografias de cursos de graduação e pós-graduação, um indicativo da desigualdade de gênero na (des)valorização da produção acadêmica. Segundo as autoras, "o viés androcêntrico, fruto do patriarcado, incide na hegemonia da autoria masculina, reflete desigualdades interseccionais e configura os sujeitos representados como intelectualidade latino-americana" (Ruano-Ibarra; Resende, 2022, p. 16). Para Maria Baeta (2015), a história das mulheres na ciência pela perspectiva de gênero assegura nossa relevância, mas também descortina desprezo, discriminação e invisibilidade nesse ambiente patriarcal.

Tania Pedraza e Cristian Ahumada (2016) reforçam a necessidade de evidenciar as desigualdades de gênero na academia como componente estrutural, buscando discutir a universidade como espaço de produtividade acadêmica e de invisibilidade das mulheres. A produtividade acadêmica da mulher tem sido um dos critérios mais discutidos para demonstrar a discriminação contra ela, que, nesse meio, "assume formas sub-reptícias" (Pedraza e Ahumada, 2016, p. 61). Entendemos que essa discussão não pode se ater a critérios quantitativos ou estatísticos da produção acadêmica das mulheres, nem se perder no reforço de práticas naturalizadas que revelam o "emaranhado material e simbólico da hegemonia masculina", como tem demonstrado

a epistemologia feminista (Ruano-Ibarra e Resende, 2022, p. 4). É necessário incorporar nessa discussão uma perspectiva de gênero que reconheça a relação estrutural e sistêmica dessa desigualdade com o capitalismo acadêmico na ordem patriarcal, compreendendo dinâmicas que perpetuam estereótipos e exclusão baseados na desigualdade sexista.

Se não nos causar espanto e repulsa que uma docente passe por perseguição, difamação, exposição e desqualificação de sua pesquisa e de sua produção acadêmica; enfrente assédio moral, ameaça, hostilidade, ridicularização por expressar posições políticas, religiosas, éticas e estéticas; sofra discriminação por estereótipos sobre maternidade e ciência, entre outras formas de violência na vida acadêmica, é porque nossas crenças compartilhadas terão incorporado práticas discursivas e barreiras que respaldam e justificam esses abusos, incluindo as estratégias discursivas e cognitivas de naturalização, invisibilização e silenciamento da violência. Se não reconhecermos os mecanismos que engendram e toleram essas violências, estaremos legitimando práticas de disciplinarização (Foucault, 2014) na sujeição e subjugação de nossos corpos, e, assim, nos arriscamos a deixar de ser quem somos, agir como agimos, falar como falamos, pensar como pensamos, para nos adequarmos aos eixos de subordinação (Minella, 2013).

Ainda que a experiência vivida por cada uma seja subjetivamente processada, os discursos produzidos nas práticas institucionais das universidades naturalizam as violências como se elas não existissem, não tivessem relevância ou não fossem passíveis de discussão e debate, mesmo entre nossos pares, e, assim, nem sempre conseguimos perceber como violência o abuso que sofremos. Eis o trabalho cognitivo da ideologia, traduzida, muitas vezes, nas metáforas com que tentamos compreender a experiência vivida. Pedraza e Ahumada (2016, p. 61) lembram que as diversas formas que assumem os comportamentos abusivos

contra mulheres na academia "foram descritas com a ajuda de metáforas espaciais e arquitetônicas para descrever esses processos psicossociais".

Algumas dessas metáforas são bastante produtivas na bibliografia de referência feminista. Por exemplo, 'teto de cristal' ou 'teto de vidro' denota barreiras invisíveis que dificultam o acesso de mulheres a posições de destaque ou liderança na hierarquia da ciência. Fala-se em 'chão escorregadio' para se referir à conquista tardia, por mulheres, de emprego estável, permanecendo por mais tempo que os homens em posições mais baixas em nível hierárquico, quase sempre justificadas pelo "equilíbrio" entre família e carreira. A metáfora das 'escadas rolantes' enfatiza uma tendência em priorizar homens para cargos de gestão, mesmo em equipes em que mulheres são maioria. Os 'muros de cristal' enfatizam entraves ou dificuldades para as mulheres conseguirem lugares no interior de um nível hierárquico. O 'cano furado' enfatiza a progressão linear através de uma série de posições escalonadas na academia, de modo que em cada estágio há perda de talentos de mulheres. As 'fronteiras de cristal' referem-se aos obstáculos para mulheres se beneficiarem de incentivos para internacionalização. O 'efeito tesoura' designa declínio gradual da representação das mulheres em etapas sucessivas da carreira científica e acadêmica: tanto menos mulheres quanto mais alto o prestígio de um posto ou reconhecimento.

Na próxima seção, refletimos sobre outra dessas metáforas de desigualdade de gênero no mundo do trabalho, que aparece em análises mais recentes de estudos organizacionais: o *firewall*.

DO 'TETO DE VIDRO' AO *FIREWALL*: A METÁFORA COMO MECANISMO DISCURSIVO, COGNITIVO E SOCIAL

A perspectiva da desigualdade de gênero própria do contexto acadêmico promove discussões sobre as barreiras enfren-

tadas por mulheres para conquistarem maior representatividade e reconhecimento na carreira científica. A questão é amplamente debatida, e pesquisas demonstram que a desigualdade ainda segue persistente (ver, entre outros trabalhos, Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021; Moschkovich e Almeida, 2015; Lima; Barroso, 2024; Oliveira; Roque, 2024; Gouvêa; Fiúza, 2023). Mas ela é apenas parte das violências sofridas nesse contexto profissional, invisibilizadas ou naturalizadas no mundo acadêmico. Entender essas práticas é olhar para a desigualdade que gera processos abusivos e adoecimento mental de mulheres docentes, mas é também buscar estratégias para resistir. Se, por um lado, passamos por um avanço histórico, social e político, em que conquistamos maior representatividade nas ciências e em cargos de gestão nas universidades, portanto, superando ao menos impedimentos formais para nossa inserção em campos dominados por homens, por outro lado, as barreiras que ainda enfrentamos são sutis, às vezes, despercebidas, talvez, invisíveis, mas, ainda assim, por vezes, nos bloqueiam avanços.

No parágrafo anterior, usamos uma série de metáforas que talvez a leitora não tenha sequer percebido – porque são metáforas corriqueiras para referir os sentidos que aqui expressamos: barreiras, conquista, carreira, avanço, campos dominados, bloqueio. Essas metáforas não são meras figuras de linguagem, são formas de compreender e interpretar a desigualdade de gênero, e de nos situarmos nas práticas de que fazemos parte. Metáforas sempre foram de interesse dos estudos de linguagem, desde a retórica clássica, e também chamaram a atenção da estilística e dos estudos literários. Para a ciência linguística, tornou-se objeto sistemático de interesse no último quarto do século XX. Um marco dessa virada no estudo linguístico de metáforas, extrapolando seus aspectos retóricos e estéticos, foi a realização do simpósio "Metáfora: o salto conceitual", em 1978. Nessa esteira, com seu livro de 1980, Lakoff e Johnson lançaram bases para a mais influente teoria de metáfora na linguística: a teoria da metáfora conceitual. Os au-

tores sustentaram que nosso sistema conceitual é metafórico por natureza: os conceitos que estruturam os pensamentos estruturam também o modo como percebemos o mundo, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas, de acordo com nossa experiência física e cultural.

Segundo Barbara Dancygier (2016), desde essa obra, a metáfora tem sido discutida em termos de mapeamento conceitual, conectando dois domínios, o que permitiria a abordagem de fenômenos abstratos ou emoções em termos de experiências concretas ou corpóreas[5]. Nessa perspectiva conceitual e cognitiva, trata-se de um domínio mais abstrato da experiência ser compreendido em termos de um domínio mais básico ou mais concreto, que fornece as bases para a interpretação da experiência, e também para sua expressão simbólica na linguagem. Em diversas teorias, mais ou menos radicais nessa conceituação da experiência em termos de domínios, é relevante a noção de corporificação da experiência (*embodiment*), em que conceitos mais abstratos são construídos com base em experiências corpóreas.

Lakoff e Johnson (1980) distinguiram entre metáforas ontológicas e orientacionais. As metáforas ontológicas permitem conceituar experiências em termos de entidades ou substâncias, e, assim, compreendê-las como se fossem objetos concretos. Por meio delas, utilizamos estruturas familiares (como os limites espaciais de tetos e paredes, o manuseio de tesouras ou o fluxo por canos, nos casos de algumas das me-

5 Ela explica: "o conceito de domínio (...) se refere a um pacote conceitual, incluindo uma série de elementos conectados (...). Por exemplo, um domínio de Guerra inclui uma série de componentes, como oponentes, armas, ataque e defesa, vitória e derrota. Esses componentes podem ser usados como base para uma série de expressões metafóricas representando, de modo geral, o domínio da Discussão (uma troca de pensamentos assumindo alguma discordância inicial, e vários procedimentos e resultados desses procedimentos). Ao falar sobre uma discussão em termos de guerra (atacar a posição de alguém, ganhar uma disputa etc.), o domínio da Guerra é a fonte da estrutura, enquanto a Discussão é o domínio alvo. Com base nisso, um mapeamento metafórico pode ser definido como uma relação entre dois domínios conceituais (o domínio fonte e o domínio alvo) que estabelece ligações (mapeamentos) entre elementos específicos das duas estruturas" (Dancygier, 2016, p. 29).

táforas com que terminamos a seção anterior) para lidar com conceitos abstratos ou complexos (como o acesso de mulheres à progressão na carreira ou sua representatividade). As metáforas orientacionais são "associadas à corporeidade e à maneira como nosso ser biológico permite a estruturação de nosso ser social", de modo que a "noção de espacialidade – dentro/fora, acima/abaixo, [na] frente/[a]trás – e de como ocupamos com nossos corpos essa espacialidade, como a experienciamos, constrói espaços de significação pelo movimento metafórico" (Acosta, 2018, p. 24). É nossa experiência física no mundo que permite reconhecer que um 'chão escorregadio' pode levar à queda, e, portanto, para baixo (sentido que associamos ao ruim, negativo), e que 'escadas rolantes' podem, ao contrário, facilitar uma subida (e para cima é um sentido que avaliamos positivamente em uma infinidade de metáforas – 'ascensão na carreira' é um exemplo). Essas experiências físicas do corpo, mapeadas para a experiência social da facilidade/dificuldade de acesso ligada a gênero, organiza modos de interpretação.

É assim que as metáforas são mais que figuras ou ferramentas de linguagem, assumindo-se como estruturas cognitivas que organizam nossa forma de pensar e de compreender e interpretar o mundo social. Metáforas realçam ou encobrem certos aspectos do que representam – Fairclough (2001) registra que quando significamos algo por meio de uma metáfora filiamo-nos à maneira particular de representar aspectos do mundo traduzida na imagem metafórica produzida. Daí que as metáforas "são cruciais no processo de influenciar o caminho em que problemas sociais são conceituados" (Charteris-Black, 2004, p. 23), e, portanto, compreendidos cognitiva e socialmente. A análise de metáforas nos estudos críticos do discurso deve extrapolar seu aspecto cognitivo, que nem por isso deveria ser ignorado, embora não seja suficiente para explicar os usos metafóricos em contextos. Metáforas expressam atitudes em relação aos domínios mapeados, e, com van Dijk (2016, p. 129), sabemos que "atitudes são essencialmente sociais",

porque são "compartilhadas por membros de grupos sociais" com suas "identidades, ações, normas e valores, relações com outros grupos e recursos".

Metáforas também têm sido foco de interesse histórico nos estudos organizacionais. Biscaro e suas coautoras (2024) explicam que, nos estudos organizacionais, ao longo de 40 anos, a metáfora tornou-se um elemento essencial para o poder explicativo sobre organizações e seus processos organizacionais, e sugerem adicionar ao conceito de metáforas um foco na *ressonância*, ou similaridades entre domínio-fonte e domínio-alvo, ou *dissonância*, em que fonte e alvo parecem incongruentes, não só nos sentidos literais, mas também na cultura. Como as metáforas são performativas e direcionam tanto ações quanto julgamentos, metáforas ressoantes, nos estudos organizacionais, são aquelas que estabilizam e reificam a visão de mundo predominante, sem, contudo, promover mudanças significativas de compreensão. As metáforas dissonantes, ao contrário, podem carregar potencial para provocar novos pensamentos e crenças, diferentes daqueles já institucionalizados, ao mapear novos sentidos entre domínios da experiência.

É o que ocorre, por exemplo, com a metáfora do "teto de vidro" (*glass ceiling*), comumente utilizada para identificar barreiras enfrentadas por mulheres no âmbito profissional, que as impedem de atingir níveis mais elevados na carreira. Inicialmente, essa metáfora foi utilizada nos estudos organizacionais apenas para referir essa barreira sobre mulheres, mas, mais tarde, seu sentido foi ampliado para incluir outros grupos minorizados e para incluir as desigualdades interseccionais (Khraban, 2024). A metáfora do 'teto de vidro' potencialmente promove enfrentamentos para a promoção da diversidade visando à igualdade, no entanto Regine Bendl e Angelika Schmidt (2024) ressaltam, sobre essa metáfora, que, apesar de sua popularização na compreensão da desigualdade de gênero na ascensão profissional, seu poten-

cial gerador de consciência e mudança foi limitado. As autoras sustentam que a metáfora não conseguiu capturar outras forças em jogo. Biscaro e suas coautoras (2024) sugerem, nesse sentido, que essa metáfora espacial explicativa de uma barreira invisível funcionando como obstáculo para as carreiras das mulheres foi importante para o avanço de ações relacionadas ao tema da desigualdade em organizações, mas, ainda que tenha surtido algum efeito, não promoveu mudanças significativas capazes de carregar o seu uso como potencial para provocar novos pensamentos diante de crenças já institucionalizadas.

Em estudos do discurso, sabemos que a linguagem não reflete a realidade nem a produz diretamente, já que a relação de linguagem-sociedade é de natureza complexa. A referência à desigualdade (por exemplo, na metáfora) e seu debate não são suficientes para superar problemas sociais, claro, porque há interesses e poderes que sustentam a manutenção das desigualdades muito além da linguagem – embora o debate de um problema social seja potencialmente gerador de consciência e resistência, capazes de operar mudanças sistêmicas em contextos.

Nesse caso, se o uso da metáfora nas discussões das organizações não removeu a barreira invisível, pelo menos levou especialistas em estudos organizacionais à promoção de uma nova metáfora que lhes permitisse compreender as desigualdades sistêmicas de gênero a partir de uma perspectiva renovada, fora dos paradigmas conceituais e cognitivos existentes. Biscaro e coautoras (2025) argumentam, sobre isso, que uma metáfora capaz de captar as dinâmicas das desigualdades de gênero no mundo do trabalho precisaria ser espacialmente mais complexa. Isso porque as barreiras de gênero não são apenas um obstáculo "acima", como um 'teto de vidro', mesmo que pensemos em várias camadas de vidro acima, mas são constituídas por toda a estruturação das organizações, desde a fundação, tudo agindo como impedimento para o avanço na carreira.

Ao explicarem a diferença cognitiva entre o uso das duas metáforas, *glass ceilling* ('teto de vidro') e *firewall*[6], Silva e coautoras (2018, p. 123) afirmam que o 'teto de vidro' se refere a "barreiras invisíveis, focadas nas estruturas, que impediriam um grupo de pessoas de avançar para os postos mais altos da carreira", tendo, portanto, seu princípio significativo nas estruturas; já o *firewall* compreende "processos discriminatórios contra as mulheres e outros grupos nas organizações contemporâneas por meio de espaços virtuais mais flexíveis, que funcionariam sem ser percebidos". Seu sentido, então, expressa processos de controle sobre o que se permite passar, dando acesso ou não a redes e sistemas. O *firewall* bloqueia o acesso e limita qualquer ameaça interna ou externa para sustentar o domínio e o poder, ou qualquer acesso que ameace sua funcionalidade estrutural e sistêmica. A metáfora do *firewall* visualiza processos organizacionais em dimensões de poder que nos impedem de alcançar a igualdade de gênero, permitindo uma análise do fazer relacional e complexo das organizações – incluídas as universidades.

As duas metáforas têm muito em comum: ambas são conceituais, com fulcro em limites espaciais, e denotam impedimento, mas o teto de vidro restringe-se ao movimento ascendente, enquanto o *firewall*, se recuperado de seu sentido também metafórico em tecnologia da informação, parece capaz de abarcar outras dimensões para além das espaciais, capturando relações e processos de maneira mais eficiente. Pensando na relação entre as duas metáforas e a questão das violências contra mulheres nas universidades, a metáfora do *firewall* parece mais apropriada para a discussão dos abusos de poder contra mulheres docentes. Isso porque a metáfora do *firewall* sugere uma barreira *intencional*, *pré-definida* e *protegida* pela ordem patriarcal-capitalista-acadêmica.

6 O termo técnico *firewall* traduz-se literalmente em português como "parede de fogo" ou "corta-fogo". É, em si, uma metáfora ontológica de natureza espacial, portanto, que se refere, em TI, a um sistema de segurança que controla o tráfego de rede, protegendo contra acessos não autorizados.

No contexto acadêmico, a metáfora do 'teto de vidro' ressoa com a experiência de mulheres docentes que enfrentam dificuldades para ascender a cargos de liderança e bolsas de prestígio, mesmo quando têm qualificações equivalentes ou superiores às de seus colegas homens. Essa metáfora tem alta ressonância cultural, pois se encaixa em uma narrativa já bem estabelecida sobre desigualdade de gênero e estrutura hierárquica. No entanto, ela foca mais nas limitações à ascensão profissional do que no abuso estrutural e sistemático nas universidades. Na metáfora do *firewall*, o enquadramento é outro, menos convencional e, portanto, mais dissonante. Em lugar de uma barreira invisível e frágil (como o vidro), o *firewall* sugere uma barreira intencionalmente projetada para bloquear, filtrar e controlar. Aplicado à violência de gênero nas universidades, o *firewall* também representa estruturas institucionais e sistêmicas intencionais que filtram quais formas de violência são reconhecidas e legitimadas, quais dados são coletados e quais denúncias são levadas a sério (e quais não serão reconhecidas ou, mesmo sendo reconhecidas, não levarão a efeito).

Nosso objetivo é discutir o aspecto cognitivo e discursivo do silenciamento e a naturalização da violência de gênero estruturada nas universidades. Para isso, a metáfora do *firewall* nos parece mais disruptiva e produtiva do que a do 'teto de vidro', que se encaixa melhor em discussões sobre desigualdade de oportunidades, mas não aprofunda a discussão relacionada aos outros tipos de abuso ou assédio e às respostas institucionais aos casos denunciados. Nossas "contribuições para a pesquisa científica são paulatinamente desprezadas ou diminuídas" (Oliveira; Roque, 2024, p. 28), nossa participação diminui desproporcionalmente à medida que escalamos na carreira, a sub-representação de mulheres em algumas áreas científicas é palpável, e quando esses dados são cruzados com o percentual de mulheres negras e indígenas, ou mulheres trans, a situação é muito mais crítica. Reduzir o que enfrentamos na academia brasileira a sentidos de 'efeito tesoura' ou 'teto de vidro' não captura como comportamentos abusivos

se repetem e se somam a outras tantas violências de gênero, e, sobretudo, não captura os efeitos intencionais, estruturantes e sistêmicos da desigualdade.

A metáfora do *firewall* expande a discussão para confrontar a cultura científica misógina, denunciando mais enfaticamente a violência de gênero nas universidades, o que já tem sido feito por vários movimentos, institutos, grupos e associações no Brasil, em países da América-latina e em outros lugares do mundo. O *firewall* aponta mecanismos seletivos de controle e barreiras excludentes que impedem o reconhecimento das desigualdades geradoras de violências contra mulheres docentes, e as reações quase sempre limitadas e tímidas dos mecanismos institucionais de promoção da igualdade e enfrentamento da violência.

As metáforas que usamos para compreender esses processos institucionais e seus impactos sobre nossas experiências subjetivas importam, porque a elas subjaz um "viés implícito" socialmente construído e compartilhado como "informações (ou memórias) ativadas automaticamente, sem que percebamos, e que podem moldar e guiar nossas impressões, julgamentos, sentimentos e ações" (Oliveira; Roque, 2024, p. 64). Na abordagem sociocognitiva dos estudos críticos do discurso, isso se compreende no conceito de modelos que organizam o conjunto de crenças de um grupo epistêmico, o seu conhecimento compartilhado e suas atitudes como parte da cognição social, incluindo as ideologias do grupo, que operam por meio de uma construção elaborada, articulada e ativada de acordo com disputas de poder.[7]

7 Nas práticas acadêmicas, podemos identificar crenças compartilhadas, hierarquizadas e aprendidas que influenciam nossas relações. Por exemplo, sabemos que ao concorrer a oportunidades de fomento em pesquisa a produtividade será levada em conta na avaliação do mérito. Temos um modelo do evento referente à participação em edital e ao processo avaliativo correspondente. Entretanto, a maneira como nossa proposta será efetivamente avaliada depende de modelos de contexto: no momento de apreciação, com base em normas, valores, interesses institucionais, conhecimentos e crenças, certos aspectos poderão ser julgados mais relevantes na produção de pareceres. Foi o que aconteceu com a professora Maria Carlotto, da Universidade Federal do ABC (UFABC), que, em 2024, teve a maternidade citada em

A METÁFORA DO *FIREWALL*: CONTROLE COGNITIVO, DISCURSIVO E SOCIAL

Nas universidades operam os mesmos modelos sociais de contexto reforçados culturalmente na sociedade. Poderíamos pensar em uma espécie de barreira, trava, filtro, bloqueio, ou outra metáfora que, dentro do amplo leque de opções léxico-semânticas, pudesse fazer sentido da violência estrutural de gênero, mas a metáfora do *firewall*, como argumentamos na seção anterior, carrega outros sentidos além desses. Regine Bendl e Angelika Schmidt (2010) argumentam que a violência de gênero nas organizações precisa ser pensada a partir de um sistema estruturado de filtragem e exclusão, indo além da ideia de fixação de barreiras. A metáfora do *firewall* enfatiza, então, a necessidade de rever as práticas discursivas e sociais que sustentam essa estrutura ativa, bloqueada para algumas pessoas e de acesso facilitado para outras, com fluxos e controles estruturados e sistemáticos.

Como discutimos na seção anterior, as metáforas são fundamentais para a cognição humana, porque orientam maneiras como percebemos, interpretamos, compreendemos e interagimos com aspectos do mundo (Lakoff e Johnson, 1980). A metáfora do *firewall* nos permite dialogar com a proposta sociocognitiva dos estudos discursivos, se a entendermos também como um *firewall* cognitivo, para pensar esses mecanismos de controle funcionan-

um parecer do CNPq contrário à obtenção da bolsa de produtividade em pesquisa (PQ) a que ela concorria no Edital de 2023. O caso levantou debate e resultou no estabelecimento de novas diretrizes para pareceristas do CNPq. Leticia Oliveira e Tatiana Roque (2024, p.16) explicam: "Segundo a análise do parecerista, pesava o fato de a pesquisadora não ter realizado o pós-doutorado no exterior, o que poderia ter sido atrapalhado por suas gestações", um juízo de valor que só pode ser explicado por modelos estereotipados compartilhados pelo parecerista. Esse parecer ganhou repercussão negativa, que levou o CNPq a emitir uma nota admitindo a inadequação da avaliação e seu "valor preconceituoso", indo além, ao publicar diretrizes para pareceristas e ao anunciar novos critérios de julgamento para concessão de bolsas PQ, estendendo por dois anos o período de avaliação da produtividade científica da proponente para cada parto ou adoção ocorrida no prazo avaliativo estipulado para a chamada (sobre isso, ver também Ruano-Ibarra, Resende e Freitas, 2024).

do, inclusive, em termos da cognição social, nos estereótipos da socialização binária de gênero em um nível ideológico, perpassados pela história, pela cultura, pela economia, pela política, pela colonialidade e pelo discurso. Isso permite compreender e rebater algumas formas como interpretamos experiências abusivas e nos portamos em relação a elas, as decisões que tomamos sobre denunciar ou não, nossa (des)confiança na instituição e seus mecanismos de controle, nosso possível silêncio e isolamento, o reconhecimento de outras pessoas como aliadas (ou não).

Diferentemente de um *firewall* digital, o *firewall* cognitivo, isto é, os sentidos a partir dos quais interpretamos e compreendemos essas experiências de acesso e bloqueio, não pode ser simplesmente desativado ou desinstalado, precisa ser desconfigurado, para seguir na metáfora de tecnologia da informação. Essa (des) configuração dá-se na cultura, já que as metáforas não se limitam a modos individuais de compreensão, mas estão vinculadas ao que compartilhamos como cognição social – e isso significaria *desaprender* a forma como compreendemos a experiência da violência de gênero na universidade e agimos em relação a essa experiência, incluindo a ação individual, coletiva e institucional. Na perspectiva teórica que assumimos nos estudos do discurso, podemos dizer então que esse *firewall* funciona como um sistema de crenças naturalizadas que, além dos bloqueios verticais e horizontais que as demais metáforas usadas para interpretar as desigualdades de gênero na academia capturam, filtra o que é ou não reconhecido como violência, quem é ou não legitimada como sujeita acadêmica ou epistêmica, e quais formas de exclusão são (ou não são) percebidas como problemáticas.

Essa metáfora, então, desafia a ideia de que as barreiras de gênero são apenas obstáculos passivos ou naturais no ambiente acadêmico. Pelo contrário, sugere que a cultura acadêmica inclui mecanismos de exclusão que definem o que é visível e o que deve ser silenciado, escondido ou ocultado. Como resultado, a pers-

pectiva do *firewall* introduz um elemento de agência e controle institucional. Enfatiza também como a violência opera desde a entrada das mulheres na academia, afetando desde alunas de graduação até professoras e pesquisadoras seniores. Incide sobre o filtro social e institucional dos casos e experiências, decidindo quais violências serão reconhecidas e quais serão invalidadas.

Ativando sentidos do domínio da segurança digital, já que um *firewall*, no domínio fonte, refere ferramenta que protege um sistema ao bloquear acessos indesejados, a metáfora levanta sentidos de como o sistema universitário protege sua própria estrutura patriarcal-capitalista, impedindo que denúncias desestabilizem a ordem vigente, filtrando os casos de abuso que sequer são denunciados (pois a violência não chega, no âmbito sociocognitivo, a ser percebida como digna de denúncia, ou porque as mulheres interpretam e sentem que uma denúncia não surtirá efeito, ou pode até se voltar contra elas); os casos que, sendo denunciados, não alcançam efeitos na estrutura institucional (por ausência de mecanismos, falhas burocráticas ligadas à falta de normas específicas, ou proteção de agressores por seus pares); e os poucos casos que terão denúncia levada adiante. Nesse sentido, diferentes camadas do *firewall* acadêmico operam, por exemplo, a partir de: regras institucionais e burocracia (impedindo que denúncias avancem); cultura acadêmica (normalizando assédio e comportamentos abusivos); produção e acesso a dados (omitindo ou não criando políticas, equipamentos, mecanismos ou mesmo dados sobre violência contra docentes, especialmente desconsiderando a abordagem interseccional).

À luz dos estudos críticos do discurso de base sociocognitiva, em que a análise pressupõe uma relação intrínseca entre discurso, sociedade e cognição, a metáfora do *firewall* pode ser compreendida como expressão das ferramentas para o controle da cognição social, das representações sociais e uma estratégia eficaz para a manutenção do poder hegemônico. Nessa perspectiva, o

processo cognitivo funciona como mediador entre o discurso produzido e a sociedade que o produz e reproduz em representações de experiências sociais. Enquanto a cognição pessoal explica como as pessoas subjetivamente produzem e compreendem o discurso, a cognição social corresponde ao conjunto de conhecimentos, crenças, ideologias, atitudes construído e compartilhado socialmente (van Dijk, 2016).

Isso tem efeitos sociais e institucionais. Por exemplo, no âmbito das relações sociais, o grupo de docentes homens cis, hetero, brancos, de elites econômicas tende a compartilhar um conjunto organizado de crenças que lhes fornecem argumentos e discursos persuasivos quando se dirigem ao grupo de mulheres docentes, cis, brancas, hetero, de elites econômicas, e esses discursos e argumentos também fornecem bases cognitivas para que essas docentes interpretem as relações profissionais em que se engajam. Esses grupos, quando confrontados por diferenças interseccionais (de raça, classe, sexualidade, por exemplo), articulam a essas outras crenças sociais e atitudes vinculadas à experiência social com a colonialidade e o racismo sistêmico que caracteriza as relações sociais no Brasil. Portanto, quando falamos em violências contra mulheres docentes, quando chamamos atenção para a universidade como lugar onde a violência tem seus contornos particulares, não estamos pensando a questão fora dos eixos interseccionais (das encruzilhadas estruturantes de raça, etnia, classe social, gênero, geração, sexualidade), mas procuramos pensá-lo também à luz do conceito de interseccionalidade (ver Hollanda, 2020; e Hill Collins, 2022, entre outras) e não só como opressão, mas como resistência de mulheres docentes em seu ambiente profissional, em suas organizações e nucleações feministas, a exemplo do INCT Caleidoscópio.

As ideologias patriarcal, machista, misógina, sexista operam pela manutenção de modos de relação baseados em opressão, exploração, apropriação e expropriação a partir de crenças

compartilhadas socialmente armazenadas em nossa memória social. Não nos referimos a uma pessoa ou a experiências pessoais ou individuais, não nos referimos a um movimento, não nos referimos a um passado, não nos referimos ao poder social apenas, mas a um sistema social e cultural estruturado, sistêmico, ensinado, aprendido e apreendido, que permite as concessões percebidas nas experiências pessoais ou individuais. Trata-se de sistema que atua em vários setores da sociedade, se camufla e consegue se adaptar nas relações, e, por isso, tem contornos institucionais delimitados pelas práticas particulares, tais como as acadêmicas.

Os efeitos dessas crenças em sua face ideológico-discursiva acionam modelos duradouros, influenciando representações sociais que modulam crenças coletivas. É essa face ideológico-discursiva que incide sobre o compartilhamento de conhecimentos via discurso, reorganizando crenças (baseadas em machismo, patriarcado, sexismo, racismo, colonialidade) que afetam nossa percepção e entendimento sobre seu próprio funcionamento e as experiências consequentes. Não é fácil esquecer-se de crenças presentes por tanto tempo em nossos modelos sociais e que ainda alimentam nossa cultura, nossa sociedade e até colonizam nossa subjetividade. A metáfora do *firewall* como ferramenta de controle ideológico-discursivo-cognitivo, que age tanto na cognição social como na subjetividade, tem potencial explicativo para a compreensão das barreiras cognitivas e discursivas que regulam a circulação da informação sobre violências nas universidades, em geral, e dos abusos contra mulheres docentes, em particular.

No nível discursivo, a naturalização da violência contra mulheres docentes é frequentemente reforçada em justificativas individualizantes baseadas em conflitos interpessoais, incompetência, consequências da maternidade, falta de tempo para se dedicar integralmente à pesquisa e à produção, problemas

de relacionamento no trabalho. A repetição desses discursos pessoaliza a violência, tratando-a como individual, ou fortalece crenças que deslegitimam denúncias e reforçam a ideia de oposição binária, perdendo a complexidade de gênero e sexualidade, e de interseccionalidade.

Nesse debate, os estudos críticos do discurso em perspectiva sociocognitiva, feminista e intersecional podem contribuir com argumentos também na seara do discurso, apontando e criticando recursos linguísticos e processos narrativos que promovem desigualdade. Por exemplo, estratégias de eufemização e naturalização suavizam ou despolitizam a violência usando terminologia burocrática que isenta responsabilidades: casos de violência contra mulheres docentes são frequentemente discutidos em colegiados como "problemas de convivência", "divergências acadêmicas", "questões comportamentais", evitando recorrer a palavras como violência, abuso, misoginia, sexismo, assédio ou discriminação. Estratégias de *deslegitimação e silenciamento* também operam, invalidando denúncias e excluindo o tema da agenda acadêmica, nos questionamentos de credibilidade que atribuem reação "exagerada" ou "emocional", descrédito que mina o reconhecimento institucional e desestimula novas denúncias.

Efeitos ideológicos sobre a subjetividade podem provocar também silenciamento e autoexclusão, igualmente associados ao mecanismo de justificação pelo viés do "problema individual das docentes". Isso também opera sobre a provável subnotificação e a invisibilidade dessa esfera específica de violência contra mulheres docentes nos estudos e pesquisas, como mostrou a revisão bibliográfica realizada para a pesquisa pós-doutoral de que este capítulo decorre. A tendência ao silenciamento e a falta de percepção da violência como tal podem bloquear a verbalização da violência, levando docentes a questionarem suas próprias impressões e interpretações sobre o abuso sofrido. Principalmente quando os pares silenciam ou se manifestam com o "deixa isso

pra lá", "não vale a pena se aborrecer com fulano", "é melhor não mexer com isso", "você não tem medo de retaliação?", "não adianta denunciar, não dá em nada", "enfrentar o desgaste de um processo administrativo, tá doida?", entre tantas outras formas familiares de se dizer o mesmo.

A colonização da subjetividade e da interpretação de experiências pessoais pode fazer com que muitas docentes optem por se afastar de determinados espaços acadêmicos, solicitem afastamento de saúde ou outras modalidades de licença, busquem trocar de departamento, solicitem vacância, aposentadoria e até mesmo exoneração. Isso também reforça a sub-representação de mulheres (principalmente se forem mulheres negras ou não binárias) em cargos de poder. O efeito subjetivo também se observa na memória e no processamento de experiências: ao se negar, minimizar e naturalizar experiências de abuso contra mulheres docentes, provoca-se impacto na percepção individual e coletiva sobre as experiências, podendo acarretar falsa crença de que os episódios de violência sejam casos isolados e sem relevância acadêmica, política, social. Isso também pode impedir nossos pares de reconhecer um episódio como violento, levando ao silêncio conformista. Essa barreira é eficaz em termos cognitivos porque experiências de violência de gênero deixam de ser transmitidas como conhecimento compartilhado no contexto universitário, dificultando a formação de redes de reconhecimento e resistência.

Nesse sentido, o *firewall* opera na relação intrínseca entre subjetividade e percepção social, controlando a interpretação tanto dos episódios particulares de violência quanto da violência de gênero contra mulheres docentes como questão institucional. Assim, comportamentos abusivos, ou a experiência de sofrê-los, deixam de ser reconhecidos institucionalmente, o que dificulta que as próprias docentes percebam e denunciem a violência e que seus pares e demais membros da comunidade acadêmica

compreendam a violência como tal. Quando a violência simbólica e institucional não é reconhecida, deixa-se de criar políticas de enfrentamento e de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre discursos e crenças que bloqueiam o reconhecimento da natureza estrutural, sistêmica e institucional da violência contra mulheres docentes em universidades foi objetivo deste capítulo. Esses discursos e crenças, ao minimizar o comportamento abusivo e enquadrá-lo como individual ou pessoal, também colonizam reações – as nossas, quando "deixamos pra lá", e as das instituições, quando não põem em operação mecanismos eficientes de contenção. A metáfora do *firewall*, proposta nos estudos organizacionais, foi útil neste capítulo para pensar a violência, o abuso e o assédio como problemas sistêmicos no ambiente acadêmico, que, em sua relação com o patriarcado-capitalista, engendra estratégias de controle e mitigação.

Por exemplo, sua reconfiguração sistemática: quando uma falha é exposta (um caso de violência ganha repercussão), o sistema se reorganiza para continuar funcionando, e as respostas institucionais (protocolos burocráticos, comissões de sindicância, normativas) absorvem a crise sem desmantelar a estrutura que a gerou, algumas vezes, produzindo uma impressão de eficiência, outras nem isso. Se pensarmos no pacote conceitual que a metáfora de segurança digital mapeia, podemos dizer que, como em um *firewall* digital em que múltiplos componentes trabalham juntos para bloquear ameaças, nas universidades o bloqueio é fragmentado. Nunca se enfrenta um único adversário, mas um emaranhado de atores que se apresentam em normas institucionais, procedimentos burocráticos, comissões disciplinares e discursos que diluem a responsabilização direta.

Em camadas de proteção, o *firewall* constitui uma rede de filtros intencionais em níveis distintos: do discurso à política institucional, da cultura acadêmica ao direito. Quando uma camada é ameaçada (por exemplo, um debate sobre equidade de gênero ganha força), outra entra em ação para minimizar os impactos (como a criação de programas simbólicos que não alteram efetivamente a estrutura de poder). O que torna essa estrutura eficiente é que ela não se apresenta como barreira formal ou óbvia, mas como sistema sofisticado e descentralizado, que opera sub-repticiamente. Casos que poderiam ameaçar a estrutura são silenciados, apagados ou arquivados, enquanto outras narrativas são preservadas para dar a ilusão de progresso (por exemplo, as universidades podem exibir políticas de diversidade enquanto protegem agressores influentes).

A normalização do comportamento abusivo não apenas impede denúncias de avançarem, mas modula a própria percepção do que é ou não aceitável. Assim, estabelece o que pode ser reconhecido como abuso e o que é apenas "dinâmica acadêmica", "rigor intelectual" ou "conflito interpessoal". Isso opera, para Indianara Silva (2025), uma dupla injustiça: hermenêutica e testemunhal. A injustiça hermenêutica nos faz desconfiar de nossa própria experiência ("foi isso mesmo ou entendi mal?") e a injustiça testemunhal põe em dúvida, no âmbito institucional, o testemunho de mulheres que sofrem comportamentos abusivos decorrentes de misoginia no ambiente de trabalho.

Alguns aspectos desse *firewall* cognitivo incluem bloqueio a determinados questionamentos antes mesmo que eles se formem, já que muitos comportamentos abusivos não são percebidos como tal, porque são interpretados como parte da cultura institucional. E, muitas vezes, quando a denúncia é, enfim, formulada, redireciona-se a ameaça: interpreta-se a denunciante como origem do problema ("ela exagerou"), ou o contexto ("isso foi um mal-entendido"), ou até mesmo a própria

estrutura acadêmica ("o sistema é ruim para todos, não apenas para mulheres"). Exemplos são abundantes, é provável que a leitora possa puxar alguns de memória.

Esse sistema também se adapta às mudanças discursivas, captando novos vocabulários sem alterar suas configurações profundas. As universidades podem absorver os léxicos de diversidade, equidade e inclusão, próprios dos movimentos sociais, sem que isso as leve a reconfigurar privilégios interseccionais. A presença de algumas mulheres em cargos altos ou a existência de políticas de gênero funciona como exceções estratégicas, reforçando a ideia de que não há um problema estrutural.

Nomear e reconhecer como sistema estruturado as múltiplas violências que sofremos é também ato de resistência; não um ato que diminui o significado da palavra violência, mas que o expande e o amplia no sentido de permitir debate e reflexão. Cada vez que sofremos violência que não pode ser caracterizada como tal no âmbito de nossas relações acadêmicas, por não atender ao critério da legislação, do regimento, da norma, estamos diante de um problema, a nosso ver, ainda maior. É preciso nomear, compreender e reconhecer para resistir.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, M. del P. T. Metáfora como categoria epistemológica e analítica. *In:* RESENDE, V. M.; ARAÚJO, C. L. (Orgs.). **Discurso e pobreza**. Campinas (SP): Pontes, 2018. p. 13-44.

BAETA, M. Misoginia en el mundo científico: cultura androcentrista. **Estudios Culturais:** Unidad de Estudios Culturales, Universidad de Carabobo, 2015. p. 71-84.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, 2014, p. 449-469.

BENDL, R.; SCHMIDT, A. From 'Glass Ceilings' to Firewalls' – Diferrent Metaphors for Describing Discrimination. *In:* **Gender, Work and Organization,** v. 17, n. 5. Blackwell Publishing Ltd., p. 612-634, 2010.

BENDL, R.; SCHMIDT, A. Firewall metaphor. *In*: **Elgar Encyclopedia on Gender in Management**. Cheltenham, Reino Unido: Esward Elgar Publishing, p. 169-171, 2025.

Biscaro, C.; Bruni, E.; Cornelissen, J.; & Oswick, C. Metaphor and Organization Studies: Going Beyond Resonance to Further Theory and Practice. **Organization Studies**, 0(0), p. 01- 48, 2025. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/01708406251314572. Acesso em: 2 mar. 2025.

CASTRO, A. de. Violência nas instituições de ensino. *In*: Violência nas universidades: o acolhimento às vítimas e enfrentamento às violências de gênero e raça. **Boletim Jurídido Nacional 2**, 2023, p. 30-33. Disponível em https://cefd.ufes.br/sites/cefd.ufes.br/files/field/anexo/boletim_nacional_fordan_e_parcerias_2023.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

CHARTERIS-BLACK, J. **Corpus approaches for critical metaphor analysis**. London: Palgrave, 2004.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. Bem mais que ideias. São Paulo: Boitempo, 2022.

CUNHA, R.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C. Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq. **Saúde Debate**, v. 45, n. especial 1, 2021, p. 83-97.

DALLAPICULA, C. **Violência de gênero na docência:** moral, hierarquia e poder na universidade pública. Tese Doutorado. 205f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 2023.

DANCYGIER, B. Figurativeness, conceptual metaphor, and blending. *In:* SEMINO, E.; DEMJEN, Z. **The Routledge Handbook of Metaphor and Language**. Londres: Routledge, 2016, p. 28-41.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. MAGALHÃES, I. (Trad.). Brasília (DF): Editora UnB, p. 316, 2001 [1992].

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FURLIN, N.; GRAUPE, M.; GRAUPE, E. (Orgs.). **Violências de gênero nas universidades:** prevenção e enfrentamento. Joaçaba (SC): Editora Unoeste, 2024. Disponível em https://www.unoesc.edu.br/wp-content/uploads/2024/08/Cartilha-Violencias-de-genero-nas-universidades-prevencao-e-enfrentamento-1-1.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

GOMES, M. C. A. *et al.* (Orgs). **Práticas sociais, discurso, gênero social**. Explanações sobre a vida social. Curitiba: Appris, 2020.

GOUVÊA, T. G.; FIÚZA, A. L. de C. Desigualdade de gênero na carreira docente: fatores intervenientes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 18, n. especial, 2023, p. 1-27.

HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

KHRABAN, T. Gender Metaphors: is women's career path a sisyphean task? *In*: **Humanities sciences current issues,** n. 78(2), 2024, p. 39-48.

LAGARDE, M. "El género", fragmento literal: 'La perspectiva de género'. *In*: **Género y feminismo**. Desarrollo humano y democracia, 2018.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAZAR, M. M. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. *In*: **Critical Discourse Studies,** vol. 4, n. 2, 2007, p. 141-164.

LIMA, R. B.; FERNANDES, M. A produção científica brasileira sobre a violência contra as mulheres nas universidades. **Cuadernos de Educación Y Desarrollo**, v. 16, n. 6, 2024, p. 01-23.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 22(3), 2014.

MIES, M. **Patriarcado y acumulación:** a escala mundial. Traficante de Suenõs. Madrid, 2018.

MINELLA, L. S. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cad. Pagu**, Campinas, n. 40, jun. 2013. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645072. Acesso em: 8 abr. 2025.

MOSCHKOVICH, M.; ALMEIDA, F. Desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil. **Dados:** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, 2015, p. 749-789.

OLIVEIRA, Letícia de; ROQUE, Tatiana (Orgs.). **Mulheres na ciência: o que mudou e o que ainda precisamos mudar**. Rio de Janeiro: Oficina/Faperj, 2024.

PEDRAZA, T. de A.; AHUMADA, C. V. Patriarcado Y capitalismo académico. La reproducción de las violencias. *In*: **Educación no sexista**. Hacia una real transformación. Red Chilena contra la violencia hacia las mujeres, Santiago, Chile, 2016.

RUANO-IBARRA, E. del S.; RESENDE, V. de M. A sub-representação da autoria de mulheres na bibliografia de disciplinas de ensino superior. **Revista Brasileira de Pós-graduação** (RBPG), Brasília, v. 18, n. especial, p. 1-31, 2022.

RUANO-IBARRA, E.; RESENDE, V. de M.; FREITAS, C. R. Análise do encadeamento discursivo de publicização de parecer científico em chamada para bolsas de produtividade. **13º Fazendo Gênero**. ST 182: Os desafios das Iniquidades, Desigualdades e Violências Interseccionais de Gênero e Sexualidade nas Universidades. Florianópolis, 2024.

SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. **Violência de gênero contra mulheres:** suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: Edufba, 2016.

SCOT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, n. 20(2), p. 71-99, 1995.

SEGATO, R. **Contra pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SEGATO, R. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

SILVA, I. **II Seminário do Observatório Caleidoscópio**. Abril de 2025. Disponível em: https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/. Acesso em: 15 dez. 2025.

SILVA, F. F. da; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Revista Ciência & Educação**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wNkT5PBqydG95V9f4dJH4kN/. Acesso em: 4 mar. 2025.

TOMAZI, M. M.; ROCHA, J. A representação social sob a perspectiva sociocognitiva dos estudos críticos do discurso. *In*: **Percursos em Linguística:** teorias, abordagens e propostas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p.133-166.

TOMAZI, M. M.; NATALE, R. [Des]caminhos da violência de gênero no Brasil: discurso, mídia e repressentação social. *In:* **Passado, presente e futuro dos estudos do discurso na América Latina**. Brasília: UnB, v. 1, 2015, p. 136-155.

UGALDE, D. C. R. El género como dispositivo de poder: un análisis a partir de tres órdenes patriarcales. **Revista Estudos Feministas**, n. 31 (2), 2023.

VAN DIJK, T. A. **Society and discourse**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Orgs.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto:** uma abordagem sociocognitiva. ILARI, R. (Trad.). São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. Discurso e cognição na sociedade. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 19, n. 1, 2015. p. 19-52.

VAN DIJK, T. A. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, v. 11,

n. 2, p. 199–229, 2017. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1750481317691838. Acesso em: 3 abr. 2025.

VAN DIJK, T. A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), p. 8-29, 2016. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/23189. Acesso em: 15 dez. 2025.

VELHO, L. Prefácio. *In*: SANTOS, L. W. dos; ICHICAWA, E. Y.; CARGANO, D. de F. (Orgs.). **Ciência, tecnologia e gênero:** desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: Iapar, 2006. p. 13-18.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de Discurso (para a) crítica:** o texto como material de pesquisa. 2. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2016.

VIEIRA, V. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. *In*: RESENDE, V. (Org.) **Decolonizar os estudos do discurso**. Campinas (SP): Pontes Editores, 2019. p. 83-116.

UMA CARTA E UM POEMA: OS ANOS DE CHUMBO FLAGRADOS POR LENTES FEMININAS INDÍGENAS

Beth Brait
(PUC-SP/CNPq)

Paulo Rogério Stella
(Ufal)

PARA NÃO ESQUECER[1]

> "Ao receber das mãos dignas de V. Exa. esta simbólica faixa presidencial, sinto-me duplamente honrado, não só pela insigne distinção que me é conferida, de exercer a suprema magistratura da Nação, mas ainda por me caber prosseguir a notável obra de governo que V. Exa., com aplauso geral dos brasileiros, vem de realizar nestes últimos quatro anos portentosos. A Nação ganhou inabalável confiança em si mesma, avançando a largos passos para seu grande destino que nada mais deterá. A integração territorial, velho sonho intermitente de séculos, afirmou-se defini-

1 Este texto é resultado do minicurso "Pensamento Bakhtiniano/análise dialógica: diretrizes teórico-metodológicas e práticas", oferecido durante o XI Colóquio e V Instituto Aled Brasil – Discurso. Relações Raciais. Mudança social, ocorrido na Universidade Federal da Bahia, entre 26 e 29 de novembro de 2024. Aproveitamos a oportunidade para agradecer o convite feito pela Comissão Organizadora do evento, na pessoa da profa. dra. Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva, que fez uma cuidadosa leitura deste capítulo, com sugestões muito pertinentes. Assinalamos, ainda, que a temática aqui escolhida está contemplada no projeto "Discursos de existência, inclusão e (in)visibilidade, perspectiva dialógica", apoiado pelo CNPq, Proc. 305623/2023-0, do qual Beth Brait é coordenadora e Paulo Rogério Stella e Adriana Pucci são integrantes.

> tivamente através de milhares de quilômetros de estradas que rasgaram a hinterlândia quase deserta e demandaram, afoitas, os confins mais longínquos desta pátria imensa.
> Laços mais fortes de integração social, objetivando aplainar desníveis regionais e injustas disparidades entre grupos sociais diversos, reforçam cada dia mais a solidariedade nacional das cidades aos campos, desde o Amapá ao Chuí e das barreiras atlânticas ao vasto arco fronteiriço do interior distante"[2].

Essas palavras, proferidas em discurso de posse à Presidência da República, poderiam ter sido ditas por qualquer defensor da democracia ou dos direitos humanos que assume o poder. Nesse caso, entretanto, elas fazem parte do discurso de posse do presidente Ernesto Geisel. Ele proferiu seu discurso em 15 de março de 1974, dando continuidade a um longo período ditatorial no Brasil. Os anos correspondentes à presidência de Geisel, 1974-1978, foram marcados por pequenos acenos em direção ao estado de direito democrático e muitos retornos ao estado ditatorial pelo qual o país estava passando.

O período, definido em discurso pelo próprio presidente como de "distensão política 'lenta, gradual e segura'", em direção à abertura política e ao restabelecimento do estado de direito, de fato, não aconteceu. De acordo com Ricardo Muniz e Júlia Ferraz (2020, p. 48-9), o presidente Geisel, apoiado por Agusto Pinochet, no Chile, e pela "esposa do presidente norte-americano Richard Nixon", assume o governo em meio a uma ditadura já "dando sinais de exaustão". Apesar de ter dito em discurso à nação que promoveria um processo lento e gradual para a abertura política, mantém-se no poder e estabelece seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo.

2 BRASIL. Casa Civil. Biblioteca da Presidência da República. **Discurso proferido na transmissão de poder, em 15 de março de 1974, no Palácio do Planalto.** Disponível em: https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/02.pdf/view. Acesso em: 18 abr. 2025.

Esse movimento de idas e vindas é decorrência do fato de que, nas eleições para deputados e senadores, acontecida "apenas três meses depois" de ter proferido seu discurso de abertura, o resultado do processo eleitoral com propaganda livre prega um susto na cúpula do poder ditatorial. "O partido do governo, a Arena, leva um banho do MDB na eleição para deputados estaduais, federais e senadores" (Muniz; Ferraz, 2020, p. 48-9).

Um ano após a proposta da distensão, o presidente recua explicitamente. Em 1º de agosto de 1975, discursa novamente em rede nacional, dizendo que "muito se tem publicado e discutido sobre a 'distensão', atribuindo-se ao governo intenções que absolutamente não correspondem à realidade" (Muniz; Ferraz, 2020, p. 49). E continua sua fala, afirmando que "o governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe". Ainda de acordo com Ricardo Muniz e Júlia Ferraz (2020, p. 49), "inicia-se assim uma série de prisões e torturas que desembocam nas mortes do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, e do metalúrgico Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976".

O período ditatorial termina finalmente em 1985, e, anos após, especificamente entre 2013 e 2014, arquivos da CIA, relativos ao período ditatorial no Brasil, foram abertos e enviados aos órgãos governamentais brasileiros. Entre os documentos encontrados, há um memorando do então diretor da organização americana, W. E. Colby, dirigido ao secretário de Estado Henry Kissinger. Colby afirma que, "em 1º de abril, o presidente Geisel disse ao general Figueiredo, então ministro-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação), que a política deveria continuar, mas que deveriam tomar grande cuidado para que somente os subversivos perigosos fossem executados (Foreign Relations of the United States)[3].

3 Nossa tradução do original em inglês: "On 1 April, President Geisel told General Figueiredo that the policy should continue, but that great care should be taken to make certain that only dangerous subversives were executed" In: FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969-1979, Volume E-11, Part 2, Documents on South America, 1973-1976. Document 99. Disponível em: https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99. Acesso em: 18 abr. 2025.

Esse período da história brasileira, brevemente descrito, em especial, o ano de 1975, constitui o contexto histórico, político e social dos textos aqui trabalhados. O foco de discussão e reflexão recai sobre aqueles que, segundo o discurso presidencial, situam-se no projeto governamental de "aplainar desníveis regionais e injustas disparidades entre grupos sociais diversos" (BRASIL, 1974, p. 1) – os povos minoritarizados[4]. Trata-se, especificamente, dos povos originários, que deveriam estar sob a proteção do "Estatuto do Índio", documento promulgado no ano de 1973, que "regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional" (BRASIL, 1973).

Segundo Westin (2023, p. 1), o "Estatuto do Índio" foi promulgado em decorrência de pressões internacionais, pois o "Brasil vinha sendo acusado no exterior de genocídio dos povos originários". Em outras palavras, o documento tinha como objetivo oferecer uma resposta aos órgãos internacionais, pois, "no entender dos militares, a nova lei neutralizaria as denúncias que eram reiteradamente feitas por jornais, políticos e organismos estrangeiros (Westin, 2023, p. 1). Certamente, a proposta do "Estatuto do Índio" era uma resposta no papel, mas não nas ações concretas realizadas pelas autoridades em relação aos povos originários.

Eduardo Viveiros de Castro (2015), acerca do problema histórico dos povos minoritarizados no Brasil, afirma que

> O fato é que os donos do Brasil, de ontem e de hoje, odeiam o Brasil que ainda não conseguiram destruir, transformandoo em mero suporte espacial de transgênicos envenenados de agrotóxicos e fertilizantes

4 Utilizamos o termo "minoritarizados" para indicar o que Marilda Cavalcanti (1999) define como um grupo majoritário, juntamente, com pretos e pardos, que são considerados minorias do ponto de vista político, em que o "branco tem o privilégio simbólico da brancura" (Bento, 2016, p. 28).

> sintéticos, ou em pasto para um gado entupido de hormônios e antibióticos, como odeiain aqueles povos brasileiros que ainda não conseguiram apagar do mapa, transformando-os em mão de obra escrava para nossos modernos latifúndios, ou em carne de canhão da subeconomia de serviços das grandes cidades, lixo humano a ser incinerado pela polícia "pacificadora" das favelas (Castro, 2015, p. 11).

Essa breve digressão histórica poderia incluir muitos outros tópicos que expõem as contradições em relação às inúmeras populações indígenas, suas identidades, suas terras, suas culturas materiais e imateriais. Esse é caso do Projeto de Emancipação do Índio; da Ocupação da Amazônia; do II Plano Nacional de Desenvolvimento: integração, desenvolvimento e ocupação da região; da transformação da Amazônia numa fornecedora de matérias-primas e insumos para a economia nacional e internacional, assim como da industrialização e modernização da região; e do *grande impacto sobre população indígena: perda de suas terras e a imposição de uma nova forma de* vida; das violações aos Direitos dos Povos Indígenas; da demarcação de terras; das denúncias relativas à invasão de reservas indígenas; da resistência por parte da sociedade civil. A esses aspectos e com o objetivo de dar protagonismo ao *corpus* estabelecido para este capítulo, mobilizaremos a *perspectiva dialógica-discursiva*, trazida pelos escritos de Bakhtin e o Círculo, e, mais especificamente, pelos procedimentos metodológicos sugeridos por Volóchinov (2017, p. 220; itálicos nossos):

> A língua vive e se forma historicamente [...] na comunicação discursiva concreta [...].
> Disso decorre que a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos de *interação discursiva em sua relação com as condições concretas*; 2) forma dos enunciados ou discursos verbais singulares em sua

> *relação estreita com a interação* da qual são parte, isto é, os *gêneros dos discursos* verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual.

Antes de analisar os dois enunciados que motivam este trabalho, acrescentaremos mais um aspecto teórico, trazido por M. Bakhtin, que, a nosso ver, complementa a proposição metodológica de Volóchinov, ajudando-nos a entender o objeto da perspectiva dialógica:

> [...] *temos em vista o discurso*, ou seja, *a língua em sua integridade concreta e viva* e não *a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso*. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por este motivo as nossas análises [...] podem ser situadas na *metalinguística*[5], subentendendo-a como um estudo [...] daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da linguística. *As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a linguística e devem aplicar os seus resultados. A linguística e a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se. Na prática, os limites entre elas são violados com muita frequência* (Bakhtin, 1981: p.157; itálicos nossos).

5 Ponderamos que a sugestão de uma *metalinguística* está contemplada nos estudos discursivos contemporâneos brasileiros e que, em certa medida, estão designados como Análise Dialógica do Discurso/ADD.

Feitas essas observações teórico-metodológicas, podemos afirmar que nosso *corpus* de estudo foi buscado nesse espaço-tempo do descaso, da discriminação, do extermínio – do genocídio –, caracterizadores dos anos de chumbo. As duas produções escolhidas colocam-se, de maneiras diversas e singulares, em diálogo polêmico não apenas com esse falacioso e perverso discurso oficial, do qual as palavras de Geisel são a metonímia perfeita, mas também com as ações perpetradas contra os povos originários.

Consideraremos, portanto, dois enunciados pertencentes a dois gêneros discursivos, um artístico e outro não, como formas e tipos de *interação discursiva em sua relação com as condições concretas* acima resumidas, determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica.

Os dois textos[6] têm em comum a autoria feminina indígena[7] e o ano em que foram escritos: 1975. O primeiro é uma carta/notícia assinada por Andila Inácio Kaingáng, indígena, educadora, escritora, ativista em direitos humanos, liderança indígena reconhecida desde os 17 anos por sua luta em prol da educação escolar do povo Kaingáng[8]. Essa carta, Andila Inácio escreveu ao então presidente da República, Ernesto Geisel, político e militar brasileiro, que foi o 29º presidente do Brasil e quarto presidente da ditadura civil militar brasileira. Nela, a autora faz um apelo ao mandatário da nação, com a finalidade de ver cumprida, mais uma vez, a promessa de demarcação das terras Caigangue no Rio

6 O termo *texto* será tomado, conforme a perspectiva dialógica (Bakhtin, 2016, p. 71-107), no sentido de materialidade sígnica de um *enunciado concreto*, mas que, no diálogo com essa materialidade, aciona-se o conhecimento sobre o enunciado (Bakhtin, 2016, p. 23-69) ou busca-se construir esse conhecimento. Daí a alternância entre "texto" e "enunciado".

7 Esse trabalho é um dos resultados parciais do projeto de pesquisa (CNPq/Proc. 305623/2023-0) "Discursos de existência, inclusão e (in)visibilidade: perspectiva dialógica", já mencionado. Uma das vertentes temáticas volta-se justamente para a figura da mulher indígena como autora, como personagem, como protagonista de importantes enunciados artísticos e não artísticos.

8 Ver tese sobre a autora e a carta, Cartas Indígenas ao Brasil. Disponível em: https://cartasindigenasaobrasil.com.br/biografia/andila-inacio-kaingang/. Acesso em: 21 abr. 2025.

Grande do Sul. O pedido de socorro expõe a situação em relação à invasão das terras por agricultores, o abandono pelas autoridades, a perda territorial, física, moral e a situação limítrofe em que se encontravam.

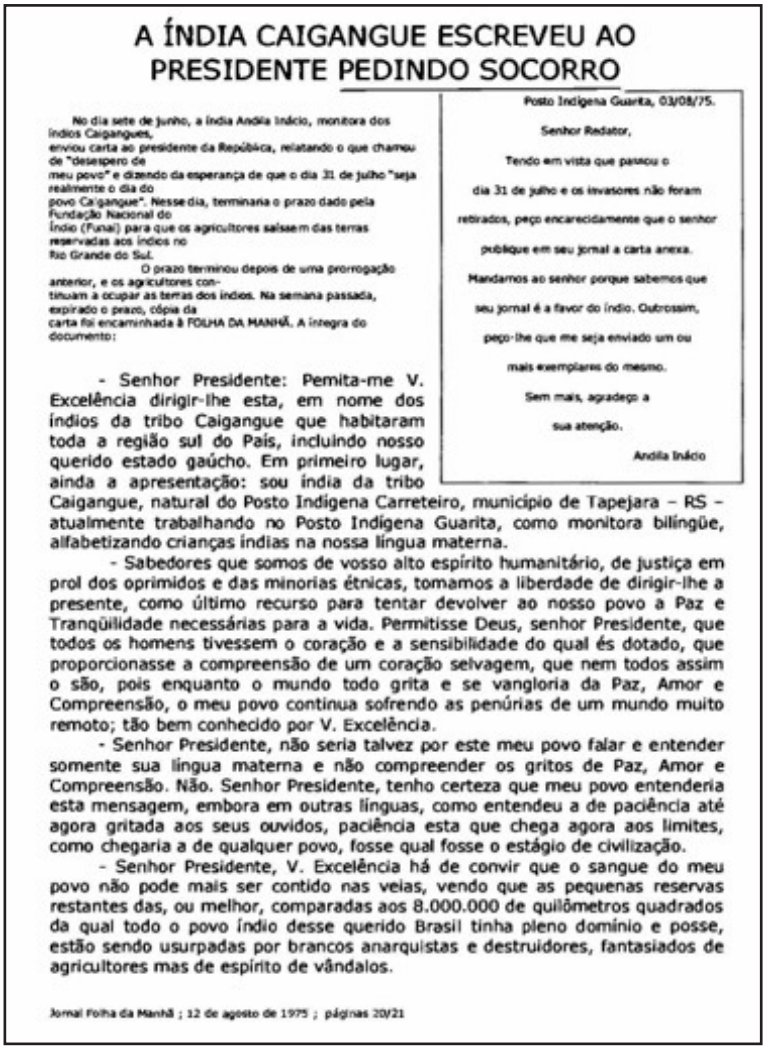
Como a promessa não é cumprida, a carta motiva uma notícia de jornal, a pedido da autora, recebendo o seguinte título: "A índia caigangue escreveu ao presidente pedindo socorro" (*Jornal Folha da Manhã*, 12 de agosto de 1975, p. 20) [índia Andila Inácio, monitora dos índios Caigangues]. Desse modo, amplia-se seu alcance e sua função de denúncia.

O segundo é o poema intitulado "Identidade indígena", de autoria da reconhecida escritora indígena Eliane Potiguara, ativista, professora, poeta, empreendedora social e defensora dos direitos humanos, que se distingue, ainda, por sua função de embaixadora da Paz pela Organização das Nações Unidas (ONU) e fundadora do Grupo Mulher-Educação Indígena (Grumin). Esse poema encontra-se comentado pela intelectual indígena Graça Graúna, em "Identidade indígena: uma leitura da diferença", introdução à obra **Metade cara, metade máscara** (2004, p. 18-21), de Eliane Potiguara.

Este capítulo está dividido em duas partes, além desta introdução, das considerações finais e das referências. A primeira parte, intitulada "Andila Inácio, seu *eu/nós* e seus *outros*", lança um olhar sobre a carta-notícia do ponto de vista da interação discursiva entre enunciadora, indígena da tribo Caigangue, e o presidente Geisel, seu interlocutor direto, e, ainda, a expansão da interação, incluindo os leitores do jornal. A segunda parte intitula-se "A poeta, *metade cara, metade máscara*" e propõe-se a mostrar, em um gênero artístico, a maneira como o contexto histórico, geográfico, cultural, do *pequeno tempo*, aqui circunscrito, articula-se com o *grande tempo*, incluindo a ancestralidade e suas formas de permanência, que entra para o poema e é por ele indiciada. E, nesse universo, como a identidade é pensada pelo eu

e seu constitutivo eu/nós, na vida e na arte, nas relações com os interlocutores, os tantos/outros que a circundam, como mulher indígena escritora.

Andila Inácio, seu eu/nós e seus outros



A ÍNDIA CAIGANGUE ESCREVEU AO PRESIDENTE PEDINDO SOCORRO

No dia sete de junho, a índia Andila Inácio, monitora dos índios Caigangues, enviou carta ao presidente da República, relatando o que chamou de "desespero de meu povo" e dizendo da esperança de que o dia 31 de julho "seja realmente o dia do povo Caigangue". Nesse dia, terminaria o prazo dado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para que os agricultores saíssem das terras reservadas aos índios no Rio Grande do Sul.

O prazo terminou depois de uma prorrogação anterior, e os agricultores continuam a ocupar as terras dos índios. Na semana passada, expirado o prazo, cópia da carta foi encaminhada à FOLHA DA MANHÃ. A íntegra do documento:

Posto Indígena Guarita, 03/08/75.

Senhor Redator,

Tendo em vista que passou o dia 31 de julho e os invasores não foram retirados, peço encarecidamente que o senhor publique em seu jornal a carta anexa.

Mandamos ao senhor porque sabemos que seu jornal é a favor do índio. Outrossim, peço-lhe que me seja enviado um ou mais exemplares do mesmo.

Sem mais, agradeço a sua atenção.

Andila Inácio

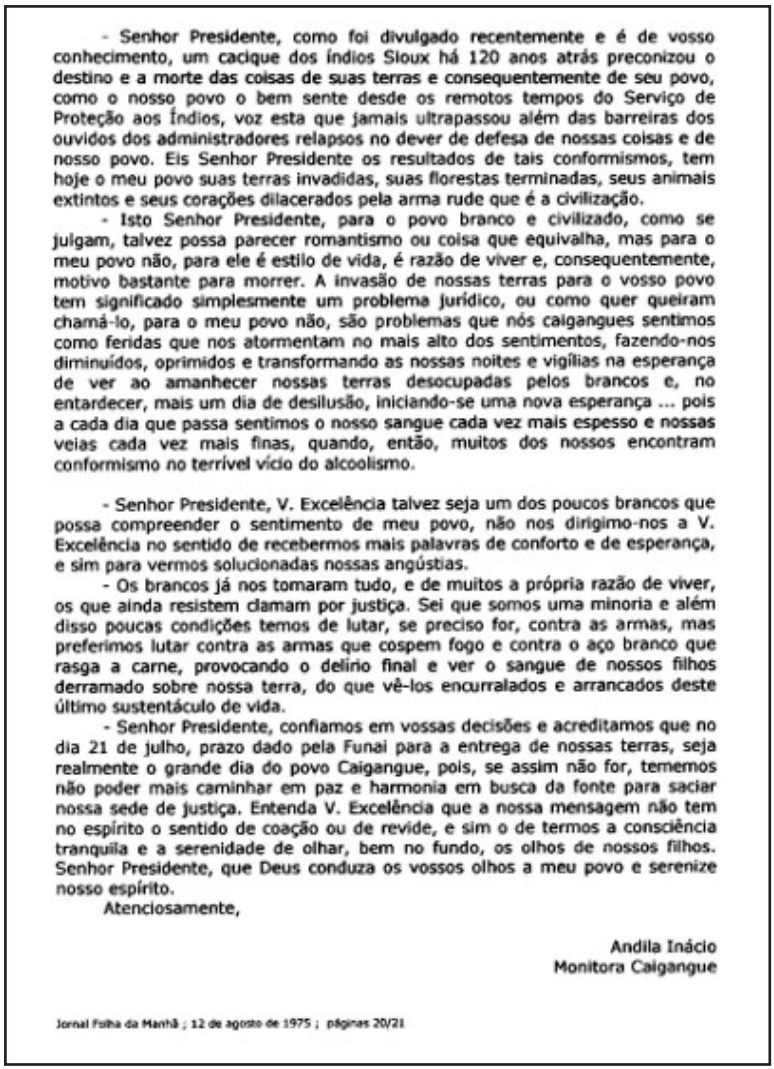
- Senhor Presidente: Pemita-me V. Excelência dirigir-lhe esta, em nome dos índios da tribo Caigangue que habitaram toda a região sul do País, incluindo nosso querido estado gaúcho. Em primeiro lugar, ainda a apresentação: sou índia da tribo Caigangue, natural do Posto Indígena Carreteiro, município de Tapejara – RS – atualmente trabalhando no Posto Indígena Guarita, como monitora bilíngüe, alfabetizando crianças índias na nossa língua materna.

- Sabedores que somos de vosso alto espírito humanitário, de justiça em prol dos oprimidos e das minorias étnicas, tomamos a liberdade de dirigir-lhe a presente, como último recurso para tentar devolver ao nosso povo a Paz e Tranqüilidade necessárias para a vida. Permitisse Deus, senhor Presidente, que todos os homens tivessem o coração e a sensibilidade do qual és dotado, que proporcionasse a compreensão de um coração selvagem, que nem todos assim o são, pois enquanto o mundo todo grita e se vangloria da Paz, Amor e Compreensão, o meu povo continua sofrendo as penúrias de um mundo muito remoto; tão bem conhecido por V. Excelência.

- Senhor Presidente, não seria talvez por este meu povo falar e entender somente sua língua materna e não compreender os gritos de Paz, Amor e Compreensão. Não. Senhor Presidente, tenho certeza que meu povo entenderia esta mensagem, embora em outras línguas, como entendeu a de paciência até agora gritada aos seus ouvidos, paciência esta que chega agora aos limites, como chegaria a de qualquer povo, fosse qual fosse o estágio de civilização.

- Senhor Presidente, V. Excelência há de convir que o sangue do meu povo não pode mais ser contido nas veias, vendo que as pequenas reservas restantes das, ou melhor, comparadas aos 8.000.000 de quilômetros quadrados da qual todo o povo índio desse querido Brasil tinha pleno domínio e posse, estão sendo usurpadas por brancos anarquistas e destruidores, fantasiados de agricultores mas de espírito de vândalos.

Jornal Folha da Manhã ; 12 de agosto de 1975 ; páginas 20/21



- Senhor Presidente, como foi divulgado recentemente e é de vosso conhecimento, um cacique dos índios Sioux há 120 anos atrás preconizou o destino e a morte das coisas de suas terras e consequentemente de seu povo, como o nosso povo o bem sente desde os remotos tempos do Serviço de Proteção aos Índios, voz esta que jamais ultrapassou além das barreiras dos ouvidos dos administradores relapsos no dever de defesa de nossas coisas e de nosso povo. Eis Senhor Presidente os resultados de tais conformismos, tem hoje o meu povo suas terras invadidas, suas florestas terminadas, seus animais extintos e seus corações dilacerados pela arma rude que é a civilização.

- Isto Senhor Presidente, para o povo branco e civilizado, como se julgam, talvez possa parecer romantismo ou coisa que equivalha, mas para o meu povo não, para ele é estilo de vida, é razão de viver e, consequentemente, motivo bastante para morrer. A invasão de nossas terras para o vosso povo tem significado simplesmente um problema jurídico, ou como quer queiram chamá-lo, para o meu povo não, são problemas que nós caigangues sentimos como feridas que nos atormentam no mais alto dos sentimentos, fazendo-nos diminuídos, oprimidos e transformando as nossas noites e vigílias na esperança de ver ao amanhecer nossas terras desocupadas pelos brancos e, no entardecer, mais um dia de desilusão, iniciando-se uma nova esperança ... pois a cada dia que passa sentimos o nosso sangue cada vez mais espesso e nossas veias cada vez mais finas, quando, então, muitos dos nossos encontram conformismo no terrível vício do alcoolismo.

- Senhor Presidente, V. Excelência talvez seja um dos poucos brancos que possa compreender o sentimento de meu povo, não nos dirigimo-nos a V. Excelência no sentido de recebermos mais palavras de conforto e de esperança, e sim para vermos solucionadas nossas angústias.

- Os brancos já nos tomaram tudo, e de muitos a própria razão de viver, os que ainda resistem clamam por justiça. Sei que somos uma minoria e além disso poucas condições temos de lutar, se preciso for, contra as armas, mas preferimos lutar contra as armas que cospem fogo e contra o aço branco que rasga a carne, provocando o delírio final e ver o sangue de nossos filhos derramado sobre nossa terra, do que vê-los encurralados e arrancados deste último sustentáculo de vida.

- Senhor Presidente, confiamos em vossas decisões e acreditamos que no dia 21 de julho, prazo dado pela Funai para a entrega de nossas terras, seja realmente o grande dia do povo Caigangue, pois, se assim não for, tememos não poder mais caminhar em paz e harmonia em busca da fonte para saciar nossa sede de justiça. Entenda V. Excelência que a nossa mensagem não tem no espírito o sentido de coação ou de revide, e sim o de termos a consciência tranquila e a serenidade de olhar, bem no fundo, os olhos de nossos filhos. Senhor Presidente, que Deus conduza os vossos olhos a meu povo e serenize nosso espírito.

Atenciosamente,

Andila Inácio
Monitora Caigangue

Jornal Folha da Manhã ; 12 de agosto de 1975 ; páginas 20/21

Fonte:https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Carta-ao-Presidente.pdf.

No que se refere à forma do enunciado, temos contato, de fato, com enunciado verbo-visual NOTÍCIA a respeito de uma carta, publicada pelo *Jornal Folha Manhã*, que, inevitavelmente, estabelece uma interação discursiva híbrida, resultado de duas

esferas de produção e circulação imbricadas: a da carta e a do jornalismo impresso.

A carta de uma indígena ao presidente da República, ou seja, de Andila Inácio para Ernesto Geisel, como gênero *carta formal* tem, de forma explícita, como remetente, a enunciadora (Andila Inácio), e, como destinatário, o interlocutor (o presidente Ernesto Geisel). A notícia, por sua vez, traz uma cópia da carta, enviada por Andila Inácio ao redator do *Jornal Folha da Manhã*, com o pedido de publicação. Essa carta, que motiva a notícia e torna-se, portanto, o centro desse enunciado concreto, amplia a *interação discursiva*, que inclui nova forma de produção, de circulação e de recepção, passando os leitores do jornal a pertencer ao auditório a quem a carta se dirige. Isso significa novos discursos circulando na produção de sentidos e efeitos de sentido.

Observa-se que o projeto verbo-visual discursivo do *enunciado notícia* inclui um título em maiúsculas, em fonte maior que o restante do texto, que ocupa um espaço de grande destaque: "A ÍNDIA CAIGANGUE ESCREVEU AO PRESIDENTE PEDINDO SOCORRO". Essa manchete é, a um só mesmo tempo, informativa e apelativa, captando a atenção do leitor e transmitindo, de forma breve e impactante, a informação mais relevante do texto. Na sequência, há dois blocos visualmente em destaque: à esquerda, o relato do acontecido, as informações sobre a carta. À direita, circundada por uma borda e avançando quatro linhas o espaço da carta, portanto o constituindo, a solicitação de publicação por parte da autora.

Além de ter acesso às informações fornecidas pelo relato mencionado, o leitor (ou a pessoa leitora) do jornal pode ler o texto da carta, principal motivo na notícia, em sua totalidade. Observa-se que o conteúdo da carta está organizado por meio de uma forma composicional que abarca tanto o estilo do gênero – carta formal de solicitação ou pedido, que implica, de imediato, as escusas do remetente por dirigir-se a uma autoridade, e a

apresentação formal desse remetente – como o estilo individual da enunciadora, como se verá ao longo das reflexões. Trata-se de carta composta por nove parágrafos, contendo sequências que implicam uma interação discursiva formal, ou seja, entre interlocutores de diferentes estratos sociais, culturais e hierarquicamente distanciados. E como é possível perceber isso no texto, assim como as manobras argumentativas feitas pela enunciadora para driblar a "subserviência" constitutiva da relação desigual entre ela e seu interlocutor?

A enunciadora (sujeito discursivo) assume, por sua maneira de construir o enunciado-carta, um lugar axiológico, um centro de valores, como sugere a perspectiva dialógica, abrindo espaço, por meio de formas reiteradamente respeitosas e aparentemente empáticas, para o *outro*, um destinatário-leitor, que vai sendo desenhado, presumido, como sujeito discursivo, como centro de valores. Nesse sentido, vários elementos caracterizadores desse "pedido de socorro" vão instalando os dois universos axiológicos e, necessariamente, a prevista tensão existente entre eles.

Atente-se, por exemplo, para a repetição do vocativo, *Senhor Presidente* e do pronome de tratamento *Vossa Excelência* com os quais a enunciadora se dirige a seu interlocutor, e que estão estrategicamente repetidos e colocados na maioria dos parágrafos: Senhor Presidente (1º; 2º; 3º, duas vezes; 4º; 5º, duas vezes; 6º; 7º; 9º, duas vezes) V. Excelência (1º; 2º; 3º; 4º; 7º, duas vezes; 9º).

O primeiro parágrafo inicia-se por Senhor Presidente, um vocativo com um grau de formalidade genérico, respeitoso, e imediatamente é alternado com Vossa Excelência, pronome de tratamento com o qual devemos nos dirigir a uma alta autoridade, bem mais formal, assumindo um tom reverencial. Nos demais parágrafos, vamos vendo que essa alternância acontece, sistematicamente, imprimindo, pela repetição excessiva, uma significativa tonalidade valorativa ambígua, bivocal, que, por um lado, expõe uma aparente qualificação do interlocutor, aquele a

quem se destina o pedido de socorro, e, por outro, vai tecendo um diálogo polêmico com o falacioso discurso oficial, do qual esse interlocutor é a autoridade máxima.

Esse aspecto se reforça, e ganha visibilidade, com o uso dos pronomes que circunscrevem os dois universos discursivos em polêmica interação. O da enunciadora, trazido pelos pronomes em primeira pessoa do singular e do plural, em várias de suas formas – (eu), me, meu, nós, nossa, nossas, nosso, – explícitos ou marcando tempos e pessoas verbais – sabedores, sentimos, fazemo-nos –, os quais trazem para dentro do texto não apenas a voz da enunciadora, como individualidade qualificada, mas, especialmente, o povo por ela representado e do qual faz parte: "sou *índia da tribo Caigangue*, natural do Posto Indígena Carreteiro, município de Tapejara – RS, atualmente *trabalhando* no Posto Indígena Guarita, como *monitora bilíngue, alfabetizando crianças índias na nossa língua materna*", como se comprova já no primeiro parágrafo. E, também, desde o primeiro parágrafo, o universo do interlocutor (presidente do Brasil, autoridade militar), configurado a partir do pronome de segunda pessoa do singular e do plural, ou terceira usada como segunda: vosso/vossa/sua/lhe.

Assim sendo, as oposições, as diferenças existentes entre esses dois universos e as formas de opressão de um sobre o outro vão se constituindo e se explicitando, a partir de uma sólida e refinada argumentação, que traz os centros de valores de cada um, acentuados pela tonalidade progressiva dos supostos encontros e, especialmente, dos irreconciliáveis e históricos desencontros desses dois universos: o dos povos originários e o dos brancos colonizadores.

Logo no início da carta, o pronome *nosso* está presente na sequência "Permita-me V. Excelência dirigir-lhe esta, em nome dos índios da tribo Caigangue que habitaram toda a região sul do País, incluindo *nosso querido estado gaúcho*". Embora seja uma referência explícita e afetiva à localização das terras do povo Caigangue/

Kaingang (podendo ser preenchido com a enunciadora e seu povo), também diz respeito à terra natal do presidente Geisel, nascido em Bento Gonçalves (RS). Isso traz um primeiro argumento apelativo, que, pela bivocalidade (*nosso* dos caigangues e do presidente), indicia uma forma de estabelecer um elo de proximidade entre a enunciadora, a etnia Caigangue e o interlocutor.

Mas essa proximidade vai se diluindo entre claras oposições presentes ao longo dos demais parágrafos. Esse é o caso de *língua*, que aparece como argumento qualificativo da enunciadora, o que traz, para dentro do texto, os discursos desqualificadores dos indígenas, a partir de sua língua. Na apresentação de si mesma, ela não apenas afirma ser monitora bilíngue, fluente na língua de seu povo e na do interlocutor, mas também professora de "nossa língua materna". E esse não é o único momento em que a língua aparece com força argumentativa. Em outros momentos, o discurso sobre a língua de seu povo, e, necessariamente, de outras etnias, é mobilizado pela enunciadora para mostrar como os não indígenas a utilizam como argumento de desqualificação dos indígenas. Eles afirmando que, por dominarem apenas "sua língua materna", são incapazes de compreender o mundo.

E aí vemos a habilidade da enunciadora que, por meio da introdução do tema "outras línguas", expõe diferentes referentes para a expressão, incluindo as contradições dos discursos que circulam, caso das falácias linguageiras tanto dos discursos globalizados sobre determinados valores como do oficial, do qual seu interlocutor primeiro é o representante maior. Para perceber esse refinado jogo argumentativo, basta olhar/ouvir dois parágrafos: parte do segundo "[...] enquanto o mundo todo grita e se vangloria da *Paz, Amor e Compreensão*, o meu povo continua sofrendo as penúrias de um mundo muito remoto; tão bem conhecido por V. Excelência", e o terceiro:

> – Senhor Presidente, não seria talvez por este meu povo falar e entender somente sua língua materna e não compreender os gritos de *Paz, Amor e Compreensão*. Não. Senhor Presidente, tenho certeza que meu povo entenderia esta mensagem, embora em outras línguas, como entendeu a de paciência até agora gritada aos seus ouvidos, paciência esta que chega agora aos limites, como chegaria a de qualquer povo, fosse qual fosse o estágio de civilização.

A primeira coisa que chama a atenção é a maneira como a enunciadora traz, tanto no segundo, como no terceiro parágrafos, a ironia perversa existente entre o discurso da *Paz, Amor e Compreensão*, gritado pelo mundo e que entra em seu discurso como citação indireta, metonímica, da canção "(O que há de tão engraçado em) paz, amor e compreensão" [(*What's So Funny'Bout*) *Peace, Love, and Understanding*], escrita pelo cantor e compositor inglês Nick Lowe, em 1974, bastante conhecida naquele momento (muito citada ao longo dos tempos) e que se refere ao contraste entre a propagada combinatória "paz, amor e compreensão" dos anos 1970 e um mundo perverso, em que toda esperança parece perdida, especialmente para os grupos minoritarizados, do qual os Caigangues fazem parte.

Retomando o tema, no parágrafo seguinte, ela responde a esse preconceito, negando a ideia corrente de que é por falar e entender somente a sua língua que o seu povo não compreende a mensagem da "paz, amor e compreensão" que chega por meio de "outras línguas (caso do inglês e, mesmo, do português). Na verdade, esse era um dos argumentos para explicar a razão da não aceitação, por parte dos povos originários, da separação entre civilizados e selvagens, da assimilação, da aculturação, dos processos "colonizadores" para transformar os diferentes em iguais aos assimiladores, mas, evidentemente, em condições inferiores. E, indo além, amplia e metaforiza a ideia de "outras línguas", expandindo

o sentido para o fato de que seu povo, "embora em outras línguas, [...] entendeu a de *paciência* até agora gritada aos seus ouvidos, paciência esta que chega agora aos limites, como chegaria a de qualquer povo, fosse qual fosse o estágio de civilização".

Da mesma maneira incisiva e argumentativamente sofisticada, as diferenças entre os dois universos de valores (o dos povos originários, aqui representados pelos Caigangues, e dos brancos, representado pela autoridade política máxima), os dois pontos de vista sobre o mundo, vão assumindo o tom de tensão prestes a se tornar confronto, também por meio das qualificações ao destinatário primeiro da carta, presidente Ernesto Geisel, possibilitando aos leitores da notícia (e, também a nós, passados 50 anos) reconhecer a bivocalidade das afirmações.

Ou seja, embora de forma velada, essas aparentes qualificações se liquefazem ao ser confrontadas com o discurso oficial (incluindo o da posse do presidente, sujeito das qualificações e, também, das contradições), suas falácias e dissimulações, como demonstram as ações contra os povos originários. Trechos como "vosso alto espírito humanitário, de justiça em prol dos oprimidos e das minorias étnicas", "que todos os homens tivessem o coração e a sensibilidade do qual és dotado", "V. Excelência talvez seja um dos poucos brancos que possa compreender o sentimento de meu povo" são seguidos, no próprio texto, nos discursos oficiais e nos demais que nele circulam, pela contradição entre palavras e ações. Se o presidente parece poupado das perversidades, o fato de ser o representante dos "brancos civilizados" necessariamente o constitui como um deles. Quando a enunciadora traz para sua denúncia os "brancos anarquistas e destruidores, fantasiados de agricultores, mas de espírito de vândalos", "os remotos tempos do Serviço de Proteção aos Índios, voz esta que jamais ultrapassou além das barreiras dos ouvidos dos administradores relapsos no dever de defesa de nossas coisas e de nosso povo", "Os brancos já nos tomaram tudo", ela evidencia a cumplicidade de seu destinatário.

E as últimas palavras, presentes no penúltimo e no último parágrafo, se, por um lado, colocam a autoridade branca como a última possibilidade de verem suas terras demarcadas, também explicitam o estado de ânimo dos Caigangues e os objetivos da carta:

> [...] preferimos lutar contra as armas que cospem fogo e contra o aço branco que rasga a carne, provocando o delírio final e ver o sangue de nossos filhos derramado sobre nossa terra, do que vê-los encurralados e arrancados deste último sustentáculo de vida.
> – Senhor Presidente, confiamos em vossas decisões e acreditamos que no dia 21 de julho [1975], prazo dado pela Funai para a entrega de nossas terras, seja realmente o grande dia do povo Caigangue, pois, se assim não for, tememos não poder mais caminhar em paz e harmonia em busca da fonte para saciar nossa sede de justiça. Entenda V. Excelência que a nossa mensagem não tem no espírito o sentido de coação ou de revide, e sim o de termos a consciência tranquila e a serenidade de olhar, bem no fundo, os olhos de nossos filhos. Senhor Presidente, que Deus conduza os vossos olhos a meu povo e serenize nosso espírito.

Finalizamos essa leitura afirmando que essa carta/notícia, que se concretiza como um pedido de socorro e como denúncia da política ditatorial contra o povo Caigangue, traz uma voz feminina indígena, ao mesmo tempo, singular e coletiva (eu/nós), que faz circular discursos pertencentes a dois universos em confronto (o dos brancos e o dos povos originários), dando visibilidade à resistência possível naqueles anos de chumbo. E que permanece, *mutatis mutandis*, válida e viva até nossos dias.

A POETA ELIANE POTIGUARA, *"METADE CARA, METADE MÁSCARA"*

A partir daqui, daremos início à leitura de um poema, portanto um gênero artístico que, também pela via de uma voz feminina indígena, insere a complexa questão da identidade indígena, das alteridades aí envolvidas e dos centros de valores aí implicados, situando-a no mesmo momento histórico-social-cultural trazido pela carta de Andila, datado do mesmo ano da carta/notícia. Concordando com a ideia de que diferentes gêneros do discurso, segundo a perspectiva discursiva dialógica, constituem diferentes pontos de vistas sobre o mundo, possibilitando, pelo projeto discursivo (nesse caso poético), olhares diferentes e diferenciados, veremos que, pelo tratamento dado à linguagem, um *eu poético/personagem-pessoa*, definido desde a dedicatória (Em memória de meus avós) e o sublinhar do ponto de vista (Versão indígena) como *coletivo*, amplia o espaço-tempo das reflexões, articulado entre o passado, o presente e o futuro dos povos originários.

IDENTIDADE INDÍGENA
Em memória de meus avós, escrito em 1975
(Versão indígena)

Nosso ancestral dizia: Temos vida longa!
Mas caio da vida e da morte
E range o armamento contra nós.
Mas enquanto eu tiver o coração aceso
Não morre a indígena em mim
E nem tampouco o compromisso que assumi
Perante os mortos
De caminhar com minha gente passo a passo
E firme, em direção ao sol
Sou uma agulha que ferve no meio do palheiro
Carrego o peso da família espoliada

Desacreditada, humilhada
Sem forma, sem brilho, sem fama.

Mas não sou eu só
Não somos dez, cem ou mil
Que brilharemos no palco da História.
Seremos milhões, unidos como cardume
E não precisaremos mais sair pelo mundo
Embebedados pelo sufoco do massacre
A chorar e derramar preciosas lágrimas
Por quem não nos tem respeito
A migração nos bate à porta
As contradições nos envolvem
As carências nos encaram
Como se batessem na nossa cara toda hora.
Mas a consciência se levanta a cada murro
E nos tornamos secos como o agreste
Mas não perdemos o amor.
Porque temos o coração pulsando
Jorrando sangue pelos quatro cantos do universo
Eu viverei 200, 500 ou 700 anos
E contarei minhas dores para ti
Oh! Identidade
E entre um fato e outro
Morderei tua cabeça
Como quem procura a fonte da tua força
Da tua juventude
O poder da tua gente
O poder do tempo que já passou
Mas que vamos recuperar.
E tomaremos de assalto moral
As casas, os templos, os palácios
E os transformaremos em aldeias de amor
Em olhares de ternura
Como são os teus, brilhantes, acalentante identidade
E transformaremos os sexos indígenas

Em órgãos produtores de lindos bebês guerreiros do futuro
E não passaremos mais fome
Fome de alma, fome de terra, fome de mata
Fome de História
E não nos suicidaremos
A cada século, a cada era, a cada minuto.
E nós, indígenas de todo o planeta,
Só sentiremos a fome natural
E o sumo de nossa ancestralidade
Nos alimentará para sempre
E não existirão mais úlceras, anemias, tuberculoses
Desnutrição
Que irão nos arrebatar
Porque seremos mais fortes que todas as células
Cancerígenas juntas
De toda a existência humana
E os nossos corações?
Nós não precisaremos catá-los aos pedaços mais do chão!
E pisaremos a cada cerimônia nossa
Mais firmes
E os nossos neurônios serão tão poderosos
Quanto nossas lendas antigas
Que nunca mais tremeremos diante das armas
E das palavras e olhares dos que "chegaram e não foram".
Seremos nós, doces, puros, amantes, gente e normal!
E te direi identidade: Eu te amo!
E nos recusaremos a morrer,
A sofrer a cada gesto, a cada dor física, moral e espiritual.

Nós somos o primeiro mundo!

Aí queremos viver pra lutar

E encontro força em ti, amada identidade!
Encontro sangue novo para suportar esse fardo
Nojento, arrogante, cruel...
E enquanto somos dóceis, meigos
Somos petulantes e prepotentes
Diante do poder mundial
Diante do aparato bélico
Diante das bombas nucleares.

Nós, povos indígenas,
Queremos brilhar no cenário da História
Resgatar nossa memória
E ver os frutos de nosso país, sendo divididos
Radicalmente /
Entre milhares de aldeados e 'desplazados'
Como nós.
(Potiguara, 2004, p. 102-104).

Ao tratar da relação da palavra com a vida, Volóchinov (2019, p. 117) aponta para o fato de que "a palavra na vida não é autossuficiente. Ela surge da situação cotidiana extraverbal e mantém uma relação muito estreita com a vida. Mais do que isso, a palavra é completada diretamente pela própria vida e não pode ser separada dela sem que seu sentido seja perdido".

Essa afirmação, que, sem dúvida, diz respeito à carta de Andila Inácio Kaigang, agora introduz a leitura do poema de uma das mais importantes escritoras da contemporaneidade: Eliane Potiguara. Sua biografia e sua obra, que podem ser conferidas em seu *site* oficial https://www.elianepotiguara.org.br/, além de muitos outros lugares, ganharam mais um importante e significativo espaço na obra **Literatura é território:** poéticas femininas em movimento (Costa, 2024), recentemente publicada. É desse livro que recortamos alguns excertos para estabelecer a marcante presença do período ditatorial na vida de Eliane.

No capítulo dois, item 2.1 "Aspectos da biografia de Eliana Potiguara" (p. 111) destaca-se:

> Eliane Potiguara comentou sobre a posição dela e do marido [o cantor Taiguara], no contexto da ditadura: Eu sei que a gente sempre esteve beirando aquela linha da morte, pelo processo da Ditadura Militar, por eu ser indígena e por eu ter casado com uma pessoa que também era perseguida. Não sei se vocês sabem, mas o Taiguara é de origem Charrua, indígena do Uruguai. O Taiguara não é brasileiro. E a Ditadura pensava que a gente estava se juntando para derrubar o poder. Eles pensavam isso. A gente até estava, realmente, com um pensamento dessa grande revolução do proletariado e tudo mais (Potiguara, 2019, p. 25-26; apud Costa, p. 111).

Na mesma obra, que vai demonstrando a imersão de Eliane no universo ancestral, a experiência de reencontro com suas raízes, a participação no movimento de luta e resistência indígena e, também, "a forma violenta como se defrontou com as forças antagônicas, sofreu prisão, violência sexual e ameaças de morte" (Costa, p. 113) e a suspensão temporária de suas atividades como escritora e como militante.

> Para não prejudicar a imagem histórica, política e social de um povo, teve de se calar na época, sendo levada pela Polícia Federal, na frente de seus filhos, como se fora uma assassina. Teve de depor na Procuradoria do Estado, na época do Governo Fernando Collor, e retirar-se, constituindo, assim, um ato de respeito e desapego à história de seu povo, após uma ação de solidariedade internacional do Pen Club da Inglaterra e da organização social denominada Escritores na Prisão, que defendiam os Direitos

> Humanos e seus países (Potiguara, 2018, p. 28, *apud* Costa, 2024).

Se a biografia e as palavras de Eliane Potiguara nos explicam as duras consequências sofridas por ela nos anos de chumbo e até mesmo nas décadas seguintes, demonstrando sua singularidade existencial de um ponto de vista ético, especialmente em relação ao pertencimento aos povos originários e as agruras e os sofrimentos aí implicados, o poema "Identidade indígena", por sua vez, traz a poeta indígena, a autora criadora. O conceito de autor(a)-criador(a) implica um acabamento artístico ocasionado pela palavra esteticamente trabalhada. Isso significa que tempos, espaços, vivências e singularidades são estetizadas na obra e, mesmo podendo ter relação direta com a vida, ganham um acabamento (artístico) capaz de instaurar contempladores-leitores em tempos e lugares distintos. Em outras palavras, esses valores, vivências e singularidades dizem respeito não apenas ao pequeno tempo, ou seja, no tempo em que a escrita do poema se deu, mas também no grande tempo, ou seja, em leituras posteriores feitas por outros contempladores-leitores situados em outras épocas. No caso desse poema, o olhar do contemplador contemporâneo vivifica o passado, a ancestralidade constitutiva da identidade indígena, presentificando-a e projetando-a para o futuro.

Nesse sentido, as leituras possíveis, as aberturas e entradas oferecidas por esse poema (assim como muitos outros textos narrativos, poéticos, de Eliane) são muitas. Escolhemos uma delas que, tecida por versos, estrofes, ritmos, sonoridades construtoras de plasticidade, expõem pontos de vista, valores, perspectiva axiológica em relação à *identidade indígena*. E que, em princípio, denominamos *personagens*, enunciados ou indiciados pelos pronomes "eu", "tu", "nós", "eles", explícitos, assim como seus equivalentes, trazidos por meio de tempos e pessoas verbais, dentre outras formas de mobilizar os "entes" que constituem esse universo estético-existencial e suas relações, tendo como objetivo

dar forma, materialidade, conteúdo à identidade indígena, que também se faz "personagem/protagonista".

Bakhtin (2017, p. 41), ao expor o fato de que o sentido é "potencialmente infinito", coloca-nos diante da questão do *outro*, já que os sentidos somente podem se movimentar no tempo e no espaço por meio das atualizações produzidas no encontro em um "eu" e seu "outro". Desse modo, os sentidos, concretizados nas palavras utilizadas pelos interlocutores em interação, renovam-se, garantindo não somente a evolução das línguas, mas também a perenidade desses mesmos sentidos por meio das palavras que os carregam. Em outras palavras,

> O sentido é potencialmente infinito, mas só pode atualizar-se em contato com outro sentido (*do outro*) (...). Ele sempre deve contatar com outro sentido para revelar os novos elementos de sua perenidade (como a palavra revela seus significados somente em contexto) (...). Não pode haver sentido "em si! – ele só existe para outro sentido, isto é, só existe com ele (Bakhtin, 2017, p. 41-42).

Para compreendermos esse processo relacional de produção de sentidos, vamos observar duas relações que se estabelecem no poema. A primeira diz respeito ao movimento em direção aos sentidos produzidos pelo par "eu-tu", enquanto o segundo diz respeito ao par "nós-eles". No primeiro movimento de construção do sentido para o par "eu-tu", a *personagem*, que se institui como "eu lírico/poético/narrativo" no poema, apresenta-se como alguém que escreve "em memória" dos avós e tem o "coração aceso"; é "indígena" e é "uma agulha que ferve no palheiro". Também se diz alguém que carrega "o peso da família espoliada, desacredita, humilhada que, ainda assim, "encontra sangue novo para viver o fardo, nojento, arrogante, cruel". Essa personagem constitui-se com base num "tu", identificado pelo vocativo "Oh! Identidade",

brilhante, "acalentante", "amada". Essa Identidade, grafada com letra maiúscula, é a personagem a quem "eu" contará as "dores", e buscará a fonte de força e de poder, dizendo, "E entre um fato e outro; Morderei tua cabeça; Como quem procura a fonte da tua força; Da tua juventude; O poder da tua gente".

No segundo movimento, começa a construção de sentido para o par "nós-eles". Após clamar pela Identidade, a personagem utiliza a primeira pessoa do plural, "nós", para expressar como ela mesma e a Identidade se constituem, remetendo-se primeiramente à ancestralidade, "nosso ancestral dizia: Temos vida longa". Posteriormente, estabelece que são "milhões, unidos como cardume" e, apesar das diversidades, continuam vivos, "porque temos o coração pulsante", "jorrando sangue pelos quatro cantos do universo". Na mesma direção desse movimento, introduz pela primeira vez o termo "indígenas", dando materialmente o contorno de sentido que faltava para si e para a Identidade: "E transformaremos os sexos indígenas/Em órgãos produtores de lindos bebês guerreiros do futuro", e, reafirmando pela segunda vez essa identidade, diz: "E, nós, indígenas de todo o planeta". Em seguida, faz a seguinte pergunta: "E os nossos corações?", a que responde: "Nós não precisaremos catá-los aos pedaços mais do chão!", "E pisaremos a cada cerimônia nossa" "Mais firmes". Nesse processo identitário, inclui as "lendas antigas" que constituem os indígenas e os fazem fortes a ponto de se recusarem a morrer, "nos recusamos a morrer". E, pela terceira vez, evoca a identidade indígena e ancestralidade, dizendo "nós, povos indígenas", "queremos brilhar no cenário da história", "resgatar nossa memória". Termina a construção de sentidos para si e para a Identidade, trazendo para o poema os "milhares de aldeados e 'desplazados como nós'", incluindo-os todos na mesma luta, com o objetivo de "ver os frutos de nosso país sendo divididos radicalmente".

A pergunta que fica é: contra quem é essa luta dos indígenas, 'desplazados' e aldeados? A resposta encontra-se no

outro lado do par "nós-eles". Esses "eles" são aqueles que infringem sofrimento a outros. No poema, são descritos como os que massacram e rangem "o armamento contra nós"; que não têm "respeito"; que constroem "as casas, os templos, os palácios". E, para tanto, precisam destruir o outro, porque têm fome "de alma, fome de terra, fome de mata, fome de História". São aqueles que disseminam "úlceras, anemias, tuberculoses, desnutrição" pelo contato indiscriminado com as populações indígenas da floresta. São aqueles que detêm o "poder mundial, diante do aparato bélico, diante das bombas nucleares".

- EU-TU-NÓS EM OPOSIÇÃO A ELES

Os sentidos produzidos pelo poema remetem-nos a dois lugares significativos. O primeiro deles refere-se à construção realizada, primeiramente, pela relação entre a *personagem* que diz "eu" e um "tu" a que denomina Identidade, qualificando-a como identidade indígena, englobando também outros grupos minoritarizados, intitulados 'desplazados' e camponeses. Ao mesmo tempo que estabelece esse vínculo de sentido, a personagem traz valores que remetem à ancestralidade, à luta pela sobrevivência, à luta contra as doenças. Evoca pressupostos de uma vida saudável, livre, em paz, estabelecendo valores a respeito dos quais é impossível discordar. Afasta-se, assim, daqueles cujos valores apontam para a destruição, morte e doenças. Ao vincular "eu" ao "tu" e ao "nós", distanciando-os do "eles", deixa-nos todos, pertencentes à "existência humana", em uma encruzilhada, em um beco sem saída: ou optamos pela vida ou seguimos apoiando aqueles detentores do "poder mundial". Qual é nossa escolha?

Todos esses valores não nos chegam de maneira meramente informativa. Conforme nossa leitura (e outras também confirmariam isso), a produção de sentidos vai se dando pela forma como a poeta vai articulando essas relações, com palavras

mais fortes, mais afetivas, mais agressivas, sonoramente mais ou menos agradáveis, com uma sintaxe que obedece ao ritmo das relações, dos espaços, dos tempos. A força extrema do conteúdo que constitui o poema e dos sentidos que vão sendo produzidos estão necessariamente realizados pelo tratamento poético conferido por Eliane Potiguara. Tanto nesse poema como nos demais escritos de Potiguara, a potência da voz feminina não apenas questiona a representação da mulher indígena na sociedade não indígena, mas expõe sua potencialidade existencial, ética e estética.

ESBOÇO DE UMA MOMENTÂNEA CONCLUSÃO

Conforme Bakhtin (2016, p. 29) nos ensina, "os limites de cada enunciado concreto como unidade da comunicação discursiva são definidos pela alternância dos sujeitos do discurso". Assim, todo enunciado concreto "tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados dos outros; depois do seu término, os enunciados responsivos dos outros". Tratamos aqui de dois textos, dois enunciados concretos, com seus limites, inicial e final, bem delineados. No limite inicial, temos as autoras indígenas tomando a palavra e colocando-se em seu tempo e espaço; no limite final; temos nós, situados em nossa contemporaneidade, respondendo aos enunciados produzidos.

São dois textos de diferentes gêneros, de autoria feminina indígena, escritos no mesmo ano de 1975 e que têm em comum a denúncia contra o regime ditatorial brasileiro. As autoras, por diferentes caminhos, diferentes gêneros, diferentes objetivos, enfrentam os discursos e ações oficiais contra os povos originários, estabelecendo interações discursivas em que o "eu"/"nós" se opõe ao "eles", sujeitos de diferentes universos, de pontos de vista, de valores, de visões de mundo, na vida e na arte.

Bakhtin, em **O autor e a personagem na atividade estética** (2023) e em **Para uma filosofia do ato responsável** (2010),

ajudou-nos a refletir acerca da construção das personagens em relação ao autor-criador, isto é, em relação àquele que produz uma obra artística. Primeiramente, a noção de autor-criador do texto é complementada e ampliada pela noção de contemplador. Isso quer dizer que o autor-criador, que se propõe à produção de uma obra, inclui, nos valores tratados na obra, os valores circulantes em seu horizonte de valores, histórico, ideológico e social, em interação com os horizontes de seus leitores (os contempladores da obra), entendidos como seus interlocutores visados ou previstos pela obra. Desse modo, o autor-criador de uma obra é também o autor-contemplador dessa mesma obra.

Nas palavras de Bakhtin (2023, p. 124), "o *todo* estético não se covivencia, mas é criado de maneira ativa (tanto pelo autor como pelo contemplador; nesse sentido, admite-se dizer que o espectador covivencia a atividade criadora do autor)". Em outras palavras, o autor-criador de uma obra tem na sua escrita o gérmen do outro, do contemplador-leitor, que acessará a obra e a ela responderá ativamente. Esse processo se complementa por meio das relações que se estabelecem entre autor-contemplador e personagens. As personagens, independentemente do plano de valores em que circulam, estão submetidas ao plano de valores do autor-contemplador (e do contemplador-leitor visado), que se encontra em posição exotópica em relação à própria obra. Na obra, as personagens estão envoltas

> Pelo contexto estético unificante e que afirma os valores, do autor-artista e contemplador, o que se acha colocado fora da arquitetônica da visão de mundo da obra (diversamente do autor-herói, que é membro desta arquitetônica) no existir, o ponto de irradiação da sua atividade estética (...) tem só uma definição: a sua exotopia em relação a todos os momentos da unidade arquitetônica (Bakhtin, 2010, p. 131-2).

No Brasil, nos anos da ditadura militar, foram exterminados mais de 8.000 indígenas, segundo dados da Comissão da Verdade (CNV)[9]. De acordo com o relatório da CNV, no período entre 1968 e 1988, as políticas de Estado favorecedoras de grandes interesses privados tiveram,

> ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas (BRASIL, 2014, p. 205).

As reflexões trazidas e apresentadas aqui, a partir dos dois textos de autoria feminina indígena, tiveram como objetivo mobilizar posicionamentos, valores que, de diferentes formas, opõem-se à destruição, ao genocídio e à tortura, com forte entonação criativa-argumentativa, ética e estética, seja na carta/notícia/denúncia, seja no poema sobre identidade indígena.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Fragmentos dos anos 1970-1971. *In*: **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 21-56.

9 Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/inicio/16-grupos-de-trabalho/206-graves-violacoes-de-direitos-humanos-no-campo-ou-contra-indigenas.html. Acesso em: 21 abr. 2025.

BAKHTIN, M. **O autor e a personagem na atividade estética**. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2023.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. PONZIO, A. *et al.* (Orgs.). MIOTELLO, V.; FARACO, C. A. (Trad.). São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, M. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. *In*: Os gêneros do discurso. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 71-107.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: Os gêneros do discurso. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 11-69.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. *et al*. **Psicologia social do racismo**. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2016.

BRASIL. Casa Civil. Biblioteca da Presidência da República. **Discurso proferido na transmissão de poder, em 15 de março de 1974, no Palácio do Planalto**. Disponível em https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/02.pdf/view. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório:** Textos temáticos. Volume II. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Lei No. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assunto Jurídicos. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.

CASTRO, E. V. de. "Alguma coisa vai ter que acontecer". *In*: COHN, S. (Org.). **Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

LIMA COSTA, S. (Coord.). **Cartas Indígenas ao Brasil**. Andila Inácio. Disponível em: https://cartasindigenasaobrasil.com.br/biografia/andila-inacio-kaingang/. Acesso em: 21 abr. 2025.

CAVALCANTI, M. C. Multilinguismo, transculturalismo e o (re)conhecimento de contextos minoritários, minoritarizados e invisibilizados. *In*: MAGALHÃES, M. C. C.; FIDALGO, S. S. (Eds.). **Questões de método e de linguagem na formação docente**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 1999.

COSTA, H. R. da. **Literatura é território:** poéticas femininas em movimento. Curitiba: Appris Editora, 2024.

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969-1979, Volume E-11, Part 2, Documents on South America, 1973-1976. **Document 99**. Disponível em https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99. Acesso em: 18 abr. 2025.

GRAÚNA, G. Identidade indígena. *In*: **Metade cara, metade máscara**. São Paulo: Global Editora/Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual [Série Visões Indígenas], 2004. p. 18-21.

INACIO, A. A índia caigangue escreveu ao presidente pedindo socorro. **Jornal Folha da Manhã**, 12 de agosto de 1975, pp. 20-21. Disponível em: https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Carta-ao-Presidente.pdf Acesso em: 14 abr. 2025. Disponível em: https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/de-andila-inacio-para-o-jornal-folha-da-manha/. Acesso em: 14 abr. 2025.

MUNIZ, R.; FERRAZ, J. Lenta e insegura. *In*: HAGREAVES, P.; SCHELEGEL, R. (Eds.). **Ditadura no Brasil**. Tudo sobre o regime militar de 1964 a 1985. São Paulo: Editora Abril, 2020.

POTIGUARA, E. Identidade indígena. *In*: **Metade cara, metade máscara**. São Paulo: Global Editora/Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual [Série Visões Indígenas], 2004. p. 102-104

SITE OFICIAL DE ELIANE POTIGUARA. Sobre Eliane Potiguara. Sobre a escritora. Disponível em: https://www.elianepotiguara.org.br/. Acesso em: 21 abr. 2025.

VOLÓCHINOV, V. N. (Círculo de Bakhtin). A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica (1926). *In*: **A palavra na vida e a palavra na poesia**. Ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019. p.109-146.

VOLÓCHINOV, V. N. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio Introdutório Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WESTIN, R. Ditadura criou o Estatuto do Índio para afastar acusações de genocídio. *In*: **Arquivo S.** Senado notícias. Edição 107. Sociedade. Publicado em 1/12/2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ditadura-criou-estatuto-do-indio-para-afastar-acusacoes-de-genocidio?utm_medium=share-button&utm_source=whatsapp. Acesso em: 18 abr. 2025.

MULHERES NEGRAS ONTEM E HOJE: EXISTIR, RESISTIR, PERSISTIR

Tânia Barreira Rodrigues
(FATEC-SP)

INTRODUÇÃO

> Toda palavra pode assumir uma função ideológica: científica, estética, moral, religiosa, assim ela é "um objeto basilar da ciência das ideologias" Volóchinov, 2017, p. 101).

Do Brasil Colônia até os dias atuais, diversas formas de violência têm sido utilizadas para silenciar a população negra, desde os instrumentos de tortura, que um dia lhes cerraram os lábios, às agressões cotidianas, que se manifestam por meio de exclusões, inferiorização, discursos de ódio e assassinatos. O racismo estrutural impacta a vida de milhões de brasileiros e brasileiras de todas as idades e gêneros; por isso, investigar as nuances desse sistema de opressão – como ele opera na sociedade, seus valores e práticas institucionais – é crucial para romper padrões históricos de injustiças.

Este estudo é resultado de minha participação na mesa redonda *Análise dialógica do discurso e mudança social*, realizada na Aled Brasil (2024). Minha apresentação buscou evidenciar vozes falantes e faladas[1] de mulheres negras em diferentes períodos da

1 O emprego das expressões "vozes faladas e falantes", além de fundamentar-se no conceito de voz, advindo de Bakhtin e o Círculo, inserem-se na perspectiva centrada no

história e investigar seus discursos por meio da análise dialógica do discurso. As vozes faladas se referem às mulheres que ocuparam as posições de quitandeiras, sacerdotisas, amas de leite e quilombolas no Brasil Colônia e Império, nas obras de Schumaher e Brazil (2006), Giacomini (1888), Costa (2012) e Rodrigues (2022). As vozes falantes incluem a escritora Maria Firmina dos Reis e a africana escravizada Suzana, personagem de seu romance *Úrsula* (Reis, 1859); Esperança Garcia, mulher negra escravizada que escreveu uma carta ao governador da Capitania de São José do Piauí em 1770 (Mota, 2010), e, para representar a voz da mulher negra contemporânea, trago um recorte de minha tese de doutorado **Análise dialógica dos discursos de mulheres negras em eventos de leitura – construção de sentidos e identidades** (Rodrigues, 2021), que aborda os impactos do racismo na vida de mulheres negras, estudantes de pós-graduação na cidade de São Paulo.

As mulheres negras brasileiras merecem ser exaltadas. Elas têm oferecido valiosas contribuições para a sociedade, mesmo em condições muito adversas. Os seus feitos incluem a luta contra o sistema escravocrata; batalhas por direitos civis; trabalho árduo; liderança religiosa; contribuições no campo das ciências; realizações artísticas e literárias; ativismo político, além dos papeis de mãe, esposa, cuidadora e, muitas vezes, mantenedora do lar. Contudo, esse segmento da população é um dos principais alvos de preconceito, discriminação racial e violência; sua voz é frequentemente silenciada. O ódio contra as mulheres negras não cessa, ao contrário, avança. De acordo com Ipea (2019, p. 38), "enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5%, entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%".

Muitos estudiosos buscam explicar a violência contra a mulher negra por meio do conceito de interseccionalidade desen-

Projeto CNPq "Discursos de existência, inclusão e (in)visibilidade: perspectiva dialógica" (2024-atual), do qual sou participante, coordenado pela professora doutora Elisabeth Brait.

volvido por Kimberbé Crenshaw (1998). Para Crenshaw (1998), a mulher negra é subjugada por dois sistemas poderosos de dominação: o racismo e o patriarcado. Esses sistemas têm em comum a disseminação de ideias baseadas na superioridade biológica de raça e gênero que resultam em violência, injustiças e desigualdades sociais. O patriarcado entende que o gênero masculino deve se sobrepor ao feminino, tanto no âmbito familiar como institucional; uma vez submetidas ao poder patriarcal, as mulheres se veem frequentemente inferiorizadas ou invisibilizadas. Aquelas que recusam a submissão, estão sujeitas à violência física e psicológica, e muitas acabam vitimadas pelo crime de feminicídio.

O racismo, por sua vez, também encoraja discriminação, preconceito e violência. Inúmeras atrocidades têm sido cometidas contra a vida e dignidade humana em nome de uma suposta superioridade racial. O censo de 2022 afirma que a população brasileira é majoritariamente negra – 55,5%; ainda assim, o racismo atua fortemente na sociedade. O número alarmante de jovens negros assassinados pela polícia (Farias, 2016), as desigualdades entre brancos e negros no acesso à saúde, escolaridade, oportunidades de trabalho, além da evidente ausência de pessoas negras em posições de poder dentro das organizações, especialmente de mulheres negras, evidenciam que o racismo está enraizado nas instituições do país.

Por essa razão, os discursos e os estudos da linguagem devem estar na agenda de pesquisa das ciências humanas. Como prática social, os discursos são capazes de beneficiar ou marginalizar segmentos da população. No Brasil, os discursos racistas e machistas impactam todas as esferas da vida das mulheres negras. Eles frequentemente objetificam o seu corpo por meio da hipersexualização, inferiorizam os seus traços africanos, subestimam a sua capacidade intelectual, desvalorizam ou invisibilizam os seus feitos e buscam depreciar as mulheres negras em qualquer oportunidade. As hostilidades nem sempre são pronunciadas, mas

transmitidas por linguagem não verbal: gesticulação, feições acentuadas com desprezo, desdém, suspeição e assédio sexual. Esses enunciados/discursos perpetuam a sua condição de desvantagem na sociedade e tornam a sua existência tensa, vulnerável, marcada por ameaças constantes. Neste estudo, chamo de discursos de ódio contra a mulher negra aqueles que carregam crenças machistas e racistas originadas no período escravocrata.

Para Volóchinov (2017), as palavras não são neutras, mas signos ideológicos, repletos de crenças, valores e onipresença social.

> Pois a palavra participa literalmente de toda interação e de todo contato entre pessoas: da colaboração no trabalho, da comunicação ideológica, dos contatos eventuais cotidianos, das relações políticas etc. Na palavra se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social (Volóchinov, 2017, p. 106).

Segundo o autor, a compreensão de um enunciado/discurso deve ocorrer por meio de suas relações com outros signos relacionados, isto é, signos que compartilham o mesmo tema/ideia. Assim, uma única palavra, entendida como um enunciado/discurso, estabelece relações dialógicas com muitas outras palavras, outros tantos discursos em circulação na sociedade. A análise dialógica do discurso, orientada pelos fundamentos teórico-metodológicos de Bakhtin e o Círculo, busca sentidos por meio do rastreamento de posições ideológicas, juízos de valor presentes nos discursos e que mantêm relações de concordância e/ou embate com outros discursos relacionados.

> Em um artigo científico, em que são citadas opiniões de diversos autores sobre um dado problema – algumas para refutar, outras para confirmar e completar

> -, temos diante de nós um caso de inter-relação dialógica entre palavras diretamente significativas dentro de um contexto (Bakhtin, 2018, p. 215).

Os textos analisados neste trabalho se referem a embates discursivos em contextos sócio-históricos que abrangem o período do século XVIII ao século XXI. Há um diálogo contínuo entre os discursos, de forma que o passado e o presente dialogam, se cruzam e se fundem e se convertem em outras enunciações.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira parte, destaco as vozes faladas de mulheres negras que viveram no Brasil Colônia e Império. Na segunda parte, trago a vozes falantes de Esperança Garcia, Maria Firmina dos Reis e Viviane, participante de minha tese de doutorado **Análise dialógica dos discursos de mulheres negras em eventos de leitura – construção de sentidos e identidade** (2021), seguidas pelas considerações finais. As perguntas que orientam este estudo são: 1) O que dizem as vozes falantes e faladas das mulheres negras no período escravocrata? 2) Quais são as pautas das mulheres negras contemporâneas? 3) Como os discursos que envolveram as mulheres negras no período escravagista mudaram na sociedade contemporânea?

MULHERES NEGRAS NO BRASIL ESCRAVOCRATA – DISCURSOS DE EXISTÊNCIA

> Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi embalde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me

> sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! meu Deus! O que se passou no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar!... (A preta Suzana. *In*: REIS, M. F, dos. **Úrsula.** [1859]2004. p. 116).

Uma escuta atenta se faz necessária para que possamos ouvir a voz da mulher negra na sociedade brasileira, em especial, daquelas que foram escravizadas. Os documentos oficiais sobre a escravidão não oferecem, frequentemente, dados suficientes para que possamos conhecer a identidade dessas mulheres. A obra **A paz nas senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, C. 1790-C. 1850, de Manolo Florentino e José Roberto Góes (2017), faz, a partir de inventários, uma investigação historiográfica minuciosa sobre as relações familiares dos escravizados nas fazendas brasileiras, trazendo informações sobre heranças e casamentos dos escravizados. Os autores buscam recontar a história da escravatura e desmistificar mitos em relação à vida das pessoas escravizadas, como o da promiscuidade nas senzalas. Sobre o inventário de Pascoal Cosme dos Reis, Florentino e Góes (2017) afirmam:

> [...] o inventário de Pascoal Cosme dos Reis (1850-1852) é exemplar[2]. Nele consta o minucioso registro de todos os óbitos de escravos em seu engenho entre 1842 e 1852, e são anotadas as mortes de 128 cativos - mais de 10 por ano, portanto. Destes, 54 eram crianças, recém-nascidos em sua grande maioria. Dos 74 restantes – todos adultos-, nada menos do que 45 eram casados ou viúvos! Ainda assim, esse grande

2 "Arquivo Nacional. 'Inventário *post-mortem* de Pascoal Cosme dos Reis, 1850-1852'". (Nota de rodapé dos autores).

> plantador da freguesia de Jacarepaguá, ao morrer, era dono de 379 escravos (Florentino; Góes, 2017, p. 84).

Supomos a existência de mulheres escravizadas no inventário de Pascoal Cosme dos Reis – as mães das 54 crianças mortas; entretanto, não sabemos quantas eram, se eram casadas, viúvas ou solteiras. A existência dessas mulheres é subentendida, uma vez que não se pode depreender essa informação da materialidade linguística. Os autores afirmam que as poucas informações contidas nos inventários dificultam a identificação dos escravizados:

> Aqui [no Brasil], o fato de a grande maioria dos inventários *post-mortem* do agro fluminense não registrar nem o parentesco para além do núcleo primário formado por esposos e/ou pais e filhos, nem as uniões consensuais, impede incursões aprofundadas no tratamento metodológico dos nomes dos cativos (Florentino; Góes, 2017, p. 68).

Na verdade, a literatura ficcional e os estudos científicos dos séculos XVIIII e XX, voltados para a situação do negro na sociedade escravocrata, frequentemente invisibilizam ou estereotipam as mulheres negras. Na obra **Casa-grande e senzala** (1933), Gilberto Freyre busca valorizar as contribuições das pessoas negras na formação cultural e econômica do Brasil. Entretanto, quando ele se refere à mulher negra escravizada, ele não deixa de reproduzir os estereótipos criados no Brasil colonial, patriarcal.

> Já houve quem insinuasse a possibilidade de se desenvolver das relações íntimas da criança branca com a ama de leite negra muito do pendor sexual que se nota pelas mulheres de cor no filho-família dos países escravocratas. A importância psíquica do ato de mamar, dos seus efeitos sobre a criança, é na verdade considerada enorme pelos psicólogos mo-

> dernos; e talvez tenha alguma razão Calhoun para supor esses efeitos de grande significação no caso de brancos criados por amas negras.[3]
> É verdade que as condições sociais do desenvolvimento do menino nos antigos engenhos de açúcar do Brasil, como nas plantações *ante-bellum* da Virgínia e das Carolinas – do menino sempre rodeado de negra ou mulata fácil – talvez expliquem por si sós, aquela predileção. Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção, mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negra (Freyre, 2006, p. 367-368).

Nesse trecho, Freyre (2006) despreza as violações física e moral sofridas por essas mulheres **–** o terror do estupro, a separação entre mãe e filho, a condição de escrava **–**, de forma que seu olhar masculino se evidencia. Ao afirmar: "negra ou mulata fácil – talvez expliquem por si sós, aquela predileção" (Freyre, 2006, p. 368), o autor objetifica o corpo da mulher, tornando-a responsável pela lascívia do homem branco. Por outro lado, na obra **Mulher e escrava:** uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil, de Giacomini (1988), os artigos e anúncios de jornais citados pela autora mostram a deplorável relação das mulheres escravizadas com seus senhores:

> "Os pais – senhores – são por hábito bárbaros e castigam fortemente os seus escravos à vista de seus filhos, que facilmente também se habituam à crueldade: é assim que se vêm meninas e meninos esbofetearem a cara da escrava-ama que lhes dá o leite, é assim, que milhares deles castigam com cruéis açoutes aqueles mesmos dos seus escravos que os carregaram, que os alimentaram, que os embalaram na infância" (Substituição do trabalho escravo pelo

3 Arthur W. Calhoun, *A social history of the American family from colonial times to the present*, Cleveland, 1918. (Nota de rodapé do autor).

> livre, O Americano, 5/01/1850, *apud* Giacomini, 1988, p. 50. Grifo da autora).

Para Giacomini (1988), a condição da ama de leite era de penúria, uma transação econômica cruel, mas lucrativa para o escravocrata. É fácil prever que essa mulher que fora violada, explorada e aviltada nutrisse fortes sentimentos de depressão e revolta. Após o parto, ela era frequentemente apartada de seus filhos, que eram vendidos ou preteridos na hora da alimentação, para que ela pudesse se dedicar exclusivamente à amamentação do bebê branco. Segundo Giacomini (1988, p. 55), as amas de leite viviam a abominável condição de "mercadoria escrava-leiteira":

> "... estando sua mulher prestes a dar à luz, ... encomendou-lhe uma preta, de boa figura, sadia e mãi de pouco tempo, para ama de seu filho ou filha que estava para nascer. [...] *Tendo nascido a almejada criança foi a filha da preta levada para a Róda*" (Mãi Preta; A Mãi de Familia, junho 1879. Grifo dos autores).

As amas de leite foram frequentemente retratadas ao lado de crianças brancas. Para o espectador ingênuo, esses registros são indícios de relações harmoniosas e afetuosas entre a mãe preta e a família escravocrata. Contudo, a invisibilidade de seus filhos de sangue desmascara a extrema violência no entorno.

Para Schumaher e Brazil (2006), as mulheres mais retratadas no Brasil Colônia foram as negras de tabuleiro. Nas aquarelas, espalhadas pelo Brasil e exterior, elas figuram descalças, com olhar sério e penetrante, trajando saias, turbantes, túnicas e panos-da-costa que lhes cobrem os ombros ou embalam os seus filhos. Com desenvoltura e elegância, elas equilibraram tabuleiros ou cestos na cabeça, enquanto circularam pelas ruas e praças brasileiras; outras comercializaram os seus produtos em tendas. Os autores afirmam que as quitandeiras foram frequentemente a única ou a principal

fonte de subsistência de algumas famílias escravocratas. Algumas escravizadas, entretanto, foram submetidas à prostituição.

> Na década de 1860, encontramos o registro da pequena, Honorata então com 12 anos de idade, forçada à prostituição na Bahia. Até os 19 anos, ela pagava mensalmente a soma estipulada por "sua senhora", que conseguiu comprar casa, roupas e comida com recursos obtidos por Honorata (Schumaher e Brazil, 2006, p. 43).

Apesar da exploração à qual as escravizadas estavam submetidas, algumas conseguiram juntar dinheiro para comprar a sua alforria e a de sua família. Documentos afirmam que as quitandeiras libertas frequentemente eram comerciantes bem-sucedidas e puderam juntar uma fortuna considerável. No artigo intitulado *Monica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, status e redes sociais no Recife oitocentista*, Costa (2012) afirma:

> Mônica da Costa Ferreira morava na Rua da Guia, na Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife. Era viúva e mãe de duas filhas naturais. Morreu aos 60 anos, em abril de 1864. Na Freguesia da Boa Vista, rua da Conquista, n. 17, domiciliava Teresa de Jesus e Sousa. Era casada, mas não tinha filhos. Dona de um patrimônio avaliado em mais de 30 contos de réis, também morreu aos 60 anos – quase nove anos depois de Mônica –, em fevereiro de 1873. Essas duas mulheres passaram pelas experiências da escravidão e da liberdade: conquistaram a alforria, constituíram famílias, teceram redes de solidariedade – dentro e fora do cativeiro -, de negócios, fizeram fortuna. Os trajetos de cada uma delas se entrecruzaram nas malhas urbanas da cidade, e suas vidas fazem parte de uma trajetória coletiva reveladora da formação de

> redes sociais tecidas por africanos(as) e crioulos(as) libertos no Recife oitocentista (Costa, 2012, p. 98).

A mobilidade das mulheres libertas lhes permitia estabelecer contatos não somente comerciais, mas também políticos. "Em 1835, Luiza Mahim e outras quitandeiras foram apontadas como corresponsáveis pela revolta dos malês, pois forneciam comida e conspiravam com as lideranças do levante" (Schumaher e Brazil, 2006, p. 65).

As mulheres quilombolas, entretanto, foram as mais silenciadas. Schumaher e Brazil (2006) afirmam que há poucos documentos que registrem a voz dos mocambeiros no período colonial, mas prevalecem os registros daqueles que tentaram destruí-los. Tereza, mais conhecida como Tereza de Benguela, foi líder do Quilombo Quariterê, em Mato Grosso. Não se sabe se era brasileira ou africana, mas diziam se tratar de uma rainha. Seu quilombo possuía um parlamento, um conselheiro, um sistema de defesa com armas e uma forja. Sua população cultivava algodão, possuía teares e fabricava tecidos.

No artigo *A luz de Tereza de Benguela não apagará: o dito e o não dito pelas fontes históricas*, o historiador e professor Bruno Rodrigues (2022) analisa a abordagem depreciativa dada à líder quilombola nas fontes oficiais da época, bem como as inconsistências desses documentos. Segundo o autor, no período colonial, a linguagem usada para descrever os líderes quilombolas tinha a inequívoca intenção de depreciá-los. Os documentos oficiais afirmam que Tereza governava o seu quilombo com "mãos de ferro", e os escravizados aterrorizados se arrependiam de ter fugido das fazendas para se aquilombar. Segundo o autor, embora houvesse regras nos quilombos, há exageros consideráveis nessas descrições. É improvável que o escravizado lá permanecesse, caso se deparasse com condições piores do que aquelas vivenciadas nas fazendas dos escravocratas. Para o autor, esse, no entanto, era o

discurso oficial vigente na época, tratando-se, pois, de uma estratégia para desencorajar novas fugas e camuflar a incapacidade das autoridades de eliminar os quilombos.

> Cabe ao historiador, pois, encontrar as ferramentas adequadas para fazer Tereza uma das mulheres mais marcantes da história brasileira, falar através não somente das fontes escritas do "opressor", mas ser ouvida. Junto a Tereza estão dezenas e centenas de outros sujeitos que ao longo da história latino-americana foram postos na subalternidade. É mais do que necessário reescrever a história da América por outra lente (Rodrigues, 2022, p. 510).

Apesar de todo o seu protagonismo, a voz das mulheres negras do sagrado também tem sido violentamente silenciada na sociedade brasileira. Desde o período colonial, as sacerdotisas têm assumido uma posição de liderança em suas comunidades. Elas agrupam pessoas ao seu redor, inspiradas pela fé. Por meio de rezas e ritos trazidos da África, os fiéis encontram a cura para suas doenças, auxílio na resolução de conflitos e conforto para suas dores emocionais. No Brasil escravocrata, essas mulheres foram braços afetuosos que acolheram os escravizados nos momentos de grande aflição. Mulheres corajosas, sabiam que estavam sujeitas a perseguições e violência extrema por parte da inquisição portuguesa, caso fossem acusadas de feitiçaria, ou seja, pacto com o demônio.

Em 1743, a africana liberta Luzia Pinta, sacerdotisa do ritual africano Calundu, foi acusada de feitiçaria e submetida ao Tribunal do Santo Ofício. Levada de Minas Gerais para Lisboa para ser julgada, ela escapou da fogueira por falta de provas contundentes; contudo, foi torturada e condenada por abandonar a fé católica.

> Após ter seu vestido arrancado, ela foi deitada em um potro, espécie de estrado de madeira com saliências

> pontiagudas sobre as quais seu corpo foi amarrado com correias de couro. Como era de costume, nesse tipo de tortura essas cordas eram puxadas com intensidade de modo a comprimi-la contra as pontas (Dines, 1992, *apud* Daibert Jr. 2016.)

Para Marcussi (2015, p. 334), no Brasil escravocrata, Calundus foram cerimônias religiosas que congregavam os africanos que tinham os mesmos ideais. Lá, eles podiam reverenciar a sua ancestralidade, construir grupos de solidariedade e encontrar alívio para os males do escravismo. Segundo o autor, essas cerimônias também foram "espaços de resistência cultural contra o discurso religioso legitimador do cativeiro".

A negra da casa e da lavoura, a ama de leite, a quitandeira, a quilombola, a sacerdotisa e todas as mulheres negras que foram submetidas ao cativeiro deixaram um imenso legado para a cultura brasileira. As africanas ensinaram os primeiros bebês brasileiros, brancos e negros, a balbuciar palavras de sua terra natal, que hoje fazem parte de nosso vocabulário. Essas palavras são signos ideológicos que se referem a lugares, música, alimentos, religião, comportamentos e sentimentos, tais como: samba, berimbau, capoeira, fubá, acarajé, dendê, quiabo, cachaça, candomblé, macumba, cachimbo, moleque, caçula, cafuné, dengo etc. As palavras de origem africana, repetidas diariamente por todos os brasileiros de todas as raças e classes sociais, registram a existência e resistência dos africanos e seus descendentes na nação brasileira. As palavras de origem africana se consolidaram como signos ideológicos que apontam para a identidade cultural do país. Hoje, os discursos de existência e de resistência das mulheres negras na sociedade, entendidos como signos ideológicos, atuam como "indicadores" de mudanças sociais que estão em andamento" (Volóchinov, 2017, p. 106). Esses discursos antecipam uma sociedade mais equalitária, justa e menos violenta.

VOZES FALANTES - DISCURSOS DE RESISTÊNCIA
A VOZ DA PRIMEIRA MULHER ADVOGADA DO BRASIL

Em 1770, a escravizada Esperança Garcia e sua família viviam em uma das fazendas da Companhia de Jesus – a Fazenda dos Algodões, até ser separada de seu esposo e transferida para a Fazenda Poções. Lá, passou a sofrer maus-tratos do administrador, o capitão Antônio Vieira do Couto. A jovem mulher decidiu agir e escreveu uma carta ao governador da província do Piauí para denunciar as violências sofridas:

> Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha[4] (Mota, 2010 *apud* SOUSA; SILVA. Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito, 2017, p. 7).

4 De acordo com o "Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito" (2017), essa carta foi descoberta pelo historiador e antropólogo Luiz Mota (2010). Disponível em: https://esperancagarcia.org/dossie-esperanca-garcia/#:~:text=(Orgs).,Teresina%3A%20EDUFPI%2C%202017.

Embora destemida, Esperança Garcia é cuidadosa em sua argumentação. Ela não deseja enfurecer as autoridades da época, mas reivindicar os seus direitos. Em sua carta, a jovem se identifica como escrava e acentua a sua condição de mulher casada. Ela relata a violência que enfrenta ao lado de seu filho pequeno. Sua petição possui uma linguagem emotiva e seus argumentos expressam reverência aos sacramentos da igreja católica – o matrimônio, o batismo e a confissão. Seu apelo não é somente por si e sua família: ela também atua como porta-voz de outros escravizados que se encontram sem batismo naquela fazenda. Os vocábulos presentes na escrita de Esperança Garcia expõem a extrema violência que ela e seu filho sofreram: "há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo [...]".

A voz de Esperança Garcia ressoa cada vez mais longe por meio de sua memória: o Monumento Esperança Garcia, sua estátua em Oeiras (PI), o busto na Organização dos Advogados do Brasil, o Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia e a Maternidade Esperança Garcia etc. A lembrança de seu nome são discursos de existência. Além disso, diversos livros e artigos científicos referenciam a sua petição dirigida ao governador da Província do Piauí como símbolo de resistência negra. A lei estadual 5046, datada de 7 de janeiro de 1999 no Piauí, institui o Dia Estadual da Consciência Negra em homenagem a Esperança Garcia:

> Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual da Consciência Negra, a ser comemorado, no Estado do Piauí, anualmente, a seis de setembro, como registro histórico da data em que, no ano de 1770, a escrava negra piauiense Esperança Garcia, num gesto histórico para a época, dirigiu correspondência ao Governador da Província denunciando os maus-tratos por ela sofridos, constituindo o mais antigo documento em

> defesa da raça negra, em solo piauiense, por um de seus integrantes (SAPL, 1999, *on-line*).

MARIA FIRMINA DOS REIS (1825-1917)

A escritora, professora e musicista Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís, no Maranhão. Ela era filha de João Pedro Esteves, homem branco e rico, e uma escrava alforriada, Leonor Felippa dos Reis. Segundo Duarte (2004), Maria Firmina recebeu instrução e cultura com a ajuda dos parentes maternos. Em 1859, sob o pseudônimo "Uma maranhense", ela publica o romance abolicionista **Úrsula** (2004), que denuncia as injustiças vivenciadas pelos escravizados da época.

Úrsula (2004), o primeiro romance escrito por uma mulher afrodescendente no Brasil, foi invisibilizado por mais de um século[5]. Trata-se de um registro importante do período da escravatura narrado por uma voz feminina negra que testemunhou de perto os horrores da escravidão. A obra desafia os valores das elites escravagistas, quando dá voz aos escravizados da trama: Suzana e Túlio. Nela, os escravizados são retratados como pessoas bondosas e humildes, que têm sonhos, falam de seus medos e dores. O caráter elevado dos personagens escravizados está em pé de igualdade com os protagonistas brancos Úrsula e Tancredo. A obra apresenta o sentimentalismo das obras românticas, mas também retrata a realidade da época. Observemos o diálogo entre o antagonista da trama, comendador Fernando, homem branco, poderoso e cruel e Suzana, uma mulher idosa, africana na condição de escravizada:

> - Para onde foi Úrsula? – Interrogou com voz que horrorizava – Para onde foi Úrsula? Fala, ou prepara-te para morrer sob o azorrague.

5 Atualmente, o reconhecimento da escritora pode ser comprovado pela fortuna crítica que inclui importantes trabalhos acadêmicos, de diferentes gêneros e alcance.

> - Não sei, meu senhor – respondeu humildemente a velha – disse-me que ia orar ao cemitério.
> - Não sabes dela?! Queres arrostar comigo?... – e os olhos desferiram chamas de raiva, que gelavam de terror.
> - Foste sua cúmplice, há de pagar-mo.
> - Em nome do céu! – exclamou a mísera atormentada por tão sinistras ameaças: - que sei eu?
> (Reis, 2004, p. 190).

Em poucas linhas, a escritora consegue descrever o terror aplicado à escravizada Suzana. No quadro abaixo, separamos, da esquerda para a direita, as falas do narrador e dos personagens para melhor visualizarmos a troca de turnos verbais e não verbais dessa interação. Observamos a violência verbal do comendador para obter as informações desejadas e o medo da escravizada, que apela a Deus para livrá-la do triste fim de morrer chicoteada, caso não colabore com o verdugo.

Comendador Fernando	**A escravizada Suzana**
A - A voz horrorizava.	B - Respondeu humildemente.
A - Vais morrer sob o Azorrague!	B - Em nome do céu!
A - Queres arrostar comigo?	B - Gelada de terror.
A - Os olhos desferiam chamas de raiva.	B - Atormentada por sinistras ameaças.
A - Há de pagar-mo!	B - Que sei eu?

Por trás desse tenso diálogo, ouve-se a voz da autora Maria Firmina dos Reis, que denuncia os abusos verbais contra os escravizados de sua época. Apesar de gozar de uma posição social mais favorável que as mulheres escravizadas, Maria Firmina também estava vulnerável às opressões da sociedade escravocrata patriarcal. Contudo, consciente de sua condição de mulher negra, mostra em seu prólogo que não temia oposições. Assim, ela se

antecipa às críticas: "Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume" (Reis, 2004, p. 13). A autora registra a sua voz forte, que desafia a sociedade da época.

VOZES FALANTES DE MULHERES NEGRAS CONTEMPORÂNEAS

> Livres, as suas saias rodadas, as cores vistosas, os panos da costa, os torsos coloridos começam a esmaecer. Os tons vão se acinzentando como a existência diante da evidência de que a conquista da liberdade e da igualdade pode ser sempre frustrada pela ação implacável do racismo e da discriminação. Mas lá como cá, hoje como ontem a subordinação imposta como destino é subvertida e lá vêm elas: são professoras, escritoras, deputadas, pintoras, doutoras, atletas, maestrinas, compositoras, ativistas, militantes desafiando os persistentes processos de exclusão (Sueli Carneiro, 2006. p. 5).

Não se pode negar as grandes mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira desde o período escravocrata até os dias atuais. Hoje, as mulheres negras são cidadãs livres, que possuem direitos civis, políticos e sociais. Seu corpo e seus filhos deixaram de ser propriedade de outrem. Contudo, elas ainda enfrentam grandes desafios gerados pelo preconceito e discriminação racial que cerceiam sua liberdade. Os discursos racistas e machistas tentam constantemente trazer de volta o hediondo passado escravocrata do país.

Para dar notoriedade à voz da mulher negra contemporânea neste estudo, escolhi o depoimento de "Viviane [6], 34 anos, solteira, assistente social", participante de minha tese de dou-

6 Nome fictício.

torado: **Análise dialógica dos discursos de mulheres negras em eventos de leitura – construção de sentidos e identidades** (Rodrigues, 2021). A tese investiga a construção da identidade sociopessoal no discurso de 10 mulheres negras brasileiras, estudantes de pós-graduação em Educação, relações étnico-raciais e sociedade na cidade de São Paulo, entre os anos de 2016-2017. A constituição do *corpus* ocorreu por meio da leitura e discussão de textos literários com temática étnico-racial em três encontros de grupo focal. O conteúdo temático dos contos e poemas orientou a temática das discussões nos encontros, porém, as participantes se posicionaram como sujeitos, ressignificaram os textos e atribuíram-lhes sentidos, que se constituíram como tema único, singular e irrepetível, vinculado ao momento da enunciação[7]. A análise dialógica dos discursos, constituída pelos fundamentos teórico-metodológicos advindos de Bakhtin e o Círculo, foi orientada pela professora doutora Beth Brait. Com o apoio financeiro da Proap Capes, a tese foi transformada em livro: **Discursos de mulheres negras:** construção de sentidos e identidades (Rodrigues; Brait, 2024).

No primeiro encontro de grupo focal, procedimento escolhido como parte da metodologia do trabalho, as participantes leram e discutiram o conto "Impressões de uma Infância" (Martins, 2013). A obra de Silvana Martins foi publicada pelos **Cadernos Negros**, coleção que dá visibilidade à literatura de escritores negros desde 1978. O conto levanta pautas atuais sobre meninas negras na sociedade contemporânea. A protagonista é uma criança mestiça, cujo pai é negro e a mãe é branca. Sua mãe e tias frequentemente a levavam para alisar os cabelos: "Elas queriam me ver bonita, queriam que eu me parecesse com elas, com seus cabelos lisos, mas os delas não precisavam de cabeleireira, já eram assim, diferentes do meu

7 Para Volóchinov (2017), o sentido de um enunciado pode ser entendido por duas instâncias: a significação, reconhecida por seus signos linguísticos e repetida pelos falantes da língua, e o tema que está relacionado à compreensão do falante/interlocutor no momento da enunciação. Por isso, o tema pode se renovar indefinidamente, de acordo com as avaliações sociais e entonações expressivas dos enunciados.

[...]" (Martins, 2013, p. 101). A menina se sentia desconfortável na cadeira do cabeleireiro e, após horas de alisamento, estranhava a própria imagem diante do espelho. Em casa, ela tinha que usar o secador de cabelos para conservar a textura dos cabelos lisos, mas, com o tempo, eles quebravam. Além disso, a menina não gostava do secador de cabelos, porque era muito quente e deixava o seu coro cabeludo dolorido. Essa criança tinha uma boneca branca e loira, a qual considerava a sua companheira de todas as horas. Um dia, em uma viagem, esqueceu a boneca em casa e ficou bastante triste. A tia, para confortá-la, deu-lhe uma boneca negra de presente. Ela ficou feliz e surpresa em saber que existiam bonecas negras, e sua semelhança com a boneca negra não lhe passou despercebida. Quando voltou para casa, a menina apresentou a boneca branca para a boneca negra. Agora ela tinha duas amigas e podia amá-las do jeito que elas eram. A partir daquele momento, a menina compreendeu que não precisava alisar os cabelos porque eles eram assim, naturalmente cacheados.

Após a leitura, Viviane foi a primeira participante a se manifestar:

> Bem legal! Eu me lembrei de um livro que eu comprei na semana passada, da Bianca Santana, chamado **Quando eu me descobri negra**. E falava exatamente sobre isso. E eu me vi no livro; ela diz assim: eu tenho 30 e tantos anos e eu me descobri negra com 20 e poucos. E aí ela vai contando as histórias que ela passou, que ela viveu. Eu me vi e me vejo assim, né? Eu era aquela criança que ficava do lado do fogão de uma mulher na rua chamada dona Dalva, ela fazia pente quente. E minha mãe pagava para ela fazer o pente quente na gente! Era horrível, horrível! A gente se sentava lá, aquele cheiro de cabelo queimado, quando não queimava a nossa orelha, cabeça. A gente não podia se mexer. Imagine essa criança...

> a gente não podia se mexer, porque o pente quente podia machucar. Quando não era isso, era o Tasteful – uma química muito forte. A minha tia passava muito Tasteful no nosso cabelo. Aquele negócio parecia ácido, queimava e a cabeça ficava cheia de feridas. A minha infância toda foi esse processo, né... só depois de adulta que eu me vi enquanto negra. É a questão da representatividade, eu não tinha uma boneca que se parecesse comigo, tudo na TV, todos os meus ídolos eram brancos. Eu tenho cinco sobrinhas e eu tento fazer tudo ao contrário com elas. Mas eu não culpo a minha mãe por isso, era falta de conhecimento, instinto de proteção; hoje, a gente tenta fazer diferente com as minhas sobrinhas. Esses dias a gente foi a uma exposição de bonecas negras e a minha sobrinha falou assim: "Olha, tia, a boneca tem um turbante igual ao seu!" Aí ela mexeu no cabelo dela e disse: "É igual ao meu, tia!" Eu não tive essa referência, né? A minha vida toda, a minha infância e até a minha juventude foi alisando o cabelo.

O seu depoimento aponta para questões identitárias, representações sociais e corporeidade. Assim como a personagem do livro de Bianca Santana (2015), Viviane descobriu o seu grupo de pertença racial somente quando se tornou mulher adulta.

> Tenho 30 anos, mas sou negra há apenas dez. Antes, era morena. Minha cor era praticamente travessura do sol. Era morena para as professoras do colégio católico, para os coleguinhas – que talvez não tomassem tanto sol – e para toda a família que nunca gostou do assunto. "Mas a vó não é descendente de escravos?", eu insistia em perguntar. "E de índio e de português também", era o máximo que respondiam. Eu até achava bonito ser tão brasileira. Talvez por isso aceitasse o fim da conversa (Santana, 2015, p. 7).

Parece mais fácil para alguns brasileiros identificarem-se como descendentes de europeus e de indígenas e omitir a sua ascendência africana. Essa rejeição pode estar relacionada às representações das raças nos constructos sociais. A combinação das raças branca e indígena está em concordância com as representações produzidas no Brasil Império para a construção da identidade nacional, porém, a ascendência africana foi deixada de fora desse processo (Beneduzi, 2011). O poema *A Confederação dos Tamoios* (Magalhães, 1856), obra financiada pelo imperador D. Pedro II, por exemplo, exalta a coragem, honra e caráter altivo dos indígenas e passou a ser considerado o símbolo nacional.

> Pr'a acabar co's ataques reiterados
> Dos Lusos, confederam-se os Tamoyos.
> Bravos são os Tamoyos, e descendem
> Da raça dos Tupís. Elles não erram
> Sem tabas, nos sertões, como os terríveis
> Feroces Aimorés, raça Tapuia.
> Natural, inspirada poesia
> De todos os distingue, os enobrece,
> (Magalhães, 1857, p. 33)

A mistura das raças branca e indígena também foi celebrada no Indianismo, corrente do Romantismo brasileiro, no poema: *O caramuru* (1871), de Santa Rita Durão, e nos romances *Iracema* (1865) e *O guarani* (1857), de José de Alencar, entre outros. As elites portuguesa e brasileira buscaram inserir a figura do indígena na identidade do Estado que se formava; todavia, é importante ressaltar que a exaltação dos indígenas nos constructos sociais não representou privilégios para esse segmento da população, tampouco, eles puderam escapar da violência dos colonos. Para Ribeiro (2006), o contraste entre portugueses e indígenas não podia ser maior, nem mais infranqueável.

> Esses índios cativos, condenados à tristeza mais vil, eram também os provedores de suas alegrias, sobretudo as mulheres, de sexo bom de fornicar, de braço bom de trabalhar, de ventre fecundo para prenhar. A vontade mais veemente daqueles heróis d'além-mar era exercer-se sobre aquela gente vivente como seus duros senhores. Sua vocação era a de autoridade de mando e cutelo sobre bichos e matos e gentes, nas imensidades de terras de que iam se apropriando em nome de Deus e da Lei (Ribeiro, 2006, p. 43).

As histórias indígena e negra têm muitas características em comum – a escravidão, a exploração, a inferiorização, o estupro das mulheres –; contudo, as representações desses grupos nos constructos sociais possuem narrativas distintas[8]. Diferentemente dos indígenas, as representações dos negros escravizados retratam sofrimento, dor e submissão em cenários de subjugação, espancamentos e humilhações e omitem a sua luta por liberdade.

O espancamento dos negros em praça pública, prática usual durante o período escravocrata, tinha como propósito intimidar os escravizados, inibir revoltas, desencorajar fugas e assegurar a autoridade da classe senhorial. Segundo Moura (1987), os senhores de escravos experimentaram a "síndrome do medo" por todo o período escravocrata, e as frequentes insurreições negras levaram Dom Pedro II a sancionar a Lei 4, em 10 de junho de 1835, que determinava a pena de morte para escravizados e escravizadas que matassem ou ferissem os seus senhores. O espancamento e a brutalidade contra os negros também foram exibidos nos quadros de Jean-Baptiste Debret (1768-1848). Eles definitivamente trazem um recorte da realidade da época; as frequentes revoltas e a grande luta dos negros por libertação, entretanto, foram omitidas e apagadas até mesmo nos quadros, como é o caso da pintura

8 Para saber mais sobre as representações do povo indígena nos construtos sociais, ver Correia e Maia (2021).

A libertação dos escravos (1989), de Pedro Américo (1843-1905). Esses fatos históricos certamente contribuem para o fenômeno atual de alguns descendentes africanos negarem a identidade negra e buscar o branqueamento racial.

Todas as participantes da tese de doutorado **Análise dialógica dos discursos de mulheres negras em eventos de leitura – construção de sentidos e identidades** (Rodrigues, 2021) alegaram que não tiveram representatividade negra em seus brinquedos, livros didáticos e produções televisivas. Em seus depoimentos, elas afirmam que a invisibilidade dos negros nos constructos sociais afetou negativamente a construção de sua identidade sociopessoal: "A minha infância toda foi esse processo, né… só depois de adulta que eu me vi enquanto negra. É a questão da representatividade, eu não tinha uma boneca que se parecesse comigo, tudo na TV, todos os meus ídolos eram brancos" (Viviane).

A infância e a adolescência das participantes desta pesquisa ocorreram entre as décadas de 1970 e 1990; um século depois da abolição da escravatura. Mudanças políticas e sociais significativas ocorreram nessa época; contudo, as representações do negro continuavam marginalizadas. Durante a infância das participantes, dois programas infanto-juvenis se destacaram por sua longa permanência nas emissoras de televisão: *O Sítio do Picapau Amarelo* (1952-2007), série adaptada da obra de Monteiro Lobato, e os programas de auditório da apresentadora Xuxa Meneghel (1986-2014).

A série televisiva *O Sítio do Picapau Amarelo* foi exibida por cinco décadas, em diversas emissoras de televisão. A Rede Globo de Televisão exibiu duas versões do programa, que contava com três personagens negros como parte de seu elenco fixo: tia Nastácia, tio Barnabé e o Saci. Entre outros afazeres, tia Nastácia era a cozinheira do sítio. Seu relacionamento com dona Benta, a dona do sítio, era afetuoso, mas assimétrico – enquanto dona Benta e outros personagens exibiam erudição, tia Nastácia era uma empre-

gada doméstica simplória e ingênua. Tio Barnabé, o único homem negro da trama, era um idoso que trabalhava no sítio e morava sozinho em uma choupana muito precária e isolada. O terceiro personagem negro foi o Saci, personagem do Folclore Brasileiro. Esse ser mítico chama a atenção por sua aparência bizarra e por suas traquinagens. Ele tem apenas uma perna, veste um gorro vermelho, fuma cachimbo e habita as florestas. O ser mítico gosta de visitar os seres humanos e seus animais, para atormentá-los com pequenas travessuras.

Durante a sua trajetória de vida, o autor da obra *O Sítio do Picapau Amarelo*, Monteiro Lobato, defendeu abertamente as suas convicções eugenistas (Souza, 2017). As suas considerações negativas sobre as pessoas negras não passam despercebidas em suas obras. Em *Histórias de tia Nastácia* (1937-1995), a inferiorização da personagem se manifesta não somente por meio das palavras ofensivas vindas da boneca Emília, que frequentemente debocha dos lábios grossos da idosa, mas também pelas críticas dirigidas às suas estórias, que são inferiorizadas por serem populares de tradição oral. Para Dona Benta e para a boneca Emília, as estórias de tia Nastácia são ignorantes e inferiores, comparadas à literatura europeia. Na obra literária, tia Nastácia chamava dona Benta de "sinhá", termo que aponta para o período escravocrata. Na série televisiva, a linguagem ofensiva da boneca Emília foi retirada e tia Nastácia deixou de usar o termo "sinhá" para se dirigir a dona Benta. Na televisão, tia Nastácia assume o papel da empregada doméstica que dorme no emprego e não tem a sua própria família. A mulher negra, simplória e ingênua, o homem negro, idoso e sem recursos, e o ser mítico de caráter duvidoso certamente conquistaram a simpatia das crianças, mas não ofereceram subsídios para que as crianças negras pudessem se projetar e idealizar um futuro próspero.

Nas décadas de 1980-1990, outro programa infantil de grande audiência na televisão brasileira foi o *Xou da Xuxa* (1982-

1992). O programa era apresentado por Xuxa Meneghel e suas paquitas – pré-adolescentes e adolescentes que atuavam como ajudantes de palco. A apresentadora é uma pessoa loira de olhos azuis e, por exigência da produção do programa, todas as paquitas deveriam ter esse fenótipo ou similar. Xuxa Meneghel se tornou um fenômeno de sucesso e foi idolatrada pelas crianças e adolescentes da época. O programa, exibido diariamente no horário da manhã pela Rede Globo de Televisão por décadas, efetivamente, representou os ideais da supremacia branca. A fascinação do público pelo fenótipo branco foi evidenciada na grande audiência do programa infantil e mostrou o descaso da sociedade brasileira com a diversidade de sua população. Além disso, o programa inseriu as crianças na cultura do consumo, visto que a imagem da apresentadora vendia diversos produtos. A hegemonia branca no elenco exibiu violência racial contra as crianças, que passou despercebida pela maioria dos pais e educadores da época.

Na infância das participantes, a televisão era o principal meio de entretenimento das famílias de classe trabalhadora. Ora, a mídia televisiva efetivamente influencia os seus telespectadores. Ela dita moda, sugere comportamentos, incute valores, desperta desejos e contribui para a construção de identidades. Sinval (2010) estudou o extraordinário sucesso da apresentadora Xuxa Meneghel e afirma que a artista foi cultuada como heroína em nossa sociedade, divinizada, não somente pelas crianças e adolescentes, mas também pelo público adulto.

> Esse modelo de identificação apresentado pela tevê faz com que o espectador se projete em alguém capaz de lhe indicar unidade e, portanto, identidade. Ao se reconhecer no vídeo, o espectador tem o prazer narcísico de se ver reproduzido, como se o outro se reduzisse a um prolongamento de si mesmo (Sinval, 2010, p. 37).

A posição hierárquica dos grupos raciais na sociedade exerce um papel significante na construção de identidades, visto que pressupõe o *status* de seus membros. Os grupos dominantes controlam os meios de comunicação e buscam legitimar sua posição de prestígio nas produções artísticas e, evidentemente, todos os seus membros se beneficiam dessa reputação. Por outro lado, a falta de representações positivas da população negra nos constructos sociais e a omissão do protagonismo negro provocam sentimentos depreciativos em relação aos seus membros, bem como crises e conflitos internos no grupo. Assim, muitas pessoas negras buscam saídas para as suas mazelas fora de seu grupo de pertença – algumas pessoas negras tentam se projetar na figura do branco em busca de aceitação e maior mobilidade social. Contudo, as tentativas de adequação nem sempre funcionam e a conscientização da existência do racismo pode ocorrer pelos impactos da exclusão, hostilidades e discursos de ódio. É importante que as crianças e jovens brasileiros de todas as raças recebam uma educação que lhes ajude a identificar e combater o racismo desde cedo, em prol de uma sociedade mais equalitária e menos violenta. Fanon (2008) afirma: "Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais" (Fanon, 2008, p. 95).

A identidade é um constructo social complexo; enquanto na psicologia ela se relaciona com o comportamento humano, na antropologia ela é determinada pelo grupo social, época e cultura, ou seja, ela é resultado de características adquiridas através do convívio social (Hall, 2015). Vignoles, Schwartz e Luyckx (2012) afirmam que no campo da psicologia as questões que direcionam os estudos da identidade são: 1) Quem sou eu? 2) Quem é você? 3) Quem somos nós? As respostas a essas perguntas possibilitam o desenvolvimento das teorias da identidade individual, relacional e coletiva. As reflexões sobre alteridade, ato ético responsável, excedente de visão, dialogismo são temas de Bakhtin e o Círculo

que oferecem subsídios para a construção de teorias identitárias. As relações de sujeito "eu-para-mim" e "eu-para-o-outro" envolvem os questionamentos: "Quem sou eu?", "Quem é Você?" e "Quem somos nós?"; além dessas reflexões, Bakhtin e o Círculo concebem "o-outro-para-mim" como fundamental na construção do "eu": "Ser significa ser para o outro e, através dele, para si. O homem não tem território soberano, está todo e sempre na fronteira, olhando para dentro de si ele olha *o outro nos olhos ou com os olhos do outro*" (Bakhtin, 2011, p. 341). Bakhtin (2011) valoriza a alteridade, que certamente não significa o assujeitamento do sujeito, mas a sua completude na responsividade.

A autoidentificação racial se define pelos sentimentos de pertença ao grupo racial; porém, tal sentimento também está relacionado aos benefícios que o grupo oferece aos seus integrantes, uma vez que, como já mencionado, as avaliações sociais afetam axiologicamente os seus membros. Fanon afirma:

> Depois tivemos que enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento de terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas (Fanon, 2008, p. 104).

Portanto, quando o negro busca o embranquecimento como saída para a sua opressão, ele assim o faz porque o seu fenótipo lhe traz barreiras sociais que lhe parecem intransponíveis. Quando ele renega o seu grupo de pertença, ele renega o seu corpo e evidentemente deixa de atuar como sujeito ativo e responsável pelos seus atos e discursos, visto que ele não embranquece de fato e jamais se funde com o outro, mas age como um sujeito em fuga de si mesmo e metaforicamente passa a atuar em terceira pessoa.

Depois de adulta, Viviane tomou consciência de como o racismo afetava a sua vida e o alisamento de seus cabelos se tornou um signo dessa violência, como podemos ver pelo vocábulo escolhido pela participante para descrever o processo:

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ALISAMENTO DO CABELO DE VIVIANE.

Era *horrível, horrível*! A gente se sentava lá, aquele *cheiro de cabelo queimado*, isso quando não *queimava a nossa orelha, cabeça*...
A gente não podia se mexer. Imagine essa criança... a gente não podia se mexer, porque *o pente quente podia machucar*.
Quando não era isso, era o Tasteful – *uma química muito forte*. *Aquele negócio parecia ácido*, *queimava e a cabeça ficava cheia de feridas*.
A minha infância toda foi esse processo, né... *só depois de adulta que eu me vi enquanto negra*.

Fonte: Autoria própria.

Os depoimentos das participantes desta pesquisa mostraram que, desde tenra idade, os seus cabelos crespos lhes trouxeram dificuldades. Entre as décadas de 1970 e 1990, não havia uma grande variedade de produtos estéticos no mercado destinados à população negra e, por isso, as meninas e as mulheres negras da época ficaram expostas a produtos caseiros, procedimentos improvisados e, muitas vezes, incompatíveis com o seu tipo de cabelo e pele. Segundo o relato das participantes, o alisamento de cabelos durante a infância foi uma escolha dos pais para proteger suas crianças contra o *bullying* no ambiente escolar, hostilidades e, evidentemente, como consequência da desvalorização da beleza negra na sociedade brasileira. Ao descobrir-se negra, a participante Viviane passou por um processo de autocrítica e conscientização social que a fez questionar o significado do alisamento de seus

cabelos e os valores envolvidos nesse procedimento. Ela, então, desejou se conectar com a cultura negra. Sua primeira atitude foi mudar o estilo dos cabelos e usar tranças afro. Entretanto, ela não contava com o *bullying* da chefia e dos colegas no escritório onde trabalhava:

> Eu trabalho no mundo corporativo e eu sou a única negra, quando eu cheguei com tranças, eu parecia uma alienígena. Ficou todo mundo naquele alvoroço. Meu gerente ficava assim: "Nossa, que estilosa você é." Eu pus a mão na minha cabeça e disse, não é mesmo? (Viviane).

O *bullying* dos colegas e da chefia durou o dia inteiro, por isso, retornar ao escritório no dia seguinte tornou-se um ato de resistência da participante. Após algum tempo de uso e muitas explicações sobre o seu novo estilo de cabelo, Viviane desejou seguir com o seu processo de autoconhecimento e conexão com o próprio corpo: "Vocês acreditam que eu não sei como é o meu cabelo de verdade?" (Viviane).

Assim como Viviane, outras participantes vivenciaram situações constrangedoras, microagressões e tratamento discriminatório no ambiente de trabalho por parte de chefes, colegas e clientes, devido ao seu cabelo crespo ou penteados afros. Quando os cabelos crespos são descritos como feios, ruins e rebeldes, as mulheres negras são ultrajadas, inferiorizadas e humilhadas. Assim, o cabelo crespo é um signo ideológico que reflete e refrata discursos racistas (Rodrigues, 2019).

Embora as leis brasileiras criminalizem a discriminação racial, meninas e mulheres negras continuam a ser oprimidas no ambiente escolar e no trabalho por causa de seus cabelos crespos. As atitudes racistas se manifestam por linguagem verbal e não verbal, geralmente em tom de zombaria e olhares de reprovação. Assim mesmo, Viviane e muitas outras mulheres negras têm

optado por usar os seus cabelos naturais, sem o uso de químicas. Seus cabelos naturais, antes rejeitados, assumem outros significados: eles se tornam signos ideológicos que expressam valores da negritude, empoderamento, discursos de existência e resistência. Contudo, as mulheres negras que desejam usar o seu cabelo crespo natural não devem lutar sozinhas. É necessário que as instituições, empresas e escolas se posicionem contra o racismo, implementem políticas de conscientização e encontrem soluções para proteger as vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte deste texto, fizemos um breve levantamento de textos historiográficos, literários e artigos científicos relacionados a vida dos escravizados no Brasil, que viveram no Brasil Colônia e Império em busca de vozes faladas de mulheres negras e seu discurso de resistência/existência. No extrato da obra de Florentino e Góes (2017), observamos que as mulheres negras foram invisibilizadas no inventário de Pascoal Cosme dos Reis (1850-1852), e, em Freyre (2006), foram estereotipadas, apresentadas como mulheres sexualizadas e libidinosas. Em ambos os textos, a voz masculina se sobrepõe à feminina.

A extrema violência contra as amas de leite e as negras da casa é denunciada na obra de Giacomini (1988). A autora seleciona anúncios da época que expõem a crueldade e o sadismo dos senhores e senhoras escravocratas para com suas escravizadas. Esses anúncios apontam para a dor silenciada das amas de leite e das negras da casa que foram estupradas, separadas de seus filhos, forçadas a alimentar os filhos de seus algozes com seu leite materno, além de terem que garantir o bom funcionamento da casa grande.

Também nos anos 1700, a sacerdotisa africana Luzia Pinta buscou dar alívio ao sofrimento das pessoas que lhe procuravam

por meio do Calundu – ritual africano praticado pelos escravizados em Minas Gerais. A africana liberta se arriscava ao praticar a sua fé e recusar a doutrina católica; por isso, foi perseguida, torturada e condenada pela inquisição portuguesa. Assim como Luzia Pinta, muitas outras africanas sacerdotisas corajosamente contribuíram para amenizar o sofrimento dos escravizados.

Neste trabalho, lembramos também a existência das mulheres quilombolas Luiza Mahim e Tereza de Benguela, conhecidas por sua bravura e luta contra o sistema escravocrata, da jovem Honorata, que foi colocada na prostituição aos 12 anos de idade, e das quitandeiras Mônica da Costa Ferreira e Teresa de Jesus e Sousa, que fizeram fortuna com seu comércio. Essas mulheres negras representam as vozes de muitas outras que vivenciaram a escravidão, mas ainda permanecem silenciadas, no anonimato. É necessário lhes fazer justiça por meio da celebração de sua memória, que carrega valores de dignidade, força, resiliência e luta diante das grandes dificuldades. A história de vida dessas mulheres não representa apenas um lamento de dor, mas de enfrentamento e combate diante das injustiças cometidas contra as pessoas negras na sociedade brasileira.

Esperança Garcia, por sua vez, nos deixou um valioso legado, através de sua carta endereçada ao governador do Piauí em 1770, na qual ela denuncia a separação forçada de sua família, os maus-tratos e a ausência de batismo das crianças e da confissão para si e para as suas parceiras. Nesse documento, podemos ouvir a voz de uma mulher negra escravizada no Brasil. Esperança Garcia praticava a fé católica, visto que vivia com seu marido e filhos em uma fazenda administrada por jesuítas. Ela tinha consciência do poder e influência da Igreja na sociedade escravocrata e recorreu ao discurso religioso para questionar as práticas escravagistas. Efetivamente, foi um grande gesto de coragem e resistência.

O sofrimento das mulheres escravizadas também foi relatado por Maria Firmina dos Reis (1859). No romance **Úrsula** (1859-

2004), a autora dá voz à escravizada Suzana. A personagem guarda lembranças de uma vida feliz em família na África, até ser raptada e atirada em um navio negreiro. A trágica vida e morte da personagem denuncia os horrores do sistema escravagista. Assim como ocorreu com muitos escravizados da época, por motivos injustos, a personagem foi aprisionada em um cômodo úmido da casa grande, acorrentada e teve alimentação reduzida. A morte de Suzana foi um momento de alívio e libertação "[...] porque quebrava-lhe o martírio e as cadeias da masmorra infecta e horrenda" (Reis, 2004, p. 225). Por meio de sua obra, a autora buscou sensibilizar as pessoas brancas de sua época, seus leitores mais prováveis. Elas tinham o poder de se posicionar contra o sistema escravocrata e de amenizar o sofrimento dos escravizados. Por meio da escrita e seu exemplo de vida, Maria Firmina dos Reis mostra como as mulheres negras da época lutavam com coragem e determinação contra a opressão e a violência do sistema escravocrata.

Cada vez mais, historiadores e pesquisadores das ciências humanas se interessam pelo modo de vida das pessoas que foram escravizadas no Brasil. Esses estudos contribuem para derrubar estereótipos e discursos racistas criados durante a escravidão, mas que ainda se refletem na sociedade atual. Enaltecer a existência e resistência da ancestralidade africana é também uma maneira de oferecer representatividade para a juventude negra, para que ela possa cultivar o sentimento de pertença racial e construir uma identidade sociopessoal positiva, com autoestima elevada.

A reivindicação por maior representatividade negra nos constructos sociais brasileiros e a construção de uma identidade negra positiva são pautas atuais. O depoimento de Viviane, que participou de minha tese de doutorado: **Análise dialógica dos discursos de mulheres negras em eventos de leitura – construção de sentidos e identidades** (Rodrigues, 2021) nos chama a atenção para o fato de ela ter recusado o seu grupo de pertença durante a infância e juventude, visto que cresceu em uma sociedade

com valores hegemônicos, ou seja, que não lhe ofereceu representatividade negra para que ela pudesse se espelhar e assim construir uma conexão positiva com o seu grupo racial. Foram muitos anos até que Viviane se conscientizasse da funesta influência do racismo em sua vida e abraçasse a sua identidade negra com orgulho.

A infância e a juventude da participante ocorreram no final do século XX. Vimos que nessa época as crianças negras foram excluídas do elenco do programa infantil *Xou da Xuxa,* que teve enorme audiência no país. Segundo a pesquisa TODXS (2015), realizada pela agência de publicidade Heads, com o apoio da ONU Mulheres, a presença de pessoas negras na mídia e publicidade com narrativas mais empoderadas tem crescido; todavia, ainda precisamos percorrer um longo caminho para alcançarmos um ideal de equidade. No século XXI, os programas infantis continuam a invisibilizar as crianças negras brasileiras ou a representá-las como coadjuvantes ou figurantes. Sendo assim, a luta das pessoas negras por respeito e igualdade continua, especialmente por aqueles que se preocupam em elevar a autoestima de suas crianças negras.

> […] hoje a gente tenta fazer diferente com as minhas sobrinhas. Esses dias a gente foi a uma exposição de bonecas negras e a minha sobrinha falou assim: "- olha tia, a boneca tem um turbante igual ao seu!' Aí ela mexeu no cabelo dela e disse: "É igual ao meu, tia!" (Viviane).

Entendemos que a construção da identidade sociopessoal envolve a maneira como interpretamos o mundo, como o outro nos vê e como confrontamos essas valorações. A construção da identidade negra se manifesta por meio dos discursos de existência e resistência, que refletem os valores da luta ancestral negra no Brasil. Esses discursos estão em constantes debates com os discursos de ódio. As mulheres negras são coagidas a responder não somente aos discursos racistas, mas também aos discursos machistas.

A invisibilidade dos negros nos espaços de poder é bastante significativa no Brasil. Ao fundo, as vozes daqueles que detêm o poder parecem dizer não e, assim, fecham as portas para a diversidade. Talvez essas vozes carreguem a "síndrome do medo" da classe senhorial, apontada por Moura (1987), que hoje poderia ser interpretada como síndrome do medo das lutas de classes, síndrome do medo do feminismo negro. De qualquer forma, desde o período da escravatura até os dias atuais, a luta por um Brasil mais justo, mais igualitário e menos violento efetivamente vai continuar.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. de. **O guarani**. São Paulo: Ática, 1996.

ALENCAR, J. de. **Iracema.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

BAKHTIN, M. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. BEZERRA, P. (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 337-357.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. 5. ed. revista. BEZERRA, P. (Trad.). São Paulo: Editora Forense Universitária, 2018.

BENEDUZI, L. F. Por um braqueamento mais rápido: identidade e racismo nas narrativas do álbum do cinqüentenário da imigração italiana no Sul do Brasil, **Antítese**, v. 4, nº 7, p. 13-30 jan.-jun.2011. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/issue/view/444. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 4, de 10 de junho de 1835. **Determina as penas com que devem ser punidos os escravos que matarem, ferirem ou commetterem outra qualquer offensa physica contra seus senhores etc.; e estabelece regras para o processo**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-4-10-junho-1835-561567-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 7 maio 2025.

CARNEIRO, S. Mulheres negras do Brasil. *In*: SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. V. (Orgs.). **Mulheres negras do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Senac Editoras; Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano, 2006, p. 5.

CORREIA, S. B.; MAIA, L. M. Representações sociais do "ser indígena": uma análise a partir do não indígena, **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 41, e221380, p. 1-15, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/K38kDH3X6NYC5Ywh3bpg6tP/. Acesso em: 3 mar. 2025.

COSTA, V. G. Mônica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, status e redes sociais no Recife oitocentista. *In*: XAVIER, G.; FARIAS, J. B.; GOMES, F. dos S. (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012. p. 98-111.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. *In*: **Feminism And Politics:** Oxford Readings. Oxford, 1998. Disponível em: https://academic.oup.com/book/48781/chapter-abstract/420802070?redirectedFrom=fulltext&login=false. Acesso em: 7 maio 2025.

DAIBERT JR, R. Luiza Pinta: experiências religiosas centro-africanas e inquisição no século XVIII. **Religare**, v. 9, n. 1, p. 3–16, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/15802. Acesso em: 12 jan. 2025.

DINES, A. **Vínculos de fogo:** Antônio José da Silva, o judeu e outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

DUARTE, E. de A. Maria Firmina e os primórdios da ficção afro-brasileira. *In*: REIS, M. F. dos. **Úrsula.** Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2004.

DURÃO, J. de S. R. **Caramuru:** poema épico do descobrimento da Bahia. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

FANON, F. **Pele negra máscara branca**. SILVEIRA, R. da (Trad.). Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, L. **Relatório Final CPI Assassinato de Jovens**. Senado Federal. Brasília: 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens. Acesso em: 28 dez. 2024.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz nas senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, C. 1790-C.1850. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e escrava:** uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. São Paulo: Vozes,1988.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Orgs.). **Atlas da violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Ipea; FBSP, **2019**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019 Acesso em: 28 dez. 2024.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. SILVA, T. T. da; Guacira Lopes LOURO, G. L. (Trads.). Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MAGALHÃES, D. J. G. de. **A Confederação dos Tamoyos**. Rio de Janeiro, Typ. Dous de Dezembro, 1857. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179487. Acesso em: 24 fev. 2025

MARCUSSI, A. A. **Cativeiro e cura:** experiências religiosas da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII-XVIII. (Tese) Doutorado em História Social – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11112015-134749/. Acesso em: 22 abr. 2025.

MARTINS, S. Impressões de uma infância. *In:* **Cadernos Negros**. São Paulo. Quilombhoje, v. 36: contos afro-brasileiros, p. 101-104, 2013.

MOTT, L. **Piauí Colonial.** População, economia e sociedade. 2. ed. Teresina: APL; Fundac; Detran, 2010.

MOURA, C. Da insurgência negra ao escravismo tardio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 9 especial, p. 37-59, 1987. Disponível em: file:///C:/Users/User/Documents/Racismo/Insurg%C3%AAncia%20negra%20Clovis%20Moura.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

ONU MULHERES. Publicidade brasileira avança com histórias de empoderamento, mas ainda reforça estereótipos de gênero e raça, aponta Pesquisa TODXS, da Aliança sem Estereótipos. **ONU Mulheres Brasil**, 15 mar. 2022. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/publicidade-brasileira-avanca-com-historias-de-empoderamento-mas-ainda-reforca-estereotipos-de-genero-e-raca-aponta-pesquisa-todxs-da-alianca-sem-estereotipos/. Acesso em: 7 maio 2025.

PIAUÍ (Estado). Lei nº 5.046, de 7 de janeiro de 1999. Institui o Dia Estadual da Consciência Negra no Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Piauí**, Teresina, n. 11, 18 jan. 1999. Disponível em: https://sapl.al.pi.leg.br/norma/1698?display=. Acesso em: 7 maio 2025.

REIS, M. F. dos. **Úrsula** [1859]. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2004.

SCHWARTZ, S. J.; LUYCKX, K.; VIGNOLES, V. L. (Eds.). **Handbook of Identity Theory and Research:** Structures and Processes. V. 1. New York: Springer. 2012.

SOUSA, M. S. R. de *et al.* (Orgs.). **Dossiê Esperança Garcia:** símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EdufPI, 2017.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

RODRIGUES, T. R. B. O cabelo da mulher negra como signo ideológico – reflexos racistas versus refrações empoderadas. *In*: **Identidade**! São Leopoldo, v. 24, p. 159-177, jul.-dez. 2019. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/3749. Acesso em: 7 maio 2025.

RODRIGUES, T. R. B. **Análise dialógica dos discursos de mulheres negras em eventos de leitura – construção de sentidos e identidades.** (Tese) Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

RODRIGUES, T. B.; BRAIT, B. **Discursos de mulheres negras:** construção de sentidos e identidades. São Paulo: Hucitec Editora, 2024.

RODRIGUES, B. A luz de Tereza de Benguela não apagará: o dito e o não dito pelas fontes históricas. **Fênix –** Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 494-512, jan./jun. 2022. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/983.

Acesso em: 11 jan. 2025.

SANTANA, B. **Quando me descobri negra**. São Paulo: Editora Sesi, 2015.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL**,** E. V. **Mulheres Negras do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Senac Editoras; Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano, 2006.

SINVAL, M. J. F. M. **O "X" da questão:** o fenômeno Xuxa e a construção

das crianças com o "X". (Dissertação) Mestrado em Comunicação e Semiótica **–** Concentração signo e significação nas mídias, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5283. Acesso em: 12 mar. 2025.

SOUSA, M. S. R.; SILVA, M. C. (Orgs). **Dossiê Esperança Garcia:** símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EdufPI, 2017. Disponível em: https://esperancagarcia.org/dossie-esperanca-garcia/#:~:text=(Orgs).,Teresina%3A%20EDUFPI%2C%202017. Acesso em: 8 jan. 2025.

SOUZA, J. W. de. **Raça e eugenia na obra geral de Monteiro Lobato**. (Tese) Doutorado Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Juiz de Fora (MG), 2017.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

NARRATIVAS MENSTRUAIS EMANCIPATÓRIAS NO ESPAÇO TECNODISCURSIVO DIGITAL DESDE UMA ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA INTERSECCIONAL

Maria Carmen Aires Gomes
Ceam/UnB/CNPq

Alexandra Bittencourt de Carvalho
IFNMG-Campus Almenara/FAPDF

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo, apresentamos alguns dos resultados do projeto teórico *Das condições epistemológicas, metodológicas e ontológicas para a elaboração de uma abordagem discursivo-crítica interseccional* (Maria Carmen Aires Gomes, PQ/CNPq/2022-2025) e da tese de doutorado de Alexandra Bittencourt de Carvalho (2024) – *O Discurso na Encruzilhada: propondo análise do discurso crítica interseccional*. Ambos têm como objetivo propor, a partir de um método dialético-relacional e interseccional, um desenho analítico para estudos discursivos que buscam debater as relações entre gênero, classe, raça (entre outros eixos identitários), corpo e discurso pelo viés dos estudos interseccionais e decoloniais.

No projeto desenvolvido por Gomes (PQ/CNPq/2022-2025), do qual faz parte a tese de doutorado de Carvalho (2024), ainda que a pesquisa teórica prescinda de empiria ou aplicação prática, com o objetivo também de compreender os diálogos, as articulações e os atravessamentos dos conceitos e das categorias propostos para a sistematização do quadro analítico, Gomes re-

aliza uma pesquisa documental, com coleta de dados extraídos do ambiente tecnodiscursivo digital (Paveau, 2021), dos perfis de práticas socioativistas feministas na rede social *Instagram*, visando dar sustentação ao que se propõe, por meio da explicação de um problema social, com faceta semiótica, tão caro à nossa sociedade: *a precariedade menstrual*.

Será analisada, neste texto, uma amostra discursiva de narrativas menstruais emancipatórias produzida em espaço de comentários na rede social *Instagram*. Estamos entendendo por narrativas menstruais emancipatórias as maneiras potenciais de agir e interagir discursivamente a partir de uma perspectiva crítica, emancipatória e decolonial que coloca em xeque os saberes-poderes sobre a menstruação construídos e sustentados por um Cis-tema moderno-colonial executado ainda por uma matriz de dominação (Maldonado-Torres, 2018; Collins, 2022; Vasquez, 2022).

As narrativas de experiências pessoais com o ciclo menstrual, no ambiente tecnodiscursivo, do espaço comentários do *Instagram*, na maioria das vezes, são motivadas pela insatisfação de estar menstruada, pela inseguridade com a gestão menstrual (contenção do sangue e as tecnologias disponíveis) ou mesmo pela infelicidade de ser um corpo menstruante. Assim, a maneira como explicam, avaliam, ou mesmo apreciam o estar menstruada, por meio de relatos e narrativas, parece-nos mostrar que há uma colaboração, uma coconstrução de como se sentem, ou como deveriam se sentir em relação às vivências e experiências menstruais. Tais narrativas resgatam experiências passadas geralmente com uma sequência de ações, participantes, lugares, contextos e instrumentos, e podem ainda trazer avaliação moral ou ética de um fato que aconteceu, de uma ação, ou de um estado psicológico em relação aos acontecimentos com a menstruação. Na maioria das vezes, dependendo do tema que está posto, as pessoas relatam algum conflito com a gestão menstrual, alguma

insatisfação com a falta de acolhimento e empatia das pessoas, ou com a falta de políticas de saúde da sociedade. Identificamos essas características nos estudos realizados por Gomes; Carvalho (2025a), Gomes; Carvalho (2025b), Gomes (2024), Gomes (2023a, 2023b) e nas ações e eventos de letramento crítico em educação menstrual emancipatória e decolonial desenvolvidos no âmbito dos projetos *Enredando o Caleidoscópio no debate sobre as relações entre discurso, pobreza menstrual, meio ambiente e ciência em escolas de Ensino Médio no Brasil* (CNPq) e *Pobreza e Dignidade menstrual, meio ambiente e ciência: enredando o Caleidoscópio em escolas do DF* (FAPDF), coordenados por Maria Carmen Aires Gomes, que objetivam, principalmente, ressignificar os tabus, mitos, estigmas menstruais, de forma a problematizar e ressignificar informações equivocadas e incorretas sobre a menstruação.

Para nós, as *narrativas menstruais emancipatórias* vinculam as vidas de cada uma das pessoas que menstruam com um horizonte mais amplo de relações, lugares, objetos, ideologias, valores e outras motivações, constituindo-se como coconstrução coletiva. São relatos de experiência de felicidade, de segurança e acolhimento, que constroem uma narração cooperativa, solidária e empática que ressignificam os mitos, estigmas e tabus menstruais. Essa co-narração, no ambiente tecnodiscursivo do discurso digital, potencializa ações de resistência, a partir de reflexões colaborativas, que ampliam para uma explanatória crítica sobre os modos de viver em uma conjuntura sócio-histórica, política e cultural. Nesse espaço digital há uma disputa de saberes-poderes sobre as experiências e vivências sobre a menstruação, porque "las narraciones tienen sus raíces en sistemas culturales de conocimiento, creencias, valores, ideologías, modos de acción, emociones y otras dimensiones de orden social[1]" (Ochs, 2000, p. 276). Segundo Ochs (2000, p. 275): "una narración puede, además

1 As narrativas estão enraizadas em sistemas culturais de conhecimento, crenças, valores, ideologias, modos de ação, emoções e outras dimensões sociais (tradução nossa).

de contener una disputa, estar ella misma alojada dentro de una disputa actual, como cuando alguien cuenta una historia para ilustrar el punto de vista que quiere sostener[2].” Cada um que relata suas experiências e vivências pode desde fazer somente uma ilustração de como é o ciclo menstrual, até narrar uma “versión que contextualiza los sucesos al intentar explicarlos y/o persuadir a otros de su relevancia[3]” (p. 277).

Assim, as narrativas menstruais emancipatórias, a partir de pesquisas e ativismos desenvolvidos, principalmente, desde a América Latina (Rea, 2019; Vasquez, 2022; Tarzibachi, 2017; Sala, 2020), são aquelas que ressignificam os conhecimentos e revisitam os estigmas, medos, mitos e tabus que outorgam efeitos de sentido sociais negativos às vivências menstruais de pessoas que menstruam. Narrativas menstruais emancipatórias desmistificam, visibilizam, dignificam e posicionam o tema do ciclo menstrual como um tema de direitos humanos, de saúde coletiva, social e pública; ao fazerem isso, resgatam o valor da experiência corpórea situada e a capacidade de reescrever a história sobre a menstruação. É um manifesto contra o Cis-tema moderno-colonial. Analisar essas narrativas, a partir de investigações produzidas principalmente na América Latina e Caribe, nos possibilita posicionar a América Latina como um território com conhecimentos, ciências, práticas e vozes próprias que se impulsionam, constroem e legitimam através do trabalho coletivo.

Para este capítulo, consideramos a coleta de uma amostra discursiva de narrativas em um perfil feminista no *Instagram*, apresentando uma análise discursivo-crítica interseccional (Gomes; Carvalho, 2024; Carvalho, 2024) das narrativas produzidas no espaço comentários por usuários/as/es após reagirem

2 “Uma narrativa pode, além de conter uma disputa, estar inserida em uma disputa em andamento, como quando alguém conta uma história para ilustrar o ponto de vista que deseja defender” (tradução nossa).

3 “Versão que contextualiza os eventos em uma tentativa de explicá-los e/ou persuadir os outros de sua relevância” (tradução nossa).

discursivamente aos saberes e poderes que atravessam os corpos das pessoas que menstruam, em um *post* que tematiza traumas com a menstruação/menarca, divulgado no perfil @thaisbasile.psi, no dia 26 de março de 2025 (data do *print* da coleta dessa amostra discursiva), partindo da perspectiva interseccional e decolonial (Maldonado-Torres, 2018, Akotirene, 2019; Collins, 2019, 2022), e também da análise das reações sociodiscursivas verbais (Gomes, 2022).

A SENSIBILIDADE ANALÍTICA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA INTERSECCIONAL: ENCRUZILHADAS ONTOEPISTEMOLÓGICAS DE NOSSA PROPOSTA

O que nos sensibiliza quando atuamos como analistas críticos/as do discurso? Essa indagação nunca nos foi feita, mas consideramos fundamental em nosso exercício analítico. Bhaskar (1998), no seu texto *A possibilidade do naturalismo*, nos orienta a repensar a relação entre ontologia e epistemologia, em um exercício que faz com que as cientistas e os cientistas definam sua posição ontológica respondendo à pergunta: *O que é a natureza?* A partir de sua resposta sobre o questionamento, ou seja, sua posição de mundo (ontologia), as epistemologias serão escolhidas. O que o realista crítico branco inglês nos faz pensar é que a ciência não pode ser produzida sob o manto da neutralidade, mas que existem perspectivas distintas, concebidas previamente, que constroem, portanto, fazeres científicos também diferentes. Mas responder a essa pergunta não nos parece suficiente. Mais do que definirmos o que é a natureza, o que é a vida social, temos que responder à pergunta que inicia essa seção. O quê da vida social nos sensibiliza? Esse ensinamento nos foi dado a partir da construção práxis-teórica da Interseccionalidade. Para Carla Akotirene, doutora negra brasileira nos estudos de gênero,

> Sensibilidade analítica – a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais (Akotirene, 2018, p. 35).

O ensinamento dessa intelectual regida pelas águas de Oxum nos posiciona a admitir que existe uma matriz colonialista de dominação (Collins, 2022), cujas estruturas articulam, concomitantemente, hegemonias calcadas em poderes causais construídos, de forma complexa e contingencial, no intercruzamento entre sistemas de poder do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado (Akotirene, 2018), entre outras formas de poderes colonialistas. Dessa forma, e partindo dessa ontologia, conseguimos responder como a vida social se organiza, primeiro passo de nossa proposta.

A ONTOLOGIA INTERSECCIONAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Para trazermos a proposta da Análise de Discurso Crítica Interseccional, é importante passearmos pelas avenidas que levam o discurso à encruzilhada. Luís Rufino (2019), intelectual pardo brasileiro da educação, no seu livro **Pedagogia das Encruzilhadas**, explica a potência epistemológica da encruzilhada a partir do cruzo:

> A encruzilhada não é aqui reivindicada para negar a presença da modernidade ocidental, mas para desencadeirá-la do seu trono e desnudá-la, evidenciando o fato de que ela é tão parcial e contaminada quanto as outras formas que julga. O conceito de encruzilhada combate qualquer forma de absolutismo, seja os ditos

> ocidentais, como também os ditos não ocidentais. A potência da encruzilhada é o que chamo de cruzo, que é o movimento enquanto sendo o próprio Exu. O cruzo é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado e inapreensível. O cruzo versa-se como atravessamento, rasura, cisura, contaminação, catalisação, bricolagem — efeitos exusíacos em suas faces de Elegbara e Enugbarijó. O cruzo é a rigor uma perspectiva que mira e pratica a transgressão e não a subversão, ele opera sem a pretensão de exterminar o outro com que se joga, mas de engoli-lo, atravessá-lo, adicioná-lo como acúmulo de força vital (Rufino, 2019, p. 16).

O que Rufino nos orienta é que saberes-poderes modernos ocidentais devem ser transgredidos a partir de vozes e sujeitos pilhados pela colonização, e, no caso do fazer científico, das intelectualidades negras e ameríndias, em seus saberes-poderes acadêmico e orgânico. É no cruzo que se transgride a ciência: a carrega de axé (a força vital) pelos pensamentos das epistemes caladas, rompendo o ciclo do epistemicídio (Carneiro, 2005).

Nosso primeiro cruzo transgride o Modelo Transformacional da Atividade Social proposto pelo Realismo Crítico (Bhaskar, 1998), vinculação teórica da Análise de Discurso Crítica anglo-saxã, mais fortemente da Análise de Discurso Textualmente Orientada de Chouliaraki e Fairclough (1999), do método relacional-dialético, com as Teorias Interseccionais de Akotirene (2019) e Collins (2022). Para Bhaskar (1998), a sociedade é dividida em estratos, do mais abstrato ao mais concreto, em um movimento dialético, relacional e transformativo, no qual estruturas sociais (estrato mais abstrato) e a ação reflexiva (estrato mais concreto) se relacionam da seguinte maneira: a estrutura, com seus poderes causais, fornece ou constrange recursos para a ação humana que, por sua vez, em seu exercício reflexivo e deliberado, os reproduz

ou transforma. O que o autor branco inglês argumenta é que, em qualquer uma das possibilidades de agência – reprodutora ou não –, há uma transformação na estrutura social, cujo efeito é de manutenção ou de mudanças parciais ou totais dos poderes causais do estrato mais abstrato.

No entanto, a estrutura e a ação não ocorrem de maneira direta, já que há um estrato intermediário, que as medeia: o sistema posição-prática:

> O vínculo entre estrutura e ação deve suportar e ser ocupado tanto por elementos dos indivíduos quanto das estruturas. A relação entre estruturas sociais e pessoas necessita de um ponto de conexão entre elas que seja capaz de explicar como as primeiras possibilitam a agência humana ao mesmo tempo em que esta as transforma, ou seja, a ligação relacional entre estrutura e ação (Carvalho, 2024, p. 62).

O sistema posição-prática é capaz de explicar como as pessoas agem, a partir de seus posicionamentos nas práticas sociais que participam, ao mesmo tempo em que vivenciam a atuação da estrutura social, a partir de recursos e constrangimentos, que operam sobre elas. É nas práticas sociais que podemos analisar como o movimento dialético e transformativo entre estrutura e ação acontece.

Partindo desse pensamento ocidental, como transgredi-lo? Como carregar de axé essa ontologia? Para nós, há uma coerência em pensar a sociedade estratificada em três, pois a lógica da encruzilhada é também tríade. Exu, dono da encruza e senhor da comunicação, nos ensina em uma itã (histórias orais contadas em terreiros), em tempos imemoráveis, que Exu teve de escolher entre duas cabaças, uma com o pó mágico do polo positivo e outra, com o negativo. Ele nega e pede uma terceira cabaça na qual chacoalha

os pós das duas anteriores, misturando e soprando no universo, revelando "o poder transformador de Exu: o terceiro caminho não é a oposição e nem a negação dos dois caminhos anteriores, e, sim, a transgressão deles (Carvalho, 2024, p. 36). É assim o cruzo:

> Exu gargalha!!!! Ele nos diz que é preciso carregar de axé os estudos discursivos críticos. Se as estruturas sociais possuem mecanismos e poderes causais, quais são eles? De onde surgem, no processo de socialização, os recursos e constrangimentos destas estruturas? Quando são ativados, nas práticas, sobre quem e quais efeitos? Como se experiencia tudo isso? Teóricos e teóricas brancas discutiram isso, mas como a intelectualidade negra, nas traquinagens exusíacas, podem transgredir essas discussões, ou melhor, como enegrecer esses estudos (Macedo, 2022; Carvalho, 2024).

Nossa proposta informa que as teorias interseccionais são nossa ferramenta teórico-analítica que responde a essas indagações. A interseccionalidade, embora cunhada academicamente por Kimberlé Crenshaw, em 1989, não teve sua genealogia no final dos anos 1980. A vivência oprimida de mulheres negras já construía organicamente o termo, muito antes de ele ser um objeto do saber científico, assim como intelectuais negras descreviam a interseccionalidade mesmo sem designá-la como tal (Collins, 2020, 2022).

Uma questão importante para a interseccionalidade é admitir que nossa sociedade é construída por uma *estrutura estruturante* denominada *matriz de dominação*. Para Patrícia Hill Collins (2022), socióloga negra estadunidense, a matriz de dominação se refere à forma pela qual a dominação política é organizada a partir do cruzo de sistemas de opressões. Tais sistemas são descritos não isoladamente, mas pela imbricação do cisheteropatriarcado, do

neocolonialismo, do capitalismo e do imperialismo, que, apesar de caracterizarem a geopolítica em nível global, assumem formas distintas em diferentes contextos geopolíticos e históricos. Os efeitos que os poderes causais desses sistemas geram é a capacidade de influenciar todos os aspectos da vida social. Assim, a "ênfase da interseccionalidade na interseção de sistemas de opressão sugere que cada uma das diferentes formas de dominação tem sua própria grade de poder, uma 'matriz' distinta de dinâmicas de poder que se cruzam" (Collins, 2022, p. 22).

Admitimos, assim, que a dinâmica da estrutura social obedece à lógica das colonialidades ser-saber-poder. Isso implica dizer que os mecanismos e poderes causais do estrato abstrato da sociedade tanto oferecem quanto constrangem recursos para definir e ditar valores sociais. O racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado operam, então, a lógica colonial da outridade, produzindo efeitos de sentidos sociais calcados em binarismos nos quais a branquitude rica-classe média cisnormativa é o EU, a base da normalidade e da normatividade, o padrão que categoriza "pessoas, coisas e ideias segundo as diferenças entre elas" (Collins, 2019, p. 137), dando formas hierarquizadas e valoradas à compreensão de tais diferenças. Alinhada a esse pensamento, Akotirene nos orienta a pensar que a interseccionalidade, ao contrário de

> somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modelados por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma de suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (Akotirene, 2019, pp. 41-42).

Essa citação nos traz questões de extrema importância para delinearmos a ontologia interseccional da vida social: a primeira é a negação da lógica matemática das identidades e a afirmação das condições estruturais. A autora retoma a concepção de matriz de dominação de Collins, aqui definida como matriz de opressão, já que não admite os sistemas de opressão de forma isolada, e, sim, de maneira imbricada. A segunda é a maneira pela qual Akotirene define a operação desses mecanismos e poderes causais sobre *o corpo*. Pelo nosso entendimento, e pelo cruzo com o Realismo Crítico, a inserção do corpo para explicar as posicionalidades que reorientam as subjetividades é o axé necessário para compreendermos o sistema posição-prática. Esse estrato intermediário, que medeia a estrutura e a ação, não pode ser pensado apenas pelos posicionamentos, mas também pela forma como os corpos em intersecção são operados e operam nas distintas práticas sociais. É dessa maneira que conseguimos entender como os eixos identitários são marcados contextualmente, de maneira a construir práticas de opressões e de subordinações (Carvalho; Costa, 2018). Decorrente disso, o estrato da ação, aquele mais concreto, será concebido pelos agentes coloniais que atuam nas práticas sociais de maneira a reiterar as desigualdades e as violências interseccionais sobre os corpos pilhados pela colonialidade.

Esse é o primeiro passo da nossa ontologia. Respondemos, pois, o que é a vida social tendo como base o cruzo entre o Realismo Crítico e as teorias interseccionais. Mas, como dito anteriormente, isso não é suficiente quando nos posicionamos sob a lente interseccional. O que nos sensibiliza, então, diante dessa organização? A Análise de Discurso Crítica Interseccional, analisando práticas sociodiscursivas de resistência e reexistência, parte das frestas e rasuras (Rufino, 2019) do Cis-tema mundo-moderno. Ainda que a interseccionalidade esteja sensibilizada analiticamente nas condições estruturais que operam para a colonialidade, esse exercício é importante para pensarmos formas de combatê-la, já nos chamava a atenção Collins (2022). Na ADCI, buscamos entender

(e fazer emergir) as formas de decolonização e contracolonização, ações e escolhas que rearticulam e desarticulam os sistemas de opressão.

Ana Lúcia Silva Souza, linguista aplicada negra brasileira, ao discutir sobre os letramentos de reexistência, nos *or*i-enta para o caráter de "reinvenção de práticas que os ativistas realizam, reportando-se às matrizes e aos rastros de uma história ainda pouco contada, nos quais os usos da linguagem comportam uma história de disputa pela educação escolarizada ou não" (Souza, 2011, p. 37). A pesquisadora ainda afirma que as resistências e reexistências ressignificam a linguagem, ancoradas principalmente na oralidade, demonstrando "que as identidades sociais, sempre em construção, se dão de forma tensa e contraditória, próprio de situações em que se está em disputa por lugares socialmente legitimados" (Souza, 2011, p. 37). É assim que práticas sociodiscursivas de resistência e de reexistência esculhambam e desordenam um mundo criado e dominado pelo classismo, racismo e cisheteropatriacalismo. São, portanto, práticas sociais

> que combatem à lógica colonial, esta que reitera os binarismos de sistemas interconectados de opressão (Collins, 2019) capitalistas/racistas/cisheteropatriarcais, assim como outros sistemas de opressão, como a gordofobia (Carvalho, 2018), bem como práticas que reivindicam o lugar de existência daqueles marginalizados por estes sistemas, evidenciando suas facetas semióticas (Carvalho, 2024, p. 49).

A ontologia social intersecional e decolonial partirá das epistemologias de Exu, que desordenam e esculhambam (Rufino, 2019) a ordem colonialista, considerando as transgressões e traquinagens. Nossa primeira traquinagem exusíaca encontra-se no estrato da ação, *lócus* dos agentes decoloniais. Levando em consideração o Modelo Transformacional da Atividade Social e

o cruzo com as teorias interseccionais, os agentes decoloniais, em seus ativismos sociais, agem em práticas sociodiscursivas (o estrato intermediário) de forma a rearticular e/ou desarticular os mecanismos e poderes causais da matriz de opressão (no estrato abstrato). Eles são corpos que interseccionam seus eixos identitários, resistindo e reexistindo, de forma a desconstruir suas posicionalidades de opressão, transformando-as em posicionalidades emancipatórias.

Esse movimento leva-nos à segunda traquinagem: a inserção do corpo como um dos momentos da prática social, que articula e internaliza outros momentos. Para tanto, será preciso transgredir e repensar o conceito de prática social. Nossa encruzilhada ontoepistemológica está inserida no campo dos estudos discursivos, mais precisamente, nos estudos discursivos críticos. Ainda que seja fundamental a discussão filosófica e sociológica sobre o corpo, isso deve estar sempre relacionado ao discurso. Coloquemos, então, o discurso na encruzilhada.

A ONTOLOGIA DISCURSIVA CRÍTICA INTERSECCIONAL

Nosso campo teórico-metodológico discursivo transgredido é a Análise de Discurso Crítica anglo-saxã, nos estudos promovidos por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003). Em 1999, a analista e o analista europeus brancos, em um movimento transdisciplinar, colocam a prática social como ponto de partida para análise, descentralizando o papel do discurso na análise, para tanto, assumem que o discurso é, apenas, um dos momentos da prática social, que se articula e se internaliza com outros momentos não discursivos (a atividade material, os fenômenos mentais e relações sociais); essa mudança de foco importa-nos, pois entendemos que os problemas sociais, com faceta semiótica, não podem ser reduzidos a uma analítica discursiva.

No método relacional-dialético e transformacional,

identifica-se um problema social a ser analisado, parte-se da análise de conjuntura para se compreender como esse problema social está funcionando na prática social particular – da qual o discurso é um dos momentos que a constitui. Para entender esse funcionamento, realiza-se a análise interdiscursiva, para, enfim, identificar possíveis alternativas para solucionar tais problemas (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Essa proposta é também um projeto político-discursivo emancipatório que busca apontar soluções e fazer intervenções, após a identificação dos obstáculos que sustentam ou mantêm tais problemas.

Nossa segunda traquinagem exusíaca é a inserção do corpo como um dos momentos da prática social. Maria Carmen Aires Gomes (2020), pesquisadora branca brasileira, assim a desenha:

Figura 1: Inserção do Corpo como um momento da prática social



Fonte: Gomes, 2020, p. 85.

Na atitude decolonial da ADCI, é preciso trazer o corpo para a encruzilhada. O corpo é um saber (Martins, 2011) que entrecruza o saber-pensar-sentir, cujas performances o lançam a uma dimensão espiralar, cujos tempos e espaços são constan-

temente rememorados, transformados. Ao trazer o corpo para os princípios de Exu, ele se torna um espaço no qual é capaz de manter múltiplas potências, ou seja, o corpo torna-se um campo de possibilidades que obedece à ética responsiva exusíaca. A dimensão do corpo é potência ancestral que nega a passividade dos corpos pilhados diante das violências do carrego colonial (Rufino, 2019) e reinventa-se em suas dimensões identitárias.

A inserção do corpo como um dos momentos da prática social nos possibilita, portanto, analisar discursiva, crítica e interseccionalmente práticas sociodiscursivas de resistência e de reexistência, já que corpos em intersecção, com atitude decolonial, produzem discursos emancipatórios. Não há possibilidade de analisar a resistência e reexistência sem marcar quais corpos participam da prática social – mecanismo que intermediará a relação entre estrutura e ação decolonial. É no estrato da prática social que as ressignificações discursivas acontecem. Podemos resumir nossa proposta de ADCI da seguinte forma:

Quadro 1: Ontologia Discursiva Interseccional

	ONTOLOGIA REALISTA CRÍTICA	ONTOLOGIA DISCURSIVA CRÍTICA	ONTOLOGIA INTERSECCIONAL	ONTOLOGIA DISCURSIVA CRÍTICA INTERSECCIONAL
ESTRATO DO POTENCIAL	Estruturas sociais	Sistema Semiótico	Matriz de Dominação	Linguagem-encruzilhada
ESTRATO DO REALIZADO	Sistema posição-prática	Discurso como um momento da prática	Sistema posicionalidade-prática: o corpo como um momento da prática	Ressignificação discursiva
ESTRATO DO EMPÍRICO	Eventos sociais – agência	Textos	Agentes decoloniais	Textos como agentes decoloniais

Fonte: Carvalho, 2024, p. 100.

Na ontologia discursiva crítica, Fairclough (2003) operacionaliza a organização social do Realismo Crítico admitindo como estrato mais abstrato *o sistema semiótico*. Tal operacionalização faz emergir a importância das semioses, aspecto negligenciado na teoria filosófica. A concepção de sistema semiótico, por sua vez, dialoga transdisciplinarmente com a Linguística Sistêmico-Funcional, e, portanto, o/a analista crítico/a o admitem como um potencial semiótico que fornece recursos (semioses) ou os constrange em (rede de) práticas sociodiscursivas. Como Fairclough (1992, 2003) estava preocupado com as questões relacionadas ao discurso e poder, e até mesmo quando desenha o enquadre metodológico junto com Chouliaraki (Chouliaraki e Fairclough, 1999), podemos depreender que esses recursos operam, em sua maioria, sociodiscursivamente, para manutenção de hegemonias que funcionam em prol da Colonialidade.

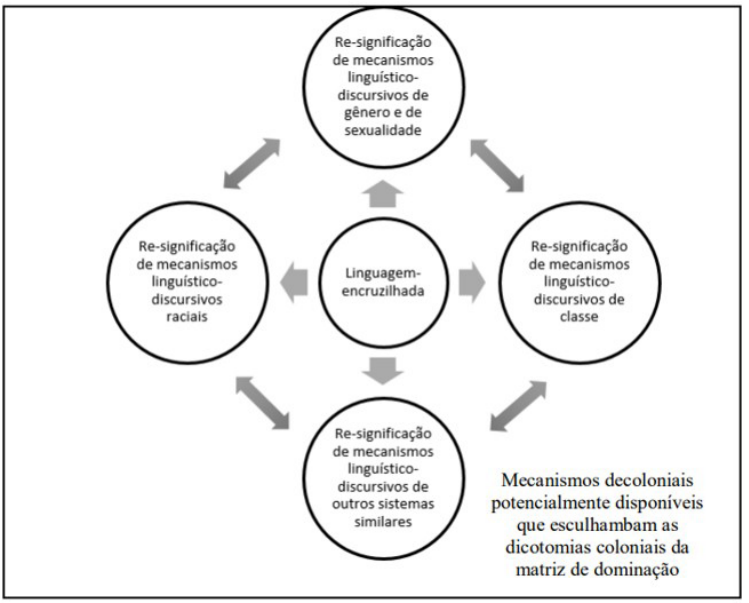
No entanto, na ADCI, o sistema semiótico será transgredido pela noção de *linguagem-encruzilhada*. Nela, algumas perguntas permeiam sua elaboração:

> se o sistema semiótico é um potencial linguístico-discursivo que agentes discursivos escolhem, conscientemente ou não, de acordo com suas posicionalidades na prática, para construir seus textos, como a matriz de dominação imputou escolhas que perpetuam o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado intercruzados? Em outras palavras, como a matriz de dominação produz poderes causais para a colonialidade da linguagem? *E o mais importante: como a agência de corpos decoloniais em práticas de resistência e de reexistências desarticulam essa colonialidade colocando a linguagem no princípio dinâmico de Exu (Rufino, 2019), ou seja, na linguagem-encruzilhada?* (Carvalho, 2024, p. 101. Grifos nossos).

O princípio dinâmico de Exu movimenta a linguagem--encruzilhada dupla e simultaneamente: é tanto uma ressignificação do sistema-semiótico da colonialidade quanto uma invenção de um sistema semiótico decolonial. A ressignificação, conforme Bachur (2021), sociólogo branco brasileiro, acontece quando uma construção, termo ou uma expressão linguística, antes tomadas como pejorativas, transformam-se em algo positivo. São usos linguísticos cujos movimentos semântico-discursivos operam com "fins políticos para se fazer frente a algum tipo de discurso, colocando sentidos em disputas" (Gomes; Carvalho, 2022, p. 377). No entanto, tratar a linguagem-encruzilhada apenas como um movimento que, a partir de um uso pejorativo, se ressignifica de forma afirmativa, ainda coloca como referência a colonialidade da linguagem, já que parte dos mecanismos linguístico-discursivos disponíveis transformados em prol da decolonização. Isso implica a ideia de que os sentidos abertos e os cursos de ação possíveis da forma como Bachur (2021) pensa a ressignificação é o ponto de partida para aprofundarmos nossa tese de formas que outras de mecanismos decoloniais do sistema-semiótico possam ser *inventadas, ou mesmo potencialmente visibilizadas*.

Esse duplo movimento de transformação e de invenção é nomeado aqui como re-significação. Assim que, no estrato mais abstrato da ontologia discursiva crítica intersecional, o potencial semiótico da linguagem-encruzilhada fornece recursos, ao mesmo tempo em que constrange, a fim de colocar como potencial escolhas de distintas semioses em favor do projeto de decolonização da vida sociodiscursiva:

Figura 2: Linguagem na Encruzilhada

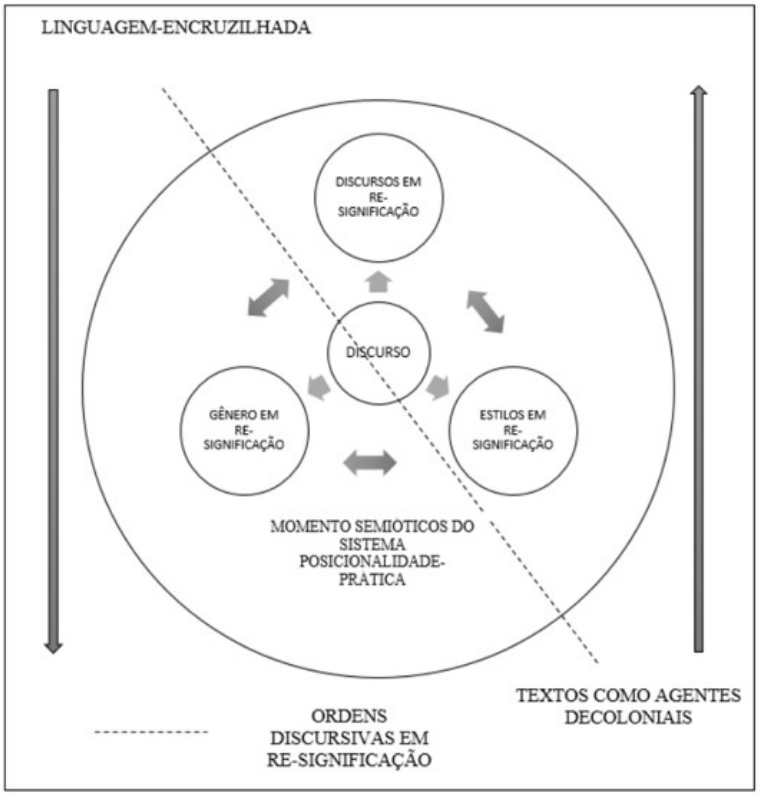


Fonte: Carvalho, 2024, p. 112.

O abstrato mais concreto na ADCI, por sua vez, amplia a noção de texto da Análise de Discurso Textualmente Orientada. Fairclough (2003) argumenta que esse nível é entendido como o texto, materializações de semioses fruto das escolhas dos agentes sociais dos recursos linguísticos-discursivos (entre outras semioses) disponíveis do estrato semiótico. Para nós, na ontologia discursiva crítica interseccional, retomando e cruzando os estudos de Fairclough (2003) com a concepção de textos como agentes sociais de Magalhães (2017), estamos admitindo o estrato mais concreto a partir do protagonismo de textos como agentes decoloniais. Assim, a inter(ação) (o texto) modifica o potencial semiótico (a linguagem-encruzilhada), ao mesmo tempo em que o segundo modifica o primeiro. A intermediação, as práticas sociais de resistência e de reexistência, internaliza e articula seus elementos: o discurso, a atividade material, os fenômenos mentais,

as atividades materiais e o corpo, de forma contingencial e aberta, para fins de decolonização. *No momento semiótico da prática social, no discurso, seus mecanismos internos se relacionam, no movimento de re-significação*. Essa discussão é resumida, semioticamente, assim:

Figura 3: Linguagem na Encruzilhada e o momento semiótico do sistema posicionalidade-prática



Fonte: Carvalho, 2024, p. 119.

Partindo disso, nosso trabalho analítico recairá nas práticas sociodiscursivas de resistência e de reexistência, ao analisarmos as narrativas emancipatórias sobre as vivências e experiências com a primeira menstruação/menarca. Estamos preocupadas em

compreender quais corpos participam dessa prática sociodiscursiva, e como eles articulam e internalizam os outros momentos da prática, e, ao fazerem isso, quais escolhas semióticas usam para re-significarem sentidos sociais colonialistas sobre a menstruação. Para, enfim, entendermos como os textos agem em prol do processo emancipatório decolonial. A seção seguinte tentará responder a essas questões.

ANÁLISE DAS NARRATIVAS MENSTRUAIS EMANCIPATÓRIAS: RESISTINDO AOS SABERES-PODERES MODERNO-COLONIAIS SOBRE A MENSTRUAÇÃO

Marie-Anne Paveau (2021), em seus estudos sobre discurso digital, no âmbito dos estudos linguístico-discursivos, reforça que a semiose funciona diferentemente na produção discursiva digital, levando à construção de tecnodiscursos, aqueles "resultantes das condições de produção técnicas: composição, deslinearização, ampliação, relacionalidade (material e automática por meio de *links* que circulam em desmedida multiplicação), investigabilidade, imprevisibilidade" (p. 22). Os tecnodiscursos são o resultado da articulação e da internalização entre corpo, máquina e linguagem, admitindo, assim, o papel de agentes não humanos na produção linguageira, como os *trolls*, algoritmos.

Neste texto, articuladas aos estudos de Paveau (2021), aplicamos a proposta de Gomes (2022) para análise de comentários *on-line*. Para Gomes (2022), o espaço de comentários é um *lócus* potencial de ação e interação em que leitores/as reagem aos temas, assuntos e fatos, emitindo suas opiniões, julgamentos, fazendo circular e difundir os temas em foco. Nesse sentido, a pesquisadora propõe que, discursivamente, a construção textual reativa, ali abrigada, seja denominada analiticamente de Reação Sociodiscursiva Verbal (RSV). A maneira como as pessoas reagem seja em relação ao conteúdo divulgado no texto/vídeo, seja

em relação a algo que foi dito por outro/as/e usuário/a/e, não se encerra em si, pois as informações permanecem abertas, logo, a "interação" pode continuar, já que as respostas serão ilimitadas, em função de outras relações espaço-temporais digitais. Em termos metodológicos, estamos dizendo que analisamos momentos sociodiscursivos específicos nas práticas sociais digitais.

As reações sociodiscursivas verbais (RSV) são formas habituais de agir e interagir sociodiscursivamente em locais e tempos específicos, envolvendo corpo, atividades materiais e fenômenos mentais que se relacionam dialeticamente em um sistema de rede de práticas sociais. As reações sociodiscursivas verbais podem ocorrer de três formas: (i) reações transacionais – *interactants* e reatores/as comentam entre si assuntos e temas que podem ou não estar vinculados aos textos, estabelecendo a troca sociointerativa; (ii) reações não transacionais – *interactant* comenta (reage aos) assuntos noticiados nos textos jornalísticos, mas sem a troca sociointerativa; (iii) reações transacionais atitudinais – *interactants* e *reactants* reagem às trocas usando citações e falas não só do texto jornalístico, como as de outros/as participantes, de maneira atitudinal (Gomes, 2022, p. 28-29). Gomes (2022b) propõe seis tipos de reações para a análise de comentários reativos no ambiente digital, são elas: a) reações sociodiscursivas verbais engajadas (refuta, contrapõe, concorda, endossa); b) reações sociodiscursivas verbais de condenação (julga moralmente comportamentos e condutas); c) reações sociodiscursivas de admiração (julga positivamente as condutas sociais); d) reações sociodiscursivas de crítica (julga negativamente as condutas sociais); e) reações sociodiscursivas de aprovação (elogia comportamentos e condutas morais); f) reações sociodiscursivas de apreciação (avalia qualidades estéticas).

Para compor a nossa amostra discursiva, selecionamos um *post* que tematiza traumas vinculados à menstruação/menarca, divulgado no perfil @thaisbasile.psi. O perfil possui conta situada no Brasil, com data de entrada em março de 2018, e verificada em

junho de 2023. Na descrição da bio, a usuária identifica-se como "Psicanalista, feminista e mãe; autora de livros e colunista na @ vidasimples", tem 421 mil seguidores, segue 189, além de ter 2.737 mil publicações. A coleta dos comentários e das reações sociodiscursivas verbais foi realizada no *Instagram*, no mês de março de 2025. O *post* foi coletado e armazenado em arquivos .doc, através da captura de tela, *print*, da conta do *Instagram* de Maria Carmen Aires Gomes pelo *smartphone* (Paveau, 2021[2017]; Coletiva Ciborga, 2022), e, na data do *print,* o *post* tinha 236 comentários. Sobre a captura de tela, alinhamo-nos não só a Costa, Baronas (2021, p. 36), para quem "as capturas de tela são fruto da subjetividade do internauta-analista", mas também com Thaís Batista (2020, p. 297), ao dizer que "as formas como os dados serão gerados e analisados são escolhas, por isso, não são neutras, pois a geração e o olhar que se dá aos dados sempre partem de algum lugar".

O *post* carrossel selecionado para a análise constitui-se de três grupos de textos: um texto produzido pela psicanalista, no qual ela aborda a naturalização dos traumas vinculados à menarca e um convite à reflexão; três relatos de internautas sobre vivência e experiência com o ciclo menstrual, usados como ilustração para a reflexão apresentada; e um texto/legenda (*Se a gente não entende nosso ódio, ele vira violência contra* ***nossas filhas***). Transcrevemos, a seguir, os textos do *post* carrossel:

> • Traumas com a chegada da menstruação são **infelizmente COMUNS**. **as mulheres** ensinadas a odiar seu corpo, repassam **às filhas** todo ódio sem nenhum filtro, elaboração, às vezes com prazer em despejar o que sofreram. **meninas** sendo chamadas de porcas, achando que iam morrer, sem orientação nenhuma, relatos de nunca receberem apoio com cólica, de terem sua intimidade espalhada para todos com deboche, etc. Numa thread do X vemos alguns relatos que posto a seguir, para que possamos como grupo começar uma conversa honesta sobre isso. (@taisbasile.psi, 22:05, 25 mar.25)

• na minha primeira menstruação **eu vi o sangue escuro** e mostrei pra minha mãe, **pq não tinha certeza se era sangue mesmo**, ela disse **"deve ser bicho pq vc é nojenta".** aí no dia seguinte acordei com bastante sangue mesmo e ela ligou pra minha madrinha toda feliz contando que menstruei. (post 3; relato 1)

• Aprendi o que era menstruação passando vergonha **quando desceu e sujou minha calça clara na escola**. Obs: cresci com minha vó e um dia perguntei pra que servia absorvente (na época comercial do modes). **Me disse era pra por no suvaco.** (post 4, relato 2)

• acho que o pior pra mim foi na minha segunda menstruação da vida, meu fluxo é muito grande e absorvente tamanho comum não funciona pra mim, **eu falei pra ela que não importava como eu colocava mesmo assim vazava e sujava minha calcinha, ela me bateu e me chamou de nojenta**. (post 5; relato 3).

Os três relatos mostram a operacionalização discursiva do tabu menstrual por meio do estigma de que não se pode falar publicamente sobre menstruação, e, principalmente, de que o fluxo menstrual é impuro, sujo. O nojo, segundo Medrado; Malfrán (2024, p. 93), no campo dos estudos das emoções, é agrupado em três domínios: nojo patogênico, nojo sexual e nojo moral; esse último é o que recebe o foco neste estudo. O nojo moral "institui normatividades que posicionam corpos e subjetividades, mas, para além disso, ele está profundamente ligado a estruturas históricas e sociais", motivando ações punitivas contra pessoas que transgridem ordenamentos (Medrado; Malfrán, 2024, p. 93). Nas três narrativas menstruais, observamos que, nas práticas sociofamiliares, quando o assunto é a menstruação e o fluxo menstrual, as relações sociais de parentesco, atravessadas por relações de poder, são construídas entre corpos menstruantes e mães ou avós, a partir de sentimentos como horror, nojo e vergonha. Essas emoções fazem parte da produção discursiva sociocultural e política

do Cis-tema moderno-colonial, que, em conjunto e ao longo da historicidade, engendram-se e são sustentadas na vida social, transformando-se em práticas de violência material e simbólica.

A operacionalização do tabu menstrual ocorre discursivamente da seguinte forma: *o tabu afeta as crenças, essas afetam emoções que, por sua vez, afetam as ações que se convertem em normativas e verdades incontestes; esse movimento é dialético, já que as normativas e verdades incontestes também podem se converter em ações e afetar as emoções* (Vasquez, 2022). Para Gomes e Carvalho (2025b), as crenças, os mitos, os estigmas geram e sustentam opressões, submissões e exclusões de pessoas que menstruam, reforçam a culpa, o pudor e a vergonha, quando, por exemplo, a pessoa torna visível ao outro (principalmente aquele que produz e reproduz o Cis-tema heteropatriarcal) o sangue (seja na roupa manchada, seja na própria fala, por meio de relatos) ou mesmo a tecnologia menstrual (absorventes). Nos três relatos, observamos a sustentação da invisibilidade da menstruação, por meio de práticas de violência simbólica e material, nas vozes representadas das mães e avós: *"deve ser bicho pq vc é nojenta"; Me disse era pra por no suvaco; ela me bateu e me chamou de nojenta"*. Insultos, ofensas e humilhações atentam contra a dignidade das pessoas que menstruam, sustentando discursivamente o tabu menstrual, que se ancora em saberes coloniais-modernos que a depreciam, a mantêm oculta, sigilosa, como se a menstruação não fosse um processo biológico natural, cíclico, que, inclusive, recorda o corpo de sua capacidade de gerar vidas (Gomes, 2024; Gomes; Carvalho, 2025a; Gomes; Carvalho, 2025b). São essas narrativas que criam obstáculos à transformação e à ressignificação da menstruação que precisam ser problematizadas nas mais variadas práticas sociais, para que narrativas menstruais emancipatórias possam ser criadas e circulem livremente, sem que as pessoas menstruantes sejam insultadas, ofendidas.

Ao coletar os comentários do *post* e observá-los, verificamos que, dentre as narrativas de experiências menstruais pessoais, não havia apenas relato de experiências pessoais negativas, mas também as positivas, o que nos fez optar por selecionar e sistematizar, para este estudo, apenas os relatos que valorizam e apreciam positivamnete a menstruação de maneira emancipatória, e, por vezes, ativista. Foram selecionadas 36 narrativas menstruais que ressignificam traumas, sofrimentos, inseguranças com a menstruação, usando como critérios a categoria das reações sociodiscursivas não transacionais (Gomes, 2022), quando internautas comentam sobre o assunto noticiado no *post* e desenvolvido no texto da legenda, sem desenvolver uma troca sociointerativa com outros internautas. A análise das narrativas não necessariamente obedece à ordem dos comentários, mas a forma pela qual os/as *interacts* dialogam com o tema da postagem.

Para nossa investigação, empregamos as ferramentas computacionais permitidas pelo aplicativo *on-line Voyant* (voyant--tools.org), de origem canadense, que nos possibilita fazer a compilação dos dados por meio de lista de frequências, gráficos de distribuição e a amostragem das palavras usadas no contexto do enunciado, nos indicando potencialmente a proeminência de temas e concordâncias lexicais. Em termos quantitativos, nossa amostra discursiva tem 2,339 formas únicas de palavras, uma média de 17.3 palavras por frase. Quanto às palavras mais frequentes, na amostra, foram, assim, identificadas pelo aplicativo: "**pra (32); mãe (24); filha (15); absorvente (13); escola (11); pai (9); sentir (5); sabia (6); vida (5); naturalidade (6); remédio (6); deu (6)**", (dados do *corpus: voyant-tools.org*).

Figura 4 – Itens lexicais mais frequentes no corpus primário



Fonte: Dados do *corpus* (voyant-tools.org).

Uma análise inicial mostra-nos que os itens lexicais mais frequentes na amostra discursiva, composta por 36 narrativas de experiências menstruais, reforçam as características da narrativa em que o tema é a menstruação: as relações sociais de parentesco entre mães e filhas, o absorvente (como tecnologia menstrual mais usada no contexto brasileiro) e a escola, como circunstância de lugar, operando como espaço de vivências e experiências menstruais, sejam de opressão, sejam de emancipação. Frequência que merece destaque é a do item lexical "pai (9)", textos que têm o pai na orientação narrativa evidenciam uma ruptura no enquadre de cuidado, que, recorrentemente, coloca as feminilidades – mães, tias, avós, amigas, madrinhas – no centro do acolhimento e apoio às pessoas que menstruam. Assim, também é interessante destacar a frequência do item lexical "naturalidade (6)", usado para avaliar e julgar positivamente os comportamentos das pessoas em relação à menstruação.

Passemos às análises. Começaremos com as narrativas que se orientam para as relações entre a identificação do pai e as vivências com a menstruação, por entendermos que se trata de uma ressignificação do enquadre do cuidado.

1. Menstruei num domingo a tardinha, falei pra mãe, que me trouxe um absorvente dela... **quando sai do banho meu pai estava me esperando com uma rosa que tirou do jardim e me deu os parabéns por agora ser a mocinha (Acredito que a ideia da rosa foi da minha mãe, mas nunca perguntei)** Isso aconteceu 34 anos atrás. **Meus filhos desde pequenos conheciam absorventes**...

2. Eu contei pro meu pai. Era ele que estava em casa. **Perguntou se eu sabia o que fazer, se precisava de alguma ajuda e me deu um abraço**. Tinha 11 anos. Mesmo que para minha mãe, ele fosse ausente, **para mim ele era o abraço e o carinho**

3. Minha mãe tava viajando e eu tava em casa só com meu pai e irmã mais nova, **mas já sabia que fazer porque tive educação sexual na escola**. Quando ela voltou de viagem, **eles mandaram me entregar um buquê de flores com um cartão!** Lembro até hoje que o cara da floricultura me deu parabéns e disse "se não é teu aniversário, não sei porquê, mas parabéns! Hahaha" **aí meu pai me perguntou porque eu não tinha falado pra ele, que tava tudo bem contar. Eu lembro de sentir muita vergonha, mas foi muito acolhedor ter esse carinho deles - achei o máximo receber flores.**

4. Eu fui traumatizada! Aqui em casa quebrei o constrangimento sobre o assunto e somos livres para falar inclusive quebrei o medo que pai tinha sobre o assunto, hoje ele mesmo fala filha liga para o pai que eu largo tudo pra lhe buscar na escola. Deixei ela **confortável** e que todos sabem **agir com naturalidade** mas com muito **carinho e respeito.**

5. Aqui em casa. Minhas filhas foi natural. Uma chorou e eu disse que isso não era ruim. Que é da natureza. Disse a ela que tomasse remédio porque nenhuma mulher merece sentir dor (isso eu escutei de um ginecologista homem quando era jovem) e também comprei bombom pra ela. **A outra, meu esposo (não é pai**

delas) viu que eu fiz com a primeira e comprou chocolate para a segunda. Ele internalizou que merecemos comer, é claro que não vou afundar ela em doces, **mas foi a forma que achamos de dizer que não eram sujas como eu me senti quando menstruei e chorei, minha mãe só disse para de bobagem. Por isso não criei repulsa ao menstrua**r. Hoje adulta não sinto nada, são 3 dias e sem dor, Graças a Deus!

6. Pelo menos esse trauma não passei, enfim um a menos. **Minha menstruação foi recebida com tranquilidade e até um pouco de alegria**. **Cheguei em casa desesperada e contei para meu pai,** ele pediu a secretária da casa me acompanhar no banheiro, já que minha mãe estava trabalhando. **Saiu, comprou o absorvente e pediu para minha irmã mais velha me ajudar.** Meu fluxo, durante a vida toda foram pingos e nada de cólicas. Menos um trauma para minha triste adolescência.

As seis narrativas apresentam, de maneira similar, quando os pais estão envolvidos, temas alinhados, ações e formas de lidar, recorrentes, com a experiência menstrual da filha. Nos relatos, os pais parecem ter uma masculinidade mais crítica, mostram-se mais sensíveis, empáticos, com as experiências das pessoas que menstruam e daquelas que fazem parte de suas relações sociais. Ainda que nos relatos os pais participem da experiência menstrual, levando as narradoras a reagirem com admiração pelo comportamento empático, afetivo e usual (aparentando normalidade no gesto), o que nos mostra uma rearticulação discursiva dos saberes moderno-coloniais, já que esses os colocariam fora dessa relação do cuidado em função do tabu menstrual (pudor, invisibilidade, vergonha), não podemos deixar de destacar que os pais ainda sustentam a crença de que a menarca está vinculada à ideia de reprodução (*quando saí do banho meu pai estava me esperando com uma rosa que tirou do jardim* ***e me deu os parabéns por agora ser a mocinha;*** *eles mandaram me entregar um buquê de flores com um cartão!***).** As

relações de cuidado dos pais são avaliadas pelas narradoras por reações de admiração, aprovação e afeto:

> **Admiração –** comportamentos ligados à naturalidade; entender a menstruação como processo fisiológico natural - "*aí meu pai me perguntou porque eu não tinha falado pra ele, que tava tudo bem contar. Eu lembro de sentir muita vergonha,* ***mas foi muito acolhedor ter esse carinho deles - achei o máximo receber flores****."; "quebrei o medo que pai tinha sobre o assunto, hoje* ***ele mesmo fala filha liga para o pai que eu largo tudo pra lhe buscar na escola****."; "Deixei ela confortável e que* ***todos sabem agir com naturalidade*** *mas com* ***muito carinho e respeito"***
>
> **Aprovação –** elogios sobre o comportamento acolhedor e sensível- ***"****ele pediu a* secretária da casa me acompanhar no banheiro, *Saiu, comprou o absorvente e pediu para minha irmã mais velha me ajudar."; "Minha menstruação foi recebida com* ***tranquilidade*** *e* ***até um pouco de alegria****. Cheguei em casa desesperada e contei para meu pai";*
>
> **Afeto** – com reações de segurança, felicidade e satisfação: "*Minha menstruação foi recebida* ***com tranquilidade e até um pouco de alegria****", "A outra, meu esposo (não é pai delas) v****iu que eu fiz com a primeira e comprou chocolate para a segunda.****", "Perguntou s****e eu sabia o que fazer, se precisava de alguma ajuda e me deu um abraço.*** *Tinha 11 anos. Mesmo que para minha mãe, ele fosse ausente, para mim* ***ele era o abraço e o carinho****".*

A educação menstrual, no âmbito familiar, é uma temática recorrente nas narrativas, principalmente a conscientização de que os conhecimentos sobre a menstruação não são restritos às meninas e mulheres, mas também devem ser explicados/ensinados aos meninos e homens. No entanto, parece-nos que essa conscientização tem se realizado por meio de mulheres, que se ressignificam, e, após isso, instruem os homens e meninos de suas

famílias, na tentativa de romper com o tabu menstrual. Ainda que os relatos demonstrem uma desarticulação dessas mulheres em termos geracionais – *diferentemente de minhas mães e avós* –, articula-se discursivamente ainda com os saberes-poderes patriarcais, no binarismo de gênero. Os excertos, a seguir, são narrativas que se orientam pela relação entre mães, filhos/homens e o ciclo menstrual, no contexto familiar.

Nas narrativas (7), (8) e (9), em posição temática, a informação sobre a identificação relacional de mãe de meninos abre a orientação emancipatória da narrativa que se constrói a partir da desarticulação da marcação de gênero. Visibilizar o conhecimento menstrual para meninos, ao explicar que a menstruação é um processo fisiológico, instrui que isso não é motivo de vergonha, e o tabu pode ser rompido. O comprometimento e o engajamento delas com a educação menstrual e a partilha das ações realizadas com os filhos se verificam no uso das modalidades e pressuposições *(o que devem fazer, já ensinei, ensino sempre, e tb já sabe, também já expliquei; acho importante)* e nos processos materiais e verbais *(expliquei, ensinei, tema seja falado)*.

7. Sou mãe de 3 meninos. E **já ensinei** pra eles o que é menstruação e o que **eles devem fazer caso vejam alguma menina "suja"**. **Ensino sempre** como funciona o nosso corpo e o corpo deles... **o conhecimento liberta**!

8. meu filho q é menino tem 6 anos e tb já sabe... ele não vai ser aqueles caras frescos q nunca viu sangue kkkkkk

9. também já expliquei isso aos meus filhos bem pequenos, dois meninos. **Acho importante que o tema tb seja falado sem tabu para meninos.**

Embora se comprometam com a educação menstrual, o que seria uma desarticulação em termos de marcação de gênero,

tratar a menstruação sem pudor, vergonha, ao usar o item lexical "suja" (ainda que destacado por aspas, pressupondo que o atributo não é o mais adequado), a narrativa (7) faz uma presunção valorativa de que o fluxo menstrual é sujo, impuro, articulando discursivamente o estigma menstrual. Em (8), curiosamente, desarticula-se a masculinidade tóxica, ao usar de forma irônica e provocativa o atributo "frescos" para identificar homens que associam o sangue ao nojo.

Em (10), (11) e (12), a explicação de que a menstruação é um processo natural do corpo e saudável, e que instruir os filhos sobre isso possibilitará um convívio empático, o aumento do respeito social e a participação nos cuidados sexuais e reprodutivos de suas parceiras, é a orientação principal das narrativas. A promoção do debate livre e a conscientização sobre a menstruação são o propósito de uma educação menstrual emancipatória e crítica, e observamos isso nessas narrativas, que se orientam por vivências menstruais anteriores positivas, seguras, confortáveis, instrutivas e felizes, por meio do uso de modalidades epistêmicas:

10. Gente, minha mãe **sempre deixou a gente vê-la menstruada com muita naturalidade**, desde que eu e minha irmã gêmea éramos pequenininhas. **Sempre explicou** o que era, então qd menstruamos foi bem tranquilo. **Tenho um filho de 2 anos que me vê menstruada tb e vai crescer entendendo com muita naturalidade, assim como sua irmã. Entendo que temos que naturalizar a menstruação pros homens, tb, eles conviverão com mulheres e tem que ficar de boas**! Sinto muito por todas as mulheres que tiveram experiências traumáticas, **meu coração dói por vcs!**

11. Passei pelas mesmas situações, hj, com um menino e uma menina, falo abertamente sobre coletor menstrual e, faço completamente tudo menstruada. **Nunca foi tabu aqui em casa e espero q não seja pra ele qd vir meninas com suas menstruações vazadas, e nem pra ela, q me vê praticando**

esportes, tomando banho de mar e curtindo a vida como um dia qualquer. Sempre reforço para eles que se mamãe menstrua é pq está saudável

12. Me doi essa violência gratuita e a dificuldade de passar informações basicas pras filhas. Quando a pediatra informou que a qualquer momento minha filha poderia menstruar, **aproveitei pra conversar mais a fundo com ela**, já havíamos conversado sobre, de acordo com a curiosidade dela. Dois meses depois veio, ela com 10 anos, me chamou e disse o que aconteceu, já sabendo bem do que se tratava. **Ela com os olhinhos cheios de lágrimas, abracei ela e choramos juntas pela chegada da nova fase. E o irmão (7 anos) pulando em volta da gente perguntando o que aconteceu kkkkk Claro que expliquei e avisei que era um momento íntimo e não deveria ser compartilhado a menos que ela mesma quisesse.**

A narrativa (10) apresenta reações que refutam as experiências traumáticas, ilustrando como foram suas vivências acolhedoras, instrutivas e seguras, por meio de afeto, aprovação, admiração: "*Gente, minha mãe **sempre** deixou a gente **vê-la menstruada** com **muita naturalidade**; **Sempre explicou** o que era, então qd menstruamos foi **bem tranquilo";*** enquanto as narrativas (11) e (12) não partem de experiências traumáticas, mas de uma conscientização de um letramento crítico em educação menstrual que lhes possibilitou ressignificar suas maneiras de compreender a menstruação (com felicidade, segurança, satisfação e conforto e de maneira natural), rompendo o tabu menstrual: ***falo abertamente sobre coletor menstrual;*** *faço **completamente tudo** menstruada. **Nunca foi tabu aqui em casa; Sempre reforço para eles que se mamãe menstrua é pq está saudável,** Quando a pediatra informou que a qualquer momento minha filha poderia menstruar, **aproveitei pra conversar mais a fundo com ela**, já havíamos conversado sobre, de acordo com a curiosidade dela.*

Nas narrativas de experiências menstruais emancipatórias, observamos construções léxico-gramaticais, e até mesmo repertórios socioculturais, que nos remetem às epistemologias feministas, como, por exemplo, em (12) **–** *E o irmão (7 anos) pulando em volta da gente perguntando o que aconteceu kkkkk* ***Claro que expliquei e avisei que era um momento íntimo e não deveria ser compartilhado a menos que ela mesma quisesse.*** **–,** quando a mãe promove o convívio empático e respeitoso entre irmãos, considerando que aquele corpo menstruante tem suas próprias regras e desejos. Embora, para nós, teria sido um excelente momento para que a mãe explicasse ao filho porque se trata de um "momento íntimo"; pois, ao fazer isso, ainda que respeitando "meu corpo, minhas regras, minha vida" da filha, ela (mãe) reforça o tabu de que a menstruação é assunto para ser tratado no âmbito privado, da ordem do íntimo. Destacamos ainda as reações de afeto e de solidariedade/sororidade engajadas: ***Sinto muit****o por todas as mulheres que tiveram experiências traumáticas,* ***meu coração dói por vcs!; Me doi essa violência gratuita*** *e a dificuldade de passar informações basicas pras filhas.*

Em (13), "***Aqui sempre tratei com naturalidade****!! Ela me vê trocando* ***o coletor****, pergunta e eu explico conforme a sua maturidade. Está com quase 3 anos e* ***sabe que é o sangue sagrado da vida!*** *Minha mãe também tratou com naturalidade na época, mas a mídia não!! Então* ***a relação de amor que tenho hoje com a menstruação veio depois da minha desconstrução e resgate do feminino***", observamos a desarticulação do tabu menstrual apoiada na epistemologia ecofeminista centrada no sagrado feminino (Rea, 2019; Valdés Padilha, 2017), cuja premissa está na celebração do ciclo feminino, refletindo a conexão com a natureza e o universo, e a menstruação associada ao milagre da vida e à conexão com o sagrado. Assim como em (14): *Que é* ***saudável menstruar*** *e que isso diz que* ***nosso corpo está funcionando****. Que o utero se prepara para fazer bb e que*

se nao tem o bb, ***o sanguinho*** *vem pela vagina.* ***Uso calcinha absorvente*** *e as lavo no banho, junto com minha filha, Nos dias de maior fluxo,* ***o sangue escorre tão intenso e ela sempre diz: que lindo!*** *Ela está com 6 anos*. É interessante notar que nas narrativas emancipatórias que desarticulam o tabu menstrual são usadas as tecnologias mais sustentáveis *(coletor, calcinha absorvente)*, e as reações são de afeto felicidade, segurança e satisfação *(sanguinho, lindo, saudável menstruar)*.

Em (15), *Esse é um privilégio que eu tive... Minha mãe sempre me explicou o que era, justamente pq quando foi a vez dela era tratado como tabu (e só não foi traumatico pra ela, pq uma professora explicou o que era, e deu um pacotinho de absorvente pra todas as meninas, isso lá na década de 60),* diferentemente das experiências traumáticas marcadas pela dimensão geracional, a narrativa informa, com afeto e de forma engajada, que teve "privilégio", ao ser informada adequadamente sobre a menstruação e deve isso à relação social de solidariedade e acolhimento com sua mãe, que rompeu com a operacionalização do tabu por ter acesso aos conhecimentos adequados no espaço escolar, em um contexto histórico marcado pela tradição e conservadorismo.

Nas narrativas (16) e (17), a seguir, destacamos a importância da educação sexual, sendo apreciada positivamente, e com afeto, pelas narradoras, pelos conhecimentos adquiridos que as emanciparam e lhes deram saberes-poderes sobre seus corpos, como em (13): *"****Tive educação sexual na escola*** *aos 10 anos, qd menstruei aos 12, já sabia o que era e que fazer, educação sexual nas escolas é* ***algo maravilhoso*** (252 curtidas, maior número de curtidas da postagem). *Minha mãe nunca tinha falado sobre isso comigo"*, e, também, em (17): ***Tive educação sexual na escol****a e também tinha amigas que já tinham menstruada, por isso andava com absorvente pra todos os lados muito antes de menstruar"*.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS: O TABU MENSTRUAL EM DESARTICULAÇÃO POR MEIO DE NARRATIVAS MENSTRUAIS EMANCIPATÓRIAS

As narrativas de experiências menstruais emancipatórias são aquelas que, investidas de agência, saberes-poderes outros e criatividade, ressignificam a orientação narrativa, ou seja, ressignificam não só as relações sociais de poder entre as pessoas que menstruam e os outros e a forma como usam as tecnologias, mas também o como e também o quê aprender sobre menstruação, considerando as relações espaciais e temporais. São narrativas que constroem experiências, reais ou não, situadas social e historicamente, gerando outras significações e efeitos de sentidos sociais, em rearticulações (negociações) e desarticulações discursivas.

Essas narrativas orientam-se, em nossa amostra discursiva, por avaliações afetivas e apreciativas recorrentes, pois referem-se aos significados emotivos de afeição e correspondem à reação que a menstruação provoca nas pessoas que menstruam e nas que se relacionam com elas. Para Cecchin; Gerhardt; Khun (2023, p. 112), "realizações de valoração evidenciam a apreciação quanto ao valor que as pessoas atribuem a coisas, objetos, entidades ou semioses. Relacionam-se à cognição, ao expressarem opinião sobre as coisas". O corpo menstruante gera impactos nas práticas sociofamiliares, nas relações sociais, nas atividades materiais, nas crenças, afetos e emoções, nas relações de poder, revelando o quanto o ciclo menstrual pode surpreender ou o quanto pode agradar (ou não agradar) as pessoas. Os trechos, a seguir, da amostra discursiva, exemplificam isso: *atestar para ela que tudo* ***pode****, e* ***deve ser, mais leve****;* ***ensinei*** *minha filha* ***do modo mais doce****, dou* ***todo o apoio, remédio*** *para dor,* ***repouso****, faço as vontades dela, compro o* ***melhor doce****, a calcinha* ***mais confortável, desde bem pequena****, ela sabia o que era, já havíamos conversado* ***várias vezes*** *e* ***foi emocionante e tranquilo****; eu* ***a aconchego*** *quando ela tem có-*

lica, compramos ***chocolate*** *e ela se* ***sente à vontade*** *para conversar e* ***expressar suas emoções***.

As manifestações de afeto entre mães, filhas e menstruação/menarca também são recorrentes: (18) ***Felizmente*** *tenho o relato* ***bonito*** *dessa fase. Minha mãe foi* ***tão carinhosa e atenta****. Tenho* ***lembrança linda*** *desse momento!;* (19) *Quando menstruei até absorvente eu já tinha. Tudo com a normalidade, nunca tive vergonha de levar absorvente para escola, eu avisava a professora em alto e bom som que necessitava ir ao banheiro e mostrava o absorvente, Nunca recebi piadas por isso nem na escola pq sempre tratei com naturalidade e seriedade. Quando estava com cólica minha mãe me dava chás e me deixava quieta.* e (20) ***Em choque com esses relatos****. Tive uma* ***mãe tão maravilhosa*** *q foi* ***tão cuidadosa comigo*** *nesse fase que fico assim - só de lembrar*. Para Cecchin; Gerhardt; Khun (2023, p. 106): "avaliações dessa categoria podem modificar participantes representados no texto, ao descreverem e ao atribuírem características que os qualificam", essas avaliações são muito importantes para a nossa análise (relação de felicidade e conforto entre familiares), uma vez que a dimensão geracional atravessada pelas relações de poder entre mãe e filhas é uma das causas das experiências traumáticas e motivo de reações de condenação e crítica, cujos julgamentos recaem principalmente sobre as feminilidades que cuidam da gestão das pessoas que menstruam – mães, avós, tias.

Avaliações com afeto desarticulam o tabu menstrual e obviamente os domínios cultural e interpessoal do poder, uma vez que rompem não só com práticas sociais que produzem, veiculam e disseminam ideias e representações culturais, mas também com as práticas rotineiras e cotidianas, ou seja, a forma como as pessoas vivenciam e interagem em torno dos saberes-poderes sobre a menstruação (Collins, 2022; Collins; Bilge, 2021). O saber-poder que vincula a menstruação à reprodução, à maternidade e à sexualidade marca a potência do gênero, o

controle sobre o corpo de quem menstrua: "a menarca é vista como uma transição simbólica da infância para a vida adulta, um período de crescimento e mudança, muitas vezes, ligado à maturação sexual" (Menegotto, 2022, p. 17). Para Tarzibachi (2017, p. 265): "[...] la menstruación como preparación para la maternidad vuelve a colocar como horizonte del proyecto vital de una niña su posición como madre"[4]. Observamos esse tipo de narrativa articulando-se com as de afeto e apreciação positivas, promovendo, assim, ora rearticulação, ora desarticulação na conscientização crítica e emancipatória sobre as experiências com a menstruação, como se observa a seguir:

> (21) Me lembro q minha **Mãe ficou comovida**. Falou, nossa, **vc agora é mocinha**! E eu ri, **Mãe eu tenho 9 anos, não sou mocinha.**

> (22) Nossa filha ficou menstruada c 10 anos na pandemia e **ela me perguntou se era verdade q já era mocinha,** nunca tinha falado isso c ela, **respondi q continuava criança, no máximo pré-adolescente.**

Em (21) e (22), as narradoras reagem engajadamente, de maneira crítica, negando (*não sou mocinha; respondi continuava criança, no máximo pré-adolescente*) e resistindo ao tabu menstrual que vincula a menstruação à maternidade e à reprodução. Embora nossa amostra discursiva não nos permita identificar as intersecções explícitas de classe, etnia/raça, para um debate interseccional mais aprofundado, podemos assumir que as vivências das narradoras refletem experiências coletivas, mas as reações diante das experiências e vivências menstruais são individuais/pessoais, até porque – como se entende a partir do "domínio interpessoal do poder" – as identidades interseccionais não são idênticas: "como o domínio interpessoal enfatiza o cotidiano, as estratégias de

4 "A menstruação como preparação para a maternidade coloca a posição de mãe de volta ao horizonte do projeto de vida de uma menina" (tradução nossa).

resistência próprias desse domínio podem variar de uma pessoa para a outra" (Collins, 2019, p. 453):

> (23) Acho que essas mães que foram agressivas na fala com as filhas vieram tb de uma geração que as tratava assim. É muito cruel os erros de gerações anteriores seguirem prosseguindo. **Falar sobre isso já é um start para q as meninas não passem por isso**

> (24) **Eu comprei vários tipos de absorvente quase 1 ano antes com minha filha, dei vários tipos pra ela experimentar, mesmo antes de menstruar, ela achou divertido e colocava para testar.** Não contei para ninguém quando ela menstruou, **só quando ela me autorizou**, sempre levo ela pra comprar e sempre deixo ela testar quais ela quiser. **Tbm ensinei alguns truques** com fralda de bebê RN pra dormir e não vazar à noite. Quando tem cólica compro chocante (sic), faço carinho e deixo faltar a aula. Ela menstruou com 11 anos. Mas desde os 10 eu já vinha naturalizando tudo.

As narrativas menstruais emancipatórias, em nossa amostra discursiva de análise, nos informam que a complexidade nos sistemas de opressão faz com que cada pessoa experimente e vivencie diferentes graus de opressões e privilégios em torno da menstruação em suas mais variadas práticas sociais, em especial, às familiares. Essas narrativas, textos de resistência, nos mostram pessoas que vivenciam e experienciam a menstruação de maneira segura a respeito de si mesmas e do que sentem, há potência, autoconfiança e criatividade, também constroem e circulam experiências coletivas, criando suas estratégias de resistência diante de uma realidade patriarcalmente opressora e violenta.

Embora, nossa amostra discursiva não nos permita identificar as intersecções explícitas de classe, etnia/raça, para um debate interseccional mais aprofundado, mas podemos pressupor questões de classe (comprar flores, bombons, coletor, calcinha

menstrual), questões binárias de gênero (filhas, meninas, mãe), pelas fotos, no perfil, de mulheres brancas.

Finalizamos este texto afirmando, junto a Collins (2022a, 2022b), Collins e Bilge (2020), que a precariedade menstrual é um problema social de faceta semiótica multidimensional e interseccional que informa como as pessoas que menstruam e suas relações sociais estão situadas dentro das relações de poder de determinados contextos históricos e sociais, e que não só as pessoas que menstruam têm pontos de vista distintos sobre a menstruação, mas também os que não menstruam, uma vez que podem sustentar e executar discursivamente a operacionalização do tabu menstrual. Para Cândido e Saliba (2022, p. 6): "com a naturalização dos estigmas e da desinformação, a menstruação é compreendida como uma dinâmica individual que deve ser superada no silêncio e em segredo, minimizando os sintomas e questionamentos", mas entendemos que esse é o nosso desafio, compreendê-la e fazer com que seja compreendida como um gravíssimo problema de saúde pública, coletiva e de direitos humanos, uma vez que relaciona-se, e em função de sua complexidade, a muitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) descritos na Agenda 2030 da ONU, como, por exemplo: erradicação da pobreza, saúde e bem-estar, educação de qualidade, redução das desigualdades, igualdade de gênero, mudança climática.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade.** Pólen. Produção Editorial LTDA, 2018.

BACHUR, J. P. Para uma sociologia da ressignificação. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 263-295, 2021.

BATISTA, T. E. **Globalização em paisagens linguísticas e usos de marcadores discursivos**: policentricidade, escalas e metapragmática nas práticas linguísticas de jovens urbanos e quilombolas. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, 2015.

BHASKAR, R. Societies. **Critical realism.** Routledge, 1998

CÂNDIDO, A. C. D. de O.; SALIBA, M. G. Interseccionalidade e a dignidade menstrual: um diálogo fundamental no combate às desigualdades. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas.** Bebedouro, v. 10, n. 3, set./dez. 2022. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/47552. Acesso em: 31 mar. 2025.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**, 2005. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil, 2005.

CARVALHO, A. B.; COSTA, J. C. Interseccionalizando a Análise de Discurso Crítica: a encruzilhada nos estudos discursivos e de gênero social. *In*: GOMES, M. C. A.; VIEIRA, V. C.; CARVALHO, A. B. (Orgs.). **Práticas Sociais, Discurso, Gênero Social:** explanações críticas sobre a vida social. Curitiba: Editora Appris, 2020. p. 55-76.

CECCHIN, A. S.; MHDI, C. C. G.; KHUN, I. B. O sistema discursivo de Avaliatividade. *In*: FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. (Orgs.). **Introdução aos sistemas discursivos em linguística sistêmico-funcional**. 2023. p. 101-136.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity:** Rethink critical discourse analyses: textual analysis for social research. London, New York: Routledge, 1999.

COLETIVA CIBORGA. **Etnografia Digital**: um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais. 2. ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, P. H. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. **Revista Sociologias Plurais**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 11-44, jan. 2022.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias**. A interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. (Orgs.). Apresentação da Edição Brasileira. *In*: PAVEAU, M.A. **Análise do Discurso Digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas (SP): Pontes Editores, 2021. p. 19-26.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: UnB, 2001[1992].

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London, New York: Routledge, 2003.

GOMES, M. C. A. Propondo uma abordagem de Análise de Discurso Crítica Generificada. *In*: GOMES, M. C. A.; VIEIRA, V. C.; CARVALHO, A. B. (Orgs.). **Práticas sociais, discurso, gênero social:** explanações sobre a vida social. Curitiba: Appris Editora, p. 77-100, 2020.

GOMES, M. C. A. Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual. *In*: RESENDE, V. M.; ARAÚJO, C. L.; REGIS, J. F. S. (Orgs.). **Discurso, política e direitos:** por uma análise de discurso comprometida. Brasília: Editora UnB, 2022. p. 17-50.

GOMES, M. C. A. MEInstruaAÇÃO: eventos de letramento sobre menstruação, meio ambiente e ciência em escolas do Distrito Federal. **Participação**. *[S. l.],* v. 1, n. 42, p. 139–153, 2024. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/53719. Acesso em: 2 dez. 2024.

GOMES, M. C. A. Pobreza menstrual, discurso e identidade de gênero no contexto de pandemia COVID19. **Discurso & Sociedad**. San Vicente del Raspeig, v. 17, n. 3, p. 530-551, 2023a. Disponível em: https://revistes.ua.es/dissoc/article/view/27787. Acesso em: 1 maio 2025.

GOMES, M. C. A. Pobreza menstrual no Brasil: uma análise discursivo-crítica da cadeia de gêneros sobre o Projeto de Lei n° 4968, de 2019. *In:* SARTIN, F.; CABRAL, S. (Orgs.). **Discurso(s) e Linguística Sistêmico-Funcional no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2023b, v. 1, p. 150-170.

GOMES, M. C. A.; CARVALHO, A. B. Análisis Crítico Interseccional del Discurso: una propuesta en construcción. *In:* ALMANZA, K. M. C. *et al*. **Estudios del discurso:** política, violencia y crisis sanitárias. 1. ed. Campinas (SP): Pontes, 2024, p.104-144.

GOMES, M. C. A.; CARVALHO, A. B. Designações em disputa: das relações entre (de)colonialidade linguístico-discursiva, dignidade menstrual e práticas discursivas de resistência e reexistência. **Bakhtiniana –** Rev. Estud. Discurso. *[S.l.],* 20 (2), e67130p, 2025a. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/67130. Acesso em: 10 maio 2025.

GOMES, M. C. A.; CARVALHO, A. B. M E N S T R U A Ç Ã O: acróstico como potencial de mudança social em eventos de letramento de educação menstrual. *In*: SOARES, L. A.; CARMO, C. M. do (Orgs.). **Perspectivas críticas na análise de discursos:** olhares múltiplos. 1. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2025b. p. 127-153.

MACEDO, L. B. Enegrecendo os Estudos Críticos Discursivos: Contribuições Epistemológicas Afroperspectivistas para o campo da análise crítica do Discurso no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada,** v. 61, p. 251-264, 2022.

MAGALHÃES, I. Protagonismo da linguagem**:** textos como agentes. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 575-598, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte, Autêntica, 2 ed., 2018. pp. 27-53.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Editora Cobogó, 2021

MEDRADO, A.; MALFRÁN, Y. O nojo como arma na guerra colonial contra existências trans. **Trivium:** Estudos Interdisciplinares (Ano XVI, nº esp.), pp. 87-99, 2024. Disponível em: https://ojs.uva.br/index.php/trivium/article/view/218. Acesso em: 29 abr. 2025.

MENEGOTTO, J. **Experiências menstruais de meninas adolescentes da periferia de Porto Alegre**. 2022. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

OCHS, E. Narrativa. *In*: van DIJK, T. (Org.). **El discurso como estructura y proceso**. Estudios sobre el discurso I. Una introductión multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 2000. p.271-304.

PAVEAU, M. **Análise do Discurso Digital**: dicionário das formas e das práticas. 1. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2021.

RAMALHO, V.; RESENDE, M.R. **Análise de Discurso (para a) Crítica.** O texto como material de pesquisa. Campinas (SP): Pontes Editores, 2011.

REA, A. **Ecofeminismos:** prácticas, discursos y experiencias en torno a las alternativas menstruales, desde el Área Metropolitana de Guadalajara. 2019. 280f. Tese (Doutorado em Gestão e Economía) – Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de Ciencias Económico Administrativa, Guadalajara, 2019.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Mórula editorial, 2019.

SALA, N. C. Menstruación decolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 28, n. 1, e57907, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n157907. Acesso em: 30 abr. 2025.

SOUZA, A. L. S. L**etramentos de reexistência:** poesia, grafite, música dança: hip hop. São Paulo: Editora Parábola, 2011.

TARZIBACHI, E. **Cosa de mujeres:** menstruación, género y poder. Buenos Aires: Sudamericana*,* 2017.

VALDÉS PADILLA, G. **Mujeres en círculos ecofeministas en Guadalajara:** cuerpo, experiencias y sanación. 2017. (Tesis de doctorado inédita). Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social. Guadalajara, México, 2017.

VASQUEZ, C. R. Educação Menstrual Emancipadora: uma via para interpelar a misoginia expressa no tabu menstrual. **Ensayo**. Secretaría de las Mujeres de Alcadía de Medellín, Medellín, 2022.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GERATIVA E PROCESSOS COMUNICATIVOS MULTIMODAIS: ANÁLISE DO DISCURSO PUBLICITÁRIO DA IAG KHANMIGO

Záira Bomfante dos Santos
Ufes

INTRODUÇÃO

Em um mundo de desafios, as tecnologias de inteligência artificial estão cada vez mais presentes nas mais variadas esferas sociais, bem como projetam diferentes valorações, por isso, em algumas delas, há visões salvacionistas de soluções para todos os problemas, ao passo que, em outras esferas, predominam visões apocalípticas, pois seria o fim da sociabilidade. Nas esferas educacionais, há aqueles que entendem as novas tecnologias como instrumentos de aplicação e aqueles que a defendem como metalinguagem para processos de construção de sentidos e práticas sociais. Contudo, em cenários de mudanças, ensejamos uma educação por meio das línguas que englobe as dimensões linguísticas e de cidadania, isto é, uma educação linguística que possibilite a transformação dos educandos e, consequentemente, do espaço social.

Nesse cenário, em que o nome Inteligência Artificial Generativa (IAG) aparece em todas as esferas sociais, propomos entender, neste trabalho, como as IAG têm sido projetadas, publicizadas para as salas de aula no contexto do ensino de línguas. Assim, analisamos o discurso publicitário de divulgação da IAG

Khanmigo, cujo intuito é divulgar/vender a IAG como uma ferramenta capaz de promover educação linguística. O nosso objeto de análise é um vídeo disponível *on-line* e se justifica pelo fato de essa IAG ainda não estar disponível no Brasil, nem mesmo em sua versão original em inglês. No entanto, ela já é sondada por governos no Brasil para ser utilizada em nossa educação escolar. Esse movimento de análise é ancorado nos pressupostos dos estudos críticos da linguagem de Fairclough (2003, 2016), por trazer à baila aspectos ligados ao discurso como um momento da prática social e da Semiótica Social Multimodal (Kress, 2010; Bezemer; Kress, 2016), por problematizar aspectos relacionados à aprendizagem a partir de conceitos como comunicação, engajamento, signos de aprendizagem, *design*, trabalho semiótico e transformação.

Assim, procuramos, a partir do discurso publicitário de Khanmigo, entender como a IAG é vista como um produto/*commodity* no contexto educacional; como o engajamento dos estudantes é projetado pelos criadores dessa IAG e como esse espaço pode proporcionar processos de engajamento transformativos e os usuários produzirem signos de aprendizagem. Assim, propomos entender o *design* e a projeção discursiva da IAG Khanmigo como um ambiente multimodal de aprendizagem.

A IAG KHANMIGO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Contextualizando um pouco mais sobre a inteligência artificial Khanmigo, na palestra de lançamento, seu criador e fundador da Khan Academy, Sal Khan, apresenta-a como a possibilidade de cada estudante do planeta ter um tutor pessoal artificialmente inteligente, além de um assistente de ensino para os professores (Khan, 2023). Como argumento para sustentar sua IAG, ele se ancora em gráficos de autoria do pedagogo americano Benjamim Bloom, segundo o qual estudantes tutorados individualmente

apresentariam melhores resultados de aprendizagem do que estudantes em turmas de 30 alunos, com aulas ministradas por um único professor. Outro argumento usado por ele é de razão econômica, pois, oferecer um tutor humano para cada estudante seria dispendioso, segundo Khan (2023).

Do ponto de vista didático e pedagógico, Khan (2023) diferencia sua IAG de outros *chatbots*, como o *ChatGpt*, ressaltando que o Khanmigo é programado para não oferecer respostas prontas para o estudante. Esse, ao solicitar a resolução de um problema matemático, é interpelado pela máquina a respeito dos pormenores do problema, no intuito de fazer o estudante recordá-los, começar do princípio, enfim, tentar solucioná-lo com as orientações da IA, em vez de resolvê-lo e entregá-lo pronto.

Em outra passagem de sua palestra, Khan (2023) apresenta a programação de sua IAG para a produção de textos. Diferentemente do *ChatGpt*, que produz e entrega um texto pronto, ao solicitar que o Khanmigo produza um texto, a IAG da *Khan Academy* propõe uma escrita colaborativa, na medida em que produz duas sentenças e solicita que o estudante produza outras duas, e assim por diante. De acordo com Khan (2023), o Khanmigo é mais "socrático" do que o *ChatGpt*, em referência ao método por diálogos indutivos do pensador clássico grego. Por fim, Khan (2023) explica os recursos de sua IAG para os professores. Resumidamente, o Khanmigo é capaz de produzir planos de aulas, organizar atividades, além de organizar relatórios de progresso de aprendizagem. Como principal ponto, Khan (2023) traz discursivamente o argumento de que o Khanmigo poupa tempo dos professores, que poderá ser dedicado a "interações humanas com seus alunos", nas tarefas docentes de sala de aula.

O DISCURSO PELA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA LINGUAGEM: BREVES PALAVRAS

Na concepção de Fairclough (2016), o discurso é o uso da linguagem como prática social. Dialeticamente, os discursos surgem em contextos e estruturas sociais específicos, sendo simultaneamente delimitados pelas estruturas sociais, mas também moldando essas estruturas sociais. O quadro teórico delineado pelo autor tem como objetivo:

> (...) reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social (Fairclough, 2016, p. 93).

Retomando Halliday (1978; 1985), ele apresenta três funções principais da linguagem: a função identitária, que envolve os processos linguísticos pelos quais as identidades sociais são construídas discursivamente; a função relacional, que revela "como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas" (Fairclough, 2016, p. 96); ideacional, que mostra "os modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações" *(ibid.)*; às três, acrescenta uma quarta, a textual, que é compreendida a partir da apresentação e organização das informações nos textos.

Fairclough *(ibid.)* apresenta o modelo tridimensional de Análise Discursiva Crítica (ADC). Esse modelo, que ainda ajuda a delinear as análises, possibilita o estudo em ADC de forma relacional, pelas práticas sociais, pelas práticas discursivas e pelos textos. A prática discursiva produz e reproduz a sociedade, tendo por meio principal os processos de produção, de distribuição e de

consumo textual e discursivo. Por meio da primeira, os sistemas de conhecimento e crença, as identidades e as relações sociais são transmitidos, possibilitando que determinados discursos sejam facilmente proliferados, ao passo que outros podem ser embargados. A prática social, a orientação "econômica, política, cultural, ideológica" (*ibid*., p. 98) são o evento discursivo. Ambas as dimensões de análise são de cunho interpretativista. Na última dimensão, estão os textos, escritos ou falados, cuja análise é descritivista.

Fairclough (2003) objetiva oferecer um arcabouço teórico para sistematizar as análises linguísticas em direção à pesquisa social, optando por abordar elementos da produção textual. As análises textuais, discursivas e sociais são abordadas de forma contextualizada e relacional. As funções da linguagem, já apresentadas em 1992 (Fairclough, 2016), são reelaboradas em três significados ou significações da linguagem *(meaning)*. Fairclough (2003) introduz os significados acionais (formas de agir no mundo), representacionais (formas de representar o mundo) e identificacionais (formas de ser no mundo). Ele identifica que os significados acionais são estudados a partir dos gêneros textuais, a interação entre os atores sociais; os significados representacionais nos diferentes discursos sobre o mundo e as diferentes perspectivas de mundo contidas nos textos; os significados identificacionais na relação entre os estilos e os atores sociais, revelando formas de ser, seja em identidades sociais ou pessoais.

Importante apontar que Fairclough (2003) utiliza o termo 'discurso' com as acepções de um substantivo mais abstrato, referindo-se à dimensão da semiose da vida social e, segundo, discurso/discursos, contáveis, aludindo às diferentes representações de mundo. A partir dessas considerações sobre o discurso pelas lentes de Fairclough (2003; 2016), buscamos compreender como o discurso sobre a IAG Khanmigo no contexto educacional vai se constituindo no que se refere à representação.

A SEMIÓTICA SOCIAL MULTIMODAL

A Semiótica Social Multimodal (SSM) é um relevante campo de reflexões que lança o olhar sobre a linguagem como um sistema semiótico dentro da cultura. A adjetivação 'social' a identifica como um lugar que é ponto central da teoria, nos termos de Kress (2010), "é o motor da mudança comunicacional/semiótico para constante reprodução de recursos culturais/semióticos; e para a produção do novo" (p. 35). Nessa perspectiva, falar em produção do 'novo' é abrir-se ao incerto, às instabilidades, é sair da zona de conforto daquilo que cremos ter o controle, ao mesmo tempo em que nos colocamos em um lugar de desafio, descoberta, insegurança, perigo e outras sensações como medo, horror e alegria. Em tese, são características do humano em suas relações no espaço social, de onde emergem as disputas de sentidos, as tensões, as lutas, as resistências, como deve ser a agência dos indivíduos.

Na era de produção de inteligências artificiais que agilizam atividades repetitivas e mecânicas para as pessoas, e que, como observaram Kalantzis e Cope (2024), possuem a possibilidade de nos aliviar do tédio, o que há, por outro lado, são incertezas em relação aos seus desdobramentos no espaço social. Por exemplo, a precarização de trabalhadores por aplicativos individualizados e sem seguridade social, e, mais detidamente, o trabalho docente, com as questões de ensino-aprendizagem que ainda estão em especulação sobre o que podem se tornar ante as evoluções de inteligências artificiais. É diante desse cenário de incertezas que este trabalho analisa, mais detidamente, o discurso publicitário da inteligência artificial Khanmigo e seu impacto nas questões de ensino-aprendizagem.

Diante de discussões novas no espaço social como inteligência artificial e ensino, recorrer à SSM é chamar para a discussão conceitos basilares ligados à *produção de signos, signos de apren-*

dizagem, agência, interesse, trabalho semiótico e aprendizagem, "baseado em uma 'teoria' que se ocupa da criação de signos com todos os modos que estão disponíveis em uma cultura, onde a criação de signos é vista como o trabalho semiótico dos agentes sociais" (Kress, 2015, p. 209).

A noção de signo é ponto central da teoria SSM, pois ela é calcada em uma visão de signo motivado, entidade semiótica negociada, que capta o movimento de um sujeito ativo na recepção/leitura, nas histórias culturais e, nas palavras de Kress (1993), introduz uma perspectiva que "lida com noções de opacidade, mistificação e ideologia" (p. 170). Assim, Kress (2010) desconstrói a lógica tradicional e coloca o *interesse* e a *motivação* no espaço social como elementos que delineiam a relação do significante com o significado, rompendo com a noção de arbitrariedade. Nesse reposicionamento teórico, o sujeito desenvolve uma *agência* para produzir signos, e não meramente o reproduz passivamente em cada interação. O que está em cena é o processo de produção e engajamento do sujeito que é posicionado e materializado no signo, em vez de sua reprodução automática e inconsciente. Daí a defesa de Kress (2010) em assumir que todos os signos são formados em um processo metafórico, a partir de um movimento de criação e não fixo dentro de um sistema.

Nessa esteira, começamos a refletir sobre como os signos podem ser produzidos, acessados e como eles estão disponíveis. Quais modos estão presentes? Quais recursos são explorados? Como ocorrem o engajamento, as interações e a aprendizagem em ambientes como o Khanmigo? Além disso, como considerar o *interesse, a motivação, a agência, o trabalho semiótico* dos sujeitos, situados dentro da sua leitura das histórias culturais em nível global e local? É nessa perspectiva que a Semiótica Social Multimodal traz importantes ponderações sobre o processo de produção de signos, o engajamento, a aprendizagem e a receptividade, além de conceitos importantes como generosidade de reconhecimento.

Nesse quadro teórico, pelo olhar de Bezemer e Kress (2016), a aprendizagem e a comunicação são processos que estão intimamente interligados. A aprendizagem é evidenciada na produção de cada signo, não por um processo pré-definido e seletivo. A comunicação está baseada em processo de interpretação que quebra a lógica tradicional de codificação, transmissão e decodificação de mensagens nos moldes de um modelo mecânico, que agora recrudesce com os modelos computacionais.

Cada signo produzido revela o interesse do indivíduo/estudante e a forma como se engajou em um ambiente, quais elementos selecionou/processou/moldou a partir do seu repertório na transformação de um novo signo. Esse novo signo é resultado de engajamento com algum aspecto do mundo que nos rodeia. Pelo olhar dos autores, sempre aprendemos, com e em qualquer forma de engajamento. A partir dessas lentes, "a aprendizagem baseia-se na interpretação como resultado de um envolvimento transformador [...]" (Bezemer; Kress, 2016, p. 38). Nessa via, tem-se um *engajamento interessado*, que indica em que o indivíduo deseja se envolver, para, nesse envolvimento, selecionar o material – modos que estão disponíveis e acessíveis em sua cultura/ambiente. Esse processo de seleção e orquestração coloca em cena a *agência* do indivíduo/aluno na realização de um *trabalho semiótico*. Aprender é um trabalho semiótico. Nas palavras dos autores, o mundo que encontramos é "um mundo saturado de vestígios de trabalho semiótico anterior" (p. 39).

Assim, os signos produzidos, em um processo de engajamento transformador, revelam a aprendizagem do indivíduo no ambiente social e respondem às necessidades de comunicação dos sujeitos, ou seja, são signos de aprendizagem. Em síntese:

> Interesse + engajamento + seleção e enquadramentos de elementos + transformação = produção de novo signo/signo de aprendizagem

O termo 'transformador', dentro do escopo da teoria, é um aspecto que chama a atenção, pois ele remete aos estudos freirianos para a noção de mudança social a partir do acesso aos recursos semióticos na sociedade, como o acesso à escrita a grupos analfabetos. No entanto, conforme assinalam Bezemer e Kress (2016), "os recursos semióticos culturais são distribuídos de forma diferenciada" (p. 51). Logo, é necessária a distribuição dos recursos e do capital cultural de forma mais justa, para o desenvolvimento humano e engajamento nas práticas sociais.

Além de mudança e transformação social, o termo 'transformação' remete a uma das categorias de mudanças semióticas, ou seja, é o processo de tradução de significados entre os mesmos modos semióticos, com mudanças e reorganização dos elementos, por meio de um processo ativo dos sujeitos. Portanto, o termo designa dois processos de mudanças diferentes: transformações sociais e semióticas, que, por sua vez, estão intrinsecamente articuladas, levando o indivíduo ao acesso a recursos para mudanças na sociedade.

PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação proposta neste estudo está epistemologicamente alinhada à análise interpretativa e crítica da multimodalidade, com base na SSM e na Análise de Discurso Crítica, que possibilitam a descrição densa de artefatos comunicacionais e seus efeitos sociais, políticos e culturais. Essas perspectivas compreendem os significados como construções sociais que emergem da articulação de diferentes modos semióticos – como linguagem verbal, imagem, som, gesto, entre outros –, todos considerados igualmente relevantes na produção de sentido.

O *corpus* do estudo é composto por um vídeo institucional da plataforma Khanmigo, produzido pela Khan Academy e veiculado em seus canais oficiais. A escolha de vídeo seguiu critérios

específicos: (a) centralidade do tema da aprendizagem e da interação com a IAG; (b) uso intensivo de recursos multimodais; (c) alto engajamento público (em visualizações e circulação); (d) caráter promocional, com intenção explícita de apresentar a IAG como ferramenta inovadora no campo educacional. O vídeo analisado está em língua inglesa e foi selecionado por representar, de maneira densa, a projeção da IAG como ambiente de aprendizagem multimodal.

A escolha desse vídeo é fundamentada na compreensão da comunicação multimodal e da aprendizagem e do discurso como um elemento irredutível da prática social e um modo particular de representar nossa experiência no mundo. A análise dos dados foi orientada por um percurso metodológico que incluiu: (1) a transcrição multimodal do vídeo, incluindo aspectos verbais, visuais, sonoros e gestuais; (2) o mapeamento dos modos semióticos e suas articulações; (3) a identificação de categorias de análise inspiradas na perspectiva da SSM e em referenciais críticos da linguagem, como o discurso de mercado, o papel das tecnologias na educação e os processos de semiose; e (4) a análise interpretativa e crítica das representações construídas no vídeo.

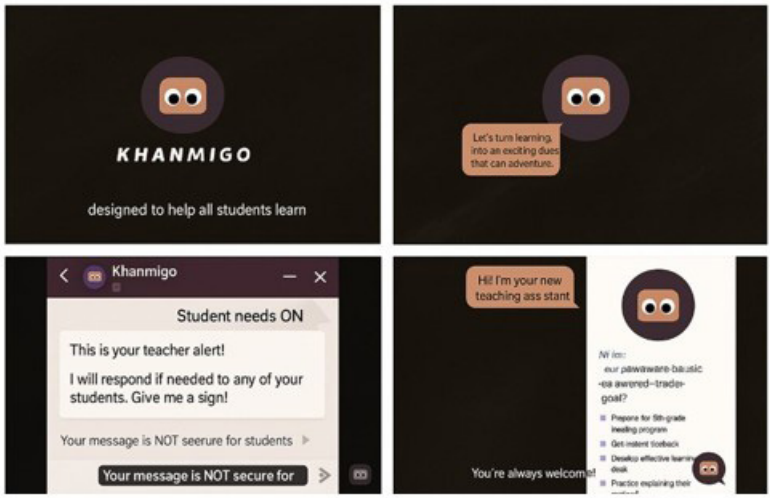
DO DESIGN PUBLICITÁRIO À PROJEÇÃO DISCURSIVA: KHANMIGO UM AMBIENTE MULTIMODAL DE APRENDIZAGEM?

Ao buscar interação com seu potencial usuário, o Khanmigo é difundido em suas redes por meio de vídeos como uma poderosa inteligência artificial para todos os estudantes. O vídeo 'eu sou Khanmigo'[1], com duração de 4,3min, inicia como uma tela escura em contraste com a imagem de um *emoji* (representação simbólica da inteligência) cujos olhos estão endereçados/fixos nos usuários como uma ferramenta projetada/delineada para todos os tipos

1 Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Elnfgd7OzoM.

de estudantes. Ou seja, logo nos primeiros cinco segundos de apresentação, a IAG revela um discurso que acolhe a todos, independentemente da necessidade, contexto cultural e identidade.

Figura 1 - Frames apresentando Khanmigo



Fonte: Khan Academy (2023).

Ao se projetar acolhedora e inclusiva, a IA, ao mesmo tempo, padroniza/homogeneiza todos os estudantes em um único grupo. Além disso, se projeta disponível o tempo todo como um facilitador e tem o domínio de 'todos' os assuntos ou conteúdo que o estudante precisar. Impera nessas descrições uma visão conteudista relacionada ao ensino, calcada numa visão tradicional de currículo: é preciso dominar conteúdos para se alcançar aprendizagem.

Nessas configurações, levantamos um questionamento: Será que todos os estudantes, em uma sociedade complexa como a nossa, inclusive, a norte-americana, onde a IAG foi desenvolvida, marcada por uma distribuição desigual de poder, lê/interage ou tem acesso à IAG da mesma forma? Seria uma grande ilusão acharmos que todos os educandos – pretos e brancos, classe ope-

rária, pobres, classe média, meninos e meninas – irão se engajar e aprender no ambiente da mesma maneira. Há uma visão totalizante do Khanmigo, por meio de uma ferramenta que oferece bens e serviços e possibilita o domínio da informação/aprendizagem de forma mais leve, alcançado como uma aventura ou um divertimento. Khanmigo é delineado para atender professor e aluno, sendo definido como *one teacher assistant thar you always wanted*.

Fairclough (1995, 2016) já assinalava uma tensão na linguagem midiática contemporânea entre informação e entretenimento. No caso em análise, o Khanmigo se coloca como um produto na área educacional que ora leva informação que pode resultar em aprendizagem como também traz diversão e leveza. Esse movimento marca um tom conversacional em todo o vídeo, pois, toda a IAG vai sendo transformada em uma *commodity* que pode revolucionar o ensino, mostrando como a interação é simples, como ela pode responder com rapidez e eficiência às solicitações dos alunos e professores. O vídeo é trabalhado de forma estratégica, com a seleção refinada de itens lexicais e orações como "*an IA powered guide designed for all students*"; "*It´s gonna show you all of the wonderful things that khamingo can do*", que potencializam a força argumentativa e sedutora do discurso, para adesão de todos aqueles que se interessam por educação, que, podemos asseverar: não é um grupo pequeno, pois a grande maioria dos cidadãos, direta ou indiretamente, está ligada à educação, seja como pais, profissionais gestores, agentes políticos, entre outros.

Para além dos aspectos promocionais do discurso da comodificação, conforme Fairclough (2016), compreendido aqui como um veículo para a venda de serviços e ideias, com base na concepção de vida social mediada pelas relações comerciais, a divulgação do Khanmigo como uma IAG poderosa no espaço educacional o delineia como um ambiente que possui diversidade de recursos e formas para motivar o interesse e estabelecer engajamento, tanto dos professores quanto dos alunos. A IAG possibilita conversar

com os alunos e professores, criar aproximação e estabelecer relações. Ela oferece aos professores uma visão instantânea de como os estudantes estão se desenvolvendo/interagindo com o que está disponível; o professor pode acompanhar o que os alunos têm feito cotidianamente, além de usá-la para atualizar seu conhecimento e criar atividades em articulação com os assuntos propostos e questões instigantes, para que os alunos se sintam entusiasmados.

Em suma, o conhecimento nesse espaço vai sendo encapsulado em doses aceitáveis, com diversão, participação, de forma rápida, e vai sendo controlado e monitorado pelo professor, pois a plataforma disponibiliza recursos que dão visão panorâmica e imediata do que se faz no ambiente.

Diante da ampla gama de recursos oferecidos pelo Khanmigo, surgem questões sobre comunicação, multimodalidade e aprendizagem, discutidas por Bezemer e Kress (2016). Embora a IAG se apresente como um assistente de professor, interagindo tanto com alunos quanto com professores, nos perguntamos: Quais são as possibilidades de criação para os alunos? Como podemos estimular sua agência, incentivando a criatividade na produção de textos que mobilizem diferentes linguagens e posicionamentos críticos, capacitando-os como cidadãos ativos a compreenderem a realidade? Como promover um diálogo que problematize as questões locais e as contradições que envolvem os educandos?

Na implementação desse *design*, divulgado no vídeo, o Khanmigo abre espaço para interações que não estão na sua base de dados? Ou que não foram treinadas na rede, ou seja, traz ou negocia respostas não programadas? Sonoramente afirmamos que não! Ele pressupõe/projeta um estudante que esteja aberto a dominar os conteúdos disponíveis, interagir com conhecimentos produzidos que podem aparecer nas práticas sociais para individualmente competir no mercado de trabalho capitalista.

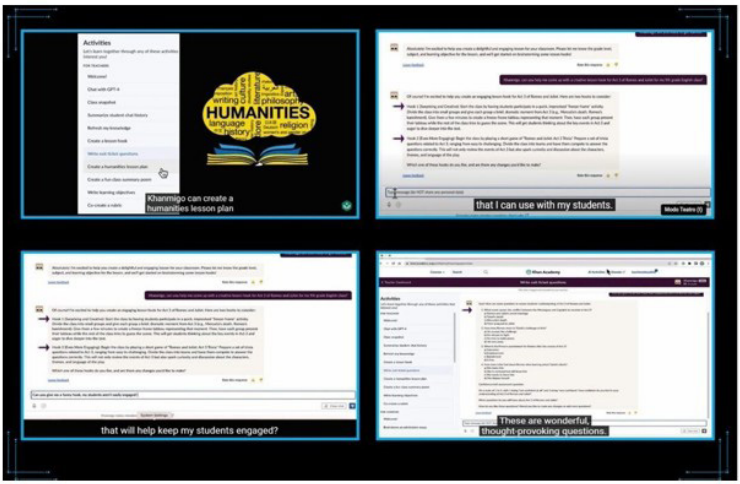
O discurso de Khan (2023) revela atitudes de alinhamento com o discurso neoliberal para a educação, sobretudo, aspectos como o aligeiramento da educação, a valoração exacerbada da individualidade e da dimensão cognitiva, bem como dos pressupostos úteis ao capitalismo: disciplina, autocontrole e cálculo prospectivo.

Nesses moldes, apesar de se colocar como uma IAG próxima do estudante, com uma tutoria individual diferenciada, o Khanmigo reduz as possibilidades de o educando se engajar em tópicos do seu interesse e em um processo de transformação para produzir novos signos que revelam sua aprendizagem. Os signos produzidos que atestam seu interesse, engajamento e processo de transformação em um novo signo precisam estar ligados com os signos já produzidos na base de dados da IA. Logo, o que questionamos é o processo de criação/criatividade do usuário, bem como o trabalho semiótico que ele pode realizar. No vídeo, a IAG traz uma visão de estudante e de professor como aqueles sujeitos que, individualmente, e por um esforço cognitivo, dominam conteúdos, desenvolvem habilidades e competências para inserção no mundo moderno.

O vídeo prossegue persuadindo o usuário com uma pergunta retórica: Se ele está pronto para ver o Khanmigo em ação. Por meio do chat, a IAG assevera que pode proporcionar momentos prazerosos, com a leitura de clássicos como Romeu e Julieta para alunos do nono ano nas aulas de inglês. Prosseguindo, é dado o *prompt* se o Khanmigo poderia auxiliar o professor produzindo uma opção de uma aula criativa para o texto do terceiro ato de Romeu e Julieta. Prontamente, a rede neural se coloca como apta, indicando que possui duas opções fantásticas para serem usados com os alunos. Nesse momento, na tela, a IAG situa que é capaz de criar uma atividade envolvente, que leve ao engajamento do aluno, e orienta, com verbos no imperativo, o professor com um passo a passo de atividades a desenvolver.

Na sequência, a apresentadora do vídeo menciona que a experiência de estudar no Khanmigo é diferente, pois muitos alunos acham Shakespeare chato, logo, solicita uma opção divertida para desenvolver essa atividade e manter os alunos engajados. Como opção 2, o Khanmigo sugere trabalhar com Shakespeare '*insults*'. O *chatbot* responde que o humor leva ao engajamento dos estudantes, ou seja, o humor desperta o interesse, leveza, engajamento e aprendizagem.

Figura 2: Frames Khanmigo em ação



Fonte: Khan Academy (2023).

Adicionalmente, o Khanmigo, quando solicitado, oferece um questionário com perguntas "maravilhosas e instigantes" sobre o terceiro ato com objetivo de o professor checar o quanto os alunos aprenderam, como ele pode dar mais apoio e suporte. Chama-nos atenção o fato de esse questionário ser marcado com perguntas objetivas de checagem de informações sobre o terceiro ato da peça, porque atividades como essa têm como objetivo a produção de respostas para uma base de dados, ou seja, meramente checagem de informação. Essa configuração reduz o papel/agência do professor em propor projetos de leituras

debates, possibilitar a compreensão do contexto de produção e cultural da obra; suas intenções discursivas que figuram no texto literário e as especificidades da linguagem. Além desses aspectos que indicam uma redução da potencialidade do trabalho com texto literário, poucas possibilidades são dadas aos alunos de transformação semiótica com o texto para produção de signos de aprendizagem; os processos de criação em outros textos praticamente não aparecem, a aprendizagem é configurada em modelo canônico de comunicação *produtor, canal e receptor* e não como processo interpretativo com fins de resultado para *engajamento transformador*.

Ao remontar o termo transformador, a preocupação reside em como esse ambiente possibilita mudança, transformação semiótica e social que leve o aluno a entender e mobilizar a complexidade semiótica dos textos na produção de outros textos, compreender o contexto cultural da obra e sua teia discursiva para a produção de novos signos e, assim, criar um ciclo ininterrupto de produção, conhecimento e signos de aprendizagem. Dispensa-se tempo para leitura e pesquisa do professor e do estudante, pois o *design* da IAG reduz possibilidades de o professor e seu aluno desenvolverem um trabalho semiótico, se posicionarem criticamente, a fim de criar e produzir. Reduzem-se, também, as possibilidades de experiências com outras linguagens e transformações do texto em novo espaço social.

O trabalho na IAG, nesses moldes, obscurece o lugar do interlocutor. O foco recai na reprodução e checagem de informação e não na criação, na negociação de sentidos, da produção de novos signos, na mudança. A aprendizagem é estática, posto isso, não alcança o novo, pois, nos termos de Souza Santos (1985), um conhecimento encerrado em si, de portas fechadas para outros saberes sobre o mundo, é "um conhecimento desencantado e triste [...] um interlocutor terrivelmente estúpido" (p. 53).

Na parte final do vídeo, a apresentadora traz como argumento central a otimização do tempo de trabalho do professor – economia de tempo –, para ele ter mais condições de se dedicar aos alunos. Se o uso do tempo reservado para interação entre IAG, professor e aluno é projetado para pesquisa, leituras, reflexões, processos de criação, ele não deve ser reduzido, mas preenchido com mais qualidade, possibilidades de engajamento para transformação e mudança, em vez de ser meramente uma estratégia para redução do trabalho do professor, da qualidade ou precarização da sua formação, do seu momento de pesquisa com os alunos, tudo em nome da eficiência do custo benefício, que é comum na *doxa* neoliberal.

O projeto neoliberal de aligeiramento da educação torna-a mercadoria com valor de troca em vez de ter valor de uso (Duarte, 2011, p. 140). Esse projeto é concebido pelo esvaziamento da educação escolar formal, a fim de cerceá-la em sua plenitude para a grande maioria da população das classes operárias e estigmatizadas, que recebe formação limitada aos interesses da classe dominante, a fim de formar indivíduos flexíveis às flutuações do poder hegemônico que controla o mercado de trabalho e seus meios de produção. Nesse projeto, o conhecimento escolar é reduzido ao mínimo necessário, para ser objetivado feito mercadoria de troca, para o estudante barganhar seu lugar no mercado de trabalho, em vez de ter valor no seu uso para transformar pessoas em cidadãos, incluindo-os como trabalhadores de pleno emprego.

Em que pese o fator econômico da redução de custos na moral cotidiana, todo o embuste criado para esvaziar o ensino e aprendizado nas escolas e transferir a responsabilidade do aprendizado para o próprio estudante é reforçado mais pelo discurso moral do que por razões econômicas. Souza (2018, p. 40-41) explica que o trabalhador passível de ser explorado é aquele com conhecimento útil para o capitalismo, como disciplina, autocontrole e cálculo prospectivo – haja visto a valorização do domínio

cognitivo pelos currículos escolares. Por outro lado, as pessoas e as classes sociais que não possuem esses pressupostos, em razão da carência de educação formal e da sua condição socioeconômica precária, são condenadas à marginalização. Ao fim e ao cabo, esses pressupostos do conhecimento útil ao capitalismo tornam-se categorias morais, que são usadas para discriminar pessoas e suas classes sociais. Logo, as pessoas passam a ser hierarquizadas e classificadas como mais ou menos dignas, com maior ou menor apreço pela sociedade, a depender dos pressupostos úteis que elas possuem para o trabalho (Souza, 2018).

Dessa forma, a diferença de programação do Khanmigo, capaz de dialogar, nas palavras de Khan (2023), de maneira "socrática" com o estudante, em vez de dar a ele respostas prontas, como o faz o *ChatGPT*, é uma valoração da IA da Khan Academy, com base nos pressupostos morais do conhecimento útil ao capitalismo. Assim sendo, o uso do Khanmigo como idealizado pelos seus criadores prevê estudantes que estejam iniciados nas habilidades sobrevalorizadas: disciplina, autocontrole e cálculo prospectivo.

O estudante sem esses pressupostos, que não são inatos, mas dependem sobremaneira da estrutura familiar e de escolas formais, enfrentará dificuldades para estabelecer interlocução com o Khanmigo, porque esse cobrará *habitus* que aquele não desenvolveu na educação escolar formal, somada ao aprendizado no âmbito familiar que ele não teve, por exemplo, disposição para estudar por conta própria (disciplina), habilidades metacognitivas para gerenciar o aprendizado em diálogo com a máquina (autocontrole) e a dimensão cognitiva aprimorada (cálculo prospectivo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A IAG Khanmigo, no vídeo selecionado, quanto ao seu plano de expressão, faz uma escolha refinada de imagens, itens lexicais que buscam a máxima interação com o interlocutor,

colocando-se como um assistente eficiente do trabalho do professor, um facilitador da aprendizagem do aluno com múltiplos recursos e capacidades de criação que traz leveza ao processo de aprendizagem e otimização ao trabalho docente. Pela perspectiva da ADC faircloughiana (2016, 2003), fica evidente a máxima solidariedade com o interlocutor em explicação a como usar os recursos, como são fáceis de incorporar ao trabalho docente e como ela pode contribuir no processo de aprendizagem. Há a construção de uma interação para a promoção e venda de um produto, que ganha contornos de uma publicidade.

Contudo, no plano do conteúdo, ou seja, plano discursivo, há as ideias ou ideologias que propagam um modelo, visão de aprendizagem, de aluno, de professor que se distancia de processos de criação, transformação, agência, mudança, engajamento transformador, pesquisa, negociação de sentidos para o desenvolvimento de uma educação linguística. Há a reiteração de um discurso que ressalta a eficiência de 'criação' da IAG, otimização do trabalho do professor e, consequentemente, se desdobra em mecanização do trabalho docente, do trabalho com a língua viva dentro das práticas sociais, o que impacta em vulnerabilidade semiótica dos alunos. De fato, a IAG Khanmigo, em sua divulgação, possibilita o acesso ao conhecimento produzido e sistematizado pela sociedade ao longo dos anos, contudo, reduz, no ambiente de aprendizagem delineado, a capacidade de criar, produzir, desconstruir e negociar sentidos, desenvolver letramentos para engajar-se nas práticas sociais de linguagem com consciência, criticidade e ética para transformação.

É necessário lidar com o humano e proporcionar uma educação linguística para o seu desenvolvimento e contribuir com o tecido social. Logo, em tempos de IAG, é necessário, nos termos de Kalantzis e Cope (2024), desenvolver um letramento *cibersocial*, buscando uma relação complementar entre máquina e humano, que tem no horizonte desafios como pensar a ampliação da noção

de texto; o reconhecimento de que todo letramento é necessariamente multimodal; enquadrar o letramento como dialógico, interativo, interpretativo e *cibersocial*; criar e possibilitar novas formas de avaliação; agência além do controle do uso da IAG e o desenvolvimento de programa de justiça educacional, em tempos de inteligência artificial.

REFERÊNCIAS

BEZEMER, J.; KRESS, G. **Multimodality, Learning and Communication**. Routledge, 2016.

DUARTE, N. **Vigotski e o "aprender a aprender"**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. Londres: Hodder Arnold, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse:** *Textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** MAGALHÃES, I. *et al.* (Trads.) Brasília: UnB, 2016.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as a social semiotic:** the social interpretation of language and meaning. Londres: Edward Arnold, 1978.

KALANTZIS, M.; COPE, B. **Literacy in the Time of Artificial Intelligence**. EdArXiv, 2024. DOI: https://doi.org/10.35542/osf.io/es5kb. Disponível em: https://ila.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/rrq.591. Acesso em 03 de dezembro 2024.

KRESS, G. Against Arbitrariness: The Social Production of the Sign as a Foundational Issue in Critical Discourse Analysis. **Discourse & Society,** v. 4(2): 169-191, 1993.

KRESS, G. **Multimodality:** A social semiotic approach to contemporary communication. London: Routledge, 2010.

KRESS, G. Semiotic work Applied Linguistics and a social semiotic account of Multimodality. **Aila, Review** 28 (2015), 49–71. John Benjamins Publishing Company. DOI: 10.1075/aila.28.03kre. Disponível em: https://www.jbe-platform.com/docserver/fulltext/aila.28.03kre.pdf?expires=1691330118&id=id&accname=guest&checksum=73B9B28A251550C26259BB0B8A6480E0 . Acesso em 3 de dezembro de 2024

KHAN, S. Palestra proferida no TED Talks, Vancouver (Columbia Britânica), abril 2023. Disponível em: https://encurtador.com.br/8sO0D. Acesso em: 25 jul. 2024.

KHAN ACADEMY. Introducing Khanmigo for teachers. "Youtube", 22 de junho de 2023. Duração: 4:03 minutos. Disponível em: << https://www.youtube.com/watch?v=Elnfgd7OzoM>> Acesso em: 5 maio 2024

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018. 288 p.

SOUZA SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

CONSTRUCCIÓN ESPACIOTEMPORAL DE NARRATIVAS PARA LA PAZ: CONTEXTUALIZANDO LAS VIOLENCIAS DE LA MOVILIDAD FORZADA INTERNA

Neyla Graciela Pardo Abril[1]
Universidad Nacional de Colombia

INTRODUCCIÓN

Se reflexiona, desde los Estudios Críticos del Discurso Multimodal y Multimedial (ECDMM), sobre las formas de representación de la paz en coexistencia con la violencia. Para ello, se acude a narrativas institucionalizadas, como un proceso que se desarrolla en medio de circunstancias y contingencias, instaladas a través de relaciones y acciones sociales, cuyo núcleo es la interacción comunicativa, inherente a la vida cotidiana. Todo ello en el marco de una comunidad en la que se conecta espacio-tiempo-territorio-memorias-organización sociopolítica-cultural-identidades. Asimismo, se recupera cómo se formulan y movilizan las espacio-temporalidades y la presencia de los agentes sociales, desde la macro narrativa y micronarrativas de la página *web* de la Comisión de la Verdad (2022A), como acción y expresión semiótico-discursiva. Se reconoce el carácter institucionalizado de la narrativa, con su vínculo a estructuras de poder, dando paso a una narrativa transformadora, en el marco y límites que la determinan, y la visibilización de comunidades afectadas por la

1 Esta investigación es desarrollada por el Grupo Colombiano de Análisis del Discurso Mediático (Minciencias-A) como parte del equipo colombiano (Universidad Nacional de Colombia) en el proyecto "Peace and mobilities", subvencionado por la Unión Europea, Nº 101182968 – Horizon MSCA-2023-SE-01.

violencia armada, en este caso, en torno a la movilidad forzada interna en Colombia.

Al comprender las representaciones semiótico-discursivas del conflicto interno, en su dimensión agencial y espacio–temporal, en conexión con el territorio, sus articulaciones y heterogeneidades, se explora desde un marco analítico-interpretativo la aproximación a las representaciones del conflicto, postconflicto y la construcción de paz, como una experiencia en la que los miembros de la comunidad, institucionalizados –o no–, se agencializan. La conexión conflicto armado-postconflicto-construcción de paz se explora desde categorías ancladas a la cotidianidad semiótico-discursiva como acción social materializada en silencios y emocionalidades, cuya plurisignificación y conexión se recupera en unidades multimodales de orden visual: color, formas gráficas, fotografías y mapas; visual-verbal: micro narrativas; sonoro-verbal: alocución presidencial; sonoro no verbal: ruidos, sonidos naturales y artificiales; entre otras expresiones propias del lenguaje humano.

Metodológicamente el universo se limita a la sección de la macro narrativa "No Matarás" ubicada en: https://www.comisiondelaverdad.co/no-mataras-1 (Comisión de la Verdad, 2022A); la muestra son las micro narrativas "El éxodo" y "Un país desplazado". Los criterios de selección implican la tematización; la relación espaciotemporal articulada al territorio; y la acción humana representada en: https://www.comisiondelaverdad.co/el-exodo (Comisión de la Verdad, 2022B). Se hace una aproximación cualitativa y crítica a la movilidad forzada interna para develar algunos principios que posibiliten la comprensión de una realidad compleja, capaz de orientar estrategias para crear espacios que potencien paz, con el objetivo de consolidar solidaridad y dignidad.

CONCEPTUALIZANDO LAS NARRATIVAS COMO EXPRESIÓN INTERACTIVA, SUS ESPACIO-TEMPORALIDADES, AGENCIALIDADES E IDENTIDADES

Las narrativas pueden ser conceptualizadas como unidades semiótico-discursivas que se materializan en redes sígnicas, a través de las cuales se crean significados para construir miradas y comprensiones sobre las realidades en las que está inmerso el ser humano. Las narrativas son una forma de interacción humana que, al materializarse en distintas unidades sígnicas, crean sentidos circunscritos en el color, los sonidos, el uso de la lengua, la imagen, entre otros, dando paso a un proceso comunicativo, en el que simbólicamente se expresan puntos de vista, creencias, opiniones y acciones sobre las formas de comprender la realidad. Las narrativas son, por lo tanto, un tipo de expresión multisígnica, que sintetiza las relaciones que el ser humano formula, poniendo en evidencia conexiones espaciotemporales; su articulación con el territorio que habita y que es representado en sus memorias; las maneras de vincular la organización sociopolítica-cultural; y las identidades.

Las narrativas como prácticas sociales permiten explicitar las relaciones que se establecen en la construcción de conocimiento e instaurar, estabilizar y potenciar nuevas formas de significar, para afianzar y recuperar las conexiones que van de lo frecuente y establecido a los procesos creativos, transformadores y novedosos; esta posición se explicita en los procesos semiótico-discursivos, en cuya esencia coexisten. La estabilización socio-histórica de patrones; la persistencia situada de estilos y géneros; y la regularidad en la interacción, así como la activa y la sistemática creación en los procesos discursivos y comunicativos, evidencian la coexistencia de interacciones codificadas y procedimientos fijados, asegurando permanencia, en compatibilidad con transformaciones que implican modos de interacción. Las expresiones se adaptan

y superan la emergencia de tecnologías de la comunicación, así como formas de ser y estar en la vida social, cuya concreción solo es visible en los discursos (De Fina y Mazzaferro, 2021).

La heterogeneidad de las dimensiones agencia-espacio–tiempo, en conexión con el territorio y la memorialización, es necesaria para la comprensión de las representaciones, que se recuperan en las narrativas producidas e interpretadas en sociedades que transitan en paralelo entre el conflicto armado interno, el postconflicto y la construcción de paz; se parte del principio de que el tiempo es una dimensión constitutiva del espacio. Los actores dan sentido a la espacio-temporalidad, basándose en su memoria, expectativas, interpretaciones y experiencias individuales y colectivas del pasado, presente y futuro. Esto permite evidenciar que la espacio-temporalidad alcanza una dimensión objetivable, como cuando se definen eventos en años, o duración expresada en horas o minutos, en la que se inserta la experiencia percibida que se manifiesta de maneras diversas y heterogéneas; la experiencia espacio-temporal y el fluir del tiempo en situaciones y eventos específicos conecta espacio-temporalidades (HO, 2021).

La transversalidad espacio-temporal crea en las narrativas maneras de entender las realidades en sus complejidades, por lo que recuperar esas formas de representar lo que ocurre como realidad social da paso a maneras de comprender, reforzar o resistir, desafiar, transformar o incluso producir nuevas espacio-temporalidades, con renovadas aproximaciones y formas de vivirla, donde la narración comunica y anuncia potenciales o creativas formas de organización colectiva, capaces de proponer acciones y acuerdos de paz en el marco de agencialidades diversas. Siguiendo los planteamientos de Björkdahl y Buckley-Zistel (2022), los usos y significados atribuidos a la ineludible conexión espacio-tiempo son potencialmente eventuales, polisémicos y ambivalentes, lo cual señala la evidencia empírica en la que la espacialidad nunca

es ahistórica ni apolítica, sino siempre circunstancial, está cargada de poder y emocionalidades, reflejando el resultado en luchas sociopolíticas.

Analizar las narrativas, en el marco de una sociedad donde coexisten el conflicto armado interno, el postconflicto anclado al Acuerdo de Paz (2016) y la búsqueda por la construcción de convivencia pacífica, implica reconocer la transversalidad de los procesos de memorialización, con lo que se expresa y silencia, para interrogar una narrativa en la que el proceso de diseño, producción y socialización se ancla, para el caso colombiano, en medio de la polarización político-discursiva. Las narrativas colectivas, producidas por comunidades victimizadas, circulan en paralelo, gestionando ámbitos narrativos propios en el marco de organizaciones sociales para resistir la negación, el revisionismo y otras estrategias que profundizan la polarización sociodiscursiva.

La expresión del poder de lo que se dice, expresa y silencia en las narrativas se constituye en recurso para comprender el conflicto y la guerra interna, así como las rutas que se construyen en la consolidación de procesos de paz, con función socializadora diversa y heterogénea que articula el saber institucionalizado y el saber experiencial de las víctimas, organizadas o no. Las narrativas como fuente para la construcción de paz evidencian los alcances y límites entre las diversas formas de organización y performatividad colectiva, posibilitando la identificación y comprensión sobre presencias, visibilizando, desde y en las narrativas, experiencias y expectativas múltiples y heterogéneas dentro de la comunidad en la que se instalan, alcanzando grados de coherencia y definiendo su alcance e incidencia transformadora. Siguiendo a Arendt (1993), la narración crea nexos entre la experiencia individual con las distintas instancias de la esfera pública, de manera que los saberes y experiencias son transfigurados, colectivizados y superan la individualidad del yo, formulando un lugar de existencia en la vida colectiva y pública.

Las narrativas, cuyo propósito institucionalizado atiende el interés de crear o consolidar memoria colectiva, accediendo, entre otros soportes técnicos, a la web, alcanzan grados de socialización capaces de gestionar y distribuir significados para sectores determinados con función pedagógica o investigativa, a las que con frecuencia se unen otras narrativas en coexistencia. Se yuxtaponen o proponen otros sentidos en divergencia, que gestionan formas de comprender y explicar el fenómeno narrado diferencialmente, para proponer cómo hacer que el pasado, el presente y el futuro sean verosímiles y éticamente coherentes.

Las tensiones en el proceso de consolidar narrativas son un ejercicio de poder simbólico que aspira a dar un lugar de privilegio y, en el caso de las narrativas institucionalizadas, hegemonizar el discurso de la memoria colectiva para una región o país. Aparecen rechazos o negación social y construcción de narrativas. La agencialidad convoca a escuchar silencios para acreditar las limitaciones que se imponen a algunos agentes que no tienen acceso o acceden parcialmente al poder, para garantizar la sobrevivencia de las memorias colectivas que no logran un lugar de socialización adecuado, promoviendo la elección del silencio como una forma de navegar a través de entornos polarizados. En este punto, se consolida la búsqueda por la legitimación de las narrativas que van definiendo y estabilizando la memoria colectiva.

La construcción de memoria colectiva impone políticas y decisiones sociales en las que se pretende transformar, rehacer o formular cambios en el tejido social, a fin de elidir o limitar los efectos de las violencias irracionales contra poblaciones periféricas esto es la búsqueda por restaurar cohesión social, principios y valores que promuevan nuevas bases al sistema sociopolítico y al Estado (JELIN, 2019). La búsqueda de narrativas que recuperen en perspectiva transformadora la memoria colectiva es un diálogo para alcanzar el sentido de negociación, explorar rutas capaces de dar

significado a las experiencias individuales y colectivas, los saberes y sus expectativas, consolidando estrategias que contribuyan a tramitar traumas, dolores, angustias, miedos y las rupturas que han destruido la vida, como consecuencia del conflicto armado interno. Las narrativas institucionales o institucionalizadas, como relatos del pasado con sus prolongaciones al presente, son relevantes en la configuración y el mantenimiento de un sentido de identidad nacional. Aunque estas narrativas no son unívocas, son objeto de debate social y pueden alcanzar la formulación de cuestionamientos sobre lo que ocurre en la esfera pública, las políticas sociales y de participación en el ejercicio de la democracia; además, pueden constituirse en un espacio para la valoración de las diversas versiones de los mismos eventos, garantizando su pervivencia y sentidos entre los ciudadanos y el conjunto social al que pertenecen (Jovchelovitch, 2012).

La macro narrativa que se aborda en este estudio, dadas sus características y procedências, se instala en los ejercicios más contemporáneos de la cultura digital, en los procesos de su diseño, producción y socialización. Este hecho rescata el principio de la relación entre memoria y tecnología de la comunicación, lo cual modela y transforma las prácticas de recordar y conmemorar. Siguiendo a van Dijck (2010), se infiere la relación que va de la memoria conectiva a la memoria colectiva con sus grados de permanencia, movilidad, distribución social y su carácter transitorio. En este sentido, es viable pensar que la web genera transformaciones en los procesos propios de las instituciones, particularmente cuando se trata de la socialización de memorias colectivas y sociales. De acuerdo con Chun (2008), la relación de la memoria con el almacenamiento de datos sustenta la promesa de archivo en los medios digitales:

> La principal característica de los medios digitales es la memoria. Su ontología está definida por la memoria, desde el contenido hasta el propósito, desde el

> hardware hasta el software, desde los CD-ROM hasta las tarjetas de memoria, desde la RAM hasta la ROM. La memoria es la base del surgimiento de la computadora tal como la conocemos ahora (...) (pág. 154).

En esta perspectiva, la característica nuclear de los medios digitales es la memoria metaforizada en almacenamiento. Esta conexión, en particular con la memoria colectiva, abre espacio no solo a la presencia material de las memorias, sino al análisis y comprensión de los procesos de su transformación, dado que la memoria digital se conecta con procesos críticos de renovación de datos e información, más que en mantener almacenamiento o recuperar nuevos datos. Se asume, entonces, el reto y la responsabilidad de explorar y estudiar desde la memoria digital asuntos prioritarios como las características y variaciones de desarrollo de la página web de la Comisión de la Verdad, las implicaciones nacionales, regionales y globales, y las formas cómo se asumen las ecologías de la memoria con sus desarrollos en América Latina para el mundo.

La mediación y mediatización de las narrativas, que portan simbólicamente los procesos de memorialización, en este caso, comprometidos con principios ético-políticos como la verdad, la justicia y la reparación, además institucionalizados, parte del principio de que la tecnología implica, por lo menos, dos vías: cruza los discursos de creatividad táctica y atiende la horizontalidad dialógica; es, por tanto, gestora de discursos, cuyo propósito es contribuir a la construcción de memoria colectiva en soporte digital. Se articulan discursos dentro del universo del capitalismo avanzado, que coexisten interconectados: el poder de la tecnología bajo el control de los grandes capitales, que inevitablemente es recurso y lugar de voz para los derechos humanos.

En este sentido, se entretejen marcos legitimadores y deslegitimadores, dando paso a la conexión en la que coexisten,

para producir una visión matizada sobre las violencias en un conflicto armado interno que, por décadas, se ha puesto al servicio del capital local y extranjero, construyendo en una unidad, conflicto y poder. La memoria colectiva se integra a las tecnologías digitales, gestionando formas de cobertura social, manteniendo activo el proceso de memorialización como condición para la construcción de paz, en situación de conflicto en medio del postconflicto.

La integración de las tecnologías digitales en los procesos de construcción de memoria colectiva tiene implicaciones tanto para la forma en que se narrativiza en los medios como para el logro de construir colectivamente espacios y acciones de paz. Si bien el paradigma de la paz sugiere que la cobertura mediática señala la deslegitimación y, en ocasiones, la invisibilización de la víctima, los medios más articulados a las tecnologías digitales permiten recuperar o elidir el determinismo tecnológico – el poder –; la sublimidad de la tecnología en doble vía, creando el aura o destruyéndola; y la amplificación de la mitología que naturaliza la vida social, sacralizando la tecnología (Balan y Dumitrica, 2022).

El discurso articulado a los procesos de memorialización desempeña un papel trascendente en la construcción de la realidad social. Es desde las expresiones discursivas donde el ser humano diseña, produce y socializa idearios, conceptos, objetos y puntos de vista, con sus axiologías, a los que se integran los miembros de la comunidad en los procesos de construcción de significado. De acuerdo con Authority Score (2024), el registro de acceso a la página de la CV es alto, promediando 252.055 visitas mensuales. En este marco, el discurso mediatizado, con los condicionamientos que impone la institucionalización, está inevitablemente ligado al poder, abriendo sistemáticamente dos rutas interconectadas: los discursos dominantes, donde se reproducen y legitiman las estructuras prevalecientes que se alinean con saberes experienciales y cotidianos para interpretar el

mundo (Foucault, 1999); y la producción y rediseño permanente de contradiscursos, cuyo propósito comunicativo desafía las normas, crea nuevas articulaciones, gestiona nuevos puntos de vista y elabora alternativas (Laclau, 2022).

Se propone, por lo tanto, que la Comisión de la Verdad cree un enfoque alternativo para los procesos de memorialización, donde las memorias narrativizadas gestionan la dimensión ética de la memoria colectiva, y los procesos de mediación y mediatización se instrumentalizan, en cierto grado, para garantizar la presencia y permanencia de las narrativas de la memoria, socializándose desde el recurso tecnológico digitalizado. El propósito sociocomunicativo es eliminar toda expresión de negacionismo, olvido e instalación de narrativas no coherentes con un pasado y un presente de violencias sistemáticas e inmorales, que han pervivido en el país por más de siete décadas.

La narrativa alternativa, en los límites de la institucionalidad, apropia las plataformas sociales, evidenciando el papel nuclear de los mass media y las tecnologías digitales en la construcción de un nuevo acercamiento al saber histórico y a las formas de sentir, hacer conciencia y apropiarse de las memorias, dejando huella del valor simbólico del pasado para los nuevos movimientos y formas para pensar, desde el presente, futuros posibles y humanizantes para el país.

CONTEXTUALIZANDO LA RUTA ANALÍTICO-INTERPRETATIVA

Las consideraciones teórico-metodológicas sobre la espacio-temporalidad y el reconocimiento sobre cómo diferentes actores movilizan estas categorías en sus narrativas heterogéneas, diversas y múltiples, permiten explicitar las transformaciones, ambivalencias y controversias, en las que el espacio y el tiempo se conectan en narrativas sobre comunidades afectadas por la violencia armada en tres fases

en coexistencia: conflicto, postconflicto y construcción de paz. La comprensión e interpretación de las implicaciones sobre la incidencia de las construcciones narrativas, con sus espacio-temporalidades, proporciona un marco analítico para: explicitar las representaciones sobre las fases involucradas; comprender realidades empíricas; crear puntos de vista analíticos; y promover debates en las agendas para la construcción de paz, lo cual da paso a la comprensión de cómo las representaciones conectan procesos sociales, ideas, experiencias vividas y proyecciones.

La selección de la periodización está anclada intertextualmente a la Ley de Víctimas (2011) o Ley 1448 de 2011, en la cual se fija el concepto de víctima:

> Solo pueden ser consideradas aquellas personas que individual o colectivamente hayan sufrido un daño por hechos ocurridos a partir del 1 de enero de 1985, como consecuencia de infracciones al derecho internacional humanitario o de violaciones graves a las normas internacionales de derechos humanos ocurridas en medio del conflicto armado interno (pár. 1).

La elección temporal responde, por una parte, a la normatividad internacional, donde a través de la Resolución 40/34 (ONU, 1985) de la Asamblea General de las Naciones Unidas se adopta "La Declaración sobre los Principios Fundamentales de Justicia para las Víctimas de Delitos y del Abuso de Poder", creando un marco general para la reivindicación de los derechos de las víctimas ante los distintos Estados; y, por otra, a una selección realizada por el Congreso de la República, "fruto de consensos y acuerdos dentro de las distintas corrientes políticas representadas al interior del órgano legislativo", ratificada por la Sentencia C-250 - Corte Constitucional (2012).

A partir de los principios de los Estudios Críticos del Discurso Multimodal y Multimedial (ECDMM) y las investigaciones previas

en Pardo Abril (2017; 2021; 2023), así como en investigaciones de Balan y Dumitrica (2022), se propone reconocer las características en la construcción discursiva massmediática, con eje en los procesos de construcción de memoria colectiva en la Comisión de la Verdad, a través de su plataforma web. Se selecciona una macro narrativa multimodal y multimedial 'No matarás', articulada como relato histórico sobre los distintos momentos de la violencia vivida en el marco del conflicto armado interno. Uno de los periodos representados por la intensidad de la violencia es 'El Éxodo', anclado temáticamente a 'la disputa por el territorio y la población civil' (Comisión de la Verdad, 2022B).

La macro narrativa se elabora a través de los modos visual-gráfico: diseño de la página, fotografías principalmente de civiles, e infografías con estadísticas y mapas; visual-verbal: el relato contextualizador sobre la violencia; sonoro: ruidos de la naturaleza y el entorno, y sonoro-verbal: alocución presidencial y voces de civiles. La conjunción de estos elementos, jerarquizados, junto con su relación intertextual con el Informe Final de la Comisión de la Verdad (2022c) formula un proceso de memorialización colectiva que busca crear un diálogo social amplio con la ciudadanía.

Se indaga cómo se construye discursivamente el proceso de memorialización colectiva desde las tecnologías digitales en el Informe Final, y, más concretamente, las micronarrativas 'El Éxodo' y 'Un país desplazado', que se caracterizan por yuxtaponer espacio-temporalmente eventos y acontecimientos ubicados en la última década del siglo XX y la primera del siglo XXI, resaltando, en diferentes partes de la narrativa, distintos hitos de guerra y paz, articulando una periodización que ancla la conexión espacio-temporal. La interfaz inicial en la plataforma describe un periodo de violencia establecido entre 1991 y 2002, teniendo como puntos de referencia la creación de la Asamblea Nacional Constituyente y la elección de Álvaro Uribe como presidente de la República, quien implementa y ejecuta el Plan Patriota.

Esta concepción espacio-temporal se complementa con la que se construye alrededor de la internacionalización del conflicto armado entre 1992 y 2002, teniendo como puntos centrales la firma del Estatuto de Roma en 1998 y el Acto Legislativo 02 de 2001, que posibilita al Estado colombiano reconocer la jurisdicción de la Corte Penal Internacional (CPI) para juzgar los crímenes de lesa humanidad; y, también se sobrepone con la espacio-temporalidad elaborada con el volumen 'No Matarás' del Informe de la Comisión en la que se formula un lapso entre 1990 y 2002, transversalizado por el sentido de "La ilusión de un nuevo país y la guerra por el territorio (1990-2002)" (Comisión de la Verdad, 2022c), estructurado a través de las acciones y reacciones de los distintos gobiernos frente a la reconfiguración de los actores armados en el país.

La reflexión y esclarecimiento sobre los eventos en el marco del conflicto armado interno se concentra en las actividades desarrolladas por los militares, los grupos paramilitares y los grupos guerrilleros, y la respuesta por parte de la población civil. Entre los eventos nucleares que marcan la cronología del periodo señalado se encuentran las masacres perpetradas por las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) entre 1994 y 2002 como estrategia para el control territorial; y las acciones desarrolladas por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP) para alcanzar una expansión por el sur del país, profundizándose este proceso entre 1991 y 1997. Una grave consecuencia en estos periodos fue la movilidad forzada interna, principalmente de las comunidades campesinas hacia las grandes ciudades, fenómeno que se intensifica entre los años 1995 y 2000. El desplazamiento forzado es el evento de victimización más recurrente, en conexión con otros hechos como masacres, amenazas, despojo de tierras, reclutamiento de jóvenes y niños, entre otros. De acuerdo con la Unidad de Víctimas (2025), al 28 de febrero del 2025, Colombia ha registrado oficialmente 8.812.089 víctimas de desplazamiento forzado.

Las micronarrativas se abordan a profundidad desde el enfoque de los ECDMM, para lo cual se avanzan tres momentos: el primero, una lectura inductiva-deductiva que posibilita verificar la heterogeneidad de las dimensiones agencia-espacio–tiempo, en conexión con el territorio y la memorialización, como categorías nucleares para la comprensión de las representaciones que se recuperan en la macronarrativa instalada espacio-temporalmente en Colombia; su diseño, producción y socialización ocurre en medio del conflicto armado interno, el postconflicto y la construcción de paz (2016-en proceso). El segundo paso permite recuperar el discurso mediático con sus dimensionalidades y verificar el contexto en el que surge, lo cual permite articular las categorías epistémicas, ampliando el alcance analítico. El tercer paso permite comprender los entrelazamientos de la narrativa institucionalizada y los medios.

Los procesos de memorialización, integrados al mundo discursivo digital, abren rutas para recuperar información sobre el papel de los recursos tecnológicos y su incidencia en la transformación, que va del estado de guerra a la paz, en una sociedad donde la relación dialógica e interactiva reconoce los condicionamientos que impone la institucionalización discursiva; la búsqueda por mantener o instalar formas tradicionales de legitimación; y la producción y rediseño permanente de discursos anclados a la experiencialidad de la víctima, donde, desde la individualidad o la construcción solidaria y colectiva, se desafía la institucionalidad. El objetivo es gestar y gestionar nuevos puntos de vista, y elaborar alternativas discursivas que exploran la verdad y la justicia como condición para construir paz. La exploración de la dimensión semiótico-discursiva, su interacción con las tecnologías digitales y los procesos de construcción de memoria colectiva institucionalizada –o no–, pueden llegar a constituirse en un abordaje desde el reconocimiento derivado de analizar el tejido sígnico de las narrativas.

ÉXODO-DESPLAZAMIENTO: ESPACIO-TEMPORALIDAD PARA LA CONSTRUCCIÓN DE MEMORIA COLECTIVA DESDE EL DISCURSO INSTITUCIONALIZADO DE GUERRA Y PAZ

La articulación del tejido sígnico permite recuperar en la construcción temática la movilidad forzada y tipificarla intertextualmente como un 'éxodo'. Este se conceptualiza como una forma generalizada de salida de la población de su territorio, una de cuyas expresiones es el desplazamiento forzado interno; el concepto de 'éxodo' expresa el sentido de la salida masiva de personas de un territorio, subrayando la magnitud de la movilidad forzada. El intertexto de 'éxodo' tiene anclaje en creencias judeocristianas en sus textos sagrados, y ha entrado en el ámbito internacional a través de las resoluciones de la ONU, en particular con la Resolución No. 56/166 del 19 de diciembre de 2001, sobre "Derechos Humanos y éxodos en masa". A este respecto la ONU (2001) señala que:

> Los éxodos en masa de poblaciones son consecuencia de factores múltiples y complejos, como las violaciones de los derechos humanos, la persecución, los conflictos políticos y étnicos, el hambre y la inseguridad económica, la pobreza y la violencia generalizada (...) (p. 1).

En esta línea el concepto internacionalizado en documentos de la OIM (2006), indica que el éxodo implica:

> Movimientos en grupo, aislados y esporádicos, fuera del país de origen. Éxodo en masa es un movimiento de un gran número de personas o una parte de una comunidad en un momento determinado (...) (p. 25).

El concepto de 'éxodo' en su doble origen, anclado a la historia bíblica de la salida de los hebreos de Egipto y de la

propuesta de internacionalización del concepto para representar un fenómeno social contemporáneo, se utiliza como un marco cognitivo que se ha activado para explicar la movilidad forzada. El uso de este concepto posee unas connotaciones que no contribuyen a comprender el fenómeno en su integralidad, dado que simplifica una realidad compleja y heterogénea; invisibiliza las diversas formas de violencia subyacentes; otorga una visión religiosa que no necesariamente es compartida por las víctimas; oculta la experiencia traumática que implica la pérdida de hogar, identidad y medios de subsistencia, y subraya la idea de un retorno prometido, la cual no se produce necesariamente. El 'éxodo' como metáfora y como narrativa construye una visión fragmentaria de la movilidad forzada, que ontológicamente busca posicionar al desplazamiento forzado como una condición que se extiende en el tiempo, para alcanzar unas circunstancias y condiciones más adecuadas, la cual no se logra a través de medios jurídicos o principios del derecho humanitario, sino a través de designios providenciales.

En "No matarás", volumen del Informe Final de la Comisión de la Verdad (2022c), el concepto de "éxodo" es utilizado en los siguientes fragmentos discursivos: "Estudios académicos también han calculado que los campesinos perdieron 400.000 predios en medio del éxodo" (p. 72), donde se oculta que la tierra fue expoliada con todos los factores de violencia asociada que incluían la muerte, el despojo y el desplazamiento, entre otras acciones. En "los bombardeos del Ejército y la ocupación militar por parte de tropas del Batallón Colombia causaron un éxodo masivo de los pobladores de la región, en lo que aún se conoce en su memoria como «la marcha de la muerte»" (p. 106), la construcción discursiva nomina la responsabilidad de las fuerzas del Estado y, por tanto, se visibiliza la acción indiscriminada en el conflicto contra la población civil, una de cuyas consecuencias fue la movilidad forzada, por una parte; y, por otra, el papel de la acción bélica del Estado en el proceso de apropiación ilegal de territorio. Un tercer

uso se atribuye a la voz del expresidente de Ecuador: "Correa celebró la operación Colombia porque «cerró cualquier posibilidad de negociación política con este grupo guerrillero, y comenzó el éxodo del Secretariado de las Farc-EP hacia los Llanos del Yarí»" (p. 244). En este caso, el sentido internacionalizado del éxodo soporta la idea de la inoperancia de la negociación política de los gobiernos de Colombia.

El Estado colombiano reconoce el concepto de 'éxodo', asignando este sentido al concepto de 'desplazamiento forzado' en sus distintas dimensiones, como una problemática relevante que exige acciones de política pública. En esta línea, se aprueba la primera Ley para la Atención de la Población Desplazada: Ley 387/97 (2005); esta normatividad permite verificar hitos de guerra y paz en el conflicto armado interno. Entre 1987 y 1997, se ubica temporalmente un primer momento que da paso a la legalización de la situación de víctima del desplazamiento forzado, por causa de la violación a los derechos humanos y la violencia interna; entre 1997 y 2005 se aprueba la Ley de Justicia y Paz, a través de la cual el gobierno de Uribe Vélez otorga carácter político a los paramilitares, a fin de dar tratamiento especial de justicia a los implicados. La actividad criminal de los paramilitares conduce a que la Corte Constitucional (2006) implemente cambios sustanciales a la norma para reglamentar el proceso de desmovilización, en el marco de fenómenos como el narcoparamilitarismo y la parapolítica. De acuerdo con González Posso (2014, p. 2):

> (…) puede decirse que las desmovilizaciones masivas y parciales de los bloques paramilitares y narcoparamilitares se dieron más por los compromisos y expectativas políticas, que por la letra de la ley autodenominada de justicia y paz. Se desmovilizaron a pesar de la ley y porque creyeron que tenían acciones en el gobierno y en el Estado para arreglar cuentas

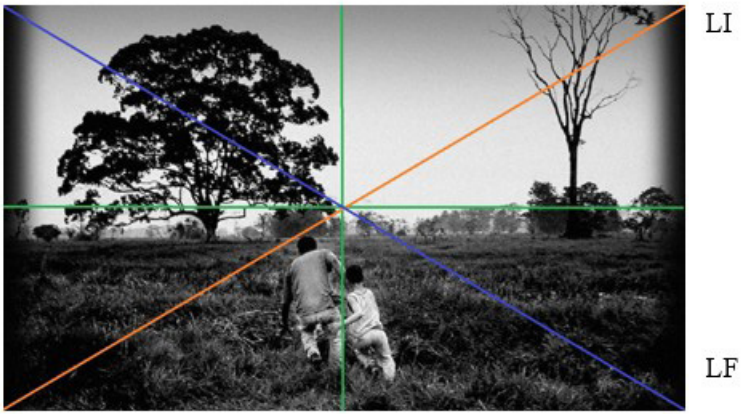
> con la justicia y en corto tiempo pasar a la vida civil a disfrutar de sus bienes y alianzas de poder.

Tras los innumerables fracasos de la Ley 975 de 2005: Ley de Justicia y Paz, se sanciona la Ley 1448 de 2011: Ley de Víctimas y Restitución de Tierras en Colombia. Se aprueba, entre otras razones, para atender los límites de la Ley de Justicia y Paz, que, como se ha señalado, fue un recurso jurídico para la impunidad, particularmente, de los grupos paramilitares, abandonando la responsabilidad del Estado con las víctimas. Mediante la Ley 1448 de 2011, el gobierno de Juan Manuel Santos se propone dictar medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno. Se puede afirmar que el balance en el cumplimiento de los derechos de las víctimas a la verdad, justicia, reparación y garantías de no repetición no logra el cumplimiento de esperanza de justicia y paz frente a las atrocidades que a la fecha ha vivido el país, en medio del conflicto en todas sus dimensiones, incluyendo la movilidad forzada.

La construcción de memoria, relacionada con el 'éxodo' o el 'desplazamiento forzado' en las micronarrativas, está transversalizada por la formulación de identidad de los distintos agentes. La relación espacio-temporalidad, territorio y agencialidad se ve representada, en la narrativa visual, a partir de la conexión que se establece entre quien toma la fotografía y el contexto de violencia. Las fotografías, que representan a la víctima, remarcan su emocionalidad frente a la guerra. Tanto en la sección 'El Éxodo' como en la sección 'Un país desplazado', se toman como referencia imágenes en escala de grises donde los agentes representados son parte de las comunidades que más han sufrido en el conflicto, produciéndose interseccionalidades ancladas a factores sociodemográficos: comunidades campesinas; factores étnicos: pueblos indígenas y afrodescendientes; factores de género: mujeres y hombres; factores etarios: jóvenes, niños y bebés; y personas con discapacidad, víctimas principalmente de

minas antipersonales. Las fotografías son tomadas de archivos de fotoperiodistas como Héctor Emanuel (Perú), quien ha abordado situaciones sociales en diversos países como Bolivia, India, Perú, Haití o Colombia; o Henry Agudelo (Colombia), quien ha documentado acciones dentro del conflicto armado, particularmente en Antioquia. En las imágenes que retratan la movilidad forzada, ubicadas espacialmente en el sur de Colombia, se observan los efectos del recrudecimiento de las hostilidades tras la ruptura de los diálogos de paz. Los civiles son representados atemorizados, sugiriendo la vulnerabilidad a la que están expuestos: la selva aparece como escenario de tensión, donde el 'fuego cruzado' se configura como una acción que representa la violencia indiscriminada, generando destrucción y muerte.

Imagen 1. Visualidad y desplazamiento forzado.

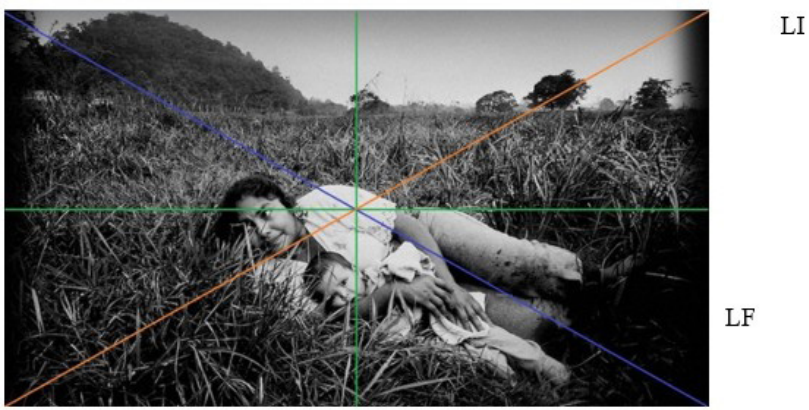


Fuente: Comisión de la Verdad (2022B). Emanuel, Héctor. Marzo de 2002, Colombia 1068. «Civiles atrapados en el fuego cruzado entre tropas del gobierno y la guerrilla de las Farc cerca a Puerto Rico –Caquetá, tras el repentino rompimiento de tres años de diálogos».

En el caso de la imagen que acompaña la narrativa 'El éxodo', la composición de la imagen en cuartos establece una división entre lo real, que es el conflicto, y lo ideal, que es la condición de tranquilidad, representada por la bóveda celeste y la naturaleza; y

entre lo temático, que es la violencia, y lo remático, caracterizado por la ruptura del vínculo entre los seres representados. Las líneas de fuerza e interés explicitan el equilibrio que se genera en la fotografía, a pesar de las complejidades del contexto en el que se registra la fotografía. Se logra una aproximación interpretativa, orientada a centrar la mirada en los efectos de la guerra, donde la ausencia-presencia del perpetrador es un elemento indicial relevante para establecer la conexión entre responsabilidad de los actores –guerrilla, militares-paramilitares– y el acto de victimización. La imagen es clave en la comprensión de las distintas acciones de agresión y los niveles alcanzados durante finales de los noventa y comienzo de los años dos mil, con una intensidad alta en relación con la densidad poblacional, que, según el censo del 2015, era de 33.347 para el municipio de Puerto Rico, Caquetá. En concordancia con los registros de instituciones como la Unidad de Víctimas (2025), en el municipio entre 1985 y febrero de 2025, se han registrado 29.924 víctimas de desplazamiento forzado y 3.543 de homicidio.

Imagen 2. Marcadores de emocionalidad.



Fuente: Comisión de la Verdad (2022b). Emanuel, Héctor. Marzo de 2002, Colombia 1068. «Civiles atrapados en el fuego cruzado entre tropas del gobierno y la guerrilla de las Farc cerca a Puerto Rico – Caquetá, tras el repentino rompimiento de tres años de diálogos».

La representación visual-gráfica en la fotografía permite inferir grados de emocionalidad en el registro de personas atrapadas en una situación de peligro inminente o sus consecuencias, generando una representación del conflicto como una realidad brutal y constante (véase Imagen 2). Este tipo de condicionamiento social hace inevitable inferir las emocionalidades que se involucran. En este caso, el miedo implica pensamientos y estados cognitivos en los que una experiencia negativa que atenta contra la vida y el futuro incierto del desplazamiento forzado potencian la posibilidad de acontecer situaciones adversas que no se pueden impedir desde la condición de ciudadano común, miembro de una comunidad campesina, asentado en territorios periféricos. En sentido similar, la ira, estimulada por el saber que otro ha dañado gravemente el recurso material de supervivencia, la vida de seres queridos o miembros de la comunidad a la que se pertenece, se formula como el acto de atribuir valor a lo que se posee por derecho y, por lo tanto, causa daño grave.

La Imagen 2, que acompaña la narrativa 'Un país desplazado', incluye la idea de valoración o evaluación cognitiva necesaria para que surja una emoción. En el marco de un conflicto interno, la población afectada vive su experiencia desde una diversidad de opiniones y sistemas de creencias y saberes, anclados a la supervivencia, que le permite entender el modo como funciona el mundo, el tipo de ser humano involucrado, y las metas y propósitos que son viables proyectar como forma de existencia y de futuro. Se adopta la perspectiva de que las emociones son expresiones que conectan saberes y formas de sentir y percibir el mundo; son manifestación de la racionalidade. Por tanto, las emociones son el producto de la razón en la medida en que visibilizan formas de valoración del mundo, de las acciones y de eventos que ocurren en la vida de las personas. Es el modo en el que el ser humano evalúa un suceso o evento que determina formas de reaccionar emocionalmente, es decir, la emoción tiene carácter cognitivo:

> Las emociones son respuestas complejas de un individuo a los estímulos del entorno y, aunque implican reacciones fisiológicas, se caracterizan fundamentalmente por una valoración positiva o negativa (*appraisal*) de un objeto intencional (persona, objeto, acontecimiento o situación), así como por una tendencia a la acción según la evaluación realizada: objeto nocivo, benéfico o amenazador (...) (Lyons, 1993; Roseman y Smith, 2001; en Lazarus, 2000, p. 98).

En esta perspectiva, las emociones se enraízan en juicios, eventos, acciones o situaciones que pueden implicar, o no, personas o estados de cosas; estos saberes correctos o incorrectos, superficiales, erróneos o ilusorios, dan sentido a lo que se expresa. Para las personas o colectivos, la emoción depende del modo como se vea el objeto que se ha aprehendido (GREENSPAN, 2004). En estas teorías cognitivas se contemplan los objetos ilusorios y una serie de creencias que pueden ser valoradas como irracionales, por ser incoherentes o inconsistentes con la realidad, pero que son consideradas verdaderas en el proceso de los acontecimientos, en situaciones sociales específicas. Esto explica que el desprecio, el odio o la ira se manifiesten cuando una persona o grupo, en perspectiva de quien es víctima, originen sensaciones que implican una total repulsión por el 'otro', valorado como perverso, perjudicial o dañino.

En la fotografía, la madre protectora asume una variedad de creencias que interactúan en diferentes niveles con los procesos emocionales, induciendo a formas particulares de conducta, como escoger el lugar seguro de descanso para ella y su bebé en el proceso que implica ser desplazada bajo presión o fuerza, dejando su círculo social, sus pertenencias y, tal vez, lazos familiares resquebrajados. Entre los múltiples saberes que se activan con tendencias de acción, se pueden inferir: creencias

sobre las emociones de otras personas de su entorno, o del nuevo al que pretende llegar; acerca de las intenciones y motivaciones de los perpetradores y de otros individuos; acerca de estados de cosas que incluyen imaginarios sobre el lugar de acogida, y sobre situaciones futuras para ella y su hijo.

El uso de la escala de grises para la imagen gráfica en «Civiles atrapados en el fuego cruzado entre tropas del gobierno y la guerrilla de las Farc cerca a Puerto Rico, Caquetá, tras el repentino rompimiento de tres años de diálogos» implica aproximarse a un pasado con la peculiaridad emotiva que porta la imagen, para constituirse como detonadora de procesos de memoria, testimoniando situaciones traumáticas y sus consecuencias. El uso de la acromía, además de generar una relación con la crudeza de la realidad representada, busca generar una conexión intimista, punzante y solidaria.

Barthes (1989) señala el poder de la fotografía, al actualizar la espacio-temporalidad y su conexión con el territorio en la interacción comunicativa, para visibilizar lo ausente y evidenciar existencia, recuperando un 'aquí y ahora', en este caso, de un evento, acontecimiento o acción, y de una realidad que se experiencia en un 'allá y entonces' ubicable o inferible. De esta manera, el interlocutor que observa y lee, comparte y transita hacia el momento en el que tuvo lugar el evento que se representa: el desplazamiento forzado, proyectándose hacia el presente y el futuro en el compromiso de construir memoria colectiva.

El *punctum* valida la existencia de un ser cuyo cuerpo-rostro, en vínculo con el ser amado, provoca en el interlocutor emocionalidad que da sentido y vida a la presencia. En otra perspectiva, las ineludibles relaciones vida-muerte, presencia-ausencia, pérdida-búsqueda, vulnerabilidad-protección y desesperanza-esperanza se diluyen en los grises: son condiciones que se disuelven y fortalecen con el paso del tiempo, y abren un tránsito incierto y doloroso. En la Imagen 1 se puede inferir

un patrón de similitud con la Imagen 2, donde la identidad se ancla a género, rol, edad y condición de víctima de los agentes representados; el estado emocional es inferible en la corporalidad y el rostro: lo que se colige es que en los dos casos hay sentido de huida, alerta, protección y defensa de la vida.

La narrativa verbal, en conexión con la fotografía, constituye un recurso en la comprensión del conflicto y su relación con la movilidad forzada, particularmente con el abordaje estructural de la violencia, que se legitima a través de estadísticas recolectadas por entidades oficiales. En la primera micro narrativa, se remarca la violencia contra los funcionarios públicos, quienes en algunos casos pudieron exiliarse o ejercer desde las cabeceras municipales; mientras otros tuvieron que seguir las órdenes impuestas por los grupos armados ilegales o fueron asesinados. La narrativa verbal "El éxodo" utiliza secuencias espacio-temporales para establecer relaciones de sentido que buscan dimensionar el alcance de los principales actores legales e ilegales, que se centran, para esta narrativa, en la violencia contra alcaldes y concejales, los cuales fueron amenazados, coaccionados o asesinados: "En muchos departamentos, desde 2001 los alcaldes y concejales despacharon desde las capitales". Esta focalización pretende señalar la profunda crisis institucional generada por la acción violenta, la cual deriva en lo denominado por la plataforma como "anomía institucional (sic)" y que se ejemplifica con el testimonio de una funcionaria pública del municipio de Calamar, Guaviare:

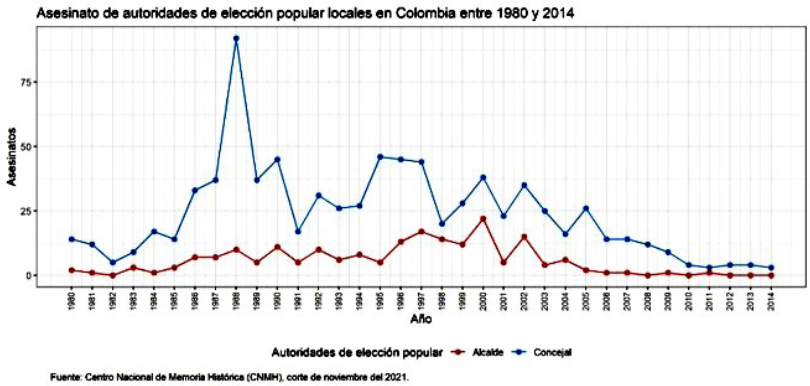
> «Ya en ese entonces, (…) el orden público era terrible, porque nosotros los funcionarios éramos declarados objetivo militar. Entonces, no podíamos viajar por tierra, no. Al ser funcionarios de un municipio controlado por la guerrilla, al recorrer la carretera corrían el riesgo de ser torturados, asesinados o desaparecidos por los paramilitares. Nos tocaba solo por avioneta. O de pronto, cuando llegaban los vuelos

> de apoyo del Ejército, ahí lo llevaban a uno gratis» (…) (Comisión de la Verdad, 2022B).

El testimonio busca explicar cualitativamente el sentido de violencia expresado en la gráfica de "Asesinato de autoridades de elección popular locales en Colombia entre 1980 y 2014", dando cuenta de la acción directa llevada a cabo, principalmente por los grupos paramilitares-militares, por el control territorial. En el testimonio, marcadores emocionales como las expresiones "objetivo militar" y "corrían el riesgo de ser torturados, asesinados o desaparecidos" recuperan no solo la memoria episódica, sino que activan la experiencialidad para encarnar el sentido de victimización o de potencial victimización. Sin embargo, la narrativa verbal señala que, en medio de la situación de anomia, caracterizada por Íñigo (2022) como una fractura en los mecanismos de socialización e integración social, producida en contextos de crisis o de transformación, los funcionarios también fueron agentes de la desestabilización, ya sea siguiendo órdenes o, como se señala en la página web, "en el ejercicio de un cargo público, algunos sacaron provecho personal" (Comisión de la Verdad, 2022b).

Esto es relevante, dado que deja un índice de la participación de alcaldes, concejales y gobernadores en acciones como la comisión de masacres y desapariciones forzadas en estrecha correlación con los paramilitares-militares, la inacción en la protección de la población civil, el involucramiento en procesos de despojo, registrando legalmente las propiedades usurpadas por los grupos armados, siendo los funcionarios públicos no solo víctimas, sino un factor determinante en la generación y profundización de la violencia.

Imagen 3. Gráfica estadística sobre asesinato de autoridades de elección popular



Fuente: Comisión de la Verdad (2022b) micro narrativa verbal gráfica: "El éxodo". URL: https://www.comisiondelaverdad.co/el-exodo.

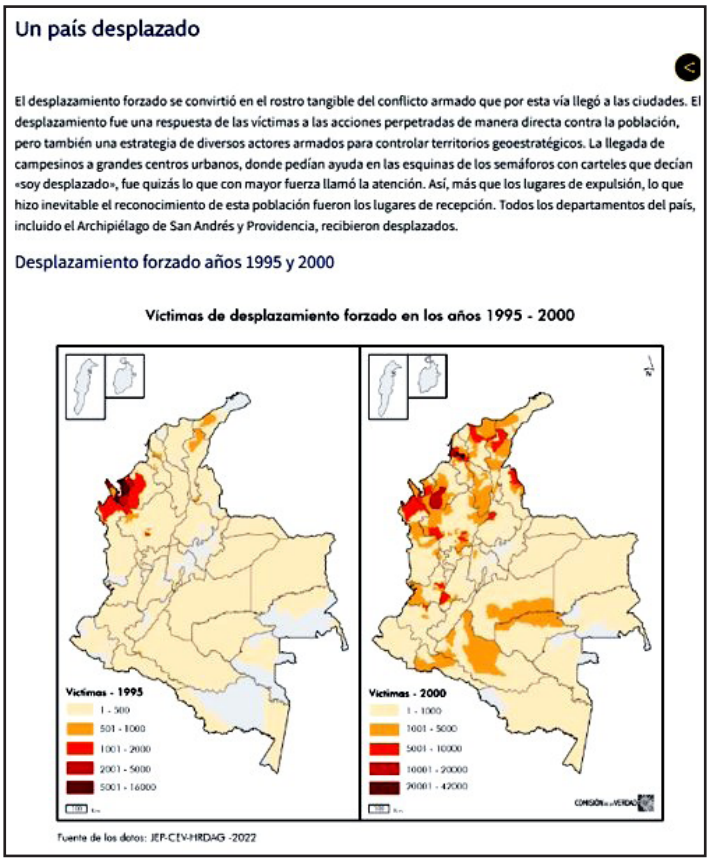
La gráfica elaborada por el Centro Nacional de Memoria Histórica (2021) que acompaña la narrativa sobre "El Éxodo" muestra que, si bien el mayor grado de victimización contra alcaldes y concejales se dio a mediados de los años ochenta, en los noventa y comienzos de los dos mil, hubo una violencia sostenida contra ellos, alcanzando regularidad entre 1995 y 1997. La representación visual-gráfica en las gráficas estadísticas proporciona al interlocutor una información sociohistórica y política, potenciando en la interacción el reconocimiento de preguntas, simplificando fenómenos complejos como el conflicto armado interno, y abriendo espacio a los debates y acciones generadoras de perspectivas alternativas.

Las gráficas estadísticas en la web y, en particular, en la página de la Comisión de la Verdad son herramientas de comunicación para diseñar, producir y distribuir saberes que los colectivos y comunidades usan, en el caso colombiano, con el fin de aspirar a participar en el proceso de construcción de una sociedad pacífica. El acceso a la web es esencialmente la posibilidad de acceder a datos gubernamentales e institucionalizados, capaces de

crear, impulsar y legitimar iniciativas de defensa de la exclusión, la desigualdad, la injusticia y la lucha contra la violencia de Estado, así como la ejercida por actores armados ilegales. La función semántico-pragmática de la gráfica es contribuir a identificar estos puntos para la toma de decisiones, fomentar el pensamiento crítico y gestionar formas de apropiación de los saberes socioculturales y políticos propios de cada comunidad; es decir, cumple función de construcción de conocimiento. En esta línea, la gráfica estadística contribuye a develar las estructuras complejas que causan la inequidad social generalizada, y evidencian patrones de ejercicio de violencias, que deben ser recuperados, comprendidos y transformados, a través de las nuevas formas de conocer para la construcción de paz.

La narrativa verbal en "Un país desplazado" exhibe que las dinámicas por el control de los territorios no solo incidieron en las zonas de origen, sino también en las de llegada, constituyéndose todos los departamentos del país en lugares de acogida, y alcanzando así una mayor visibilización del fenómeno. Este abordaje al desplazamiento forzado y sus implicaciones en términos de movilidad produce semántico-pragmáticamente una complementariedad con la narrativa que la Comisión de la Verdad hace en su sección de la plataforma sobre el desplazamiento forzado, y donde se incluye el mapa digital interactivo elaborado por el Center for Spatial Research, propuesto por la Universidad de Columbia (Estados Unidos) en 2022. "Un país desplazado" narra espaciotemporal y territorialmente, entre 1995 y 2000, la violencia amplificada en la representación visual gráfica e infográfica: mapas.

Imagen 4. Un país desplazado



Fuente: Comisión de la Verdad (2022b) micro narrativa verbal gráfica: "Un país desplazado". URL: https://www.comisiondelaverdad.co/el-exodo.

Los mapas propuestos en esta micro narrativa recuperan realidades sociales factuales, que pretenden la representación gráfica y pictórica de eventos de violencia con carácter diáfano y preciso en lo que expresan; como toda narrativa agencializada, crea significaciones implícitas y explícitas que se materializan signicamente. El uso del color, como marcador semiótico, conecta con los grados de calidad de los datos, activando emocionalidades y convocando a los interlocutores a identificar e interpretar en los datos información sensible para la comunidad representada. Los

colores en los territorios marcados dan sentido a la intensidad del conflicto, registrando la existencia de la violencia en la región. La visualización de datos en el mapa permite descubrir sesgos y discursos que develan las violencias en el conflicto armado interno; inspeccionar datos abiertos; crear visualizaciones; iluminar las disparidades sociales; y reflexionar sobre qué representación de la realidad se está revelando, a quién se beneficia y a quién no. Todo lo anterior es un importante punto de referencia para reconocer que estas representaciones abren fuentes para reconocer la responsabilidad del Estado, de las instituciones, de las fuerzas del Estado y de los funcionarios en la comisión de delitos atroces en una sociedad.

La micronarrativa "Un país desplazado" hace circular digitalmente en la página un diseño gráfico que recupera un impreso donde se entretejen lengua e imagen gráfica – mapas estáticos –, con el propósito comunicativo de visibilizar hechos de violencia militar-paramilitar, ubicados espacio-temporalmente en zonas periféricas del norte de Colombia y que, en un lustro, afectaron una importante parte del territorio. Para el año 2000, diversos territorios del país, incluida una zona del suroccidente colombiano, registraban 1.893.714 víctimas (Unidad de Víctimas, 2025).

Los mapas construidos con datos de la JEP (Jurisdicción Especial para la Paz)-CEV (Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición)-HRDAG (Human Rights Data Analysis Group) muestran la expansión de la movilidad forzada en el país, que para el año 2000 se intensifica en diferentes partes del territorio con distintos niveles de profundización, contrastando con el mapa de víctimas de 1995, donde el hecho victimizante se concentra en la zona del Urabá y partes de la zona Caribe. Los mapas, en este caso, se orientan no solo al ciudadano común en Colombia e internautas extranjeros, preocupados por el permanente estado de guerra interna, sino que su público objetivo

incluye privilegiadamente a quienes asumen la toma de decisiones en las políticas de Estado.

La interlocución y la exploración de la página web implican recuperar, en la interacción y la visualización, el grado de interactividad, alterando la presentación de los datos, pero no los datos en sí; por esta razón, la situación comunicativa de interactuar con una visualización de datos puede caracterizarse como contrastable, pero, a la vez, inmutable (Bateman *et al.*, 2017). Así, la unidad compleja que se analiza incluye dos (2) mapas que portan representaciones de la transformación del conflicto armado interno con espacio-temporalidad y territorios específicos y definidos.

Dado que los mapas propuestos mantienen una unidad temática, el desplazamiento forzado, los valores del índice se han agrupado en cuatro rangos o categorías, dando paso a la ubicación comparativa entre los puntos bajos y altos en los datos. La variable visual del valor expresa una forma de percibir el incremento de las acciones violentas y las consecuencias en términos de victimización, que se concreta en la alta intensidad de la acción criminal –rojo–, hasta la baja o media en tonos de beige, con distinta iluminación. Para la lectura del mapa, los interlocutores deben actualizar la información en relación con la densidad poblacional, si se tiene en cuenta que, en Colombia, no hay una distribución homogénea sobre las áreas geográficas o territorios. A la fecha y en concordancia con el Dane (2024):

> La mayor densidad poblacional del país se presenta en las regiones Andina y Caribe, mientras que, en el oriente y sur del país, en las regiones de la Amazonia, Orinoquia y en el Pacífico, se presentan las más bajas densidades, en atención a factores históricos, físicos, geográficos, ambientales y socioeconómicos (…) (pár. 14).

El modo visual gráfico – mapas – se presenta en una relación semántico-pragmática de elaboración que busca, a través de la narrativa verbal, activada con hipervínculos, exponer los factores que han derivado en el aumento de los eventos de victimización. La micronarrativa se vale de distintos recursos para la construcción de la estrategia de recontextualización, la cual deriva en una síntesis informativa sobre el sentido del escalamiento del conflicto. Un recurso semiótico discursivo es la metáfora verbal que articula sistemas sígnicos y cognición, fenómeno que estructura el pensamiento humano, por lo que integra las expresiones multimodales en una unidad de significado, nucleada en la expresión y comprensión de la metáfora del rostro: "El desplazamiento forzado se convirtió en el rostro tangible del conflicto armado que por esta vía llegó a las ciudades", creando la relación icónica mapa-micronarrativa verbal.

El procesamiento y la comprensión de la metáfora centrada en el rostro organizan la percepción, ubicando en el eje o centro la individualidad –identidad– del ser en su condición de agente, con capacidad de movimiento, que elige y realiza acciones estratégicas conducentes a afectar la vida colectiva de la cual es parte: se establece que las personas interactúan en el nivel microsocial y contribuyen a definir lo social. El rostro es un entretejido de recursos sensoriales donde la visualidad da paso al diálogo, a la interacción y a la introspección, donde la mirada sobre el otro lo humaniza – o no. Es la conexión básica para aceptar o rechazar al otro, fundamentando, por lo tanto, la inclusión o la exclusión social: "Un encuentro entre rostros es un encuentro entre miradas" (Leone, 2023, p. 215).

En esta línea, la imagen social como parte de un fenómeno microsocial e interaccional no está centrada en la persona. Como lo han señalado Brown y Levinson (1987), las propiedades emergentes que trascienden las características de los individuos son las que producen conjuntamente lo que da lugar a lo social,

otorgando sentido a la expresión semiótico-discursiva, que tiene en su eje la metáfora del "rostro", como un punto de partida en la conceptualización y construcción interactiva de perspectivas sobre el conflicto interno en Colombia, delineando la narrativa en la cual, en la identidad social, la imagen del país es un "rostro victimizado". La micronarrativa verbal del desplazamiento forzado, centrada en el rostro, evoca emociones de dolor, establece límites morales, crea empatía o distancia, y formula ideas; es decir, potencia la comprensión de las ideologías subyacentes y las dinámicas de poder que integran o destruyen, articulando emociones negativas como ira, odio, impotencia y desesperanza, y axiologías subyacentes o expresas: el conflicto interno es un rostro y un crimen masivo regional, que al transitar el territorio en defensa de la vida, se visibiliza en las zonas urbanas, evidenciando abusos, violaciones y traumas, y reclamando el derecho a las expectativas y proyecciones de futuro.

La metáfora, señala Kövecses (2002), cumple funciones semántico-pragmáticas como simplificar o proponer formas accesibles a la experiencia; explicar fenómenos complejos; generar y socializar emociones; y gestionar y proponer actitudes, creando un marco cognitivo a la narrativa en la que circula, la cual se interpreta moldeando la manera en que las personas perciben, comprenden, explican y se comunican sobre el mundo. Las metáforas no solo proponen homogeneizar idearios en la opinión pública, sino que también influyen en las decisiones y acciones políticas. La metáfora se formula sobre el principio de que 'el país es un cuerpo con rostro y con identidad social', por una parte, aproximando una mirada sociopolítica al fenómeno que se explicita; y, por otra, activando el sentido de la conexión entre el ser biológico con su integralidad, para el caso de la representación fragmentada, implicando la ética, entre otros factores.

La narrativa verbal, además de apropiar la metáfora como recurso para la construcción de la racionalidad-emocionalidad,

utiliza para el caso de la narrativa 'Un país desplazado' una ontologización de la movilidad forzada interna, construyendo en la representación un escenario social, en el cual las víctimas de desplazamiento forzado se autovisibilizan e insertan en las dinámicas atípicas de la ciudad, en el marco de ocultamiento de información mediática e institucional sobre las causas y consecuencias del fenómeno. El sentido de 'desplazado' se corporiza: "La llegada de campesinos a grandes centros urbanos, donde pedían ayuda en las esquinas de los semáforos con carteles que decían «soy desplazado», fue quizás lo que con mayor fuerza llamó la atención".

La construcción de la micronarrativa refuerza el sentido del desplazamiento como acción individual y sobre colectivos, al señalar "fue una respuesta de las víctimas a las acciones perpetradas de manera directa contra la población", generalizando la experiencia del desplazamiento, presentándola como una realidad homogénea, ocultando el carácter agencial de sus luchas y sus resistencias, dejando de lado factores de revictimización como la desigualdad, la discriminación y la exclusión en los lugares de llegada, evitando mostrar cómo el desplazamiento se inscribe en procesos históricos más amplios como la colonización, la violencia política y las transformaciones económicas.

La micronarrativa 'Un país desplazado', que se articula semánticamente al gráfico-mapa "Víctimas de desplazamiento forzado en los años 1995-2000", se complementa con la micronarrativa verbal "Las cifras de desplazamiento", activada a través de un hipervínculo. La micronarrativa usa principalmente recursos cuantitativos para enfatizar la magnitud y la gravedad del desplazamiento forzado en Colombia: el uso de expresiones como "cifras más altas", "se duplicó" y "pico más alto" crean una representación de crecimiento exponencial, lo cual se amplifica con el uso de marcadores con función adjetival como "sobrecogedora", o el uso de lexicalizaciones como "arremetidas",

y con el uso del contraste para marcar la diferencia cuantitativa entre dos periodos temporales: "Mientras que en 1999 las cifras rodeaban los 300.000 desplazamientos, el siguiente año la cifra se duplicó y para el 2002 llegó a su "pico más alto" en la historia, con más de 800.000 (Registro Único de Víctimas (RUV), Unidad para las Víctimas)" (Comisión de la Verdad, 2022b). Si bien se formula una generalidad, la micronarrativa verbal permite comprender en términos globales el conflicto, y puede facilitar el acceso a datos y narrativas complejas, lo cual reduce de manera significativa el contexto planteado en el Informe Final de la Comisión de la Verdad. La metáfora "el pico más alto" naturaliza un fenómeno social complejo, deshumanizante y con costo social para las víctimas y para la sociedad.

El uso de los datos en la página web de la Comisión de la Verdad abre expectativas sobre la manera como se usan las estadísticas y la cuantificación de los fenómenos sociales, así como las formas en las que se operacionalizan e interpretan. Para el caso de la página web de la Comisión, se entiende que se trata no solo de otorgar a las unidades discursivas legitimidad, sino fundamentalmente de crear un nexo entre la política, los factores históricos que la determinan y el sentido democrático que se impone cuando se intenta construir paz en el marco de principios de justicia sociopolítica, cultural, económica y ambiental. Es viable proponer entonces que los datos y sus distintas formas de representación se conectan con los principios estéticos, emocionales y crítico-discursivos, que se articulan a la propuesta de asumir la responsabilidad cotidiana de gestionar procesos de paz.

Los datos y su representación en la plataforma contribuyen a estabilizar el sentido de confiabilidad, apropiación del sentido ético-moral para incidir en la intersubjetividad de los colombianos, que contribuyen con su presencia y acción a desarrollar formas y crear mecanismos de participación en la transformación social, potenciando la organización colectiva. Recontextualizando a

Saifer y Dacin (2021), el carácter estético, ético y político de la interacción con los datos supera la despolitización de la humanidad, desestructura el sentido de violencia y marginalidad, y le otorga a la muerte conexiones identitarias que le dan una nueva significación a la métrica, a la datificación y a la evidencialidad.

Las nuevas dimensiones asignables a los datos crean potencialmente la expectativa pedagógica e investigativa de consolidar formas de conocimiento capaces de promover ejercicios de participación, activismo social y compromiso ético-político con las comunidades victimizadas. La representación que se socializa en el proceso de recopilación y socialización de datos tiene función cognitiva, en la medida en que promueve procesos inferenciales, implica la búsqueda de decisiones y acciones con el propósito de, a partir de saberes, transformar realidades individuales y colectivas en un grupo humano.

En términos de la narrativa sonora-verbal, se construye en la interfaz principal un paisaje auditivo, cuya pretensión es crear una hibridación entre la dimensión institucional mediatizada y otra relacionada con la realidad del conflicto. La primera dimensión se formula a partir de la inserción de la alocución presidencial «Retoma de San Vicente del Caguán, 21 de febrero de 2002» por parte del expresidente Andrés Pastrana:

> Por esto, he tomado la determinación de no continuar con el proceso de paz con las Farc (…) he decidido poner fin a la zona de distensión a partir de la medianoche de hoy, y he dado todas las órdenes del caso a nuestras Fuerzas Militares para que retornen a dicha zona, teniendo especial cuidado en la protección de la población civil (…) (Comisión de la Verdad, 2022b).

La otra dimensión incluye, en relación iconológica, los sonidos de la naturaleza como el curso del río, las pisadas sobre terreno irregular y pedregoso, y el sonido producido por los

animales: vacas, que dan cuenta de la ruralidad del conflicto; los sonidos mecanizados anclados al desarrollo de combates con helicópteros o los disparos producidos con armas; y lo sonoro-verbal, donde se oye la voz de campesinos huyendo: " – ¿Por dónde nos vamos? – Por acá, por encima", expresiones cargadas de miedo e incertidumbre que contribuyen a construir una atmósfera emotiva. La integración de ambas dimensiones produce un espacio cognitivo que busca mostrar las rupturas entre el ámbito del discurso político y la situación en los territorios, derivando en la finalización de las negociaciones y en afectaciones a la población civil por cuenta de la acción militar. Esto se complementa con la referencia realizada en la plataforma:

> Durante el gobierno de Andrés Pastrana (1998-2002), a pesar del esfuerzo por la paz la guerra se intensificó. "Todas las violaciones de derechos humanos se incrementaron y, al final de su mandato, la disputa territorial tiene como consecuencia, que el Estado tuviera presencia en el centro del país, mientras las regiones estaban controladas por guerrilleros o paramilitares (...) (Comisión de la Verdad, 2022b).

El modo sonoro verbal – no verbal establece una relación de complementariedad semántico-pragmática con los demás modos sígnicos, en tanto las diferentes expresiones de sonido buscan contextualizar la violencia, asociada con la ruptura de los diálogos de paz. La función de expansión amplía la información espaciotemporal y señala la relación causa-consecuencia entre los factores que determinan la victimización y sus implicaciones para la vida de las comunidades afectadas; el paisaje sonoro busca dar cuenta, de manera vívida, de las experiencias de las personas desplazadas por el conflicto armado en Colombia.

El paisaje sonoro, además de representar la complejidad de un periodo específico de las negociaciones, se propone conectar

con el interlocutor, promoviendo sensibilización y la reflexión sobre un pasado de violencia que se repite actualmente con otros grupos armados ilegales. Contextualmente, el fracaso de las negociaciones revitaliza las hostilidades, lo que se traduce en un aumento de los enfrentamientos armados y las violaciones a los derechos humanos en diversas regiones del país, generando nuevas movilidades forzadas de la población civil, especialmente en las zonas rurales donde se concentraban las acciones militares, paramilitares y guerrilleras, eliminando las posibilidades de alcanzar una solución negociada al conflicto armado y permitiendo a los grupos armados ilegales expandir su influencia territorial y aumentar su zona de acción.

Según Amnistía Internacional (2002), el fin de la negociación ocurrido el 20 de febrero de 2002 cierra el proceso de paz iniciado tres años atrás. En un lapso corto de seis meses, se cometieron diecisiete (17) homicidios de civiles en San Vicente del Caguán, así como setenta y ocho (78) en otros cuatro municipios de la ex zona de despeje con las Farc. Entre las consecuencias a largo plazo de la ruptura de las negociaciones se encontraron: la postergación de alcanzar una solución política al conflicto armado, la agudización de las desigualdades sociales y económicas en las zonas más afectadas, y el debilitamiento de las instituciones estatales en muchas regiones del país.

Las micronarrativas, dentro de la macronarrativa 'No matarás' de la Comisión de la Verdad, constituyen parte de una búsqueda social, enmarcada en los mecanismos del Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición, por humanizar el conflicto, demostrar las dimensiones de la violencia y crear una plataforma mediática que supere la condición de archivo o repositorio web, para convertirse en una herramienta interactiva para la ciudadanía, creando potenciales comunidades virtuales y analógicas. Según la página de la Estrategia de Comunicaciones de la Comisión de la Verdad (2024), que incluye

un trabajo transmedia, señala que entre los efectos esperados de su labor están:

> Confrontar al país consigo mismo, mostrando un espejo que nos refleje como sociedad completa y que nos permita dar el paso a la no repetición. Esto no se logra solamente conmoviendo a unos pocos, sino con un gran efecto país que pasa por las puestas en escena de los eventos públicos, el despliegue territorial de comunicaciones, los productos de comunicación masiva, los productos atemporales y trascendentales, la estrategia digital enfocada en jóvenes y el relacionamiento con medios grandes, medianos y pequeños (...) (pár. 1).

Estos objetivos se inscriben en un compromiso ético de movilización y diálogo social para alcanzar un cambio de actitud colectiva hacia los eventos del conflicto, poniendo en conexión el sentido identitario y la agencialidad en un marco más amplio de búsqueda por una sociedad más inclusiva, más crítica, convocando a una reflexión sobre los factores que imponen la exclusión social en el país. A pesar de los condicionamientos propios de la mediatización contemporánea, anclados al carácter efímero y transitorio de los contenidos; al privilegio de la novedad y el impacto; a la incoherencia entre los valores propuestos y su puesta en escena transversalizada por las axiologías neoliberal y posneoliberal; al despliegue de información sin contexto y con carácter banalizante; entre otros, la propuesta de la Comisión de la Verdad se inscribe, en su esencialidad, dentro de los principios propuestos por Han (2021): el énfasis del carácter colectivo de los derechos humanos; una auténtica apertura hacia el 'otro' que es persona, con un rostro, un alma, una historia, con una vida cargada de intensidades y en muchas ocasiones de dolor; la formación de nuevos vínculos sociales; y enfatizar en la emoción

como motivación para la acción, guía para la toma de decisiones de los agentes sociales y el desarrollo de una conciencia moral.

La plataforma, que contextualiza los diez (10) volúmenes del Informe Final de la Comisión de la Verdad (2022c) y que "ilustra la escucha y experiencia de la Comisión a nivel nacional y territorial, sus aprendizajes, así como algunas bases de datos, entrevistas, informes y videos que contribuyeron a su mandato" y sus macro y micro narrativas, busca constituirse en un legado de futuro, perenne que, según las estadísticas a mayo de 2024, ha tenido conexiones locales e interacción con 19 países. Más allá, de estos alcances, la plataforma administrada de manera permanente por la Universidad de Notre Dame (Estados Unidos) como resultado de una alianza estratégica entre ambas entidades, con el apoyo de Humanity United, debido a su carácter institucionalizado y a sus limitaciones, aún debe superar algunos desafíos para alcanzar su propósito comunicativo como: focalizar de manera más directa los testimonios de las personas y contextualizar de manera más precisa los datos para convertirlos no solo en una evidencia del conflicto sino mostrar sus consecuencias para la vida social colombiana, reconociendo las afectaciones en el orden moral, social, político, económico y moral que afectan la víctima y la marginaliza en los lugares de acogida, donde, además, se transforma en un sujeto periférico, en condiciones de precariedad, sin oportunidades de trabajo, con muchas limitaciones para acceder al sistema educativo y de salud. También debe formular una reflexión sobre el desplazamiento forzado que supere el concepto de 'éxodo' y lo ponga en una dimensión articulada a los efectos en los territorios de la movilidad forzada interna; y debe rescatar y visibilizar de manera más explícita los actos de resistencia en las comunidades, los cuales no solo incluyen acciones individuales y colectivas, sino acciones estructuradas y organizadas.

La construcción de memoria colectiva, anclada a herramientas digitales, crea una narrativa multidimensional y

participativa en torno a las violencias en Colombia y su proceso de memorialización. Al ubicar los eventos o acontecimientos en un espacio y tiempo específicos, se evidencia cómo la violencia ha marcado el territorio; recursos como las gráficas o los mapas permiten visualizar cómo el conflicto se desarrolló de manera desigual en diferentes regiones, afectando a comunidades periféricas específicas, representadas en comunidades ancestrales, negras y campesinas. El tejido multimodal y multimedial en la macro y las micro narrativas focaliza el carácter audiovisual, dando cuenta de la agencialidad y la identidad de las víctimas, en articulación con la narrativa verbal y sonora, logrando una identificación de las causas y consecuencias de la movilidad forzada y la visibilización de las múltiples formas en que las violencias han afectado a la sociedad colombiana. La plataforma, en este sentido, se transforma en una herramienta que no solo documenta los hechos violentos, buscando evitar que se repitan en el futuro, sino que se convierte en una herramienta pedagógica e investigativa para las presentes y nuevas generaciones, con el propósito de seguir profundizando en el esclarecimiento de los hechos y formular acciones de paz.

CONSIDERACIONES FINALES

A partir de los principios de los Estudios Críticos del Discurso Multimodal y Multimedial (ECDMM), se reconoce el diseño, producción y socialización de la macro narrativa 'No matarás' y de las micro narrativas 'El Éxodo' y 'Un país desplazado'. Se explicitan las formas como la espacio-temporalidad y su conexión con el territorio se entretejen en narrativas, que dan cuenta de la victimización en el conflicto armado interno, particularmente en el periodo entre el final de la última década del siglo pasado y la primera década del siglo XXI. La relación conflicto armado, postconflicto y construcción de paz se explora desde la memoria colectiva, construida multimodalmente a partir

de los distintos sistemas sígnicos y multimedialmente a partir de las potencialidades de la plataforma web que soporta el Informe Final de la Comisión de la Verdad (2022c).

Las narrativas institucionalizadas permiten alcanzar algunos propósitos comunicativos relacionados con la divulgación y la indagación, que posibilitan alcanzar un grado de interlocución necesario para la formulación de alternativas para el cambio social, las cuales involucran otras formas de comprender y explicar la movilidad forzada interna, particularmente desde nuevas perspectivas, no necesariamente ancladas a los relatos mediáticos hegemónicos. Las narrativas heterogéneas, y transversalizadas identitariamente, pueden alcanzar grados de socialización amplios que permitan formular debates y posibiliten una mayor participación sociopolítica.

Las narrativas utilizan recursos como la estadística o la emocionalidad para dar cuenta de los grados de intensidad de la movilización forzada interna y sus crímenes conexos, lo cual, articulado con estrategias como la legitimación y la recontextualización habilita reflexiones y grados de compromiso ético-político con la verdad, la justicia y la reparación. El proceso mediático, anclado semiótico-discursivamente, busca trascender los condicionamientos propios de la mediatización contemporánea para garantizar grados de permanencia y distribución social.

El ejercicio de socialización de conocimiento, articulado tecnológicamente, a través de la creatividad táctica, busca superar las limitaciones propias de los ejercicios de poder, auspiciado por los principios neoliberales, para ser un espacio relacionado con la búsqueda de la defensa de los derechos humanos, anclados a las consecuencias derivadas de los actos de movilidad forzada interna. La combinación de todos estos factores, en conexión intertextual con el Informe Final de la Comisión de la Verdad (2022C), gestando un proceso de memorialización colectiva.

REFERENCIAS

ACUERDO DE PAZ (2016). Disponible en: https://www.jep.gov.co/Marco%20Normativo/Normativa_v2/01%20ACUERDOS/Texto-Nuevo-Acuerdo-Final.pdf?csf=1&e=0fpYA0. Acceso: 3 de marzo de 2025.

AMNISTÍA INTERNACIONAL (2002). **San Vicente del Caguán tras la ruptura de las conversaciones de paz:** Una comunidad abandonada. Disponible en: https://www.amnesty.org/es/wp-content/uploads/sites/4/2021/06/amr230982002es.pdf. Acceso: 3 de marzo de 2025.

ARENDT, H. **La condición humana.** Paidós, 1993.

AUTHORITY SCORE (2024). Disponible en: https://ahrefs.com/website-authority-checker. Acceso: 3 de marzo de 2025.

BALAN V. Y.; DUMITRICA D. Technologies of last resort: The discursive construction of digital activism in Wired and Time magazine, 2010–2021. **New Media & Society**, v. 26, n. 9, p. 5466-5485, 2022

BARTHES, R. **La cámara lúcida:** nota sobre la fotografía. Paidós, 1989.

BATEMAN, J.; WILDFEUER, J.; HIIPPALA, T. **Multimodality:** Foundations, research and analysis—a problem-oriented introduction. De Gruyter Mouton, 2017.

BJÖRKDAHL, A.; BUCKLEY-ZISTEL, S. Space for peace: A research agenda. **Journal of Intervention and Statebuilding**, v. 16, n. 5, p. 659-676. 2022.

BROWN, P. Y.; LEVINSON, S. **Politeness:** Some universals in language usage. Cambridge University Press, 1987.

CHUN H. K. The enduring ephemeral, or the future is a memory. **Critical Inquiry**, 35(1), 148-171, 2008.

COMISIÓN DE LA VERDAD (2024). **Estrategia Nacional de Comunicaciones**. Disponible en: https://archivo.comisiondelaverdad.co/estrategia-nacional-de-comunicaciones. Acceso: 3 de marzo de 2025.

COMISIÓN DE LA VERDAD (2022A). **No matarás**. Disponible en: https://www.comisiondelaverdad.co/no-mataras-1. Acceso: 3 de marzo de 2025.

COMISIÓN DE LA VERDAD (2022B). **El éxodo**. Disponible en: https://www.comisiondelaverdad.co/el-exodo. Acceso: 3 de marzo de 2025.

COMISIÓN DE LA VERDAD (2022C). **Informe Final**. Disponible en: https://www.comisiondelaverdad.co/etiquetas/archivo-pdf. Acceso: 3 de marzo de 2025

.

CORTE CONSTITUCIONAL (2012). **Sentencia C-250**. Disponible en: https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2012/c-250-12.htm. Acceso: 3 de marzo de 2025.

DANE (2024). **Densidad de la población en Colombia**. Disponible en: https://geoportal.dane.gov.co/servicios/atlas-estadistico/src/Tomo_I_Demografico/2.2.3.-densidad-de-la-poblaci%C3%B3n-en-colombia.html. Acceso: 3 de marzo de 2025.

DE FINA, A.; Y MAZZAFERRO, G. (Eds.). **Exploring (im)mobilities:** Language practices, discourses and imaginaries. Multilingual Matters, 2021.

FOUCAULT, M. Espacios otros. Versión. **Estudios de Comunicación y política,** v. 9, p. 15-26, 1999.

GONZÁLEZ POSSO, C. **Ley 975 de 2005:** ocho años después, ni justicia ni paz. Disponible en: https://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2014/02/LEY-975veredicto.pdf. Acceso: 3 de marzo de 2025.

GREENSPAN, M. **Healing through the dark emotions:** The wisdom of grief, fear, and despair. Shambhala Publications. 2004.

HAN, B. C. **The palliative society:** pain today. John Wiley & Sons. 2021.

HO, E. Social geography I: Time and temporality. **Progress in Human Geography**, v. 45, n. 6, p. 1668-1677, 2021.

IÑIGO, I. La violencia política como anomia. Acerca de los límites de las teorías de la integración para el análisis de la violencia en los escenarios de protesta**. Revista Temas Sociológicos**, v. 30, p. 357-382, 2022.

JELIN, E. **La lucha por el pasado:** cómo construimos la memoria social. Siglo XXI, 2019.

JOVCHELOVITCH, S. Narrative, memory and social representations: A conversation between history and social psychology. **Integrative psychological and behavioral science**, v. *46*, p. 440-456, 2012.

KÖVECSES, Z. Cognitive-linguistic comments on metaphor identification. **Language and Literature**, v. 11, n. 1, p. 74-78, 2002.

LACLAU, E. **Los fundamentos retóricos de la sociedad.** Fondo de Cultura Económica Argentina, 2022.

LAZARUS, R. S. Estrés y emoción. **Manejo e implicaciones en nuestra salud.** Desclée de Brouwer, 2000.

LEONE, M. Semioética del rostro. En: **Rostrotopías:** Mitos, narrativas y obsesiones de las plataformas digitales. Vol. 51, pp. 207-230, Aracne, 2023.

LEY DE VÍCTIMAS. Disponible en: https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=43043. Acceso: 3 de marzo de 2025, 2011.

OIM (2006). Glosario de la OIM sobre Migración. Disponible en: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml-34-glossary-es.pdf. Acceso: 3 de marzo de 2025.

ONU (1985). **Resolución 40/34**. Disponible en: https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/declaration-basic-principles-justice-victims-crime-and-abuse. Acceso: 3 de marzo de 2025.

ONU (2001). **Resolución Nº 56/166**. Disponible en: https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n01/488/49/pdf/n0148849.pdf. Acceso: 3 de marzo de 2025.

PARDO ABRIL, N. **Aproximación al despojo en Colombia:** representaciones mediáticas. UNAL. 2017.

PARDO ABRIL, N. El hablar como práctica social. En: **Manual de lingüística del hablar.** 2021.

PARDO ABRIL, N. A semiotic-discursive insight into short videos on memory and peace: A case on social media. **Chinese Semiotic Studies**, v. 19, n. 1, p. 137-159, 2023.

SAIFER, A.; Y DACIN, M. Data and Organization Studies: Aesthetics, emotions, discourse and our everyday encounters with data. **Organization Studies,** 43(4), 623-636, 2022.

UNIDAD DE VICTIMAS (2025). **Reporte**. Disponible en: https://cifras.unidadvictimas.gov.co/Cifras/#!/infografia. Acceso: 3 de marzo de 2025.

VAN DIJCK, J. Search engines and the production of academic knowledge. **International journal of cultural studies,** v. 13, n. 6, p. 574-592, 2010.

A SITUAÇÃO DE RUA TEMATIZADA NO JORNALISMO *PROFISSIONAL ON-LINE*: ENCERRANDO DEZ ANOS DE PESQUISAS

Daniela Gruppi Mendonça
(UnB)

Viviane de Melo Resende
(UnB)

INTRODUÇÃO

Este capítulo retoma resultados de mais de dez anos de pesquisas coletivas em torno da representação da população em situação de rua no jornalismo profissional *on-line*. Foram vários projetos de pesquisa, desde 2013, envolvendo um grupo de pesquisadoras entre iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Os projetos integrados ancoraram-se nos estudos críticos do discurso (ECD), abordagem focada em problemas sociais, como a situação de rua, com escopo no papel do discurso na produção e reprodução do abuso do poder ou da dominação, assim como no contínuo trabalho de resistência que lhes faz frente.

Trabalhamos a partir das perspectivas dialético-relacional e sociocognitiva para análises multimodais, sempre buscando aportes das vertentes latino-americanas dos ECD em termos teóricos e metodológicos. Reconhecemos, portanto, a centralidade da Rede de Análise de Discurso Crítica sobre Pobreza (Redlad), vinculada à Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (Aled), no desenvolvimento dessa linha de pesquisa no Labora-

tório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC) e no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB).

Como argumentou Resende (2020), os estudos críticos do discurso não estão constituídos em uma teoria ou um método particular para o estudo crítico da linguagem na sociedade, mas um corpo heterogêneo de abordagens que, embora surgidas no contexto europeu, foram amplamente aprofundadas nas incursões que pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos têm feito nesse campo. Muito foi feito na América Latina na direção da ampliação do escopo dos estudos críticos do discurso e no refinamento de abordagens teóricas e metodológicas associadas a essa interdisciplina (Pardo Abril, 2007; Pardo, 2010; Montecino, 2010; Marchese, 2011; Santos, 2017). Uma característica fundamental dos trabalhos latino-americanos é seu comprometimento no debate de relações entre discurso e abuso de poder, com ênfase na extrema pobreza devida à articulação da Redlad no âmbito da Aled.

Com o encerramento dessa linha de pesquisa na Acolhetiva (Resende, 2024), grupo constituído no âmbito do LabEC/UnB, vinculado ao PPGL/UnB, apresentamos, na primeira seção do capítulo, uma síntese desses projetos e seus resultados. Na segunda seção do capítulo, à guisa de exemplo de algumas das estratégias analíticas utilizadas pelo grupo, sintetizamos a última pesquisa realizada nessa linha (Mendonça, 2024). Na terceira seção, por fim, apresentamos nossa análise do texto "A população e a rua", publicado em 26 de setembro de 2020, na seção Tendências e Debates, que integra o Caderno Opinião da *Folha de S. Paulo*. As três seções são seguidas por considerações finais e agradecimentos.

REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DA SITUAÇÃO DE RUA: DEZ ANOS DE PROJETOS COLETIVOS

Entre os projetos que desenvolvemos no Laboratório de Estudos Críticos do Discurso da Universidade de Brasília (LabEC/UnB), e ao lado de outros temas investigados, por mais de 10 anos desenvolvemos sucessivos projetos de pesquisa coletivos focalizando a representação da situação de rua no jornalismo profissional *on-line*. Participaram desses projetos pesquisadoras em diferentes níveis de formação, de modo que os projetos integrados absorveram projetos de iniciação científica, de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado, servindo também para a construção de estratégias de formação intergeracional que seguem inspirando novos projetos. Os projetos pautando a situação de rua focalizaram, no campo dos estudos críticos do discurso, e no campo mais amplo da Linguística Aplicada, as formas como a mídia jornalística profissional *on-line* representou a população em situação de rua em dados períodos e em relação aos temas focalizados, tais como a violência, a violação de direitos, as políticas públicas e o direito à cidade.

O primeiro projeto, realizado entre 2013 e 2016 e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no edital Universal (CNPq 470300/2013-2), foi intitulado "Violação de direitos como violência e mobilização social como resistência: uma investigação discursiva". Nesse projeto, Viviane Resende inaugurou seu interesse sobre a representação na mídia jornalística de notícias *on-line*, articulada a interesse anterior pelo estudo da mobilização da população em situação de rua em movimentos sociais. Assim, focalizamos, por um lado, as formas como a mobilização para a garantia de direitos era representada discursivamente no ambiente institucional do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e, por outro lado, as formas como a mídia jornalística eletrônica representava

em notícias a violência contra a população em situação de rua e a violação de seus direitos de cidadania. Em uma conjuntura na qual recrudesciam os casos de violência e assassinato contra a população em situação de rua, a mobilização social tornava-se cada vez mais relevante para assegurar o acesso à cidadania e à garantia de direitos. Participaram desse projeto o pesquisador Gersiney Santos, que em sua tese doutoral apresentou pesquisa etnográfica junto ao MNPR (Santos, 2017), e a coordenadora do projeto, que se dedicou à pesquisa documental.

Dessa primeira entrada no campo dos estudos de representação no jornalismo profissional *on-line* derivariam outros projetos em que o domínio discursivo da mídia jornalística eletrônica foi considerado um espaço privilegiado de dispersão de discursos, relevante, já que os modos como se representa a situação de rua em textos de ampla dispersão têm influência sobre os modos como a sociedade compreende a questão e reage a ela, inclusive, em termos de ação pública e de projeção de agenda de interesse para proposição e consecução de políticas públicas.

Cada um dos projetos integrados que seguiu nessa linha de pesquisa previu coleta sistemática de todos os textos publicados nos portais de notícia dos jornais de referência focalizados. Coletaram-se, para cada período e jornal estudado, todos os textos que resultaram quando utilizados argumentos de busca ligados à situação de rua, tais como "situação de rua" e "morador de rua", entre outros. Dado o volume de centenas de textos coletados em cada subprojeto, foi necessário utilizar um *software* para organização, classificação e codificação de dados, e optamos pelo NVivo. Para cada projeto, organizamos os textos por ano e por veículo, classificamos editorias e gêneros discursivos, codificamos temas, discursos, modos de avaliação, relações intertextuais etc (Ramalho *et al.*, 2021).

Submetido e apoiado em 2014, e realizado entre 2015 e 2018, o projeto "Representação midiática da violação de direitos

e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line*", já prenunciava em seu título um interesse temático mais específico. Com base nos estudos discursivos críticos, nesse projeto a investigação teve como foco específico a pesquisa documental de notícias acerca da violação de direitos de cidadania da população em situação de rua e da violência contra membros desse grupo populacional. Os objetos da investigação foram textos coletados nos portais dos jornais *O Globo*, *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, com recorte temporal para a coleta de dados no intervalo 2011-2013. O projeto também foi apoiado pelo CNPq, no edital de Bolsa Produtividade (304075/2014-0), com coordenação de Viviane de Melo Resende e participação da doutora Carolina Lopes Araújo, que prestou imenso auxílio a todas as equipes dos projetos integrados nessa temática, especialmente por sua *expertise* com o *software* para pesquisa qualitativa, e das bolsistas de iniciação científica Mariana Sousa Moura, responsável pela pesquisa com dados de *O Globo*, Ingrid da Silva Ramalho, que se ocupou dos dados do *Correio Braziliense*, e Lygia Maria Oliveira Vaz, pesquisando dados da *Folha de S. Paulo*, com auxílio da jornalista Daniele Gruppi de Mendonça.

O objetivo geral do projeto foi identificar representações que circulam no jornalismo profissional *on-line* a respeito de pessoas em situação de rua, especialmente quando são vítimas de formas de violência que impliquem a negação de seus direitos de cidadania. Para tanto, foi realizado um mapeamento abrangente dessas publicações, com coleta de todos os textos publicados no período considerado para a pesquisa. As principais perguntas que orientaram nossas descobertas nesse projeto foram relacionadas ao problema da voz e à categoria da intertextualidade, pois nos interessava saber quais são as vozes convocadas a falar sobre/por essa população quando esses veículos jornalísticos eletrônicos representam a situação de rua e sobre quais temas dá-se voz à própria população em situação de rua (Resende, 2016).

Esses jornais dão muito espaço de fala sobre a situação de rua para representantes das classes médias, a quem se atribui testemunhos de incômodo e de risco, sobretudo. As análises mostraram que as avaliações tendem a ser mais negativas, quando se trata de representar a população em situação de rua de modo coletivo, como grupo populacional, que nas representações de histórias individuais, quando se admitem testemunhos de pessoas em situação de rua a respeito de suas experiências, notadamente em casos de histórias singulares de superação, tomadas frequentemente com apelos a discursos meritocráticos (Ramalho, 2017). Quando representados, os interesses de pessoas em situação de rua são vocalizados por ativistas e religiosos, mas muito raramente por seus movimentos organizados.

A população em situação de rua tem espaço de fala reduzido sobre suas próprias condições, enquanto atores sociais alheios à vida nas ruas têm espaço de fala para perpetuar discursos. Assim, pessoas em situação de rua são avaliadas de forma positiva apenas em casos excepcionais, mas quando se trata de violação de seus direitos, a população em situação de rua é avaliada de forma pejorativa. Os discursos predominantes contribuem para legitimar a violência e a violação de direitos de pessoas em situação de rua (Resende; Ramalho, 2017).

Tomando dados parciais desse projeto, foi realizada a pesquisa pós-doutoral "Representação visual de pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line* – *Correio Braziliense*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, de 2011 a 2013", junto à Universidade Federal de Minas Gerais, com supervisão de Maria Carmen Aires Gomes. Nesse projeto, os dados do projeto integrado foram explorados em seu aspecto imagético, com objetivo geral de mapear e analisar representações visuais da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua na produção discursiva dos portais de notícias desses jornais (Resende; Gomes, 2018).

Nas imagens, são recorrentes a saliência de elementos não humanos, em estruturas representacionais que tendem ao eventual com representação metafórica do alvo da violência, com subjacência de processo conceitual simbólico; conceituação da ordem policial de maneira classificatória, em que viaturas, policiais, faixas de segurança e cones se relacionam de maneira taxonômica, subordinando-se ao conceito de segurança pública; tomada em plano geral de cenário externo com detalhamento e teor circunstancial, produzindo cenários marcantes de violência; realização de imagens de oferta, com efeito potencial de distanciamento em relação à situação representada, especialmente quando em composição com ângulo horizontal oblíquo.

As análises, tanto no caso dos textos verbais quanto no das imagens, sugerem, então, naturalização da violência contra a população em situação de rua, em efeitos retóricos de distanciamento que não provocam empatia entre quem lê o jornal e as pessoas vítimas da violência representada. Essa violência, ainda que bárbara e dirigida a pessoas com pouca chance de defesa, é normalizada. Sobre isso, para Resende e Gomes (2018, p. 189), "não podemos desvincular a violência privada da violência institucionalizada: cada martírio descrito no *corpus* que tomamos para esta investigação tem seus autores individuais, mas não se descola da rotineira violência institucional", também representada no *corpus* de notícias.

De 2018 a 2021, o projeto "Representação discursiva no *Correio Braziliense* e na *Folha de S. Paulo*: políticas públicas para população em situação de rua e gestão do espaço urbano", também apoiado pelo CNPq, no edital Universal (408220/2018-0), alterou o foco no estudo da representação pelo jornalismo *on-line* para a articulação entre políticas públicas e espaço urbano. Para a coleta, foi considerado o intervalo de três anos, entre 2016 e 2018. Todos os dados coletados foram, novamente, classificados, codificados e analisados por meio de matrizes de codificação no

software NVivo, em análise panorâmica dos dados que conduziu os subsequentes recortes. Esses *corpora* incluíram apenas textos que estabelecessem a relação focalizada entre políticas e ações públicas voltadas à população em situação de rua e à gestão do espaço urbano. Integraram o projeto a professora doutora Carolina Lopes Araújo, as na época mestrandas Ingrid da Silva Ramalho e Daniele Gruppi de Mendonça, e a bolsista de iniciação científica Larissa Costa Silva, além da coordenadora do projeto.

Em textos cruzando os temas da situação de rua e das políticas públicas, especialmente no *Correio Braziliense*, mostrou-se frequente a vinculação entre a situação de rua e ações assistencialistas, mitigando a demanda por políticas públicas intersetoriais. Assim como já haviam indicado pesquisas anteriores, estereótipos sobre pessoas em situação de rua contribuíam para uma representação coletiva negativa. A recorrência de qualificadores negativos em textos sobre ações e políticas públicas voltadas à rua pode impactar a consecução de políticas que compreendam a situação de rua como um processo de desfiliação, falta de pertencimento, vulnerabilidade, e não somente ou sempre uma escolha pessoal – que poderia ser não só interpretada, mas também resolvida apenas no nível do indivíduo (Silva *et al.*, 2022).

As representações cruzadas entre a situação de rua e o espaço urbano apontavam, pela frequência de vozes empresariais e seu escopo avaliativo, a natureza mais economicamente motivada das ações públicas dirigidas à população em situação de rua – de retirada, em políticas de gentrificação que atendem a interesses imobiliários de exploração do espaço público, especialmente na zona central da cidade de São Paulo (Resende; Mendonça, 2019).

Esse resultado nos apontou a relevância de uma investigação específica das metáforas espaciais, relacionando políticas e ações públicas à gestão política do território urbano naquele jornal. Assim, com relação direta ao projeto anterior e focalizando parte de seus dados, foi realizada outra pesquisa pós-doutoral,

dessa vez, junto à Universidad Pompeu Fabra (Espanha), com supervisão de Teun A. van Dijk. O projeto "Representação de políticas públicas para população em situação de rua como gestão do território: metáforas espaciais na Folha de S. Paulo", com apoio da Capes, em edital de professora visitante no exterior (88881.172032/2018-01), teve o objetivo geral de analisar como esse veículo representava as dinâmicas públicas voltadas a pessoas em situação de rua em termos de gestão do espaço urbano, e os efeitos discursivos potenciais do emprego de metáforas nesses casos. A pesquisa considerou a necessidade de explicar e compreender os potenciais efeitos sócio-políticos e culturais da ação da mídia sobre as possibilidades de superação de processos de desigualdade e exclusão, que sustentam diversas formas de violação de direitos.

Para a antropóloga Rita Segato (2006, p. 129), o espaço como território pressupõe as fronteiras, físicas e simbólicas, e a própria noção de território é dependente da representação, ou seja, da "apreensão discursiva do espaço" – uma apropriação política que se define em sua "delimitação, classificação, uso, distribuição, defesa e, muito especialmente, identificação". Território, nesse sentido, é o espaço fixado em uma representação que inclui a ação e a existência de sujeitos: por isso, "não é qualquer lugar, é espaço apropriado, traçado, recorrido, delimitado (...) marcado por identidade e presença, e, portanto, indissociável das categorias de domínio e poder" (Segato, 2006, p. 130) e da própria ideia de fronteira, de negação, de alteridade.

Os resultados da pesquisa confirmaram a questão territorial como aspecto central à representação metafórica de políticas públicas dirigidas à população em situação de rua na representação da *Folha de S. Paulo* (Resende, 2020). Temáticas de território ligam-se às de conflito, em metáforas que interpretam a situação de rua como invasão ou esconderijo. Assim se interpreta a situação de rua como questão territorial: trata-se do espaço que ocupa, e

é isso o que se representa como questão. As políticas públicas limitam-se, nesse caso, a uma questão de encaminhamento.

Interessou-nos, em seguida, investigar se haveria mudanças representacionais importantes no contexto pandêmico. De 2020 a 2024, com apoio do CNPq, com bolsa produtividade (303966/2020-3), e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), em edital de demanda espontânea (00193.00001173/2021-21), o projeto de pesquisa "Covid-19 em discurso: representação da população em situação de rua em tempos de pandemia (2020-2021)" investigou a representação discursiva de políticas e ações públicas dirigidas à população em situação de rua diante da pandemia da Covid-19[1] no domínio discursivo da mídia jornalística profissional *on-line*, analisando textos publicados no *Correio Braziliense* e na *Folha de S. Paulo*. Desse projeto participaram a professora doutora Carolina Lopes Araújo, o doutor Gersiney Pablo Santos, a mestra Ingrid da Silva Ramalho, as doutorandas Rosimeire Barboza da Silva e Daniele Gruppi de Mendonça, e as bolsistas de iniciação científica Larissa Costa Silva, Helen Cristina Ribeiro, Ana de Lima Gaspar e Marcela Ferreira Rocha, além da coordenadora do projeto.

A exemplo dos projetos anteriores, também nesse foram coletados sistematicamente todos os textos publicados sobre a situação de rua no período de dois anos compreendido entre 2020 e 2021. Desse *corpus* abrangente, foi feito o recorte qualitativo e temático para reunir apenas os textos que de fato elaborassem cruzamentos discursivos com a oferta de políticas públicas no contexto pandêmico. Todos os textos foram organizados na plata-

1 Segundo a Organização Pan-americana de Saúde, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto do novo coronavírus como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (Espii) em 30 de janeiro de 2020, buscando o aprimoramento de coordenação, cooperação e solidariedade global na interrupção de sua propagação. Em 11 de março do mesmo ano, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. A OMS declarou o fim da Espii da Covid-19 somente em 5 de maio de 2023. No contexto brasileiro, a emergência de saúde foi agravada pela desastrosa gestão política da época.

forma oferecida pelo pacote QDA NewNVivo, e foram preparados para as análises propostas. Foram, primeiro, classificados em termos de veículos (*Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*), anos (2020, 2021), cadernos (Cidade, Cotidiano etc.) e temáticas específicas (política de isolamento, vacinação, segurança alimentar etc.), o que possibilitou a realização de análise em matrizes de codificação, que se prestam à apreensão de padrões de recorrência e singularidades (Resende; Santos, 2020).

No *Correio Braziliense*, as análises mostraram repetição de padrões observados em pesquisas anteriores, com alteração representacional motivada pela pandemia no que se refere à ênfase na vulnerabilidade do desabrigo e da impossibilidade de tratos de higiene. Mas os padrões avaliativos da população em situação de rua como ameaça e risco se mantiveram, agora somado o risco sanitário, mas com uma tendência de reconhecimento de sua vulnerabilidade à pandemia. Nos textos da *Folha de S. Paulo*, foi recorrente a presença do Padre Júlio Lancellotti, pároco vinculado à Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, como fonte. Figura midiática conhecida, o padre era, muitas vezes, a referência reconhecida pelo jornal para falar sobre ou em nome da população em situação de rua.

No âmbito desse último projeto da série, desenvolveu-se a pesquisa doutoral de Daniele Gruppi de Mendonça, "Representação da população em situação de rua nos textos opinativos da Folha de S. Paulo ao longo de uma década (2011 a 2020)". A pesquisa apontou recorrências notáveis no período de dez anos investigado, sendo o jornal coerente, nos textos opinativos que publica, com as representações mapeadas também em textos noticiosos nos projetos anteriores (Mendonça, 2024). Dissemina, então, os mesmos padrões em representações negativas que acumulam estratégias discursivas de reificação contra o grupo. Não foi observada mudança de representação ao longo do tempo: independentemente do ano, da conjuntura política, social e econômica,

dos megaeventos acontecidos no país no período, e, mesmo com a pandemia, as representações não sofrem significativa alteração.

Os resultados das duas últimas pesquisas mencionadas nesta seção apontaram saturação do estudo de representações sobre a rua no jornalismo profissional brasileiro. Seja em temáticas de violência e violação de direitos ou de políticas públicas e território urbano, seja em textos noticiosos ou opinativos, seja no aparato verbal ou imagético, os discursos sobre a rua permanecem quase sempre os mesmos. A recorrência é de representação da população em situação de rua em papel passivo, em imobilidade incômoda, exceto quando é agente de ações interpretadas como inconvenientes ou ameaçadoras, numa mobilidade que se deseja restringida ou impedida. Na próxima seção, detalharemos opções analíticas da última pesquisa da série, no projeto de doutorado de Daniele Gruppi de Mendonça, em que essa recorrência ao longo de dez anos foi estudada.

DEZ ANOS DE OPINIÃO NA FOLHA DE S. PAULO: ESCOLHAS ANALÍTICAS

O quadro teórico que ancorou o estudo provém dos estudos críticos do discurso (ECD), termo preferido por van Dijk (2015) em comparação a análise de discurso crítica (ADC) e cada vez mais utilizado no campo desses estudos (para uma perspectiva recente, ver, por exemplo, o programa do Cadaad – *Critical Approaches to Discourse Analysis Across Disciplines* –, de 2024). Vinte anos antes, Izabel Magalhães (2004, p. 120) já sustentava que os ECD oferecem uma contribuição "significativa da Linguística para debater questões da vida social contemporânea, como o racismo, o sexismo, o controle e a manipulação institucional, a violência, as transformações identitárias e a exclusão social".

Os ECD abrangem uma diversidade de abordagens, e a pesquisa em foco baseou-se em versões de estudos críticos do

discurso inicialmente formuladas por Norman Fairclough, que propõe uma abordagem dialético-relacional, e Teun A. van Dijk, que incluiu em sua abordagem uma dimensão cognitiva. Embora as duas abordagens (dialético-relacional e sociocognitiva) sejam frequentemente entendidas como abordagens em competição (também nas academias do Norte, mas principalmente no contexto brasileiro), sustentamos que as duas abordagens se complementam mutuamente. Sobre isso, Resende (2020, p. 574) sugere:

> Essa possibilidade de diálogo teórico entre as duas perspectivas discursivocríticas é possível porque o realismo crítico de Bhaskar, que serve de base à abordagem dialético-relacional proposta por Fairclough (2010), não nega a construção discursiva da realidade, não recusa o fato de que as coisas sociais são afetadas pelos processos de construção do conhecimento, e a abordagem cognitiva de que se serve van Dijk (2009) tampouco é radical numa postura mentalista, pois entende que a cognição é um processo social.

Magalhães *et al.* (2017) também recomendam o diálogo entre abordagens discursivas, e as pesquisas discursivas realizadas no âmbito da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (Aled) e da Rede Latino-americana de análise de discurso crítica e pobreza (Redlad) – em que vimos nos inspirando desde há muitos anos, como ressaltamos na seção anterior – recusam filiações exclusivistas ou redutoras de criatividade. Sobre isso, Vieira (2020, p. 14) também sustenta a necessidade de "ir além dos fundamentos europeus e de responder a demandas sociais locais pela crítica situada de desigualdades e de relações de exploração que sustentam o sistema mundial norte americano-capitalista-patriarcal". Assim, nossa inspiração_nos modelos citados é comedida e filtrada por desdobramentos latino-americanos e nossas próprias inovações.

Umas das categorias de análise produtivas na pesquisa de Mendonça (2024) foi a interdiscursividade, que é voltada para "discursos articulados ou não nos textos, bem como as maneiras como são articulados e mesclados com outros discursos" (Vieira; Resende, 2016, p. 144). O conceito de discurso está ligado às representações da vida social, ou seja, aos modos particulares com que enxergamos o mundo e entendemos a realidade e, assim, os revelamos. As maneiras de ver o mundo estão ligadas às identidades sociais e pessoais e às posições nas práticas sociais. Em termos interseccionais, classes sociais, gêneros, nacionalidades, pertencimentos raciais e culturais, experiências de vida diversas influenciam as representações de mundo e a construção de estilos, que articulam discursos.

A materialização do discurso ocorre em textos. De acordo com Fairclough, um mesmo texto pode recorrer a vários discursos, os quais podem entrar em conflito, com discursos particulares sendo contestados: "O que é centralmente contestado é o poder desses sistemas semânticos pré-construídos de gerar visões particulares do mundo que podem ter o poder performativo de sustentar ou refazer o mundo em sua imagem" (Fairclough, 2003, p. 130). Investigamos discursos articulados sobre a população em situação de rua – por meio da observação do vocabulário, dos campos semânticos e de suas relações –, os modos como são articulados e por quem são vocalizados – pela própria voz autoral ou por outra voz a que se recorre como fonte nos textos jornalísticos. Por exemplo, diferentes itens lexicais podem ser usados para se referir à população em situação de rua, como "sem-teto", "moradores de rua" e "pessoas em situação de riscos". Essas escolhas, que variam conforme interesses particulares, práticas e posições dos falantes, ativam discursos diferentes, e assim apontam para perspectivas diferentes da situação de rua.

Também analisamos metáforas, importantes para os ECD, pois "penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os ti-

pos de discurso" (Fairclough, 2001, p. 241). Charteris-Black (2004) argumenta que metáforas podem "influenciar o caminho em que problemas sociais são conceituados" (Charteris-Black, 2004, p. 23). Charteris-Black (2004) propõe uma análise crítica da metáfora (ACM), em que reconhece critérios linguísticos, cognitivos e pragmáticos, acreditando que apenas um desses critérios não pode abranger a complexidade da relação que a metáfora estabelece no jogo entre produção e interpretação.

A ACM está baseada nas noções de "expressão metafórica", "metáfora conceitual" e "chave conceitual". Nesse modelo, uma "metáfora conceitual" é uma declaração formal daquilo que está presente em uma expressão metafórica (figura que pode se realizar, por exemplo, em metáfora ou metonímia). Uma "chave conceitual" é inferida a partir de uma série de metáforas conceituais e é, portanto, considerada uma metáfora de alto nível, que explica como várias metáforas conceituais estão relacionadas em uma representação (Charteris-Black, 2004, p. 16). Na análise que apresentamos na terceira seção deste capítulo, focamos no mapeamento das metáforas conceituais. Para isso, buscamos identificar metáforas no texto e estabelecer a tensão entre um domínio literal de origem e um domínio de destino metafórico (domínio alvo).

Para o exemplo analítico que apresentamos ao final do capítulo, outra categoria foi importante: o quadrado ideológico (QI), arcabouço teórico elaborado por van Dijk em vários de seus aportes aos estudos críticos do discurso. Segundo o autor, o QI permite a identificação de ideologias na linguagem, a partir da manifestação de relações entre grupos. Quem fala/escreve tende a se expressar favoravelmente ao grupo a que pertence, diferenciando-se dos demais. De acordo com van Dijk (2017, p. 43), trata-se, em situações de oposição, de "uma estratégia de 'autoapresentação positiva e de apresentação negativa do outro'", em que as características ou ações boas do endogrupo e as más do exogrupo são realçadas, e as características ou ações más do endogrupo e as

boas do exogrupo são mitigadas (sobre estratégias de mitigação, ver Pardo, 2011). Os grupos são prototipicamente representados no modelo analítico pelos pronomes "Nós" (endogrupo: ênfases positivas) e "Eles" (exogrupo: ênfases negativas).

Quem usa a linguagem pode descrever acontecimentos ou características do objeto discursivo em diferentes níveis, a depender de como deseja enfatizar as boas ações ou características do endogrupo e as más condutas ou aspectos do exogrupo (van Dijk, 2015). Dessa forma, observamos a polarização "Nós" (jornal/empresa de comunicação/elite simbólica) *versus* "Eles" (grupos sociais a que o veículo construa como oposição). A ênfase nas características negativas dos grupos externos pode ser alcançada por estruturas e estratégias diversas, como a metáfora. Nesse sentido, as categorias de análise escolhidas se complementam.

Para a análise de imagens, baseamo-nos na proposta de Gunter Kress e Theo Van Leeuwen (2021), que desenvolveram uma gramática para análise de imagens (gramática do design visual – GDV). A teoria da multimodalidade "disponibiliza meios para compreender os significados que operam simultaneamente em todos os textos, construindo padrões de experiência, interação social e posições ideológicas, por meio das escolhas em um contexto cultural" (Gualberto, Santos, 2019, p. 27). Os ECD dialogam com esse aporte, já que estão abertos para outros modos discursivos além da linguagem verbal – são frequentes as pesquisas que tiram proveito de ambas para produzir análises mais complexas de objetos discursivos (Loureiro, 2022; Oliveira, 2023).

Kress e Van Leeuwen (2021) estabelecem categorias e subcategorias de análise, que utilizamos com nossas adaptações. Os autores basearam-se nas funções ideacional, interpessoal e textual, definidas na gramática sistêmico-funcional, para descrever como elementos (pessoas e objetos, por exemplo) são combinados em imagens. Assim, adaptaram essas mesmas funções para a análise de imagens e composições visuais: significados

representacional (relação entre participantes), interativo (relação entre imagem e quem lê a imagem) e composicional (relação entre elementos da imagem).

Da função ideacional, consideramos a estrutura representacional. Essa categoria foi simplificada em apenas duas subcategorias para o estudo: narrativa, quando há a presença de vetores indicando ação e eventos, ou conceitual, quando participantes são representados em termos de particularidades (como classe, estrutura ou significado). Os vetores, numa imagem, são linhas que podem estar representadas de forma expressa ou tácita (nesse caso, o vetor é percebido por meio de pistas, como movimentos de braços ou direcionamento do olhar, por exemplo) e teriam as mesmas funções dos verbos, já que indicam ações. A presença ou não de vetores é que diferencia, em princípio, essas duas formas de representação. Apesar de as duas proposições se subdividirem no modelo, isso não foi explorado na pesquisa.

A função interativa estabelece estratégias de aproximação ou afastamento de quem produz a imagem em relação a quem a lê. Dessa categoria, observamos a distância, o olhar e o poder. Com relação à distância, se a imagem é feita/tomada de perto, produz envolvimento. Se tomada de longe, afastamento. Em olhar, importa perceber se a pessoa representada 'olha' quem lê direta ou indiretamente, se produz vínculo com o olhar. Em poder, o que importa é o ângulo, ou ponto de vista, em que participantes são mostrados. São três angulações reconhecidas no modelo: ângulo vertical (alto), ângulo frontal (nível dos olhos) e ângulo baixo. O vertical mostra que a câmera (no caso de fotografia) captou a imagem de cima para baixo e resulta que quem lê está posicionado acima da representação. O ângulo frontal significa olhar para alguém no nível dos olhos e relação de igualdade. Quando a câmera capta de baixo para cima, o que é representado está acima de quem lê: tem poder sobre quem lê. É interessante atentar para essa representação para entender qual a relação que se estabelece

imageticamente entre a pessoa em situação de rua representada em fotografias com quem lê o jornal: se é de igualdade (nível dos olhos), de inferioridade (ângulo alto) ou de superioridade (ângulo baixo).

Da função composicional, atentamos para a saliência, ou seja, para o elemento que está em maior evidência na composição, pois isso define o que é importante na imagem. A saliência pode ser observada no espaço ocupado na imagem (objetos maiores são mais salientes), no lugar ocupado na composição (elementos mais à esquerda são mais salientes do que aqueles à direita, na leitura ocidental), no foco dado ao elemento representado (nível de detalhamento na imagem), no posicionamento que ocupa (em primeiro ou segundo plano) e no contraste (tonalidade, cor, brilho). Interessou-nos analisar se a saliência está em elementos humanos ou em objetos (carroça, marquise, cobertores, calçada etc.).

Na próxima seção, apresentamos a análise detalhada de apenas um artigo de opinião. Escolhemos mostrar aqui a análise do texto "A população e a rua", um dos raros textos que enunciam sentidos de interesse da população em situação de rua no *corpus* de todos os textos opinativos publicados na *Folha de S. Paulo*, nos cadernos Editorias, Tendências e Debates e Painel do Leitor, no período de 2011 a 2020. Seguindo a estrutura dos projetos coletivos mencionados na seção anterior, na pesquisa que nesta seção detalhamos (Mendonça, 2024), o uso do *software* NVivo permitiu análise panorâmica de um *corpus* bastante extens,o e essa análise mais geral permitiu conhecer padrões e identificar dissonâncias.

O artigo é assinado pelo Padre Júlio Lancellotti, pedagogo e pároco da Paróquia de São Miguel Arcanjo, no bairro da Mooca, que realiza, há mais de 40 anos, trabalhos sociais voltados a pessoas em situação de rua. Conforme resultados de pesquisas anteriores na *Folha de S. Paulo*, sabemos que é reconhecido pelo jornal como um dos principais porta-vozes da população em situação de rua (Mendonça, 2024). O texto, publicado no contexto pandêmico e

trazendo críticas a ações e políticas públicas dirigidas à situação de rua, ao mesmo tempo em que desmistifica estigmas sobre essa população muito presente nos jornais estudados (Silva *et al.*, 2019), foi enviado pelo padre para a coluna Tendências e Debates, do caderno de Opinião, e tornado público pela *Folha de S. Paulo* em 26 de setembro de 2020.

A subseção Tendências e Debates foi criada em 1976, com "o propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo". Normalmente, pessoas consideradas autoridades em algum setor, como especialistas, políticos/as, operadores/as de Direito, empresários/as, assinam os textos, que podem contar com edições do jornal, assim como inserção de imagens e material gráfico. De acordo com o editor Cesar Camasão, entrevistado para a pesquisa de Daniele Mendonça, a seção Tendências e Debates é "certamente a seção de artigos mais disputada do país" (Mendonça, 2024).

A análise considera, além do texto verbal do artigo de opinião, duas galerias de imagens presentes no artigo, que remetem diretamente à população em situação de rua. Outra galeria de imagens, também linkada ao artigo de Júlio Lancellotti, é um compilado de fotos do padre, e não será considerada em nossa análise. Como coluna de opinião, o texto é de responsabilidade de seu autor, mas as galerias linkadas ao texto são inserções do jornal, que tem como objetivo "ganhar cliques importantes para a contabilidade de audiência eletrônica" (Costa, 2019).

"A POPULAÇÃO E A RUA": REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA MULTIMODAL EM TEXTO OPINATIVO PUBLICADO NA *FOLHA DE S. PAULO*

O texto chama a atenção porque enuncia sentidos de interesse da população em situação de rua, o que é raro na *Folha de S. Paulo*, como mostram Mendonça e Resende (2024) e Mendonça

(2024), assim como na mídia hegemônica, em geral, e, por isso, foi escolhido como objeto de análise neste capítulo. Como as imagens fazem parte da composição multimodal do artigo, nos interessou examinar como ocorre o entrelaçamento entre texto verbal e visual.

Nesse sentido, buscamos responder as seguintes questões: como a população em situação de rua é representada no texto? Quais discursos são articulados sobre a população em situação de rua no texto? Como texto e imagem se articulam: constroem os mesmos sentidos ou acionam discursos diferentes? Na análise representacional que realizamos para acessar essas três perguntas, consideramos tanto a composição do texto verbal como sua composição imagética.

Falando desde o contexto pandêmico, em 2020, o autor argumenta que as pessoas em situação de rua são "vítimas da especulação imobiliária" ("A propriedade e a especulação ferem e matam") e articula discursos de luta em prol do grupo ("Conviver com a população em situação de rua é resistência e denúncia da opressão e da banalização da miséria a que são submetidos"), acionando numa só frase léxicos de elevado potencial argumentativo do campo das lutas sociais, tais como "resistência", "denúncia", "opressão", "banalização" e "miséria". No seguinte trecho: "Que os sofrimentos, ameaças e ataques destes tempos nos ajudem a lutar para sermos fiéis e não desanimarmos na busca de mais fraternidade e partilha", o campo semântico da mobilização social é articulado ao da igreja, quando "sofrimentos, ameaças e ataques" aparecem justapostos a "fiéis", "fraternidade" e "partilha". Assim o padre católico deixa entrever seu envolvimento com os movimentos sociais da rua e com a pastoral da rua, engajamento pelo qual é socialmente reconhecido ou combatido, a depender dos espectros políticos polarizados.

Em "A vida, em todas as dimensões, é negada e reprimida", a metáfora conceitual mapeada é *situação de rua é morte*. A popula-

ção em situação de rua tem seus direitos negados, está vulnerável ao frio, à fome, à violência, à desassistência do Estado, dentre outras adversidades. Os fatores que conferem vida são negados a essas pessoas, ou seja, a vida lhes é negada pela sociedade. O padre expõe que o sofrimento do outro não importa: "Não se levam em conta os sentimentos, as emoções", isto é, tampouco os elementos humanos mais subjetivos são considerados, e as pessoas em situação de rua são, por isso, tratadas como objetos. De acordo com Rodrigues e Fernandes (2020), a sociedade aceita e permite que pessoas em situação de rua sejam ignoradas em dignidade, o que definem como "uma espécie de ignorância estratégica" (Rodrigues; Fernandes, 2020, p. 15).

As expressões "Não aceitamos a zeladoria urbana que considera as pessoas como lixo, que furta seus poucos pertences" e "Neste tempo de pandemia, precisamos refletir e nos comprometer a olhar com compaixão o sofrimento dos descartados", há o uso de "pessoas como lixo" e o termo "descartados", que são do domínio fonte lixo, organizados, junto com outros dados da pesquisa, na metáfora conceitual *pessoa em situação de rua é lixo*.

Em "Não aceitamos segurança pública racista que sempre os trata como suspeitos", há uma polarização em que pessoas em situação de rua são "vítimas" da ação de zeladoria urbana e do Estado, responsável por essa medida e pela segurança pública, ou seja, é o agente que "furta os pertences" (trecho reproduzido no parágrafo anterior) e é "racista". Trata-se de mais uma representação negativa do Estado, enfatizada no quadrado ideológico que constrói a oposição entre algozes e vítimas, invertendo o estigma da suspeição. Em "sempre os trata como suspeitos", pode-se afirmar que há uma avaliação atribuída a outrem, pois o Estado é representado em sua consideração pressuposta do grupo como perigoso.

Observa-se nesses dois trechos que há uma estrutura de pressuposição na manutenção do paralelismo de "Não aceitamos".

De acordo com Fairclough (2001), pressuposições são proposições tomadas pelo/a produtor/a do texto como já estabelecidas ou 'dadas'. Dessa forma, pode-se interpretar que as situações em que "a zeladoria urbana considera as pessoas como lixo", "furta seus poucos pertences" e "os trata como suspeitos" são frequentes, podendo ser recuperadas na leitura sem necessidade de expressão mais explícita. Nessas ocorrências, o padre é veemente ao afirmar duas vezes no mesmo parágrafo: "Não aceitamos".

O produtor do texto ainda desvincula o grupo do uso de álcool e drogas ("A população em situação de rua não é toda dependente de álcool e de outras drogas"), uma associação frequente na mídia jornalística, como mostrado nas pesquisas de Ramalho (2020) e Mendonça (2020, 2024). Essa diferenciação entre pessoas em situação de rua e aquelas não usuárias de substâncias psicoativas é necessária e positiva para a população, dada a hegemonia da representação midiática negativa e estigmatizante.

Júlio Lancellotti também desmistifica o rótulo de que as pessoas empobrecidas sejam criminosas, vinculação também muito comum na imprensa: "Não são as pessoas em situação de rua que adulteraram álcool em gel nem superfaturaram respiradores durante a pandemia". Nesse trecho, por outro lado, há a representação negativa de empresários que superfaturaram álcool em gel e respiradores, altamente procurados no primeiro ano da pandemia de Covid 19, ocasião da publicação do texto. Além da especulação visando a maiores lucros, teriam cometido outros crimes contra a saúde pública, acusa o pároco, nas subversões de sentidos hegemônicos que vai construindo. Governantes que compraram esses respiradores com preços incompatíveis com o mercado, acrescenta, foram coniventes com a corrupção, ou dela se beneficiaram.

Outra passagem traz representação negativa do Estado como ineficiente, já que demorou a agir nesse período pandêmico, deixando muitas pessoas em situação de rua "à espera de socorro

– que, em vários lugares, tardou a chegar". Mais representações negativas do governo podem ser encontradas quando o autor acusa ineficácia de sua atuação, já que as políticas públicas são avaliadas como "insuficientes e cerceadoras da autonomia". Além disso, atores públicos são representados como agentes de repressão e violência ("reprimidas e tratadas com repressão e violência", "Reprimir e criminalizar é pouco eficiente"). Como resposta à ineficiência do Estado, o sacerdote sugere um caminho baseado em sua vivência com o grupo: "a renda mínima". O principal defensor da medida é o então vereador de São Paulo Eduardo Suplicy, que não foi citado no texto, mas é implicitamente evocado pelo padre. Alternativas em políticas públicas são os consultórios de rua, também representados positivamente, já que "deram exemplo e testemunho de presença, como na cidade de São Paulo". O autor termina o texto desafiando a sociedade a "considerar fraternalmente a população em situação de rua", novamente evocando discurso religioso cristão pelo léxico empregado.

Pode-se afirmar que o padre se autorrepresenta positivamente, por meio das suas ações e por meio daquilo que preconiza. Ele também representa a população em situação de rua positivamente, enfatizando sua dignidade. Por outro lado, há a representação negativa do governo e do empresariado. Esses atores sociais (governo e empresários) compõem no quadrado ideológico o exogrupo, um por oposição, com construção de polarização conforme discutimos. Já o grupo da população é situação de rua, embora também externo à autoria da representação, é assumido por afinidade (o que não é o mesmo que filiação – o padre não faz parte desse grupo, e, por isso, segue sendo um grupo externo à identificação de Júlio Lancellotti, mas ele evoca interesses do grupo e os defende).

Quanto às imagens que compõem o texto, embora nenhuma delas tenha sido produzida especialmente para essa composição, há duas galerias de imagens linkadas. Uma, intitulada "Pan-

demia empurra novas pessoas para as ruas", inclui 11 fotografias e tem relação direta com o texto enviado pelo pároco ao jornal, que também tematiza centralmente o contexto pandêmico e seus desafios. A outra galeria, com sete imagens, recebeu o seguinte título: "Vida na rua". Essa mesma galeria foi usada também no comentário de Célio Borba: "Para leitor, quartéis deveriam atender moradores de rua", de 11 de janeiro de 2020, publicado no Painel do Leitor. Enquanto o leitor comenta sobre a ineficiência dos centros de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade de Curitiba, sugerindo que o Exército fizesse esse serviço, a galeria traz fotografias que representam pessoas em situação de rua em diversos contextos da rua, menos sendo atendidas. Ao usar a mesma galeria para acompanhar textos com diferentes abordagens, a *Folha* demonstra que não tem tanta preocupação no tratamento das imagens como dos textos, o que é confirmado por Costa (2019, s/p) quando ela diz que as galerias são dominadas por um "automatismo, antijornalístico e ineficiente".

> Interessante observar que três fotos da galeria "Vida na rua" receberam o mesmo texto genérico na legenda: "Moradores de rua na região central de SP". Outras duas trazem uma variação desse texto genérico: "Morador de rua na região central de SP, onde abordagens da prefeitura a essa população vêm aumentando" e "Alejandro, 55, mora em ruas da região central de São Paulo". Esta última, assim como "Reginaldo dos Santos, ele é de Belo Horizonte e veio para São Paulo no ano passado "e "Raissa Stefany, 19, com o filho Moises, ela dorme em um albergue da prefeitura no Bom Retiro, mas diz que no próximo mês o abrigo irá fechar e não sabe para onde vai", trazem os nomes das pessoas em situação de rua representadas, o que é positivo, pois reconhece identidade, e isso nem sempre é observado na mídia (Mendonça, 2024).

Para as análises, consideramos as 18 fotos. Buscamos, na teoria aplicada para análise de metáforas nos textos verbais (Charteris-Black, 2004), apoio para investigar também as imagens. Elas foram consideradas metafóricas quando estabeleceram relações diretas com um domínio-fonte, como nas análises de Resende e Gomes (2018). Por exemplo, uma fotografia em que há somente uma barraca na calçada leva leitores/as a estabelecer interface direta com ocupação de pessoas em situação de rua, já que "barracas" são compreendidas como do domínio fonte da ocupação. Sendo assim, mapeamos os domínios para identificar as metáforas conceituais de todo o *corpus* imagético.

A metáfora conceitual mais frequente nas imagens, *situação de rua é ocupação*, está relacionada a fotos que mostram, principalmente, pessoas com barracas e outros pertences. Já *situação de rua é invisibilidade* refere-se a imagens que naturalizam a situação de rua ao focalizar o movimento de pessoas alheias às que estão em vulnerabilidade, representando a situação de rua como cenário urbano. Na metáfora conceitual *situação de rua é objeto*, a representação da população em situação de rua ocorre por objetos que identificam esse grupo, como carroças, cobertores e barracas, nesse caso, elas podem ou não estar presentes na imagem (jogo de presença-ausência) e ser representadas metonimicamente por apenas parte do seu corpo (só o braço, só a perna ou só a cabeça). A metáfora conceitual *situação de rua é espera* foi encontrada em imagens que mostram pessoas em situação de rua em filas de donativos, de forma organizada, como se fosse um cenário natural. Quando as pessoas em situação de rua são representadas por meio da metáfora conceitual *situação de rua é caos*, ao contrário, as imagens focam a desordem do espaço em que as pessoas em situação de rua estão. Importante ressaltar que há imagens que concretizam mais de uma metáfora conceitual.

Decidimos analisar em detalhes, e com o auxílio da GDV, as imagens em que identificamos uma questão crucial para o

debate que é o direito à cidade, uma bandeira levantada por Júlio Lancellotti. Ao priorizar mostrar que pessoas em vulnerabilidade estão "ocupando", ou seja, usufruindo dos espaços públicos sem ter esse direito, a *Folha* sugere que a ordem do espaço público é comprometida, demandando que algo seja feito para garantir esse acesso apenas às classes privilegiadas. Essa representação visual difere da representação verbal, assinada pelo padre, que busca humanizar a situação de rua, e, assim, as imagens expressam sentidos mais coerentes com a perspectiva padronizada na representação do jornal do que com o texto ilustrado pelas galerias. A seguir, vamos apresentar apenas três dessas imagens, que nos permitem ilustrar essa abordagem de metáfora ao realizar algumas das relações metafóricas antes apontadas para os textos verbais:

Imagem 1 – De galeria linkada ao texto "A população e a rua"



Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml.

A imagem inclui duas pessoas representadas e um cachorro. Os três dormem em uma calçada e estão localizados na parte inferior da imagem, ou seja, com ângulo de inferioridade, tomada de longe e sistema de olhar ausente. A saliência não está nas pessoas, e sim no conjunto desordenado de objetos, que é ressaltado

por estar na linha de *frame* à direita. Sendo assim, também realiza a metáfora conceitual *situação de rua é caos*. A legenda "Pessoas perderam o emprego e tiveram que ir nas ruas para conseguir comida e assistência de grupos de ajuda que atuam principalmente no centro da cidade" não se articula diretamente à imagem e focaliza a questão espacial "principalmente no centro da cidade".

Imagem 2 – De galeria linkada ao texto "A população e a rua"



Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/a-populacao-e-a-rua.shtml

Saliente nessa imagem está uma barraca azul. Essa proeminência não é só por estar no centro da imagem, mas pela sua cor e luminosidade, que contrastam com o fundo da foto, composto por portas fechadas de lojas, e com o piso da calçada onde a barraca foi fixada, em que predomina a cor cinza. Nessa barraca, dorme uma pessoa, representada apenas pelas pernas, que estão de fora do objeto. A representação por metade do corpo é uma forma de objetificação e, por isso, também mapeamos nela a metáfora conceitual *situação de rua é objeto*. A imagem realiza a estrutura representacional expressa na legenda: "Algumas pessoas dormem em barracas, mas nem todas têm essa possibilidade". O sistema de olhar é ausente e o ângulo é de inferioridade. Assim, não projeta nenhuma empatia entre quem lê e o participante representado por parte de seu corpo.

Imagem 3 – De galeria linkada ao texto "A população e a rua"



Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/01/para-leitor-quarteis-deveriam-atender-moradores-de-rua.shtml.

Essa imagem mostra a fachada do edifício que abriga o Centro Integrado de Administração do Estado (Cidade), que enquadra o espaço representado. No centro da imagem, na parte superior, está a logomarca. Logo abaixo, Reginaldo dos Santos se apoia na fachada do prédio. Não há acesso ao olhar da pessoa representada. Além de representar o homem em uma situação estática e ao lado de objetos que enfatizam um conceito, há também uma ação, que o/a leitor/a consegue visualizar pelo reflexo do vidro do edifício. Nela, há pessoas que se movem no espaço urbano, e, assim, há duas realidades representadas, de forma narrativa e conceitual. A legenda apresenta quem está na imagem e contextualiza a migração como causa da situação de rua em São Paulo: "Reginaldo dos Santos, ele é de Belo Horizonte e veio para São Paulo no ano passado".

Reginaldo dos Santos está no campo inferior direito, com a cabeça fora do plástico preto utilizado para montar uma barraca, sendo o saco também um elemento saliente, devido ao brilho provocado pela luminosidade capturada. A imagem, feita em plano geral (ou seja, de longe), poderia ter sido fechada em Reginaldo

dos Santos, mas a opção foi por contextualizar com a entrada do edifício, onde há órgãos públicos instalados, sugerindo crítica ao governo. Ao lado do homem, há uma pilha de papelão encostada na fachada em frente àquela em que se apoia o homem. A pilha de papelão na parede oposta, junto com o plástico preto em que o homem se abriga, projetando apenas a cabeça e parte do tronco para fora, em formato de saco e com a coloração idêntica à de sacos de lixo, sugere a metáfora *situação de rua é lixo*.

As categorias interdiscursividade, metáforas e quadrado ideológico foram úteis para revelar sentidos no texto verbal, assim como importantes para a análise das imagens, embora essas categorias não tenham sido, inicialmente, pensadas para serem aplicadas no texto visual. Observamos o discurso da defesa dos direitos humanos no texto verbal, o qual contribui para a percepção da população em situação de rua como sujeito de direitos. No entanto, as imagens fortalecem o discurso da imobilidade, já que a opção do jornal é mostrar pessoas em situação de rua dormindo ou sentadas nos espaços públicos. Enquanto o padre busca representações mais humanas do grupo em vulnerabilidade, com o efeito potencial de promover empatia, as imagens levam ao afastamento, na medida em que captam as pessoas em situação de rua de longe, sem olhar direto, em ângulo de inferioridade, como nos exemplos trazidos. Dessa forma, é possível afirmar que texto verbal e imagens acionam sentidos e constroem discursos diferentes.

Como textos verbais e imagéticos não convergem, infere-se que as galerias servem apenas para contar com um recurso ilustrativo que ajuda a gerar cliques e permanência do/a leitor/a na página, o que é importante para medição de audiência do portal, ou seja, não parece haver preocupação do jornal com as pessoas representadas, mas com a receita que pode ser gerada a partir do recurso gráfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco dos projetos aqui retomados foi o significado representacional do discurso na investigação da representação jornalística da situação de rua com o aporte teórico dos estudos críticos do discurso, em mapeamentos sistemáticos assistidos por *software*. Trabalhando com *corpora* de centenas de textos, a minúcia da análise discursiva fina não é possível no conjunto completo dos dados. Por isso, foram necessárias explorações mais panorâmicas dos corpos de dados, com as quais obtivemos análises macro, que dão conta de nos mostrar comportamentos gerais dos textos em relação aos temas e categorias analíticas selecionados para cada projeto.

Isso nos disse muito acerca da representação da população em situação de rua nos jornais *on-line* investigados. Mas é claro que quanto mais se amplia um corpo de dados em pesquisas, mantidos os prazos e os recursos humanos, menos se conquista em minúcia. A ferramenta também nos permitiu, em contrapartida, uma seleção rigorosa dos textos que receberam escrutínio mais refinado com categorias discursivas. Desses textos publicamos dezenas de artigos que estão disponíveis em acesso aberto em variadas revistas da área.

Lidando com casos selecionados, o interesse é outro: se a análise macro permite-nos um olhar que atravessa os *corpora*, que os toma de telescópio, que oferece vislumbres de sua totalidade, por outro lado, a análise micro permite um olhar de corte, uma tomada de lupa, trazendo-nos de volta à nossa zona de conforto: a análise discursiva propriamente dita. Mas voltamos com o olhar refinado que logramos ao nos permitir o intervalo, ao nos obrigar o grande esforço que foi apreender outra ferramenta. Esperamos que a retomada de variados projetos que desenhamos na primeira seção, cotejada à análise que escolhemos mostrar na última parte deste capítulo, tenha permitido entender um pouco desse processo.

Encerramos um ciclo de projetos integrados sem ter terminado a análise de nenhum dos *corpora* coletados, e sem expectativa de chegar a esgotar o que sobre esses *corpora* poderia ser dito. Em que pesem as escolhas temáticas (violências, políticas públicas ou territórios) e metodológicas (análises intertextuais, interdiscursivas, de avaliação, de metáforas, de imagens), que, ao focalizar o olhar também limitam o escopo, a verdade é que uma descoberta sempre leva a outra, e a sensação de ainda mais confirma o que sabemos: toda análise, sendo seletiva e parcial, jamais poderá pretender-se completa. O ponto final de um projeto não é sobre já se ter dito tudo ou já se ter esgotado as análises possíveis. Longe disso, é muito mais sobre o esgarçamento do tempo e o esgotamento da energia que necessariamente se despende.

AGRADECIMENTOS

Nos mais de dez anos resumidos aqui, reunimos equipes de pesquisadoras que se esforçaram no tratamento de *corpora* extensos, que, nesse esforço, se formaram, da graduação ao doutorado, acumulando também afetos e amizades. Somos gratas. Reconhecemos o trabalho das pesquisadoras que se vincularam aos projetos de pesquisa referidos neste capítulo, em ordem cronológica de adesão aos projetos: Gersiney Santos, Carolina Araújo, Dara Abreu, Lygia Vaz, Ingrid Ramalho, Larissa Silva, Rose Barboza, Helen Cristina Ribeiro, Ana Gaspar e Marcela Rocha.

Viviane de Melo Resende acrescenta agradecimentos a Daniele Gruppi de Mendonça, por sua participação nos projetos mencionados do início ao fim, e a Maria Carmen Aires Gomes e Teun A. van Dijk, pela supervisão de estágios pós-doutorais nesse período. Agradece, ainda, à Universidade de Brasília, à Universidade Federal de Minas Gerais, à Universidad Pompeu Fabra e ao Centre of Discourse Studies, por acolherem esses projetos integrados, assim como ao CNPq, à Capes e à FAP-DF, pelos apoios sem os quais as pesquisas não teriam acontecido.

REFERÊNCIAS

CHARTERIS-BLACK, J. **Corpus Approaches for Critical Metaphor Analysis**. London: Palgrave, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230000612. Acesso em: 13 jul. 2022.

COSTA, P. C. **Quando imagens precisam de palavras**. Folha de S. Paulo, 3 mar. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2019/03/quando-imagens-precisam-de-palavras.shtml. Acesso em: 29 nov. 2024.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse:** textual analysis for social research. London; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. MELO, I. (Trad.). **Linha D'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728. Acesso em: 12 maio 2022.

GUALBERTO, C. L.; SANTOS, Z. B. dos. Multimodalidade no contexto brasileiro: um estado de arte. DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 35, n. 2, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-460X2019350205. Acesso em: 15 dez 2025.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images**. The grammar of visual design. 3. ed. London; New York: Routledge, 2021.

LOUREIRO, C. F. R. **Violência doméstica contra mulheres e Pandemia de Covid-19:** uma análise discursiva multimodal com dados do Instagram. 2022. Dissertação. Mestrado em Linguística **–** Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, p. 113-131, 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/293. Acesso em: 8 jan. 2025.

MAGALHÃES, I. *et al.* **Análise de discurso crítica:** um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

MARCHESE, M. **El texto como unidad de análisis sociodiscursiva**. Una propuesta a partir del Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos. Buenos Aires: Tersites, 2011.

MENDONÇA, D. G. População em situação de rua: como as ações e políticas públicas são representadas na Folha de São Paulo. 2020. Dissertação. Mestrado em Linguística – Universidade de Brasília, Brasília, Brasília, 2020.

MENDONÇA, D. G. Representação da população em situação de rua nos textos opinativos da Folha de S. Paulo ao longo de uma década (2011 a 2020). 2024. Tese. Doutorado em Linguística – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

MENDONCA, D. G.; RESENDE, V. M. Interdiscursividade, metáfora e polarização: como a população em situação de rua é representada nos editoriais da Folha de S. Paulo. **Alfa:** Revista de Linguística, v. 68, p. e18070, 2024.

MONTECINO, L. **Discurso, Pobreza y Exclusion em América Latina**. Santiago: Editorial Cuarto Próprio, 2010.

OLIVEIRA, C. P. Estado brasileiro, emancipação e seguridade social: um estudo discursivo crítico de editoriais do jornal Folha de S. Paulo. 2023. Tese. Doutorado em Linguística – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

PARDO ABRIL, N. G. **Cómo hacer análisis crítico del discurso**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2007.

PARDO, M. L. Latin-American discourse studies: state of the art and new perspectives. **Journal of Multicultural Discourses**, 5(3), 2010, p. 183-192.

PARDO, M. L. **El método sincrónico-diacrónico para análisis linguistico de textos**. Buenos Aires: Tersites, 2011.

RAMALHO, I. S. O caso Edvan Lima e a corporeidade de pessoas em situação de rua em casos de violência no jornal. **Correio Braziliense**, 2017. 22 f., il.

RAMALHO, I. S. Representação discursiva da violência e da violação de direitos contra 200 pessoas em situação de rua nas plataformas on-line do Correio Braziliense (2014 a 2018). 2020. 230f. Dissertação – Mestrado em Linguística – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RAMALHO, I. S.; ARAUJO, C. L.; RESENDE, V. M. Contribuições do uso do software NVivo em pesquisa discursiva crítica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 22, p. 173-188, 2021.

RESENDE, V. Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo on-line: quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua? **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 955-988, 2016.

RESENDE, V. M. Deslocamento forçado e permanência vigiada, território e fronteira: metáforas de espaço na representação da situação de rua na Folha de S. Paulo. **Revista de Estudo da Linguagem**, v. 28, n. 1, p. 565-596, 2020. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/15360. Acesso em: 14 jun. 2022.

RESENDE, V. M. Estudios críticos del discurso con esfuerzo colectivo. *In*: ALMANZA, K. M. C. *et al.* (Orgs.). **Estudios del discurso:** política, violencia y crisis sanitaria. Campinas (SP): Pontes, 2024, p. 85-107.

RESENDE, V. M.; GOMES, M. C. A. Representação da situação de rua no jornalismo eletrônico em textos verbo-visuais – a violência em discurso no Correio Braziliense (2011- 2013). **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão (SC), v. 18, n. 1, p. 165-191, jan./abr. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-4017-180110-8117. Acesso em: 12 dez. 2022.

RESENDE, V. M.; MENDONÇA, D. G. População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo. **Delta:** Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, *35*(4), 2020. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/47126. Acesso em: 15 dez. 2025.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, I. S. Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no Correio Web. **Calidoscópio**, v. 15, n. 3, p. 529-541, 2017.

RESENDE, V. M.; SANTOS, G. P. A relação entre mídia e população em situação de rua na representação da pandemia no Brasil, um projeto. **Boletín del Comité de Ciencias Políticas y Sociales de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo**, v. 1, p. 243-247, 2020.

RODRIGUES, I. de S.; FERNANDES, D. C. (Orgs.). **Cidadãos em situação de rua:** Dossiê Brasil – grandes cidades. Curitiba: CRV, 2020.

SANTOS, G. P. A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil – um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Tese – Doutorado em Linguística –, Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

SEGATO, R. L. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 207–236, abr. 2006.

SILVA, L. C. *et al.* Representação discursiva da situação de rua no jornal Correio Braziliense (2014-2018): uma discussão macroanalítica sobre estereótipo e agenda pública. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 22, p. 10.1590/1984-63, 2022.

VAN DIJK, T. A. Ideologia**. Letras De Hoje**, v. 50, s53-s61, dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1984-7726.2015.s.23139. Acesso em: 13 jan. 2024.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, notícia e ideologia** – Estudos na análise crítica do discurso. PINTO-COELHO, Z. (Trad.). Edições Húmus (loja *on-line*), 2017.

VIEIRA, V. A crítica como arte de fazer-se crítica. *In*: IRINEU, L. M. *et al.* (Orgs.). **Análise de Discurso Crítica:** conceitos-chave. Campinas (SP): Pontes Editores, 2020.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. M. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. 2. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2016.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Daniele de Oliveira - Doutora em Estudos Linguísticos e licenciada em Letras/Português pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora do Instituto de Letras e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Atual Delegada no Brasil da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso - ALED (2026-2027).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5889942218776022
E-mail: danieleoliveira99@gmail.com

Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva - Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestra em Letras (Língua Italiana) e graduada em Letras (Português/Italiano) pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4163147067509032
E-mail: appucci@uol.com.br

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alexandra Bittencourt de Carvalho- Doutora em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Estudos do Texto e do Discurso e graduada em Letras/Português e Literaturas em língua portuguesa pela Universidade Federal de Viçosa. Professora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9025346464995462
E-mail: alexandraportugues@yahoo.com.br

Beth Brait – Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutora em Linguística e graduada em Letras pela Universidade de São Paulo. Professora associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem e Literatura e Crítica Literária. Aposentada da Universidade de São Paulo/USP.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7028238588180059
E-mail: bbrait@uol.com.br

Cintia Cardoso - Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Internacional de Curitiba. Professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0151885260118640
E-mail: cinttiacardoso@gmail.com

Daniele Gruppi de Mendonça – Doutora e mestra em Linguística pela Universidade de Brasília. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Jornalista da Universidade de Brasília.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3756057825344911
E-mail: danielegmendonca@gmail.com

Fábio de Sousa Fernandes – Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília, mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia e licenciado em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Professor do Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4534744059326338
E-mail: fabio.fernandes@ufob.edu.br

Fernanda Cerqueira – Doutora e Mestra em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, onde se graduou em Letras. Professora da graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura na área História e Funcionamento das Línguas Naturais na Universidade Federal da Bahia.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6627044624918399
E-mail: nanda.cj12@gmail.com

Glenda Cristina Valim de Melo – Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento de Letras anglo-germânicas e do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada na Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6215257502502767
E-mail:glendamelo09@gmail.com

Lia Vainer Schucman - Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Mestra e graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0412517270170780
E-mail: liavainers@gmail.com

Marco Antonio Lima do Bonfim – Doutor e mestre em Linguística Aplicada e Licenciado em Letras/Português pela Universidade Estadual do Ceará. Docente do Departamento de Letras e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pernambuco. Foi professor convidado do Seminário Especializado *Certificado en Estudios Afrolatinoamericanos* no Instituto de Investigaciones Afrolatinoamericanas (ALARI) da Universidade de Harvard (2021-2024).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9797791864967388
E-mail: marco.bonfim@ufpe.br

Maria Carmen Aires Gomes- Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq**.** Doutora e mestra em Estudos Linguísticos/Análise do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal de Ouro Preto. Docente da Universidade de Brasília, onde atua no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar e também no Programa de Pós-Graduação em Linguística, PPGL/IL. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8496712334085415
E-mail: maria.carmen@unb.br

Micheline Mattedi Tomazi - Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal Fluminense, mestra em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada em Letras pelas Faculdades Integradas Castelo Branco. Professora do Departamen-

to de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, onde também atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4783716565631781
E-mail: michelinetomazi@gmail.com

Neyla Graciela Pardo Abril – Doutora em Linguística pela *Universidad Nacional de Educación a Distancia* (Espanha). Mestra em Linguística Espanhola pelo *Instituto Caro y Cuervo* Colômbia). Graduada em Linguística e Literatura pela *Universidad Distrital Francisco José de Caldas* (Colômbia). Professora do Departamento de Linguística e pesquisadora vinculada ao *Instituto de Estudios en Comunicación y Cultura* da *Universidad Nacional de Colombia*.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3121436033425030
E-mail: pardo.neyla@gmail.com

Paulo Rogério Stella Doutor e mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**.** Graduado em Letras /Linguística pela Universidade de São Paulo. Professor, na área de Licenciatura em Letras/Libras, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas em Maceió, onde atua também no Programa de Pós-Graduação Linguística e Literatura.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6506349461840284
E-mail: prstella@gmail.com

Rogério Modesto – Doutor e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduado (Licenciatura e Bacharelado) em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. Professor Língua Portuguesa e Linguística do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz, onde também atua no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4517176127497696
E-mail: roger.luid@gmail.com

Tânia Barreira Rodrigues- Doutora e mestra em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e bacharel em Letras-inglês pela mesma instituição. Docente da Faculdade de Tecnologia de São Paulo.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7376769532572414
E-mail: tania_trbr@yahoo.com.br

Viviane Cristina Vieira- Doutora e Mestra em Linguística-Linguagem e Sociedade pela Universidade de Brasília. Licenciada em Letras/Português pela Universidade Federal de Goiás. Professora do Instituto de Letras – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – da Universidade de Brasília, onde também atua no Programa de Pós-Graduação em Linguística.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4387078593030203
E-mail: vivi@unb.br

Viviane de Melo Resende – Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutora e mestra em Linguística pela Universidade de Brasília. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Viçosa. Docente do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, onde também atua no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares e no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Coordenadora do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso e do INCT Caleidoscópio. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7571778261390094
E-mail: resende.v.melo@gmail.com

Záira Bomfante dos Santos. Doutora em Estudos Linguísticos e mestra em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Docente do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo, onde atua no Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4736245340980339
E-mail: zaira.santos@ufes.br